



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE
MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS

PAOLA MAIA FAGUNDES

**TRAVESSIAS: CENTRO DE FORMAÇÃO E REFERÊNCIAS
CULTURAIS DE SANTO AMARO DO SUL / RS**

VOLUME I

Salvador
2024

PAOLA MAIA FAGUNDES

**TRAVESSIAS: CENTRO DE FORMAÇÃO E REFERÊNCIAS
CULTURAIS DE SANTO AMARO DO SUL / RS**

VOLUME I

Trabalho Final apresentado como requisito para conclusão do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração (MP-CECRE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Genésia de Sant'Anna

Coorientadora: Prof.^a Ma. Mariely Cabral de Santana

Salvador

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)

F156

Fagundes, Paola Maia.

Travessias [recurso eletrônico] : Centro de formação e referências culturais de Santo Amaro do Sul / Paola Maia Fagundes. – Salvador, 2024.

3 v.

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos. 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Genésia de Sant'Anna.

Coorientadora: Profa. Me. Mariely Cabral de Santana.

1. Restauração – Conservação. 2. Edifícios históricos – General Câmara (RS). 3. Arquitetura - Séc. XVIII – General Câmara (RS). 4. Patrimônio cultural. I. Sant'Anna, Márcia Genésia de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 72.025.4(816.5)

Responsável técnico: Jeã Carlo Madureira - CRB/5-1531



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO E
RESTAURAÇÃO (CECRE)**

ATA Nº 19

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO (CECRE), realizada em 14/08/2024 para procedimento de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS no. 19, área de concentração Conservação e Restauro, do(a) candidato(a) PAOLA MAIA FAGUNDES, de matrícula 2020100052, intitulada TRAVESSIAS: CENTRO DE FORMAÇÃO E REFERÊNCIAS CULTURAIS DE SANTO AMARO DO SUL. Às 09:00 do citado dia, on-line, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. MARCIA GENESIA DE SANT ANNA que apresentou os outros membros da banca: Profª. MSc. MARIELY CABRAL DE SANTANA, Prof. Dr. RODRIGO ESPINHA BAETA e Prof. Dr. PAULO RENATO SILVEIRA BICCA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora APROVADO COM DISTINÇÃO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. PAULO RENATO SILVEIRA BICCA, UnB

Examinador Externo à Instituição



Documento assinado digitalmente

MARIELY CABRAL DE SANTANA

Data: 19/08/2024 17:07:49-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

MSc. MARIELY CABRAL DE SANTANA, UFBA

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente

Dr. RODRIGO ESPINHA BAETA, UFBA

gov.br RODRIGO ESPINHA BAETA

Data: 18/08/2024 17:33:24-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Documento assinado digitalmente



MARCIA GENESIA DE SANT ANNA

Data: 30/08/2024 11:12:21-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dra. MARCIA GENESIA DE SANT ANNA, UFBA

Presidente

PAOLA MAIA FAGUNDES

Mestrando(a)



Documento assinado digitalmente

PAOLA MAIA FAGUNDES

Data: 19/08/2024 15:15:54-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

“Sei que há léguas a nos separar
| Tanto mar, tanto mar | Sei também
quanto é | preciso, pá | Navegar, navegar”
(Buarque, Chico, *Tanto Mar*, 1975)

RESUMO

A dissertação apresenta uma proposta de intervenção e restauração para a Casa das Pestanas, bem como diretrizes para a ambiência da Praça Marechal Câmara, ambas datadas do século XVIII e testemunhos da estratégia de colonização luso-açoriana no Rio Grande do Sul. Localizadas na Vila de Santo Amaro do Sul, segundo distrito do município de General Câmara, essa localidade possui um conjunto arquitetônico e urbanístico protegido em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O projeto se estrutura nas seguintes fases: análise do contexto histórico e construtivo; diagnóstico do estado atual de conservação da Casa das Pestanas; e elaboração de uma proposta de intervenção e restauração para a Casa das Pestanas e de diretrizes para a ambiência da Praça Marechal Câmara, apresentando medidas voltadas à preservação da autenticidade do monumento e de suas características tipológicas distintas. Adicionalmente, como proposta de uso, sugere-se a criação do Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro do Sul, voltado ao turismo de base comunitária, com o objetivo de promover a transformação social e a valorização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Conservação e Restauração; Intervenção patrimonial edificado; Arquitetura Popular no Brasil; Açorianos no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The dissertation presents a proposal for the intervention and restoration of the Casa das Pestanas and recommendations for the surroundings of Praça Marechal Câmara, both dating from the 18th century and serving as testimonies to the Luso-Azorean colonization strategy in Rio Grande do Sul. Located in Vila de Santo Amaro do Sul, the second district of the municipality of General Câmara, this locality features an architectural and urban ensemble protected at the federal level by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN). The project unfolds in the following phases: analysis of the historical and constructive context; diagnosis of the current conservation status of the Casa das Pestanas; and development of an intervention and restoration proposal for the Casa das Pestanas and recommendations for the surroundings of Praça Marechal Câmara, presenting measures aimed at preserving the authenticity of the monument and its distinctive typological characteristics. Additionally, as a proposed use, it suggests the creation of the Santo Amaro do Sul Center for Training and Cultural References, focused on community-based tourism, with the goal of promoting social transformation and enhancing the value of cultural heritage.

Keywords: Cultural Heritage; Conservation and Restoration; Built Heritage Intervention; Vernacular Architecture in Brazil; Azoreans in Rio Grande do Sul.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
DEPROT¹ Departamento de Proteção do IPHAN
DOU Diário Oficial da União
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FEPAM Fundação Estadual de Proteção Ambiental
ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IGEO Instituto de Geociências da UFBA
IPHAE Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN / RS Superintendência do Rio Grande do Sul do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAVIM Laboratório de Anatomia Vegetal e Identificação de Madeiras da UFBA
MP CECRE Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos
MEMO Memorando
NTPR Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração
ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OF. Ofício
ONU Organização das Nações Unidas
PNPI Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
RN Referência de Nível
RS Rio Grande do Sul
TBC Turismo de Base Comunitária
UFBA Universidade Federal da Bahia

¹ Departamento do IPHAN substituído pelo DEPAM- Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A TRAVESSIA HISTÓRICA.....	21
2.1	DIÁRIO DE BORDO: ESTUDOS SOBRE A DIÁSPORA E O OCEANO	22
2.2	IMIGRANTES: ESTUDOS SOBRE A NOVA TERRA	24
2.2.1	A chegada no Rio Grande de São Pedro.....	27
2.2.2	A Vila de Santo Amaro do Sul.....	32
2.2.2.1	<i>Contexto Histórico – Séc. XVII até XX.....</i>	32
2.2.2.2	<i>Contexto Histórico – Do século XX até a atualidade</i>	47
3	A TRAVESSIA CULTURAL	50
3.1	PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	50
3.2	O PROCESSO DE TOMBAMENTO	64
4	COMPONENTES SOCIOCULTURAIS E ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS.....	70
4.1	COMPONENTES SOCIOCULTURAIS	71
4.2	ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS	73
5	A PRAÇA MARECHAL CÂMARA – ANÁLISE MORFOLÓGICA	80
5.1	RELEVO DO SOLO	84
5.2	VEGETAÇÃO:	85
5.3	MALHA	87
5.4	MACROPARCELAS	87
5.5	MICROPARCELAS	88
5.6	IMPLEMENTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES	89
5.7	GABARITO E VOLUMETRIA	90
5.8	CHEIOS X VAZIOS	91
5.9	91	
5.10	LINHAS DE COROAMENTO.....	92
5.11	TIPOS DE COBERTURA	94
5.12	FACHADAS	96
5.13	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO	97
5.14	DESCARACTERIZAÇÃO.....	98
5.15	MOBILIÁRIO URBANO	100

5.16	ACESSIBILIDADE	104
6	A CASA DAS PESTANAS - ANÁLISE TIPOLÓGICA E CONSTRUTIVA	106
6.1	ANÁLISE TIPOLÓGICA DA CASA DAS PESTANAS	107
6.1.1	Implantação	108
6.1.2	Volumetria	110
6.1.3	Planta Baixa.....	111
6.1.4	Cobertura.....	112
6.1.5	Fachadas: Características Gerais.....	113
6.1.6	Fachadas: Ornamentos.....	118
6.1.7	Interior da edificação.....	120
6.2	SISTEMAS CONSTRUTIVOS	122
6.2.1	Paredes	123
6.2.2	Fundação.....	126
6.2.3	Piso	128
6.2.4	Forro.....	129
6.2.5	Cobertura.....	129
6.2.6	Esquadrias	135
6.3	TIPOLOGIA DA CASA AÇORIANA: UM ESTUDO COMPARATIVO	136
6.3.1	Elementos Arquitetônicos	136
6.3.2	Materialidade	141
6.3.3	Esquadrias	142
6.3.4	Programa das edificações	143
6.4	UMA CASA AÇORIANA, COM CERTEZA?	144
7	A CASA DAS PESTANAS - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES....	149
7.1	CONSIDERAÇÕES: RESULTADO DE EXAMES EM LABORATÓRIO ..	150
7.1.1	Ensaio 01 - Análise Granulométrica	153
7.1.2	Ensaio 02 - Traço das argamassas.....	156
7.1.3	Ensaio 03 - Sais Solúveis.....	158
7.1.4	Ensaio 04 - Ensaio de Absorção Total em água	160
7.2	CONSIDERAÇÕES: SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CASA DAS PESTANAS	161

8	A TRAVESSIA COMO METÁFORA: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	178
8.1	ATRIBUTOS DE VALOR	178
8.1.1	Escolha e justificativa do uso	180
8.1.2	Programa de necessidades.....	188
8.2	O PROJETO.....	190
8.2.1	Arquitetura contemporânea Açoriana.....	193
8.2.2	Diretrizes e Partido Arquitetônico	195
8.3	AMBIÊNCIA DA PRAÇA MARECHAL CÂMARA.....	228
9	MEMORIAL DESCRIPTIVO DAS SOLUÇÕES TÉCNICAS	237
9.1	TOPOGRAFIA, VEGETAÇÕES EXTERNAS E DRENAGEM.....	237
9.1.1	Topografia	237
9.1.2	Drenagem das águas pluviais.....	238
9.1.3	Vegetação	241
9.2	ACÕES DE CARÁTER EMERGENCIAL	242
9.2.1	Escoramento	242
9.2.2	Retirada das Vegetações e limpeza do terreno.....	244
9.2.3	Cobertura Provisória.....	245
9.3	ACÕES DE RESTAURAÇÃO	245
9.3.1	Fundações	245
9.3.2	Cobertura.....	246
9.3.3	Alvenaria de Pedra	251
9.3.4	Tabique	253
9.3.5	Revestimentos.....	254
9.3.6	Entrepiso	254
9.3.7	Esquadrias	255
	REFERÊNCIAS	257
	APENDICE A_ ENTREVISTA	268
	ANEXO A_ CARTA DE RECOMENDAÇÃO DE TRABALHO ACADÊMICO IPHAN	277

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - Verbete Travessia. Dicionário Michaelis Online

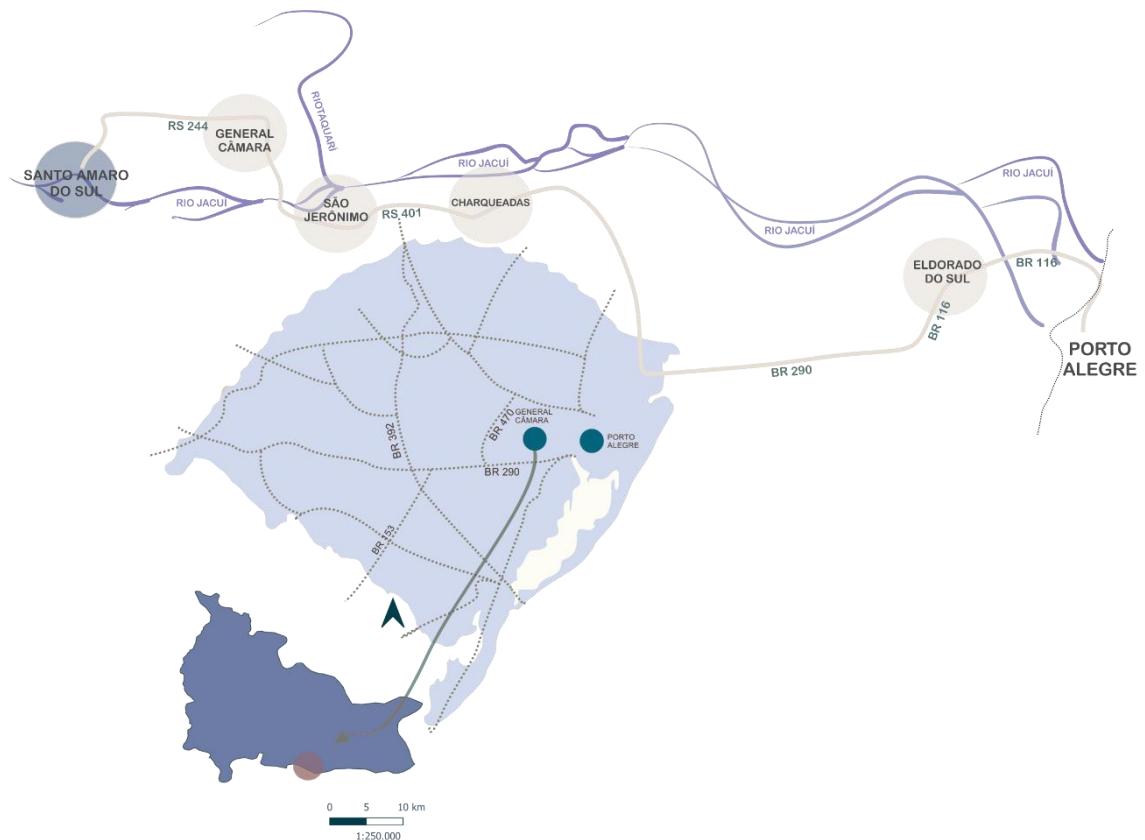


Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024 (Ilustração Digital).

A presente pesquisa foi elaborada com o intuito de cumprir as premissas necessárias para obtenção do grau de Mestre pelo Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O estudo focaliza especificamente o projeto de Intervenção e Restauração da Casa das Pestanas, bem como a ambiência da Praça Marechal Câmara, ambas situadas na Vila de Santo Amaro do Sul, pertencentes ao segundo distrito do município de General Câmara, estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2 - Localização Vila de Santo Amaro do Sul



Fonte: Diagrama desenvolvido a partir de imagem gerada pelo programa ArchGis. Ilustração: Paola Maia Fagundes, 2024.

As percepções iniciais dos visitantes, ao contemplarem a Vila de Santo Amaro do Sul, são influenciadas a partir de suas experiências de vida e memórias adquiridas. Italo Calvino, na obra literária “As Cidades Invisíveis” (2016), menciona: “ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos” (Calvino, 2016 p. 28).

A Vila emerge de um cenário exuberante, que fascina pelos exemplares da arquitetura luso-açoriana e por seu ar bucólico. Ao se aproximar do vilarejo, o visitante observa a atmosfera caracterizada por uma estrada rodeada pela mata cerrada e terra batida, e, no alto da colina, desponta entre as árvores a Igreja (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Acesso Principal pela estrada General Câmara, entre a Vila de Santo Amaro e a RS 244



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

Figura 4 - Igreja no alto da colina, vista a partir da Estrada General Câmara

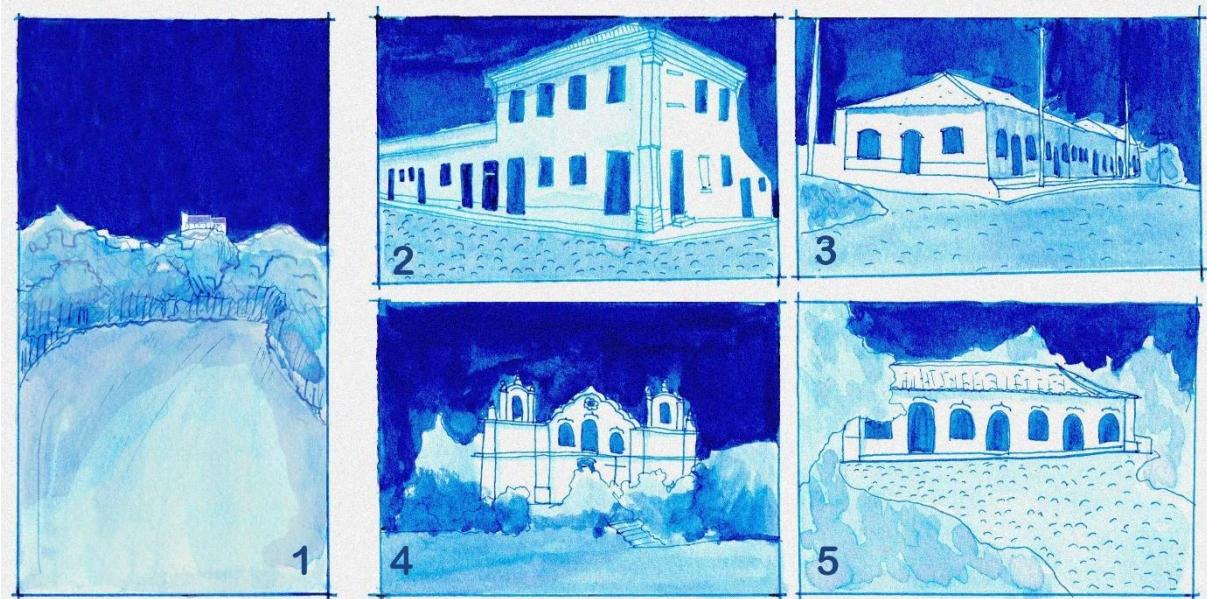


Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020

Nas primeiras impressões, recorda-se a acentuada beleza e o encantamento do vilarejo sob a intensa luz do sol, com a Igreja em ponto de destaque. Conformando as paredes da praça, um conjunto de casas térreas porta-janela, cobertas por telhas de barro, as quais a luz solar refletia nas fachadas brancas. As ruas paralelas, ora de saibro, ora de paralelepípedo, delineavam o traçado urbanístico e se direcionavam ao rio Jacuí. O mesmo rio que teve grande importância na formação do povoado continua sendo o meio de subsistência de muitas famílias de pescadores.

No início daquela tarde quente, do mês de janeiro 2020, observou-se que a “vida nas ruas” se fazia rarefeita. Ocasionais olhares curiosos, tentavam compreender a chegada de um visitante, conduzido por Carla Muller, secretária de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de General Câmara/RS. À medida que a tarde avançava, a vida retornava às ruas, moradores em frente às suas casas tomavam chimarrão, crianças e jovens brincavam e corriam pela praça, retratando a vivência da comunidade no local.

Figura 5 - Leitura do Percurso de acesso à Vila de Santo Amaro do Sul²



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022

Reconhecida como conjunto arquitetônico de importância histórico-cultural e protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Vila representa um importante marco na história do Rio Grande do Sul, caracterizando o princípio do processo de colonização no estado, na segunda metade do século XVIII.

Na edição de 2020, foi sugerido aos discentes do MP-CECRE / UFBA que os projetos desenvolvidos deveriam incluir uma carta de intenção da instituição gestora do patrimônio, seja em nível municipal, estadual ou federal, evidenciando interesse no projeto.

A superintendência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN RS) do Rio Grande do Sul recomendou ao MP-CECRE / UFBA o projeto de restauração da Casa das Pestanas e a valorização do seu entorno. Por sugestão do arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, e com assinatura da superintendente Renata Galbinski Horowitz³, o projeto de restauração deveria concentrar-se na edificação conhecida como “Casa das Pestanas”, tal como destacado a seguir:

² O acesso se inicia pela estrada General Câmara, um trajeto de chão batido cercado por mata, estendendo-se por 4,7 km (1). Na entrada da vila destaca-se um sobrado do séc. XIX (2). Prosseguindo o trajeto, encontra-se a praça ladeada de casas exemplares da arquitetura representante da colonização açoriana (3). No centro da praça, observa-se a igreja imponente ao cenário (4), nos fundos da igreja situa-se a Casa das Pestanas (5).

³ Ofício n.º 1581/2019/IPHAN-RS-IPHAN, de 13/12/2019.

Conforme tratativas estabelecidas com o corpo técnico IPHAN, o trabalho deverá ter como foco para Projeto de Restauração da edificação conhecida por Casa Natal de José Gomes de Vasconcelos Jardim (Primeiro presidente da República Rio-Grandense), também denominada "Casarão das pestanas", que encontra-se em acelerado processo de deterioração, além de seu entorno, especificamente a praça central onde se localiza a Igreja Matriz da Vila de Santo Amaro (IPHAN, 2019).

Construída em 1767, a Casa das Pestanas é a edificação mais antiga do povoado e apresenta valor histórico, artístico e simbólico, uma vez que foi o local onde nasceu o primeiro presidente da República Rio-grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim. Desde o falecimento do último morador, em 2011, a casa permanece em constante degradação. Na reportagem⁴ realizada pelo jornal Zero Hora (figuras 6 e 7), em 19 de novembro de 2006, aparece “acomodado em sua cadeira de vime defronte ao sobrado de 1763, o tenente aposentado José de Tarso do Prado, 83 anos [proprietário da casa, que] também se preocupa com o futuro da vila. – Para mim, o mais importante é ver finalizada a obra da igreja – diz Prado” (Bublitz, 2006, p. 32).

Figura 6 - Tarso de Prado sentado em frente à Casa das Pestanas



Fonte: Jornal Zero Hora, 19/11/2006.

⁴ A reportagem faz parte do acervo IPHAN/RS e foi acessada em janeiro de 2020.

Figura 7 - Tarso de Prado na janela da Casa das Pestanas



Fonte: Jornal Zero Hora, 19/11/2006.

O conjunto contendo 14 edificações e a igreja foi tombado pelo IPHAN no ano de 1998, porém, a inclusão da praça no processo de tombamento e a atual inscrição no Livro do Tombo Histórico, do denominado “Conjunto histórico da Vila de Santo Amaro, no Município de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul”, deu-se somente em junho de 2009.

O objetivo principal do projeto foi de restaurar a Casa das Pestanas que se apresenta em processo de arruinamento. Esse processo se deu recompondo suas lacunas, apresentando soluções técnicas para restauração dos materiais e conservação da edificação, identificação de solução de aumento de área com proposta de anexo que não impacte negativamente na ambiência do conjunto e propondo um uso que promova impacto social na comunidade local.

O projeto também contemplou proposta de diretrizes para a futura ambiência da praça histórica Marechal Câmara, auxiliando na qualificação e recuperação dos valores paisagísticos, do espaço urbano e das ruas adjacentes, garantindo a percepção da configuração urbana original, onde a praça era o elemento ordenador do núcleo, conforme ilustrado na figura 8.

Figura 8 - Área de abrangência do projeto. Delimitado em laranja (1) a Casa das Pestanas, pontilhado em preto (2) a praça Marechal Câmara. Desenvolvido a partir de planta do IPHAN



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024

Este projeto surge da ideia da *travessia enquanto metáfora*. Foi essencial assimilar a *travessia histórica e temporal*, absorver e dialogar com o passado para se projetar no futuro. A *travessia sobre as águas*, que transportou os ilhéus dos Açores pelas correntezas do Oceano Atlântico e do rio Jacuí, com destino a uma paisagem ainda desconhecida. A *travessia cultural*, que conecta as expressões de terras tão distantes através de suas tradições. A *travessia da arquitetura no tempo*, entre a preexistência representante da arquitetura açoriana no Rio Grande do Sul e a intervenção contemporânea proposta no projeto.

Para a elaboração da proposta de conservação, restauração e intervenção da Casa das Pestanas e ambiência da praça Marechal Câmara, cada fase do trabalho se estruturou de acordo com a metodologia de projeto adotada e apresentada durante as disciplinas do MP-CECRE. Esses procedimentos metodológicos seguem as orientações também apresentadas nos Cadernos Técnicos do Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (Braga; Gomide; Silva, 2005), bem como em documentos internacionais e cartas patrimoniais que normatizam os critérios de intervenção em edificações de valor histórico-cultural.

Para atender aos objetivos estabelecidos, o desenvolvimento do trabalho foi estruturado nas seguintes etapas: (I) Identificação e Conhecimento do Bem, (II) Arquitetura, Construção e Paisagem e (III) Proposição Projetal.

A primeira etapa, (I) Identificação e Conhecimento do Bem, concentrou-se no contexto histórico do objeto de estudo. Essa fase baseou-se em pesquisas históricas e análises iconográficas, incluindo consultas aos documentos relativos ao processo de tombamento fornecidos pela superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, além de informações adquiridas a partir de fontes bibliográficas e diálogos com os moradores e complementando o trabalho a partir da consulta a fontes orais.

Destacam-se nessa etapa as significativas contribuições dos trabalhos de Luiza Durán Rocca, com “*Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*” (Durán Rocca, 2009); Véra Lucia Maciel Barroso, com “*Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia*” (Barroso, 2002); e Véra Lucia Maciel Barroso, Gabriella Martins de Brito, Angelita da Rosa, com “*Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes*” (Barroso; Martins; Rosa, 2008).

A segunda etapa do trabalho, referente à (II) Arquitetura, Construção e Paisagem, consistiu na análise dos aspectos sociais, ambientais e do atual estado de conservação da área de atuação do projeto. Foram realizadas análises morfológicas e tipológicas dos bens situados na área de estudo, bem como análises ambientais e sociais da área de intervenção projetual. Além disso, foi desenvolvido o levantamento cadastral do atual estado de conservação da Casa das Pestanas, bem como a atualização do levantamento cadastral da Praça Marechal Câmara, com base no levantamento topográfico fornecido pelo IPHAN/RS.

Com o cruzamento dos dados coletados nas etapas I e II, foi possível identificar os agentes causadores de degradação e as patologias presentes, permitindo a elaboração de um diagnóstico aprofundado da Casa das Pestanas. As análises desenvolvidas nas etapas I e II também facilitaram a compreensão dos aspectos gerais relacionados à praça Marechal Câmara.

Objetivando responder às questões levantadas, foi desenvolvida a terceira e última etapa, relacionada à (III) Proposição Projetual, a qual contemplou a proposta de projeto de restauração e intervenção para a Casa das Pestanas, complementada com a proposta de diretrizes para ambiência da Praça Marechal Câmara.

No projeto de restauração e intervenção da Casa das Pestanas, uma das principais problemáticas foi desenvolver uma intervenção coerente com as características formais e construtivas da edificação histórica e com as diretrizes de tombamento. Buscou-se uma solução que relacionasse a questão do uso proposto com o impacto social gerador, visando à preservação do patrimônio histórico.

As intervenções em áreas de interesse histórico abrangem problemas como a degradação dos imóveis, o preço da terra, deslocamentos de populações, entre outros. Essas questões estão incorporadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁵ adotados pelas Nações Unidas em 2015, em especial o ODS 11, “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Assim, de acordo com a perspectiva dos ODS, o projeto contempla ações de sustentabilidade ambiental e econômica (ODS 11.3), fortalece “os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio mundial cultural e natural” (ODS 11.4), reduz o impacto ambiental atentando-se para a qualidade do ar e gestão de resíduos (ODS 11.6), atenta-se para o acesso universal “seguro, inclusivo e acessível, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e aquelas com deficiência” (ODS 11.7) e proporciona “suporte aos vínculos econômicos, sociais e ambientais entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, fortalecendo o planejamento do desenvolvimento nacional e regional” (ODS 11.a).

A proposta contempla o “Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro”, com o objetivo de auxiliar na salvaguarda e no reconhecimento da memória e das profundas raízes presentes na cultura local. O projeto visa fomentar o protagonismo de diversos grupos que compõem a comunidade, incluindo, mas não se limitando, os descendentes de açorianos. Essa iniciativa é voltada ao Turismo de Base Comunitária, empregando a capacitação profissional e o produto turístico como fontes de renda e auxiliando na economia local. No entanto, essa proposta desenvolvida atentou-se para os impactos causados pela ação de um turismo agressivo, tais como o processo de gentrificação, gerador do aumento nos preços de terrenos e aluguéis, elevação do custo dos produtos básicos e ações de investidores externos com intenção de explorar o turismo local.

O trabalho contempla três (3) volumes. O Volume I apresenta uma análise referente à contextualização histórica, prossegue enfatizando o patrimônio cultural imaterial e os procedimentos de proteção patrimonial. Em seguida, desenvolve a avaliação da arquitetura da Casa das Pestanas e da paisagem da Vila de Santo Amaro do Sul, oferecendo uma visão geral junto com análises da arquitetura dos açores. Posteriormente, discutiu-se os elementos socioculturais e condições físico-ambientais. Essas etapas resultam em um diagnóstico sobre o estado de conservação da Casa das Pestanas. O volume conclui discutindo a proposta de restauração e intervenção para a Casa das Pestanas e a ambiência da Praça Marechal Câmara.

⁵ Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são metas globais propostas pelas Nações Unidas e devem ser implementadas até 2030. São três os objetivos extraordinários: 1) Erradicar a pobreza extrema; 2) Combater a desigualdade e a injustiça; 3) Conter as mudanças climáticas. Os objetivos estão disponíveis em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> e <https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2015/08/odstraduzidos.pdf>

O Volume II corresponde às fichas catalográficas. Estas estão divididas em cinco módulos, sendo: (1.) Fichas do levantamento iconográfico; (2.) Fichas da situação atual da Casa das Pestanas; (3) Fichas da Praça Marechal Câmara; (4) Fichas das edificações tombadas na área de atuação do projeto; e (5) Fichas do perfil fotográfico das ruas adjacentes à praça.

O Volume III contempla as peças gráficas, o cadastro da situação atual da Casa das Pestanas, o cadastro da Praça Marechal Câmara, o mapeamento de danos da Casa das Pestanas e a proposta de projeto de intervenção e restauração da Casa das Pestanas e ambiência da praça Marechal Câmara.

2 A TRAVESSIA HISTÓRICA

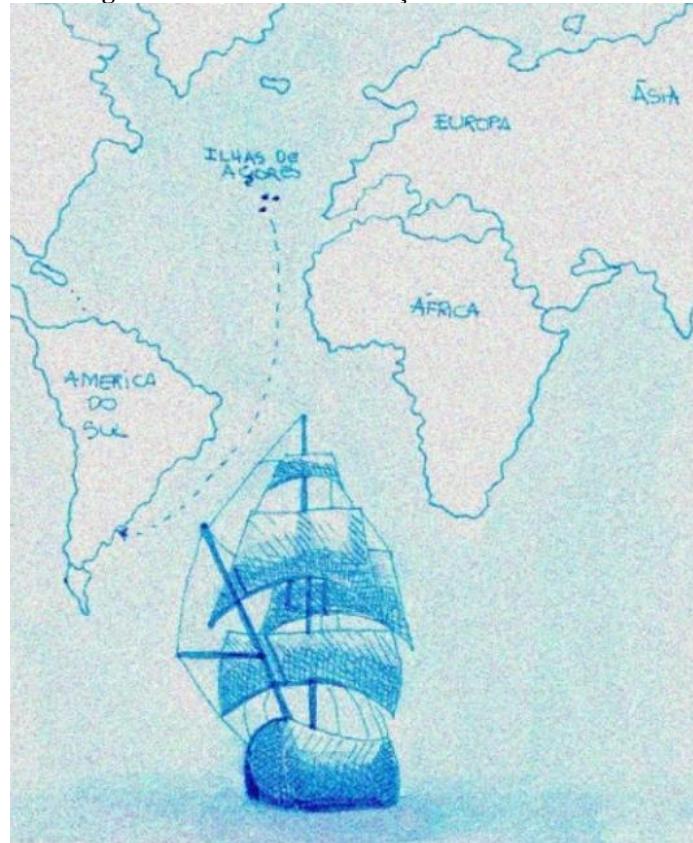
Este capítulo aborda a travessia histórica que compreende os eventos que antecederam a colonização açoriana no Brasil até o ápice e subsequente declínio econômico e esvaziamento da Vila de Santo Amaro do Sul. As narrativas estabelecem conexões temporais e geográficas, transportando os costumes, ritos e comportamentos dos Açores ao Brasil. Ao chegarem à terra prometida, os ilhéus absorveram influências das diversas culturas com as quais entraram em contato, como a dos povos indígenas que habitavam aquela área e dos variados grupos africanos que foram escravizados.

Os deslocamentos sobre as águas foram marcados por sonhos e, muitas vezes, por sofrimento. Ao ancorarem na nova terra, nutriam a esperança de encontrar riqueza, abundância natural e melhores condições de vida, embora, entre o real e o imaginário houvesse uma grande distância.

A contextualização histórica apresentada nesse capítulo convida o leitor a uma viagem ao longo dos séculos de colonização açoriana no Brasil. Objetiva compreender e conectar o contexto do passado com o presente, valendo-se de relatos de viajantes, documentos históricos e narrativas transmitidas oralmente.

2.1 DIÁRIO DE BORDO: ESTUDOS SOBRE A DIÁSPORA E O OCEANO

Figura 9 - Rota das ilhas de açores ao Sul do Brasil



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

No século XVIII, no limite entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, centenas de casais oriundos das ilhas dos Açores⁶ se amontoavam no porto de Lisboa, preparando-se para embarque em um navio com destino ao Brasil.

A diáspora foi marcada pela mistura de sentimentos ao se deixar a terra onde se nasce, em direção a uma terra da qual não se tinha certeza do regresso. O que definia uma grande parcela desses emigrantes era a Saudade.

Saudades, só portugueses
Conseguem senti-las bem,
Porque têm essa palavra
Para dizer que as têm.

(Fernando Pessoa, *Saudades, só os portugueses*)

⁶ O Arquipélago dos Açores está situado no Oceano Atlântico, sendo uma região autônoma de Portugal. Constituído por nove ilhas: São Miguel, Terceira, São Jorge, Santa Maria, Pico, Graciosa, Flores e Corvo.

Em época de expansão ultramarina, um novo horizonte aos poucos se revelava. O oceano era testemunha das famílias que emigravam de maneira voluntária ou não, dos açores para as Américas. Os europeus buscavam escapar da pobreza; Silva (2001, p. 348) trata de um “século de transferências”, provocadas pelo aumento demográfico oitocentista no qual o êxodo foi motivado, em parte, pelo próprio governo português que via nesse processo de migração uma maneira de deixar partir desempregados e trabalhadores que não eram absorvidos pelo mercado local, dado o aumento populacional e o subdesenvolvimento das ilhas dos Açores.

Os registros no Arquivo dos Açores⁷ revelam que a obrigatoriedade do serviço militar era um fator que incentivava a emigração, uma vez que: “Os homens que passarem por conta de S. Majestade ficarão isentos de servir nas tropas pagas” (Canto, 1878, p. 382). As condições naturais também exerceram um impacto significativo na vida dos ilhéus. Descrições de tempestades marítimas e atmosféricas; nuvens escuras e densas, comunicavam aos céus desastres ocasionados por erupções vulcânicas, afetando profundamente as ilhas. Detalhes minuciosos sobre uma erupção em São Miguel podem ser encontrados nos registros do *Archivo dos Açores*:

um terremoto arrebentou um monte sobre Villa Franca do Campo, principal povoação desta Ilha; o qual com a vehemencia do espirito e exalação que sahio súbita, e juntamente pelos povos da terra sem abrir bocca alguma desta concavidade. [...], Mas foi tão terrível medo d'ameça, que o centro da Ilha ardia, a terra tremia, o mar se embalançava, e o ar roncava com o rumor desvairado do estrondo das pedras que a bocca aberta lançava para riba como furioso Trabuco: os ânimos dos homens e a palavra se lhe encolhia de horror: tudo lhe era uma similhança do juizo final e assim o julgavam alguns dontos, e quasi todo o vulgo ignorante (Canto, 1878, p. 458).

No ano de 1747, uma provisão régia e um edital publicados nas ilhas de Açores convocariam casais que quisessem se estabelecer no Brasil. Homens até quarenta anos e mulheres até trinta anos, “com tanto que sejão Catholicos Romanos, e que sendo artífices se lhes possesse dar à chegada ao Brasil huma ajuda de custo” (Canto, 1878, p. 377). Encontrar açorianos dispostos a partir não era uma tarefa tão difícil, diante das condições já citadas. Ao receberem a notícia, muitas pessoas encontravam-se preparadas para a viagem.

Os documentos indicam que a travessia do Atlântico acumulava dramas. Existiam preocupações a respeito do impacto das condições climáticas no final do verão e relatos sobre a escassez de alimentos. Piazza (1997, p. 125) descreve as dificuldades vivenciadas em frágeis embarcações, como atendimento médico precário, doenças e morte. No navio, também eram

⁷ A obra em 15 volumes que reúne documentos e estudos relativos à História dos Açores, disponível online na Biblioteca da Universidade dos Açores. Acesso em: 05/10/2022. Disponível em: <https://biblioteca.uac.pt/pt-pt/recursos-arquivo-acores>

transportadas ferramentas e espingardas que, de acordo com os documentos, seriam distribuídas assim que os ilhéus estivessem assentados.

E o Atlântico levou, na segunda metade do século XVIII, mais de 4 mil emigrantes das ilhas açorianas para o Brasil.

2.2 IMIGRANTES: ESTUDOS SOBRE A NOVA TERRA

E o vasto território se desvendou na linha do horizonte diante dos navegadores. No Brasil, a promessa de prosperidade, o calor acolhedor, os pequenos povoados e a natureza exuberante acendiam os sonhos daqueles que haviam sobrevivido à longa travessia pelo oceano.

A história da colonização açoriana no Brasil remonta ao período das Capitanias Hereditárias. Com o propósito de promover o povoamento das terras brasileiras, deu-se início a esse sistema administrativo instituído pelo Rei D. João III, em 1534. Nesse contexto, o território, sob domínio da Colônia Portuguesa, foi subdividido em quinze parcelas de terra, as quais foram concedidas a doze donatários autorizados a administrá-las e explorá-las. Os capitães donatários redistribuíam essas terras em partes menores aos sesmeiros, que tinham o dever de cultivar, povoar e pagar tributos à Coroa.

Visando proteger essas terras, já no século XVI, foram demonstradas as primeiras intenções em recrutar colonos açorianos, destinando-os a ocupar áreas litorâneas. A Carta enviada pelo Rei D. João III, endereçada a Pedro Annes do Canto, fidalgo da ilha dos açores, expressa este propósito:

pôde ser que haja n'essas ilhas algumas pessoas que mandando-lhe en dar embarcações, em que possam ir e mantimentos para a viagem, quereriam ir la viver, e eu pelo gosto de se assim as ditas partes irem povoando e enobrecendo, folgarei de o fazer, e vos encommendo que façaeas notificar, nessa cidade d'Angra, e em todas as villas e povoações d'essas ilhas como eu mando dar embarcações e mantimentos a todas as pessoas que se quizerem ir viver ás ditas partes do Brazil⁸ (Canto, 1892, p. 414)

Martins (2002) aborda Maranhão e Grão-Pará como as primeiras regiões a receberem colonos açorianos a partir da segunda década do século XVII. Em 1666, documentos do *Archivo dos Açores* (Canto, 1878) registraram que foi solicitado que os casais enviados para o Grão-Pará e para o Maranhão fossem compostos por pedreiros, carpinteiros, com a finalidade de fornecer mão de obra especializada para a construção dos assentamentos. As características da

⁸ Carta de el rei de 11 de setembro de 1550 – Fundação da cidade da Bahia e colonos das ilhas.

colonização açoriana que estiveram presentes em Alcântara, no Maranhão, ainda hoje refletem expressões locais, como observa Martins:

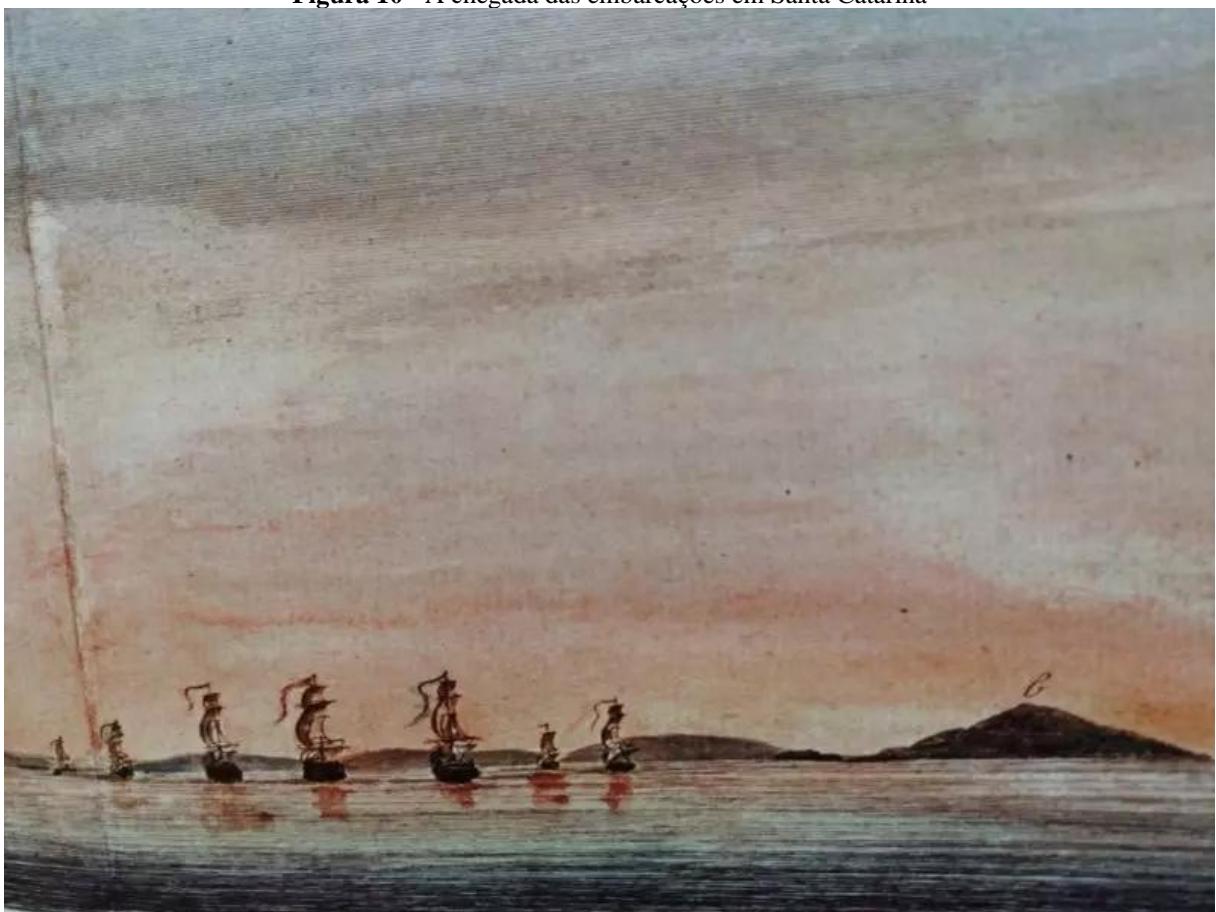
Alcântara absorveu e manteve características açorianas que se perderam com o tempo em São Luís. Como geralmente ocorreu, os aspectos determinantes do temperamento coletivo daquele povo teriam tido reflexo na arquitetura e no urbanismo tradicional, com maior intensidade religiosa, ruralidade mais enraizada, sentido de insularidade, festejos e iconografia relacionados ao “império” do Divino Espírito Santo, farra do boi na corda e a expressão campesina ou rústica do aglomerado urbano (2002, p. 20).

Além do Maranhão, ao longo dos séculos, os colonos açorianos se estabeleceram em outras partes do Brasil, como na Capitania de Pernambuco, Rio de Janeiro, Ilha de São Vicente (São Paulo) e em várias regiões do território brasileiro, influenciando a identidade cultural desses locais.

Com o propósito de salvaguardar as regiões do extremo sul do Brasil, durante a primeira metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa emitiu uma Carta Régia no ano de 1747, que determinava o transporte de colonos açorianos para a Ilha de Santa Catarina e regulamentava a ocupação urbana na região. Conforme mencionado por Trevisan (2002), havia uma clara diferença entre os assentamentos estabelecidos no contexto brasileiro. Enquanto no Nordeste os engenhos de açúcar desempenhavam um papel central na economia, o Sul encontrava-se desprovido de recursos e necessitava de uma ocupação efetiva para proteger suas fronteiras territoriais. Diante da “impossibilidade de aplicar as experiências dos empreendimentos açucareiros e de extração do ouro, a solução encontrada pela Coroa foi incentivar a fixação de uma população civil que se dedicaria em especial à pequena agricultura” (Trevisan, 2002, p. 126).

Por volta de 1748, desembarcam na Ilha de Santa Catarina os primeiros colonos, que foram assentados segundo o plano elaborado pelo engenheiro militar José da Silva Paes. O plano tinha como elemento centralizador do desenho urbano a praça com uma igreja localizada em seu eixo central e ruas dispostas de forma retilínea e paralelas à mesma. Segundo Adams e Araujo (2001), esses núcleos urbanos catarinenses compartilhavam semelhanças com os assentamentos açorianos, tais como o relevo da região, a proximidade com o mar e as lagoas, a zona portuária, bem como a presença de vegetação abundante. Entretanto, diferenciava-se pela sua natureza mais urbana em contraposição ao aspecto rural das ilhas açorianas, além de particularidades específicas de cada localidade.

Figura 10 - A chegada das embarcações em Santa Catarina



Pintura de George Anson, 1740/41. Vista da entrada norte da Ilha e a ilha do Arvoredo ao fundo. Fonte: Acervo Paschoal e Ruth Grieco / Divulgação / ND.

No século XVIII, Portugal e Espanha também disputavam as terras pertencentes às divisas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Com o propósito de solucionar essas disputas, em 1750, firmou-se o Tratado de Madri, definindo novos limites entre essas nações. Por meio deste acordo, Portugal concordou em ceder a Colônia do Sacramento para a Espanha, recebendo em troca as margens do rio Uruguai ocupada pelos Sete Povos das Missões, onde prosperavam os padres jesuítas. Para justificar a reivindicação dessas terras, o brasileiro Alexandre Gusmão⁹, diplomata de Portugal, desempenhou papel crucial nas negociações, utilizando o princípio do direito “*uti possidetis, ita possideatis*”, que estabelecia que aqueles que ocupavam um território se tornariam seus proprietários. De acordo com Miguel Frederico do Espírito Santo (1993, p. 22. *apud* Barroso, 2023, p. 54):

O Tratado de Madrid explicitava os objetivos da política de Alexandre de Gusmão: tornar o sul do Brasil uma unidade orgânica, com uma fronteira natural e estratégica que fosse um obstáculo à penetração espanhola e desse segurança aos caminhos que

⁹ A pesquisadora Luiza Duran cita Reis (2000), referente à participação de Alexandre Gusmão no “importantíssimo papel nas negociações do Tratado de Madri e no programa de migração subsidiada dos açorianos” (Durán Rocca, 2009, p. 329).

demandassem às Minas Gerais. Este território que se incorporava ao patrimônio lusitano devia ser povoado para ratificar a invocação do princípio do *uti possidetis* e a população disponível para ser transferida no rumo do oeste até ao encontro da fronteira natural era a formada pelos casais açorianos.

Durán Rocca (2009) destaca a importância do Tratado de Madri, relacionando-o à presença de profissionais, engenheiros militares, nesses territórios.

Os engenheiros militares além de trabalhar na demarcação dos limites e na produção de cartografia, colaboravam com as administrações municipais na elaboração de planos urbanísticos, supervisão de traçados, abertura de estradas, na construção de pontes, aquedutos, calçadas, igrejas, edifícios civis e obras públicas de toda ordem. (Durán Rocca, 2009, p. 101)

Em meados de 1752, com o objetivo de resguardar o território e facilitar o acesso às Missões Jesuíticas ou “reduções”, os colonos açorianos foram encaminhados para ocupar as áreas pertencentes ao território do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Inicialmente, esses colonos desembarcaram na Vila do Rio Grande (extremo sul do Brasil), tendo como destino as áreas pertencentes à região das Missões¹⁰. O que esses ilhéus recém-chegados não esperavam era a resistência do povo originário, os indígenas guaranis, resultando na Guerra Guaranítica (1754-1756). Referindo-se ao ambiente em disputa no Rio Grande de São Pedro, o autor Érico Veríssimo, no romance O Continente, integrante da trilogia O Tempo e o Vento, escreveu:

E o horizonte empalidecia e as estrelas se iam apagando aos poucos. Em torno da redução os campos estendiam-se, ondulados, sob a luz gris. [...] Naquela direção ficava o Continente do Rio Grande de São Pedro, que Portugal, inimigo da Espanha, estava tratando de garantir para sua coroa (Veríssimo, 1949, p. 27)

2.2.1 A chegada no Rio Grande de São Pedro

“Perante a fatalidade da morte, a herança que um homem foi capaz de juntar é a sua própria existência; termina o tempo, permanece o metal”

(Peixoto, José Luís. **Autobiografia**, 2019, p. 19)

¹⁰ “Durante esse período, o fluxo emigratório dos Açores para a Ilha de Santa Catarina passa a ser estendido para o Rio Grande do Sul, quando levas de colonos são trazidas de lá para a Vila do Rio Grande. Porém, o território das Missões, destino final dos casais, estava muito longe de ser ocupado” (Pinto, 2002, p. 307).

Os campos abriam-se para os colonizadores, que ocupavam e invadiam ampliando seus territórios, de Laguna à Colônia do Sacramento, marcando percursos, delimitando e disputando as áreas. Estabeleceram fortificações, estâncias, povoados e, muitas vezes, competiram pela terra com os povos originários das regiões do Rio Grande de São Pedro. Os nativos tiveram suas histórias ceifadas a ferro e sangue, sendo rapidamente dizimados.

O romancista Érico Veríssimo, na obra *Tempo e o Vento*, retrata:

Continente adentro, seguiam o curso dos rios, embrenhavam-se nas matas e, abrindo picadas a golpes de facão e machado, fazendo estradas com os cascos de seus cavalos e tropas, iam ao mesmo tempo rechaçando para oeste e para o sul o inimigo espanhol (Veríssimo, 1949, p. 27-28).

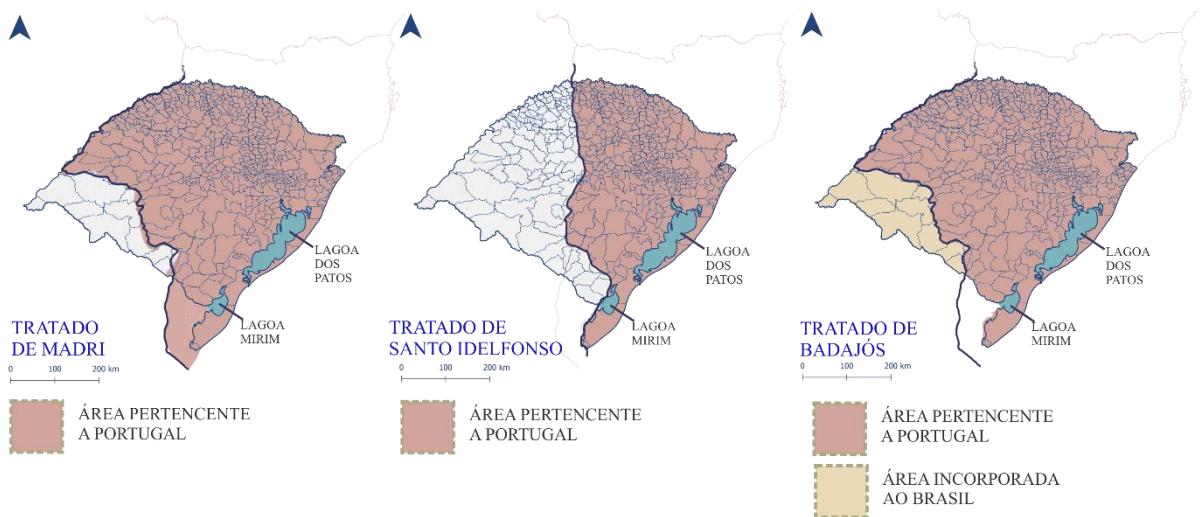
A chegada dos primeiros conquistadores europeus ao território rio-grandense data do século XVII, com a fundação das missões dos jesuítas espanhóis na região do Tape e a expansão gradual dos jesuítas portugueses ao longo do litoral. No entanto, em meados do século XVIII, os portugueses ampliaram significativamente sua presença no território. Conforme esclarece Weimer (2006, p. 22), os jesuítas eram “fiéis ao seu juramento de obediência exclusiva ao Papa” buscando “assentar suas bases de trabalho de evangelização em territórios igualmente afastados dos interesses das Coroas espanhola e portuguesa”. Nesse processo, os povos originários foram catequizados e absorveram a cultura europeia.

Souza, Fioreze e Silva (2005) conduziram um estudo valendo-se de informações disponibilizadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (Revista do IHGRGS), apontando que a primeira forma de atividade comercial na região foi a pecuária. Os missionários da Companhia de Jesus introduziram o gado nas reduções do sul do Brasil, não com fins comerciais, mas sim para complementar as demandas nutricionais da população. Weimer (2006, p. 29) relata que o estoque de gado não era suficiente para alimentar a população, gerando interesse na expansão de suas propriedades em direção ao norte do rio Prata, anexando a Colônia do Santíssimo Sacramento a seu território. Com o passar do tempo, o benefício econômico da criação de gado foi o fator primário e principal impulsionador da exploração e da ocupação das sesmarias nas terras pertencentes ao Rio Grande de São Pedro, desenvolvendo a economia local e iniciando o primeiro ciclo econômico do estado.

Os limites e as fronteiras do Rio Grande do Sul (e do Brasil), ao longo do século XVIII, estavam sujeitos a alterações frequentes. O Tratado de Madrid (1750-1761) foi revogado pelo Tratado de El Pardo (1761). Posteriormente, ao selar o Tratado de Santo Idelfonso, a Espanha recuperou a região dos Sete Povos das Missões (1777- 1800). Somente com o Tratado de

Badajós (1801), Portugal recuperou o controle das Missões Jesuíticas localizadas a oeste do estado do Rio Grande do Sul (figura 11, Mapa Tratado de Badajós, hachurado em amarelo). Dessa forma, uma parcela do território oeste estava sujeita a constantes mudanças de posses e disputas entre portugueses e espanhóis, o que incentivou o povoamento das terras para demarcação de território.

Figura 11 - Consolidação do território do Rio Grande do Sul a partir dos tratados de limites



Fonte: Mapa estadual gerado no Programa ArcGis. 2020 e editado por Paola Maia Fagundes, 2024.

Barroso (2009) define a política expansionista de Portugal em relação à Espanha alicerçada na “teoria da fronteira¹¹”, na qual a fronteira é concebida como trajetória. Conforme a autora:

O processo de povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul, estado do extremo meridional brasileiro foi direcionado pelo domínio de fronteira, nos séculos XVIII e XIX, viabilizando-se uma estratégia de expansão luso-brasileira evidenciada: seja pela direção da corrente colonizadora, seja pelos rumos das comunicações implantadas, quer pela direção da pecuária reinante, quer pela atuação de novas frentes de domínio polarizador, como pelas medidas de contenção do contrabando, como também pela política de concessão de sesmarias, ou ainda pela prontidão militar imperante, uma exigência preventiva diante das ameaças de perdas na área oeste, em virtude dos embates entre Portugal e Espanha (2009, p. 2).

¹¹ Barroso (2009) examina a “Teoria da Fronteira” de autoria de Frederick Jackson Turner, que é discutida no ensaio “The significance of Frontier in America history”. Explicando a história do processo de ocupação norte-americano, a autora menciona que, para Turner, “o conceito de fronteira não é o limite que separa estados soberanos, mas a ‘área livre’ que pode ser ocupada” (2009).

Todos esses tratados exerceram um impacto direto sobre o processo de colonização da região. Com a assinatura do Tratado de Madrid e a garantia de posse da terra missionária pela Coroa portuguesa, ocorreu a chegada dos primeiros imigrantes açorianos.

Inicialmente, esses colonos desembarcaram na região portuária da Vila de Rio Grande, que foi a primeira Vila do Continente de São Pedro e, até o início do século XVIII, a única vila na região. A missão primordial desses colonos era povoar a região das Missões, expandindo-se pelo interior do território. Frente à resistência indígena durante a Guerra Guaranítica, e impossibilitados de alcançar o território das Reduções Jesuíticas, esses açorianos estabeleceram-se próximos à faixa litorânea (com destaque para Rio Grande, Viamão, Mostardas, Osório) e ao longo dos rios (Cachoeira, Santo Amaro do Sul, Rio Pardo, Triunfo, Taquari, Piratini), defendendo os limites do oeste.

De acordo com Comissoli (2009, p. 77), a “indefinição na execução da demarcação do Tratado de Madri impede a travessia e termina por colocar os açorianos em uma instável posição de espera. A demora faz com que muitos começassem a se estabelecer nos locais onde se encontravam”. Barroso (2005, p. 8), menciona que o povoamento de origem portuguesa se propagou principalmente por dois caminhos, o litoral e o interior do estado, por meio da via fluvial do rio Jacuí. Conforme a autora,

com tais mecanismos empurrou-se a fronteira, ocupando as áreas livres que Espanha não povouou. Nelas se formou a primeira rede de povoados, alguns já delimitados como freguesia ao nascer o século XIX: Rio Grande (era vila desde 1747), Viamão (1747), Triunfo (1754), Santo Antônio da Patrulha (1763), Taquari (1765), Vacaria (1768), Rio Pardo (1769), Porto Alegre (1772), Osório (1773) e Cachoeira (1777). No restante, existiam povoados menores caracterizados ainda como capelas e, como tal, não tinham limites configurados, estando sob jurisdição eclesiástica e, consequentemente, civil de uma freguesia (Barroso, p. 8, 2005).

Comissoli (2009) também faz menção a dois itinerários seguidos pelos colonos açorianos durante a expedição demarcadora. O autor explica que no primeiro esses colonos atravessaram a região da campanha¹² em direção às Missões, expedição realizada por Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro. Ao encontrarem resistência por parte dos povos originários missionários, os exploradores recuaram e estabeleceram-se em Rio Pardo, onde acabara de ser construído o Forte do Rio Pardo (1751).

O segundo trajeto, conforme relatado pelo autor, partiu de Rio Grande, localizado no extremo sul, com destino à Freguesia de Viamão. Em Viamão, os colonos seguiram em direção

¹² Região que possui o bioma pampa, localizada no sudoeste do RS, próximo à fronteira e centro do estado do Rio Grande do Sul.

à região das Missões, navegando pelo rio Jacuí, com ponto de parada no armazém militar de Santo Amaro, fortificação às margens da atual Santo Amaro do Sul. Esse armazém abastecia com suprimentos as tropas portuguesas direcionadas a Rio Pardo.

Christillino (2004 *apud* Pires, 2016) afirma que, devido à necessidade de povoar a região, a fundação de Santo Amaro ocorreu por meio da concessão de sesmarias de terras ao Capitão Francisco Xavier Azambuja. Contudo, a busca por essa “terra prometida” foi marcada por consideráveis relatos de dificuldades e sofrimentos enfrentados pelos casais que ali se estabeleceram. Carências como fome, falta de medicamentos e atendimento médico, ineficiência dos meios de transportes, moradia precária, eram elementos comuns a esses recém-chegados.

Segundo Comissoli (2009), a ineficácia dos sistemas de transportes era significativa, impossibilitando que os casais residentes em Santo Amaro conseguissem obter a licença matrimônio, pois era necessário deslocar-se até Viamão para esse fim. Graebin (2004) aborda a carência de atendimento médico e de medicamentos, levando os colonos a recorrerem a conhecimentos e medicamentos naturais para lidar com as doenças. “Para moléstias de bexiga, usava-se como diurético o chá de barba de milho; para as doenças estomacais, chá de macela; em casos de dor de cabeça, colocar nas ‘fontes’ folha de laranjeira; para rouquidão, chá de flores de sabugueiro” (Graebin, 2004, p. 126 *apud* Rosa, 2017, p. 39).

Como os interesses da colônia eram predominantemente voltados para a exploração do ouro e como o território pertencente ao Rio Grande do Sul não oferecia essa riqueza, o resultado foi o pouco interesse pela colonização das terras ao extremo sul do Brasil. Conforme Macedo (1999, p. 122 *apud* Souza; Fioreze; Silva, 2005, p. 12), os interesses dos europeus “estavam voltados para a exploração do ouro, [...], o que justifica a falta de recursos financeiros para a colonização dos imigrantes açorianos e explica as dificuldades iniciais enfrentadas durante a fixação no Novo Mundo”.

2.2.2 A Vila de Santo Amaro do Sul

Figura 12 - Igreja de Santo Amaro



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

Seria possível viver nesta terra? Longe do mar e de qualquer tipo de civilização, perante uma nova vida. Nas lacunas da memória, aqueles homens e mulheres carregaram em alto-mar infinitos sentimentos e lembranças de seus Pagos.

E agora viam-se calados diante do rio Jacuí.

E no ponto mais alto e próximo da água, construíram seus lugares: a praça retangular, o casario e a igreja imponente para que (quem sabe) Deus não os esquecesse.

2.2.2.1 Contexto Histórico – Séc. XVII até XX

A Provisão Régia de 1747 emitida pelo rei Dom João V estabelecia as diretrizes para o assentamento dos ilhéus que chegariam no Brasil. Para garantir que os casais estivessem estabelecidos em seus Lugares, foi ordenado ao Brigadeiro José da Silva Paes que providenciasse a construção de casas simples de taipa onde os recém-chegados poderiam ser alojados. Além disso, os imigrantes recém-chegados tinham a responsabilidade de preparar os alojamentos para os casais subsequentes e assim sucessivamente. Na nova terra, cada casal recebia, como parte das provisões iniciais, duas vacas e uma égua.

O pesquisador e genealogista Pinto (2002) argumenta que a população de ilhéus açorianos e madeirenses foi alojada de maneira precária, uma vez que as promessas feitas no edital de 1747 não foram cumpridas, justificando essas dificuldades pelo fato de o território já estar ocupado por proprietários de extensas áreas. Apenas com a assinatura do Tratado de Santo

Idelfonso (1777), “as sesmarias foram distribuídas dentro dos novos limites. Os açorianos, que até este momento só recebiam datas, passaram a receber sesmarias” (Pinto, 2002, p. 309-310).

Como mencionado, para o Brasil, vieram ilhéus na condição de serem católicos romanos, portanto, a primeira preocupação eram os cuidados dos gestores com a assistência espiritual, como exemplificado no trecho coletado no *Archivo dos Açores*:

E por quanto o primeiro cuidado que deve ter-se, he que todos os ditos colonos sejão assistidos de pasto espiritual, e de Sacramentos, em casa hum dos ditos Lugares fará logo o dito Brigadeiro levantar huma Igreja da estatura que basta para este primeiro estabelecimento; e para o seu fornecimento, e exercício do culto divino se remette em cada navio o preciso, calculando para sessenta Casas, o que toca a huma Igreja (Canto, 1878, p. 379-380).

Figura 13 - O Assentamento açoriano. Ilha de Santa Catarina, atual Florianópolis



Fonte: Gravura de Duché de Vancy. Atlas La Pérouse, c. 1785. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/>

Alguns clérigos das ilhas açorianas migraram para o sul do Brasil mediante uma assistência financeira. Porém, como condição, os religiosos deveriam permanecer na igreja designada e não podiam assumir cargos religiosos em outros locais. A cada um dos vigários foi concedido um quarto de légua (Canto, 1878) para área de construção da Igreja.

Figura 14 - A praça Marechal Câmara

Fonte: IPHAN/RS.

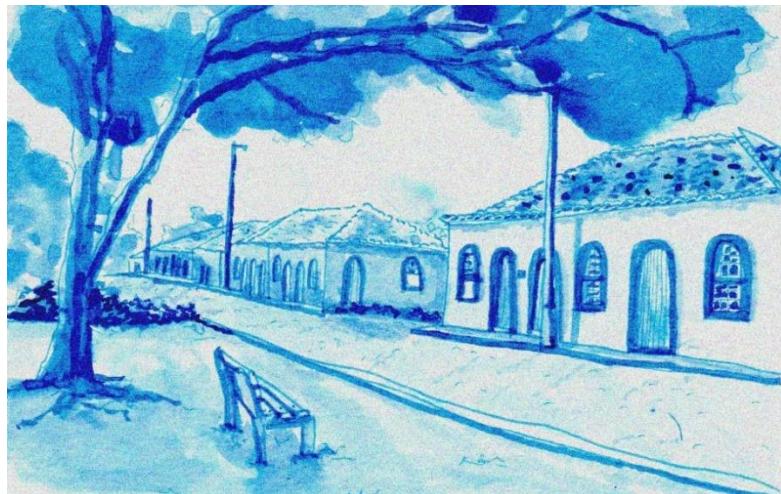
Figura 15 - Cena do filme “Um certo Capitão Rodrigo”

Fonte: Captura feita pela autora da produção audiovisual dirigida por Anselmo Duarte, 1971.

Foi também determinado o número específico de casais designados para se estabelecerem nos assentamentos propostos, assim como a área alocada para cada família. Tomando como base o sistema métrico, um quarto de léguas em quadra correspondia à aproximadamente 1.500 m², sendo esta a superfície destinada para moradia, produção agrícola e criação de animais para cada núcleo familiar. A seguir, as orientações para a fundação dos assentamentos descritas na Provisão Régia de 1747:

Os sitios mais próprios para fundarem Lugares, em cada hum dos quaes se estabeleção, pouco mais ou menos, sessenta Casaes dos que forem chegando, e no contorno de cada lugar, nas terras que ainda não estiverem dadas de Sesmaria assignalará hum quarto de légoa em quadro a casa hum dos cabeças de Casal do mesmo Lugar (Canto, 1878, p. 378).

Figura 16 - Conjunto de casas localizadas na Rua Tomás Pereira



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

A fundação da Vila de Santo Amaro do Sul remonta à segunda metade do século XVIII, quando as primeiras famílias açorianas chegaram à região. No século XVII, durante o período das reduções jesuíticas, o território foi objeto de conflitos envolvendo tribos indígenas, jesuítas e bandeirantes. De acordo com Pereira Rodrigues (2007, p. 19), durante esse período, a região pertencente à Vila de Santo Amaro do Sul, ao longo do Baixo Jacuí, era habitada pelos Caágua¹³. O autor observa que, no decorrer das obras de restauração da Igreja de Santo Amaro, no ano de 2006, foram identificados fragmentos de utensílios cerâmicos utilizados por povos nativos, evidenciando sua presença na região anterior à construção do Fortim de Santo Amaro.

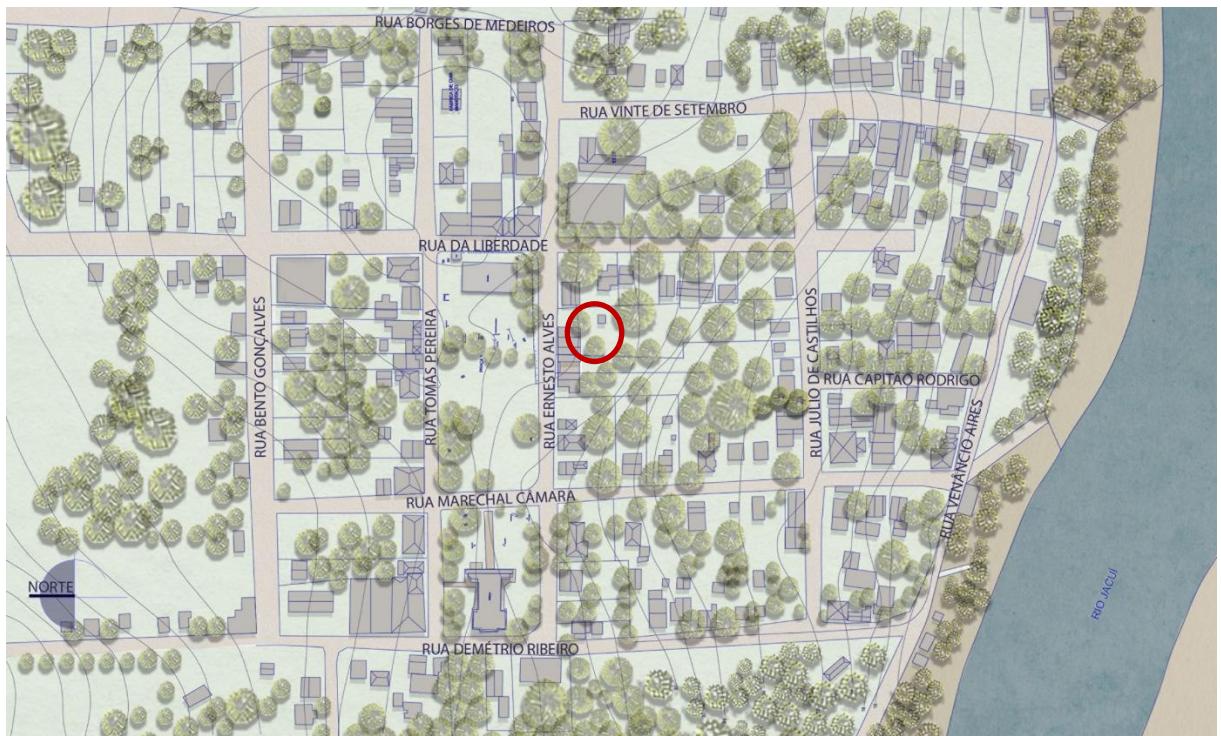
Em 1737, no contexto da disputa pela região missionária, o governo português iniciou a fortificação de seus territórios, construindo “uma linha de penetração e defesa, saindo do Presídio do Rio Grande, Lagoa dos Patos adentro, até o porto de Viamão; deste, rio Jacuí acima, até a Forqueta de Santo Amaro e a Tranqueira do Rio Pardo” (Pereira Rodrigues, 2007).

Segundo o historiador Pereira Rodrigues (2007), em 1752, durante a execução do tratado de Madrid (assinado em 1750), o General Gomes Freire de Andrade, em representação ao governo português, navegava pelo rio Jacuí com a intenção de se encontrar com o governo espanhol. De modo que Gomes Freire instruiu o Governador do Presídio de Rio Grande, Pascoal Azevedo, e o engenheiro João de Gomes Melo a procurarem locais nas margens do rio Jacuí adequados para construção de fortificação. Sendo assim, de acordo com o autor, na Forqueta

¹³ “Primitivos habitantes do território do Município, pertenciam ao ramo Tupi-Guarani, ao lado dos Tapes” (Pereira Rodrigues, 2007, p. 19).

de Santo Amaro foi erguido o Fortim de Santo Amaro, localizado no setor sul da praça em direção ao rio Jacuí, com o propósito de prover apoio às tropas portuguesas, conforme sinalizado na figura 17.

Figura 17 - Levantamento Vila de Santo Amaro do Sul



Circulado em vermelho, o local onde se encontram os registros arqueológicos do Fortim de Santo Amaro. Fonte: cadastro cedido pelo IPHAN, editado por Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 18 - Vestígios arqueológicos do fortim de Santo Amaro



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

Figura 19 - Vestígios arqueológicos do fortim de Santo Amaro



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

A arquiteta Durán Rocca (2009) cita outras versões sobre a construção desta fortificação:

Para alguns autores (Costa, 1922, p. 170), trata-se de um forte que foi ordenado por Silva Paes, em 1737. Outros (Laytano, 1956, p. 47) argumentam que eram armazéns de abastecimento do exército, construídos em 1753, quando a Comissão de demarcação de limites, comandada por Gomes Freire de Andrade, dirigia-se para Rio Pardo (Durán Rocca, 2009, p. 474).

De acordo com Ferreira (1959, p. 226), o armazém foi solicitado por Gomes Freire de Andrade com intenção de abastecimento das “tropas portuguesas que subiam o Jacuí, rumo às Missões, com o fito de combater os jesuítas e os índios missionários. [...] Nesta época o mesmo [...] construiu um forte em rio Pardo, com fito de proteger os campos de Viamão das investidas guaranis”.

A disputa do território sul-americano entre Portugal e Espanha, no contexto do Tratado de Madrid, estabeleceu a ocupação das áreas pertencentes a Portugal, motivando a migração inicial dos açorianos para a região de Santo Amaro do Sul. Para regularizar essa ocupação, a Coroa portuguesa estipulou diretrizes para o assentamento dos ilhéus recém-chegados ao Brasil. O Capitão engenheiro Alexandre José Montanha foi encarregado de planejar o urbanismo da Vila.

Pereira Rodrigues (1999, p. 11) menciona que a “Vila de Santo Amaro, erguida em torno do forte, situa-se na extremidade sudeste da sesmaria de João Alves Mourão”. Em relação às demarcações de terras pelo Capitão Montanha, Durán Rocca (2009) observa que a freguesia se desenvolveu espontaneamente e somente em 1774 foi ordenado o traçado urbanístico, conforme destacado no trecho a seguir:

O traçado urbano foi encomendado pelo Governador Coronel José Marcelino de Figueiredo, em 19 de setembro de 1774, ao engenheiro e Capitão Alexandre José Montanha: *Delimitará a praça e ruas e assim mesmo demarcará a Igreja e o lugar dela, com o concurso daquele Reverendo Vigário. Para o que acima ordeno se dará ao dito Capitão o ajutório necessário* (Durán Rocca, 2009, p. 475).

Portanto, o território assumiu características que refletiam a influência de seus colonizadores, como demonstrado abaixo:

No sítio destinado para o Lugar assignará hum quadro para a praça, de quinhentos palmos de face, e em hum dos lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos por ellas, e nos lados da Praça se porão as moradas em boa ordem, deixando entre humas e outras, e para traz lugar suficiente e repartido para Quintaes. Attendendo assim ao commodo presente, como poderão ampliar-se as casas para o futuro destes Lugares para com os seus ranhos e casas de taipa cobertas de palha, mandará logo o dito Brigadeiro pôr prompts dous ou tres para nelles se accommodarem os primeiros Casaes, que forem chegando, e para segurança destes ranhos se remettem entre as mais ferramentas duas fechaduras para as portas de casa hum (Canto, p. 378, 1878).

Figura 20 - Vila de Santo Amaro do Sul, em 1920



Fonte: Costa (1922, p. 170 *apud* Durán Rocca, 2009, p. 477)

Figura 21 - Vila de Santo Amaro do Sul em 2020



Vista a partir da praça Marechal Câmara. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Na segunda metade do século XVIII, os primeiros casais de açorianos chegaram nas terras de Santo Amaro. Ferreira (1959, p. 226) menciona que Antônio Brito Leme “deve ter sido o mais antigo morador [...] pois em 1754 recebeu uma sesmaria”. Já em 1763, Santo Amaro teve sua capela elevada a Curato e, assim, os casais açorianos, no ano de 1764, “receberam meia légua de campo e matos, estabelecendo-se no local, onde mais tarde se ergueria o povoado de Santo Amaro” (Ferreira, 1959, p. 226-227). E em 1773, a Vila de Santo Amaro foi elevada à categoria de Freguesia de Rio Pardo, por Provisão de 18 de janeiro de 1773, “sendo o primeiro Vigário o padre João Pereira Rodrigues” (Ferreira, 1959, p. 227).

Pinto (2002) apresenta, informações relativas aos primeiros “casaes de número” e suas moradias. O pesquisador destaca dados do período entre 1773 e 1776, durante o qual Manoel Cardozo, natural da ilha do Pico, menciona em seu testamento ser proprietário de “moradas de casa na Freguesia de Santo Amaro [...]. Cobertas com telhas”, atentando para a posição social vantajosa do morador, considerando que, de maneira geral, as casas iniciais eram tradicionalmente cobertas com capim.

Pereira Rodrigues (2007) menciona que, em 1780 já havia 84 proprietários de imóveis na região. Dentre os nomes citados pelo autor, destaca-se Agostinho Gomes Jardim e Teresa Barbosa de Meneses, que se tornariam pais de José Gomes de Vasconcelos Jardim, primeiro presidente da república Rio-grandense e nascido na “Casa das Pestanas”, objeto principal deste trabalho. Teresa era filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, nascido na Ilha da Madeira, foi um proprietário rural e donatário de sesmaria (Sesmaria de Sant’Ana). No local dessa sesmaria, teve o início do povoamento de Porto Alegre.

Ao destacar as boas condições da família de Gomes Jardim, percebe-se não apenas a prosperidade individual, mas também a influência que essa família exercia na comunidade. O fato de Gomes Jardim ter se tornado o primeiro presidente da República Rio-grandense, aumenta o valor simbólico dessa residência na história local. Além disso, revela uma conexão histórica com a ilha da Madeira e contribui para o povoamento de Porto Alegre.

A relevância histórica de José Gomes de Vasconcelos Jardim torna-se ainda mais evidente ao considerar sua trajetória. Nascido no dia 12 de abril de 1773, na própria Casa das Pestanas — elemento central deste trabalho —, Gomes Jardim desempenhou papéis diversos ao longo da vida, como fazendeiro, político e médico autodidata. Segundo Pereira Rodrigues (2007, p. 47), “sua fama estendeu-se além das fronteiras do Rio Grande do Sul; em busca de seus cuidados médicos vinham doentes até de Santa Catarina, Uruguai e Argentina”.

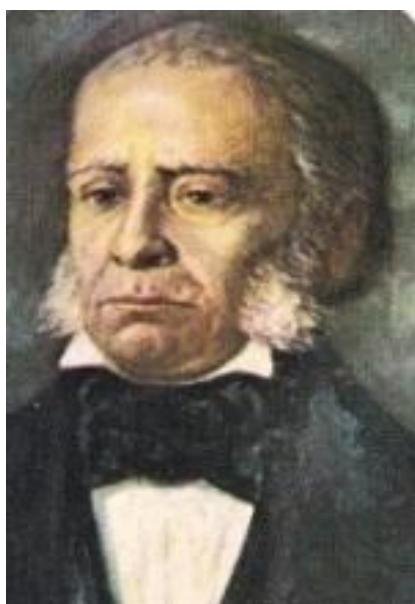
Ele ocupou o cargo de vice-presidente da República Rio-grandense entre 1836 e 1841 e foi eleito presidente substituto entre 1841 e 1845, sendo uma das figuras centrais da Guerra dos Farrapos. Vasconcelos Jardim faleceu em 1845, na então Vila de Pedras Brancas — atual cidade de Guaíba. A casa onde passou seus últimos dias hoje abriga um museu tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), preservando a memória desse personagem fundamental da história gaúcha.

Figura 22 - Casa onde Nasceu José Vasconcelos Gomes Jardim



Fonte: Cena do Filme "Um certo Capitão Rodrigo", dirigido por Anselmo Duarte (1971). Igreja e Casa das Pestanas.

Figura 23 - Retrato de Gomes Jardim



Fonte: Wikipédia.

A Encyclopédia dos municípios brasileiros (Ferreira, 1959) fornece informações sobre os primeiros moradores e seus modos de vida, como é possível observar a seguir:

Na relação dos moradores da freguesia de Santo Amaro em 28 de setembro de 1784, encontram-se alguns dados interessantes. Um dos moradores é o capitão Agostinho Gomes Jardim, possuindo uma sesmaria de uma légua de frente por três de fundo, campo este que fôra anteriormente concedido a José Raimundo de Vasconcelos, em 27 de julho de 1761; Gomes Jardim possuía 2 500 cabeças de gado bovino, 1 500 éguas e 10 cavalos, vivendo da criação de animais e só plantando para "susto (sustento) de sua casa". Os outros moradores também dedicavam-se principalmente à criação, plantando o mínimo indispensável para o sustento. Em 1780, Amaro Tomaz Francisco Garcia recebera terras, na freguesia de Santo Amaro, 'de légua e quarto de comprido por meia de largo', por compra a João Pedroso da Fonseca; na relação consta que possuía 1 300 cabeças de gado bovino, 300 éguas e outros animais, empregando-se 'mais na criação do que nas lavouras' (Ferreira, 1959, p. 227).

O historiador Pereira Rodrigues (2007) fornece, por meio de uma cronologia histórica, informações acerca da demarcação de ruas, praças e espaços destinados à igreja e ao antigo cemitério em seu entorno. Em ponto proeminente, defronte à Casa das Pestanas, foi erguida a igreja de nave simples e capela-mor, no ano de 1787. Essa construção situa-se em uma ampla praça, que constitui o núcleo central do povoado, sendo, até os dias atuais, o local de realização de festividades e manifestações culturais. A referida praça é circundada por conjunto de casas térreas.

Em 1809 foi criado o município de Rio Pardo, pertencente à localidade de Santo Amaro do Sul. Posteriormente, em 1832, passou a ser subordinada ao município de Triunfo e em 1849 foi incorporada a Taquari.

Somente no ano de 1883, Santo Amaro conquistou a emancipação, sendo elevada à condição de Vila pela Lei n.º 1285. O município e a câmara municipal tinham como “Presidente, Januário Batista da Costa, e vereadores: Francisco Patrício Xavier de Azambuja, Teodoro José Viana, Manoel Gomes Junqueira, Geraldo Pinto Rangel, Francisco de Souza Dorneles e Antônio Azambuja Vilanova Fialho” (Ferreira, 1959, p. 227).

O desenvolvimento da cidade foi impulsionado pela significativa importância do rio Jacuí nas atividades comerciais locais, sendo esse trecho fluvial a principal via que conectava Santo Amaro a Porto Alegre. Em 1883, uma importante etapa do progresso foi alcançada quando, na parte mais baixa da Vila de Santo Amaro, próximo ao rio e ao antigo onde os barcos atracavam, inaugurou-se o primeiro segmento ferroviário da linha Porto Alegre - Uruguaiana, que incluía uma estação em Santo Amaro.

A 15 de setembro de 1884 a vila de Santo Amaro é declarada livre, distinguindo-se, no movimento de libertação dos escravos da municipalidade, os cidadãos Luiz Fernandes da Silva, Zózimo Feliciano Barreto, Geraldo Pinto Rangel e a senhora Dorotéia Cidade (Ferreira, 1959, p. 227)

Esse panorama histórico e social de Santo Amaro do Sul — marcado pelo processo de colonização açoriana, pela formação de uma elite rural local, pela importância da paisagem fluvial no desenvolvimento urbano e pela posterior emancipação política da vila — fornece o pano de fundo necessário para compreender a configuração do território e de sua ambiência arquitetônica.

A partir desse cenário, torna-se relevante observar como diferentes sujeitos, ao longo do tempo, perceberam e descreveram esse território. Os relatos de viajantes, como o de Auguste de Saint-Hilaire, permitem acessar impressões sobre a paisagem, a arquitetura e a vida cotidiana local, revelando dimensões materiais e sensoriais que enriquecem a leitura histórica da vila.

A experiência de um “olhar estrangeiro” que cartografa um ambiente que, até então, era desconhecido e projeta sua percepção baseada na compreensão pessoal de diversos fatores físicos e não físicos é refletiva a partir da observação da configuração urbana de uma cidade, da vida ocorrendo ao redor e de suas experiências pessoais.

O ambiente é marcado por tudo o que nos orienta, os caminhos, os bairros, os pontos nodais e os limites. Mas também pela observação da vida acontecendo ao redor, pelo

movimento das pessoas, os cheiros, as texturas e cores que se alteram de acordo com a estação ou com movimento do sol.

Lynch (1960) salienta que a cidade se analisa a partir da percepção individual, na qual, “a cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado. Nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu ambiente, [...] à recordação de experiências passadas” (Lynch, 1960, p. 11). Portanto, a descrição da imagem de uma cidade por um viajante, revela-se no compartilhamento de cenários baseados em suas vivências e experiências pessoais.

Os relatos de viajantes representam uma importante fonte para análises históricas, culturais e sociais. Conforme indica Lima (2019), esse tipo de documentação, ainda que de suma importância, por muito tempo foi “mobilizado como forma de obter informações diretas sobre dada realidade histórica, sem maiores preocupações metodológicas. Valorizava-se o enunciado do viajante em virtude de sua posição enquanto testemunha ocular” (Leite, 1997, p. 22 *apud* Lima, 2019, p. 1), levando à reprodução de estereótipos.

August Saint-Hilaire (1779-1859), botânico, naturalista e viajante, nascido na França em 1779, documentou em seu diário de viagem a vivência de navegar pelo rio Jacuí no ano de 1820. Em sua descrição, ele analisa a Vila de Santo Amaro do Sul, a partir da arquitetura, construção e paisagem.

Pouco antes de anoitecer, passamos pela Vila de Santo Amaro, sede de uma paróquia. A localidade onde está construída essa aldeia é descampada, mas à direita e à esquerda há matas. A igreja fica no topo de uma colina e sobre seu declive veem-se pequenos grupos de casas, entremeadas de laranjeiras e gramados. Essa aldeia seria insignificante se apenas fosse composta de casas que se avistam do rio; mas as seguraram-me que na encosta da colina há muitas casas. Após cruzarmos Santo Amaro, ainda deixamos, à nossa direita, o arroio do Conde (Saint-Hilaire, 2002, p. 442).

Esta narrativa permite estabelecer uma conexão com o momento presente, onde é possível observar as matas na margem esquerda do Jacuí (sentido Leste-Oeste), o descampado com um conjunto de casas e algumas poucas laranjeiras. Embora verifique-se, atualmente, muitas construções, poucas são os exemplares que foram testemunhados por Saint-Hilaire.

Sobre o rio Jacuí, Saint-Hilaire descreveu:

Sobre o Jacuí, a três léguas de Porto Alegre, 15 de maio. – Com o tempo bom e um soberbo luar, navegamos durante parte da noite. Próximo ao lugar onde paramos, passamos pela cachoeira de Dona Rita, a última ao descer o rio. À nossa direita deixamos o riacho do Jacinto Roque. Em seguida, percorremos uma aldeia, situada à

margem esquerda do rio, denominada Freguesia Nova. Diante desta, pouco mais abaixo, inúmeras charqueadas. É próximo à Freguesia Nova que o rio Taquari, bastante volumoso e vindo da Coxilha Grande, reúne suas águas às do Jacuí; torna-se, então, muito mais largo; no entanto, continua salpicado de matas semelhantes às que ontem descrevi. Abaixo da Freguesia Nova, vê-se à direita uma ilha habitada de, aproximadamente, uma légua de comprimento. A uma légua de Freguesia Nova existem ainda charqueadas; à direita, transponemos o arroio dos Ratos. Enfim, passamos, sucessivamente, diante de várias ilhas, algumas das quais inominadas, sendo as mais notáveis a ilha do Fanfa, medindo uma légua, a ilha Rasa, habitada; e por fim, a ilha do Boticário (Saint-Hilaire, 2002, p. 443).

O explorador europeu, ao passar por Porto Alegre, tece comparações sobre as características físicas e alimentares dos açorianos do Rio Grande do Sul com os residentes em Santa Catarina:

Os habitantes desta capitania são originários dos Açores, tal como os de Santa Catarina; entretanto, uns e outros poucos se assemelham: os primeiros são grandes; os outros, pequenos; aqueles, geralmente, são corpulentos; estes, magros. Os catarinenses têm a cútis amarelada, os rio-grandenses são muito brancos, corados e muito mais desembaraçados. Tal diferença de corre naturalmente dos seus hábitos alimentares e costumes. Os catarinenses vivem quase sempre da pesca ou do trabalho da terra. Os desta capitania estão continuamente a cavalo; entregam-se a exercícios violentos respirando o ar mais puro e saudável da terra. Os primeiros alimentam-se à base de peixe e farinha de mandioca; os outros comem carne e, às vezes, pão (Saint-Hilaire, 2002, p. 66-67).

Os relatos de Saint-Hilaire sobre a colonização açoriana e sobre a Vila de Santo Amaro do Sul contribuíram para compreensão da arquitetura, paisagem e relações sociais durante o século XIX, auxiliando nas pesquisas e reflexões sobre a estrutura urbana e social da época.

Embora a colonização açoriana seja frequentemente destacada como o principal vetor da formação identitária de Santo Amaro, a composição étnica da vila se revela mais complexa. Outros grupos — como indígenas e afrodescendentes — também desempenharam papel fundamental na construção social e cultural do território.

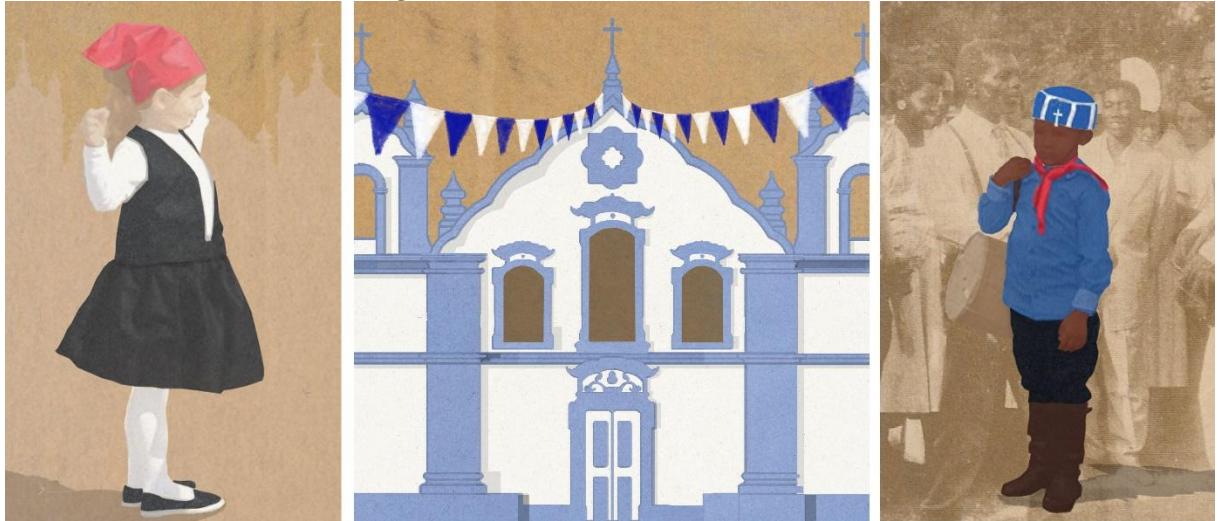
Heinem (2008) apresenta dados contidos no Livro de Registro de Casamentos de Santo Amaro, Livro n.º 01, 1775, disponível no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, no qual estão identificados casamentos categorizados nos seguintes grupos: escravos¹⁴, índios, pardos forros, pretos forros, pardo forro com escrava, pardo liberto com parda forra, pardo forro com índia, mulatos.

Nesse contexto, Heinem (2008) destaca a possibilidade da presença de militares na região, estabelecendo uniões com pessoas de diferentes grupos étnicos. Também são

¹⁴ Os termos utilizados neste trabalho são escravizado e escravização, por entendermos que a situação era imposta e não uma condição natural. Nesse caso, mantiveram-se os termos conforme citados no mencionado documento.

apresentados dados sobre a população escravizada local, evidenciando que alguns indivíduos eram oriundos do continente africano (Benguela, Guiné, Angola, Congo, Costa do Leste, entre outros), enquanto outros eram nascidos no Brasil.

Figura 24 - A matriz étnica de Santo Amaro



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

No âmbito das narrativas orais, merecem destaque não apenas as descrições das festividades, mas também as menções à segregação racial e à existência da Aldeia dos Negros. No livro “Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes”, Schwingel (2008) apresenta relatos da população local que apontam que existiu uma capela de madeira situada dentro dessa aldeia, que era propriedade da Irmandade Nossa Senhora do Rosário.

A seguir, um trecho da entrevista com o morador Francisco Pereira Rodrigues¹⁵, figura que desempenhou múltiplos papéis, foi advogado, político, poeta, romancista, contista, historiador e que ocupou a cadeira número 39 da Academia Rio-grandense de Letras. Essa entrevista foi publicada no livro “Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes”:

Na saída de Santo Amaro, que vai para General Câmara, perto do cemitério, tem umas ruas em forma de triângulo. Era ali que se localizava a Aldeia dos Negros. Como se sabe, os negros foram libertados e jogados nos campos. Naquele tempo os campos ainda não estavam divididos, e eles, sem ter o que trabalhar e sem ter o que comer, até roubavam, mas a maioria resolveu se congregar nas vilas, nas cidades e formaram as aldeias; conheci diversas no Estado, inclusive a última que vi foi na cidade de Encruzilhada (Pereira Rodrigues, 2008, p. 54).

¹⁵ Segundo o blog do Leo Ribeiro, “Francisco Pereira Rodrigues é advogado, político, poeta, romancista, contista e historiador. [...] nasceu em 23 de abril de 1913, em Santo Amaro, na época distrito e sede do Município de General Câmara, no Rio Grande do Sul” (Ribeiro, 2019).

Esse ponto de discussão é de grande relevância, uma vez que explicita a segregação racial e espacial que havia em Santo Amaro, fazendo surgir a indagação sobre como esses grupos se relacionavam com a área abrangida por este projeto, particularmente a Praça Marechal Câmara.

A moradora Noemia de Moraes de Souza Filha, nascida em 1936, durante uma entrevista concedida para o livro “Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes” (2008), menciona que seus pais eram naturais de Santo Amaro, mas que “parece que” sua avó não, demonstrando o desconhecimento sobre suas origens familiares. Além disso, de acordo com a entrevistada, sua família não se considera negra, mas sim mestiça com ascendência indígena, o que sugere a existência de uma mistura étnica em sua linhagem. No trecho subsequente são apresentadas informações relacionadas à Aldeia e à segregação racial:

Morava na Aldeia lá tinha muita casa, era muito rancho de capim. Muito rancho. Eram umas casinhas de barro com capim. [...] Na aldeia morava tio, tia, muitos parentes. Aquilo lá tinha muita gente. Tinha muito negro aqui, agora não tem quase. Dá para contar! Lá fora a gente tinha salão de baile e tudo. [...] As santas da capela da Aldeia eram Nossa Senhora do Santana e Nossa Senhora do Rosário. No fim eu não sei da santa da igreja. [...] Nossas casas eram de barro, era tudo de barro. Para dançar não tinha salão. Tiravam as coisas tudo para a rua, para dançar, em casa de chão. Havia um corredor e a gente morava nos fundos. Tinha um salão na frente e a capelinha era do lado. E nós tínhamos tudo. Eles faziam carnaval em Santo Amaro. Uma vez nós fomos ao clube e entramos. Para que foi? Disseram que nós não íamos mais entrar lá. Essa gente já morreu. Ainda tem gente como antigamente que não gosta da gente (De Souza Filha, 2008, p. 95-96).

Pereira Rodrigues (2008) relembra a festa da Nossa Senhora do Rosário, na qual a população negra da Aldeia vinha “a caráter”, com tambores, rei e rainha, e o padre da Igreja permitia que eles entrassem e depois saíssem em procissão. É possível observar nesse relato que a Igreja localizada na área abrangida pelo projeto tinha uma relevância significativa para a população negra local. Além disso, no conjunto de casas que contornam a praça Marechal Câmara, encontra-se o salão paroquial, que naquela época era um pavilhão de madeira, atualmente construído em alvenaria. Neste ocorriam festas com uma divisão entre os seus frequentadores brancos e negros. Maria de Fátima Silva recorda as festas onde “os brancos utilizavam o salão grande, onde ali eles faziam as festas, e dos pretos era um pouquinho abaixo; era um salão meio arredondado com meia dúzia de bancos nos cantos” (Silva, 2008, p. 88).

Para o reconhecimento das diversas influências étnicas que moldaram a história da Vila de Santo Amaro do Sul, foi essencial analisar as dinâmicas culturais e sociais relacionadas à área de atuação do projeto e suas proximidades. A ênfase deste trabalho está, principalmente,

na colonização açoriana, visto que as características arquitetônicas presentes na poligonal de tombamento remontam a um povoado de origem luso-açoriana. No entanto, a interação de diferentes comunidades, conforme documentadas no Livro de Registros de Casamentos, evidencia a diversidade não apenas na fundação do povoado, mas também nas expressões culturais vigentes na atualidade.

Reconhecer previamente a relação entre os grupos étnicos com a poligonal de tombamento na Vila de Santo Amaro do Sul contribui para a preservação da memória desses grupos no âmbito da proposta de restauração, intervenção e ambiência da área onde o projeto de mestrado atua.

2.2.2.2 Contexto Histórico – Do século XX até a atualidade

No início do século XX, a Vila de Santo Amaro do Sul contava com um número reduzido de habitantes. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Ferreira, 1959), em 1913 havia 92 prédios e 450 moradores; enquanto o povoado da “Margem” (atual General Câmara), contava com 180 prédios e 1200 habitantes. Em 1820, Santo Amaro tinha apenas 500 habitantes.

Em 1 de janeiro de 1939, a sede do município de Santo Amaro foi deslocada para a Margem, em virtude da criação do Arsenal de Guerra nesse distrito. Conforme o historiador Pereira Rodrigues (2007, p. 96),

tiraram de Santo Amaro a Prefeitura, a Delegacia de Polícia, a Exatoria Estadual, a Exatoria Federal, o Foro, as Serventias Extrajudiciais, a Agência Estadual de Estatística, o Destacamento da Brigada Militar, a Agência dos Correios e Telégrafos, o Centro Telefônico, enfim, todos os órgãos públicos com os seus numerosos servidores.

Consequentemente, Santo Amaro perdeu seu status de município e foi rebaixada à condição de Vila.

Em um cenário de estagnação econômica após a mudança da sede, o povoado viu, aos poucos, a população se dispersar. Entretanto, mesmo diante desse declínio, à medida que a população gradualmente abandonava a Vila, as características fundamentais do tecido urbano e arquitetônico mantiveram-se preservadas até os dias atuais. Nesse sentido, a Vila permanece

como testemunho de um conjunto arquitetônico que abriga em si as características tradicionais da colonização luso-açoriana no Rio Grande do Sul.

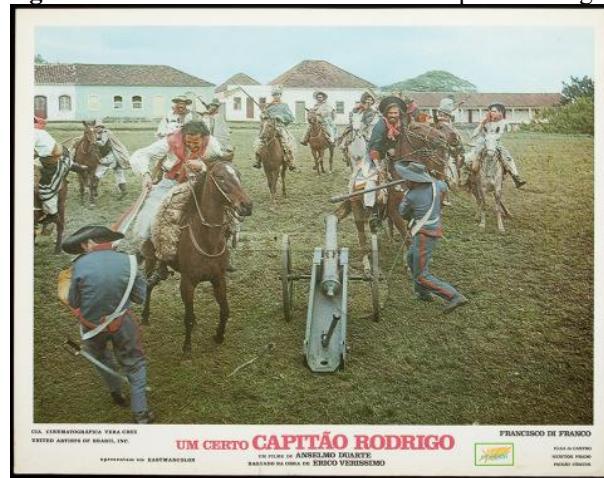
Em 1970, a Vila serviu de cenário para o filme “Um Certo capitão Rodrigo”, direção de Anselmo Duarte, baseado no livro O tempo e o Vento, do escritor Érico Veríssimo. O filme é um importante material histórico, com imagens internas e externas da Casa das Pestanas, praça e entorno imediato. A relevância do filme para a comunidade é tamanha que no Portal IPHAN é mencionado:

Em 1970, diversos locais da Vila foram utilizados como cenários para o filme Um Certo Capitão Rodrigo, dirigido por Anselmo Duarte e baseado na trilogia O tempo e o vento, obra do escritor Érico Veríssimo, que reúne ficção e história, como a Revolução Farroupilha (IPHAN, 2014).

O jornalista José Vieira da Cunha, que acompanhou as filmagens enquanto repórter do jornal Folha da Manhã, relembra a visita do escritor Érico Veríssimo:

O casario de Santo Amaro facilitou muito para a reconstituição de época. Bastou retirar os postes da iluminação pública e outros dois ou três retoques para que a pequena cidade do interior gaúcho se transformasse na Santa Fé idealizada pelo escritor, de quem ouvi a exclamação de que era mesmo a cidade ideal. "É tudo igual", disse Erico, que viveu uma tarde ímpar em junho daquele ano. Foi visitar as filmagens, provocando um momento inusual, quando o autor se encontrou com seus personagens. A visita de Érico foi tão comemorada, tanto pelos cidadãos reais como por seus fictícios, que a cidade parou nesse dia. E mais: vivenciaram um inédito momento, com os personagens literalmente desfilando para o escritor! Foi incrível: na rua principal, todos eles, com o vestuário de época criado para o filme, fizeram uma apresentação especial para seu criador, mesmo desafiando uma chuvinha fina que se arrastou pela tarde (Cunha, 2021)

Figura 25 - Cartaz do filme “Um certo Capitão Rodrigo”



Fonte: Banco de Conteúdos Culturais. Acesso 2022.

Figura 26 - Cartaz do filme “Um certo Capitão Rodrigo”



Fonte: Banco de Conteúdos Culturais. Acesso 2022.

Figura 27 - Vista para o norte da praça



Na imagem observa-se a praça como um descampado, quase sem vegetações, e o conjunto de casas em destaque.
Fonte: captura do Filme "Um certo Capitão Rodrigo", dirigido por Anselmo Duarte (1971).

No ano de 1998 a Igreja Matriz e mais 14 edificações foram tombadas pelo IPHAN e Santo Amaro do Sul tornou-se reconhecida como patrimônio nacional. A praça só seria tombada mais de uma década depois, assunto que será desenvolvido no Capítulo 3.2.

3 A TRAVESSIA CULTURAL

3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

“Santo Amaro, Santo Amaro, proteja nossa cidade”, no dia 15 de janeiro de 2023, centenas de pessoas se reuniram em frente à Igreja para procissão que contornou a praça Marechal Câmara em demonstração de fé e devoção. O cortejo foi marcado por um cântico uníssono, onde o grupo clamava por proteção, demonstrando a marcante representatividade católica no povoado.

Figura 28 - Saída para a procissão na Festa de Santo Amaro



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Após a procissão, o imenso grupo formado por moradores, familiares, ex-moradores e turistas, retornou para o ponto de partida em frente à igreja, organizando-se em fila para a benção e para receber a fitinha de Santo Amaro. Posteriormente, a celebração continuou com banda musical, apresentações folclóricas, leilão de animais e degustação de culinária tradicional.

O entorno da praça foi adornado por bandeirinhas de papel, bancas de alimentação, brinquedos infláveis. Nos dias que antecederam a festa, a comunidade participou da novena na igreja, de uma procissão luminosa, de bailes e, ao nascer do sol no dia 15 de janeiro, ocorreu a “Alvorada”, com uma banda musical se apresentando na praça Marechal Câmara. Esses eventos refletem a tradição cultural e religiosa do povoado.

Figura 29 - Procissão de Santo Amaro



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

As festividades religiosas no povoado de Santo Amaro do Sul são realizadas desde 1787 e são marcadas pela presença de diversos grupos que deixaram um legado de suas festas, saberes, rituais, manifestações artístico-culturais, além do patrimônio arquitetônico construído. Destaca-se, em particular, a tradicional festa de Santo Amaro, que se caracteriza por seus ritos, ocorrendo anualmente no mês de janeiro.

Conforme consta no Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, no verbete “Patrimônio Imaterial”, a Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas, um “marco legal para a política de patrimônio cultural” (Vianna, 2016). Esse conceito envolve a

preservação dos bens culturais, incluindo as formas de expressão tradicionais de um povo, seus modos de vida e saberes. Isso abrange as “celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral” (Vianna, 2016). Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 no Artigo 216, seção II, Da Cultura, estabelece:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Enquanto política pública no Brasil, o patrimônio imaterial está contemplado no Decreto n.º 3.551, do IPHAN, de 4 de agosto de 2000, que estabelece o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, incluindo os Saberes (modos de fazer de um determinado grupo); as Celebrações (rituais, festas); as Formas de Expressão (literatura, música, arte) e os Lugares (mercados, feiras e santuários). O referido documento foi referência na legislação brasileira, onde o patrimônio imaterial pode ser reconhecido como “Patrimônio Cultural do Brasil”. Importante destacar que no artigo 8º ficou instituído o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” (PNPI),¹⁶ voltado ao fomento de projetos que preservem e valorizem as manifestações culturais brasileiras. De acordo com Castro e Fonseca (2008, p. 23), o PNPI possui enquanto metas:

- implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;
- contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade;
- captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro;
- incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

¹⁶ Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Disponível em: <https://www.gov.br/iphant/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-do-patrimonio-imaterial-pnpi>

Na apresentação do livro Patrimônio Imaterial no Brasil, Vincent Defourny (2008) destaca o alinhamento histórico entre as tratativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a legislação brasileira pertinente ao patrimônio imaterial. Ele aponta o Brasil como referência no que tange à política voltada à salvaguarda desse patrimônio, destacando a sintonia “conceitual entre as proposições da Unesco e a posição do Brasil nesse campo” (Defourny, 2008, p. 7). A experiência brasileira é notavelmente reconhecida na formulação da própria Convenção, a qual incorporou em seus princípios gerais as experiências e práticas brasileiras.

A Unesco, em âmbito internacional, outorgou o reconhecimento ao Patrimônio Cultural Imaterial. Durante a 32^a Sessão da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial¹⁷, ocorrida em Paris no ano de 2003, foi reafirmado o conceito de patrimônio cultural como importante “fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável”. Tal definição orientou a formulação de políticas públicas em níveis local, nacional e internacional, visando à proteção desse patrimônio.

As definições presentes no Artigo 2º do referido documento conceituam patrimônio cultural imaterial como:

1. as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003 p. 4).

Em relação ao patrimônio imaterial da Vila de Santo Amaro do Sul, este não foi contemplado no processo de tombamento, embora tenha sido mencionado. Adicionalmente, o Plano Diretor Municipal carece de políticas públicas ou diretrizes específicas voltadas à preservação e ao reconhecimento de elementos imateriais significativos, como as festas, comidas típicas e artesanato local.

Na Vila de Santo Amaro do Sul, a festa em homenagem ao padroeiro do povoado é uma expressão cultural popular repleta de símbolos e rituais, organizada pela Irmandade do

¹⁷ A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial foi realizada em Paris nos meses de setembro e outubro de 2003. Originalmente, o documento publicado pela Unesco tinha o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage.

Santíssimo Sacramento e Santo Amaro. Rosa (2008, p. 247) descreve a preparação da festa, onde os membros da Irmandade se destacam por utilizar distintivos símbolos, como vestimentas típicas, “o uso da opa vermelha, sobre a roupa, [...], bem como o local de assento dos ‘irmãos’, junto ao padre e ao longo da missa”.

Elenita Teresinha de Souza Vianna, recordou os festejos de Santo Amaro (figura 30):

As festas de janeiro eram muito bonitas, sendo o dobro do que são agora. Faziam-se os barracões de brancos e negros ao lado da Igreja, os quais eram separados. No dia da festa, viam-se muitas carretas de boi, pois carro era um ou outro. [...] Eram três dias de festas, muito movimento, parecendo que Porto Alegre estava dentro de Santo Amaro, porque era muita gente mesmo, por aqui (Vianna, 2008, p.37).

Figura 30 - “Dona Mosquita” em frente à igreja



Fonte: Acervo do IPHAN. Fotografia: Leo Munhoz.

Em entrevista concedida ao Jornal Zero Hora, em 2007, ela deixa evidente que os festejos religiosos eram acessíveis a todos, enquanto os festejos ditos *profanos*¹⁸, ocorriam em salões de baile separados. Os negros não tinham permissão para entrar no salão destinado aos

¹⁸ “A parte religiosa era para todos, porém, a parte dos festejos profanos, se realizava em dois salões: um para os brancos e outro para os negros” (Rosa, 2008, p. 248).

brancos, ao passo que os brancos podiam dançar nos dois salões. Conforme Pires (2016), o processo de mudança dessa dinâmica só se concretizou em 1976.

É relevante assinalar que a Vila de Santo Amaro do Sul não se limitava apenas aos festejos açorianos. Ao longo dos anos, algumas festas e ritos populares foram perdidos, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Ensaio de Pagamento de Promessas Quicumbi. Os registros dessas festividades são escassos, porém, alguns moradores relataram suas memórias referente ritos de origem africana. Um personagem significativo nesse contexto, o Senhor “Cafuncho”, era o responsável pela organização e realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Citado pelo historiador e Doutor em Arqueologia, André Luis Ramos Soares, “Cafuncho” era um homem negro que atuava em papéis diversos, como capelão, sacristão-mor, sineiro e coveiro. As festividades da Festa de Nossa Senhora do Rosário ocorriam “a céu aberto e, segundo relatos de moradores, próximo a uma figueira, que até hoje compõe o cenário da antiga aldeia” (2013, p.11).

Ainda em relação aos ritos de matriz africana, Pereira Rodrigues (2008) em entrevista sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário e o Ensaio de Pagamento de Promessas Quicumbi, registra:

Neste espaço eles conservavam os costumes de seus ancestrais. Eles tinham um grupo que chamavam de “Quicumbi”. Nos dias de festa de Santo Amaro, que eram 3 dias, a festa da Nossa Senhora do Rosário, eram os negros que festejavam, sendo que até o festeiro e a juíza eram negros, além da festa do Espírito Santo e do Santo Amaro, nos dias 13, 14 e 15. que era de Nossa Senhora do Rosário, os negros vinham da Aldeia, a caráter, com roupas bonitas, traziam na frente um rei e uma rainha com uma coroa. Até hoje não se sabe onde foram parar estes elementos. Então eles entravam pela rua que vinha lá da Aldeia e direto para a Igreja, batendo tambor e cantando. Na igreja o padre permitia que eles entrassem e, no espaço antes dos bancos, faziam suas evoluções. Era muito bonito. Depois saiam em cortejo com bandeiras à sua frente e iam visitar determinadas pessoas, os festeiros, o prefeito, o delegado, os juízes. Iam nas casas onde cantavam e dançavam, isso durante manhã, depois se recolhiam (p. 54-55).

O Ensaio de Pagamento de Promessa Quicumbi é uma tradição cultural que combina elementos da cultura negra e açoriana, remetendo ao século 18. Atualmente, no ano de 2024, essa prática só é realizada nas comunidades Quilombolas de Mostardas e Tavares, no estado do Rio Grande do Sul. Durante um período de 12 horas, que vai do pôr do sol ao raiar do sol, um grupo composto por homens, formando pares de dançantes, “tamboeiro” e pandeirista, realizam uma celebração em louvor à Nossa Senhora do Rosário. Conforme esclarecido no documentário “Território Quicumbi”, o Ensaio de Pagamento de Promessa era realizado:

pela cura de uma enfermidade, por uma boa pesca e farta colheita, para constituir um casamento, o que lhes era proibido na época, ou até pela própria liberdade, recorria a sua fé e à promessa à Nossa Senhora do Rosário. Graça concedida, o dono do pedido recorria ao guia da irmandade para realizar o ensaio do pagamento de promessa (Coração de Tambor e Rota Afro-Açoriana, 2020).

Figura 31 - Cena do Documentário “Território Quicumbi: A importância dos Negros no Litoral do Rs”



Documentário produzido pelo Ponto de Cultura Coração de Tambor e Rota Afro-Açoriana, 2020. Captura da imagem feita pela autora, ano 2024.

Figura 32 - Cena do Documentário “Território Quicumbi- A importância dos Negros no Litoral do Rs”



Documentário produzido pelo Ponto de Cultura Coração de Tambor e Rota Afro-Açoriana, 2020. Captura da imagem feita pela autora, ano 2024.

Figura 33 - Cena do Documentário “Território Quicumbi- A importância dos Negros no Litoral do Rs”



Documentário produzido pelo Ponto de Cultura Coração de Tambor e Rota Afro-Açoriana, 2020. Captura da imagem feita pela autora, ano 2024.

Figura 33 - Cena do Documentário “Território Quicumbi- A importância dos Negros no Litoral do Rs”



Documentário produzido pelo Ponto de Cultura Coração de Tambor e Rota Afro-Açoriana, 2020. Captura da imagem feita pela autora, ano 2024.

Os festejos populares que representam a Vila de Santo Amaro do Sul exercem considerável alcance na região, atraindo alto número de visitantes e proporcionando retorno econômico ao comércio local e às bancas de produtos não locais, como cervejarias e lancherias. Soares (2013) destaca a disputa pelo controle dessas festividades entre os diferentes setores da comunidade, como a Irmandade, a Associação dos Veranistas e Amigos de Santo Amaro (AVASA) e outras organizações sociais. Conforme o autor, essa disputa não se limita aos recursos financeiros, envolvendo também aspectos imateriais e simbólicos desses eventos. As disputas tornam-se evidentes nas interações sociais com os moradores locais, onde a segregação, especialmente entre os grupos de pescadores e moradores locais, ainda está presente. De acordo com o autor,

As festas e o rio Jacuí são tomados como elementos importantes para a existência física e espiritual da comunidade. Não são apenas os peixes e o meio de transporte fluvial, mas a religiosidade, expressa nas festas e devoções, representa a conexão entre o espaço e as pessoas, no qual imagens de santos, romarias e procissão terrestre e fluvial são imbricadas em sua manifestação popular (Soares, 2013, p.12).

Figura 34 - Imagem de Iemanjá, próximo ao rio. Um dos principais Orixás da Umbanda



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Estas manifestações culturais estão sujeitas a contínuas mudanças e adaptações visando à sua preservação e continuidade. É notável a apropriação das festividades açorianas por parte das associações, mesmo que não necessariamente organizadas por descendentes de açorianos. Em contrapartida, Soares (2013) destaca o enfraquecimento das celebrações ligadas à identidade afro-brasileira no município, apresentando um ponto de destaque:

Aqui podemos identificar mais uma representação: as festas são de imigrantes açorianos e não de afrodescendentes, e esta exclusão cultural implica também em exclusão social, política e econômica. A participação de negros na organização das festas é bastante recente. Segundo as entrevistas realizadas, a adesão de membros

negros à Irmandade ocorreu há poucos anos, e ainda está restrita a apenas um representante (Soares, 2013, p. 13).

No contexto dos saberes e fazeres, identificou-se e catalogou-se os saberes e o patrimônio cultural imaterial, incluindo hábitos alimentares, produção de artesanatos, folclore (danças e músicas típicas), literatura e atividades, como a pesca; em sua grande maioria, influenciadas diretamente pela colonização açoriana. Esse material contribuiu para fundamentar e embasar a proposta de uso para a Casa das Pestanas, promovendo a difusão da produção cultural da Vila de Santo Amaro do Sul.

Figura 35 - Cueca Virada, doce tradicional açoriano



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 36 - Venda de comidas típicas na festa “Santo Amaro em Portugal”



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Com o objetivo de identificar os saberes e fazeres relevantes ao projeto, elaborou-se uma tabela baseada em referências que foram devidamente mencionadas. Importante citar que alguns destes estudos não foram desenvolvidos na Vila, mas sim no município de Taquari, ao qual a Freguesia de Santo Amaro do Sul foi incorporada em 1849 até 1881. A tabela, que será apresentada a seguir, inclui (1) os saberes, (2) fonte de referência bibliográfica e (3) o trecho que menciona os saberes.

Tabela 1- O Saber-Fazer no Referencial teórico

SABERES	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	TRECHO COM MENÇÃO AO SABER-FAZER
Gastronomia açoriana	SILVA, Cleidirose Da. Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo. 2014. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/10737/455	[os açorianos] “Segundo Nilda Rita dos Santos (2007, p. 57) ‘A População pobre era numerosa. Produziam em casa feijoada, charque assado, milho verde, pirão de farinha de mandioca, quibebe (pirão de abóbora), carne de porco e de galinha, e morcela (morcelha) frita. Como sobremesa usavam o melado de cana, frutas em calda e principalmente a gostosa laranja de umbigo e a laranja caipira ” (Silva, 2009, p. 29, grifo próprio)

Gastronomia açoriana	SILVA, André Vanderlei da. Taquari RS e os Açorianos: A migração dos ilhéus no século XVIII e sua contribuição para o patrimônio cultural local. 2022. 182p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.	(Becker, 2010, p. 21 <i>apud</i> Silva, p. 149): “[...] existe um prato que é unanimidade entre o povo dos Açores. Ninguém rejeita uma boa “sorda”. Para quem nunca ouviu falar dela, é uma sopa à base de pão, ovos e regada com caldo de carne . Mas para ser verdadeiramente o prato típico dos açorianos, não pode faltar o complemento, que são os raminhos de hortelã.” (Silva, 2022, p. 149, grifo próprio)
Gastronomia açoriana	SILVA, André Vanderlei da. Taquari RS e os Açorianos: A migração dos ilhéus no século XVIII e sua contribuição para o patrimônio cultural local. 2022. 182p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.	“No entanto os pratos mais comumente observados na comunidade local que são diretamente associados aos açorianos são os doces. Encontrou-se a “ Cueca Virada com açúcar ”, o “ Quindim ”, a “ Polenta Doce ”, o “ Arroz de Leite ”, a “ Ambrosia ”, a “ Paçoca de Amendoim ” e outros sabores açorianos (Gomes, 2017) (Silva, 2022, p. 150, grifo próprio)
Gastronomia açoriana	SILVA, André Vanderlei da. Taquari RS e os Açorianos: A migração dos ilhéus no século XVIII e sua contribuição para o patrimônio cultural local. 2022. 182p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.	“O ‘ Pão de Milho ’ vem em uma intensidade menor, mais caseiro, com versões doce ou salgado. É acompanhado de outros exemplos mais simples, como os “ Bolinhos de Chuva ”, normalmente servidos às visitas para acompanhar o chimarrão em dias de inverno, e o pão reaproveitado com ovo em fritura ” (Silva, 2022, p. 151, grifo próprio)

Gastronomia açoriana	SILVA, Cleidirose Da. Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo. 2014. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/10737/455	<p>“Entre estes pratos açorianos, temos o caldo verde, o fervido, composto por uma mistura variada de legumes e verduras, que, às vezes, é complementado com peixes, ou com carne bovina ou porco; quando servido, é acompanhado do pão de trigo sovado, outro prato açoriano considerado um complemento indispensável. Há registros de que, nos Açores, utilizavam o peixe como alimento indispensável; por isso, era usado no caldo verde, mas, quando chegaram ao Rio Grande do Sul, na categoria de colonizadores, precisavam pescá-lo no rio; e, na falta de peixe, passaram a utilizar a carne para complementar o fervido ou o caldo verde.</p> <p>O peixe, o pescado de uma forma geral, era um alimento que necessitava de certa experiência de pescador, o que também os colonizadores açorianos legaram aos brasileiros. Segundo Moraes (2007, p.143), “habitados a pescar do alto dos penhascos sobre os rochedos, souberam explorar muito bem a costa marítima catarinense e riograndense, que não possui nenhum obstáculo [...] tanto no mar quanto nas lagoas e rios [...].” (Silva; Laroque; Machado, 2017, p. 190-191, grifo próprio)</p>
Venda do Artesanato	BARROSO, Véra Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita da. (org.). Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes. Venâncio Aires: Traço, 2008.	[sobre os estudantes] “ se essas atividades fossem extraclasses, acrediito que os alunos frequentariam [...] aos alunos tem quem ensine o trabalho manual. Eles possuem tudo, porém não fazem para vender, para tentar vender, para ter renda. Santo Amaro é cidade turística, [...] produzir artesanato) alguma coisa para levar e aqui não se aproveita essa oportunidade” (Barroso; Brito; Rosa, 2008, p. 403, grifo próprio).
Legado açoriano: artesanatos escamas de peixe	BARROSO, Véra Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita da. (org.). Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes. Venâncio Aires: Traço, 2008.	“e para resgatar o artesanato açoriano, que a mulher açoriana nos legou [...] nós resgatamos o artesanato em escama de peixe, porque aqui no restaurante a gente usa muito peixe. [...] transformar essa escama em flores, camafeus, brincos, colares. [...] o tingimento das nossas escamas é natural (betteraba)” (Barroso; Brito; Rosa, 2008, p. 102, grifo próprio).

Saber-fazer: redes de pesca	BARROSO, Véra Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita da. (org.). Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes. Venâncio Aires: Traço, 2008.	“Quando seu Otaviano convidou algum dos alunos a pegarem o malheiro (instrumento utilizado para tecer redes) e a agulha para aprender a fazer redes, nenhum dos alunos queria aprender . Então tomei a liberdade: ‘O senhor poderia me ensinar a fazer redes?’ foi gratificante ver a alegria daquele ancião ” (Barroso; Brito; Rosa, 2008, p. 362, grifo próprio).
Pesca	BARROSO, Véra Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita da. (org.). Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes. Venâncio Aires: Traço, 2008.	“a subsistência da vila está baseada na pesca [...] comércio de alimentos, artesanato com escamas de peixes e até mesmo turismo religioso” (Barroso; Brito; Rosa, 2008, p. 17, grifo próprio).
Pesca	BARROSO, Véra Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita da. (org.). Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes. Venâncio Aires: Traço, 2008.	“nos tempos de juventude pescava com meu pai. Foi ele que me ensinou a pescar e meu tio a fazer redes de pesca ” (Barroso; Brito; Rosa, 2008, p. 17, grifo próprio).

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024.

3.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO

Tabela 2 - Informações Processo de Tombamento

Classificação	Conjunto Arquitetônico
Nome atribuído	Conjunto histórico da Vila de Santo Amaro do Sul, contendo quatorze edificações
Livro	Histórico
Ano de tombamento	1998
Número de inscrição	577
Processo número	1376-T-1996
Proprietário	Município de General Câmara / RS

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024.

Para compreender o processo de reconhecimento e tombamento federal do conjunto de edificações tombadas denominado “Conjunto Histórico Vila de Santo Amaro” e desenvolver um projeto coerente que siga as diretrizes propostas pelo IPHAN, conduziu-se um estudo com base nos documentos do Processo 1.376- T-96 IPHAN. A abertura do pedido de tombamento foi feita em 1996, porém, levou mais de uma década para que o Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro do Sul fosse efetivamente tombado. Esta pesquisa focou em compreender as diretrizes propostas para a área de atuação do projeto e área do entorno.

Segundo Rhoden (2008), a identificação do patrimônio aconteceu entre os anos 1989 e 1991, a partir da realização do inventário. Foi Luiz Antônio Bolcato Custódio, então coordenador regional do IPHAN/RS, quem deu início ao processo de proteção desse patrimônio, nomeado “Conjunto Histórico na Vila de Santo Amaro”, município de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul. O tombamento descrito no Diário Oficial da União de 2009 abrangeu o conjunto de origem portuguesa com 14 edificações, igreja matriz e praça. Também foi delimitada a área de entorno compreendendo a paisagem urbana entre o vilarejo e o rio Jacuí, dividida em três setores, as quais possuem diretrizes e parâmetros específicos, com intenção de preservar a ambiência do conjunto. A fundamentação¹⁹ para o tombamento foi elaborada por Rhoden, que destacou a importância do apoio comunitário para a preservação de Santo Amaro do Sul.

Os estudos realizados neste trabalho demonstram que a iniciativa pelo tombamento partiu de técnicos e da administração local e não da comunidade. Essa observação foi

¹⁹ Fundamentação. Processo n. 1.376-T-96, V. I. Protocolo 01450.004880/2009-23, abertura 30/06/2009. Fl. 007.

mencionada por Rhoden: “referenciado pelo professor Augusto Carlos da Silva Telles em seu parecer transscrito no processo de tombamento, para os moradores da vila e a população em geral, esse reconhecimento ainda está longe de ser entendido” (2008, p.191).

Na 15^a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que ocorreu no Museu Nacional, em 9 de novembro de 1998²⁰, foi apresentado o parecer referente à proposta de tombamento do conjunto histórico de Santo Amaro. Foi ressaltado que “o Sr. Prefeito e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de General Câmara, através de cartas, declararam ser interesse municipal o tombamento em questão”. Durante a reunião, quando a proposta foi submetida à votação, a inscrição do Conjunto nos livros Tombo do IPHAN foi aprovada por unanimidade. De acordo com Nestor Goulart Reis Filho e Anna Elisa Finger, no livro “Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural: Cidades históricas, conjunto urbanísticos e arquitetônicos” (2016), o tombamento incluiu “14 edificações residenciais e Igreja Matriz, assim como a declaração de uma área de entorno para a preservação da trama urbana e da paisagem entre a Vila e o rio Jacuí” (Filho; Finger, 2016, p. 253). Também mencionou que os elementos que não harmonizavam com o conjunto e que estavam instalados na praça deveriam ser removidos. Na mencionada reunião, foram sugeridos que o entorno dos objetos tombados e a praça deveriam ser acrescentados ao tombamento, conforme trecho a seguir:

Ficamos de pleno acordo com o tombamento proposto das edificações residenciais e da Igreja Matriz, assim como com a definição de entorno do conjunto urbano. [...] Julgamos, no entanto, salvo melhor juízo, que se deva acrescentar aos objetos de tombamento específico toda a área em volta da Matriz e igualmente a praça fronteira, contornadas ambas pelas ruas Demétrio Ribeiro, Thomás Pereira, Liberdade e Ernesto Alves. Estamos propondo isto, apesar de estes logradouros já fazerem parte da área a ser definida como entorno, pelo significado da área como centro e núcleo da vila e que constitui o espaço envoltório e valorizador da Matriz e da maior parte das edificações a serem tombadas (Filho; Finger, 2016, p. 253-254).

Em 1999 houve o pedido de inclusão da praça na área tombada²¹, pois, de acordo com o parecer de 23 de novembro de 1998, ela foi considerada entorno de bem tombado. Assim, foi enviado um memorando ao DEPROT (Memo. 176/99), sugerindo uma nova delimitação de entorno. Quanto à demora na tramitação do processo, o Ofício n.º 57/5 - GAB/PRESI²², de 05 de abril de 2005, esclarece:

²⁰ Processo tombamento IPHAN 1.376- T-96. V. III. Protocolo 01458.001488/2009-23, abertura 30/06/2009. Fl. 212.

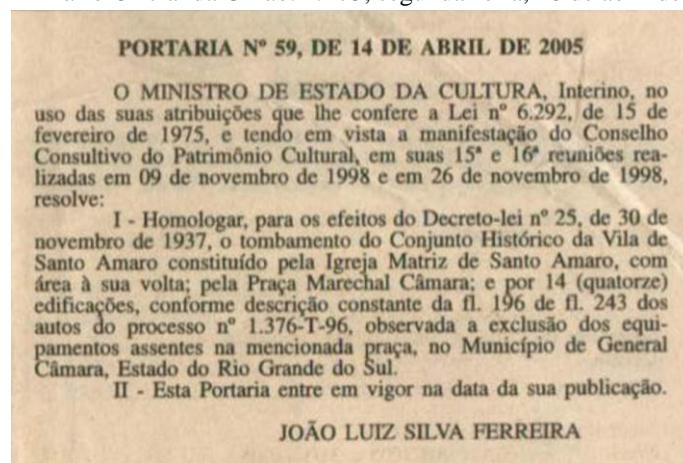
²¹ Processo tombamento IPHAN 1.376- T-96. V. III. Protocolo 01458.001488/2009-23, abertura 30/06/2009. Fl. 235. Fonte: Acervo IPHAN

²² Processo tombamento IPHAN 1.376- T-96. V. III. Protocolo 01458.001488/2009-23, abertura 30/06/2009. Fl. 257. Fonte: Acervo IPHAN

[...] a morosidade da tramitação do processo em tela decorreu, inicialmente, necessidade institucional em promover as medidas necessárias advindas da decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que estendeu o tombamento a uma área anteriormente considerada como entorno do conjunto histórico. Entretanto, provavelmente pelo fato da Presidente anterior, arquiteta Maria Elisa Costa, haver enviado o pedido da homologação do tombamento desacompanhado do respectivo processo administrativo, os procedimentos indispensáveis à efetivação do ato não foram concluídos, conforme o solicitado nos Ofícios de n°s 18/04 e 19/04, datados de 13/02/04 (IPHAN, Of.n° 57/5 – GAB/ PRESI.)

Em 18 de Abril de 2005, o Diário Oficial da União publicou a homologação do tombamento do Conjunto Histórico Vila de Santo Amaro, “constituído pela Igreja Matriz de Santo Amaro, com área à sua volta; pela Praça Marechal Câmara; e por 14 edificações”. No entanto, uma correção foi solicitada em relação ao tombamento, segundo o então Presidente do IPHAN, Antônio Augusto Arantes Neto, no Ofício n.º 194/05, 31/08/2005: o texto publicado na portaria de homologação do ato “deixou de expressar com exatidão o conteúdo do tombamento em pauta”. Somente em 26 de junho de 2009, o denominado **Conjunto histórico da Vila de Santo Amaro, no Município de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul** foi inscrito no Livro do Tombo Histórico.

Figura 37 - Diário Oficial da União. n.º 73, segunda-feira, 18 de abril de 2005. p. 16



Fonte: Acervo IPHAN.

A área de entorno do bem tombado se divide em três setores, conforme ilustrado na figura 38, cada um com diretrizes e critérios de intervenção específicos. O setor 01 concentra a maior parte do patrimônio arquitetônico a ser preservado; é nesse contexto que se encontra a área de atuação do projeto desenvolvido no MP-CECRE. O setor 02 se estende desde os fundos do lote da Rua Ernesto Alves até as margens do rio Jacuí. O setor 03 compreende os fundos dos lotes voltados ao lado norte.

Em relação ao Tombamento de Entorno, Durán Rocca e Oliveira (2020) mencionam:

Em 1998, o IPHAN tombou individualmente a Igreja Matriz, a antiga estação ferroviária e doze edificações residenciais representativas da arquitetura luso-brasileira. Apesar do reconhecimento à arquitetura, é questionável que não tenha sido estendido para o sítio e o conjunto urbano – que outorga o maior valor ao lugar. Muito embora tenham sido realizadas, a partir de 2005, propostas de delimitação do entorno, nenhuma foi ainda homologada (Durán Rocca; Oliveira, 2020, p. 42-43, grifo próprio).

Figura 38 - Mapa com Entorno do Bem Tombado

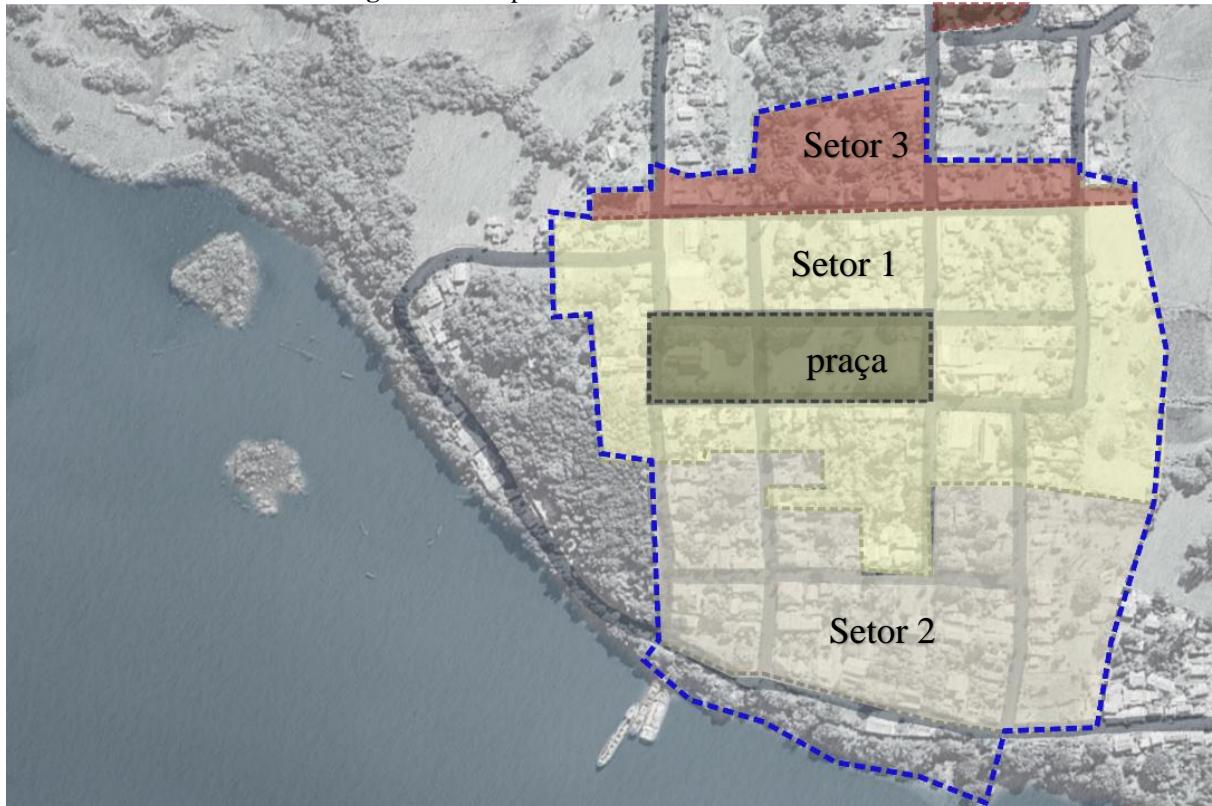


Diagrama desenvolvido a partir de poligonal de tombamento do IPHAN sobre imagem do Google Earth. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024.

A partir da compreensão do processo de tombamento e dos critérios de preservação estabelecidos, o guia “Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas” (IPHAN, 2010) define:

Conjunto tombado: a série de bens, territorialmente contínua ou descontínua, que compartilham da mesma argumentação para a proteção, argumentação esta relacionada à totalidade dos bens ou ao espaço onde estão inseridos, e não aos bens individualmente.

Poligonal de tombamento: área claramente delimitada com o objetivo de preservar uma paisagem urbana perceptível e diretamente relacionada com a motivação do tombamento.

Poligonal de entorno: área claramente definida com o objetivo de resguardar a ambiência do bem tombado e garantir a qualidade urbana necessária para sua fruição (p. 15).

Com intuito de preservar as características do entorno de tombamento do Conjunto histórico da Vila de Santo Amaro do Sul, foram estabelecidas diretrizes para uso e ocupação do solo para cada um dos três setores. Na tabela 3, observamos os critérios de intervenção referentes ao setor 1, onde se localiza a área de atuação do projeto.

Tabela 3 - Critérios de Intervenção do Setor 1

Altura máxima	1 (um) pavimento, ou seis metros, contando a partir do nível da testada do terreno.
Taxa de Ocupação (edif. Não tombadas)	Máxima de 40% da área do terreno
Índice de Aproveitamento (edif. Não tombadas)	Máximo 0,5 vezes a área do terreno
Taxa de Ocupação (edif. tombadas)	A área da edificação deve ser somada à existente, para atender às exigências acima definidas para Altura e Índice de Aproveitamento. Nesses casos a taxa de ocupação poderá ser de até 50% (cinquenta por cento)
Recuos	Frontal de 4 m; laterais facultativos, mas quando servirem para localizar aberturas, deverão ter, no mínimo, 1,5 metros
Uso	Este setor está destinado a moradias, comércios e serviços em geral.
Cobertura	As novas edificações deverão ter cobertura de telhas cerâmicas, tipos francesa ou capa e canal.
Placas de propaganda	Serão proibidas placas de propaganda com área superior a 3 m ² . As placas deverão ser horizontais, sobre as platibandas ou logo abaixo das cimalhas.
Praça: Elementos edificados	A praça não poderá receber elementos edificados devendo preservar a vegetação de grande porte existente. A cancha de futebol poderá ser removida.
Praça: Projetos de intervenção	Os projetos de intervenção na praça deverão ter como objetivo recuperar a feição original da mesma, de amplo e único largo, típico dos traçados urbanos do século XVIII

Fonte: Processo n. 1376-T-1996. IPHAN. Tabela desenvolvida por Paola Maia Fagundes, 2024.

Portanto, para desenvolvimento do projeto de intervenção e restauração, foi necessário analisar os critérios de intervenção resultantes do tombamento; o claro entendimento desse processo e das diretrizes resultantes para o setor de atuação (setor 01) qualifica as áreas, diminui o impacto visual e protege o bem.

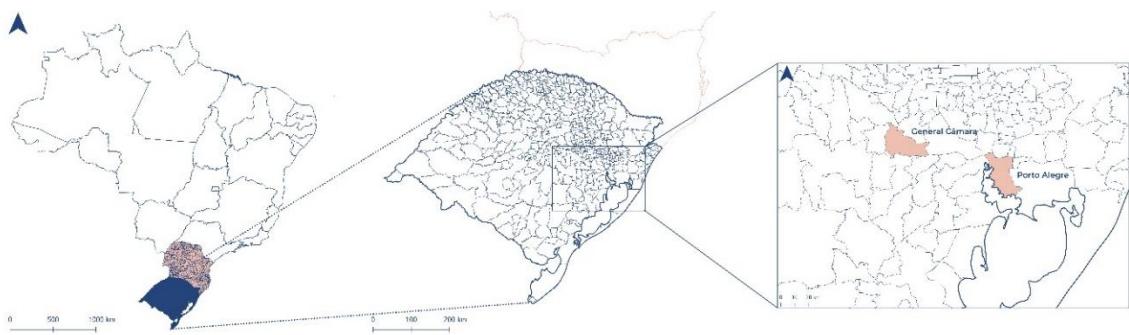
4 COMPONENTES SOCIOCULTURAIS E ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

A Vila de Santo Amaro do Sul, situada no segundo distrito de General Câmara, Rio Grande do Sul, enquadra-se no Plano Diretor Municipal de 2007 como “macrozona 05 - preservação histórico-cultural” (FREITAS ET AL, 2007). O Segundo Distrito está localizado na zona rural do município e é formado pela Vila de Santo Amaro do Sul, Banheiro Velho, Pagador Martel e Monte Alegre. De acordo com o artigo n.º 32, do Plano Diretor Municipal de General Câmara, Santo Amaro tem suas delimitações definidas pela Lei Municipal n.º 477/94, conforme mencionado no trecho abaixo:

Inicia no rio Jacuí, na foz da Sanga do Marciano, seguindo por esta até ultrapassar 100 metros a Estrada Monte Alegre, deste ponto segue em linha seca e paralela 100 metros a Estrada Monte Alegre, passando junto ao Cemitério, até a Estrada General Câmara, deste ponto, segue em linha seca e reta, direção sul, numa distância de 100 metros, seguindo daí em linha seca e paralela 100 metros a Estrada General Câmara, rua Borges de Medeiros, rua Ernesto Alves e rua 20 de Setembro, até o Rio Jacuí, segue por este até a foz da Sanga do Marciano (FREITAS ET AL., 2007, p. 39).

Este capítulo analisa o impacto dos aspectos físico-ambientais e do componente sociocultural na área de intervenção do projeto, com base no Plano Diretor vigente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estudos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS (FEPAM). As informações reunidas fundamentaram a proposta de intervenção, incluindo a seleção e justificativa do uso, que aborda a educação, geração de renda, as populações idosas, jovens e pescadores. Adicionalmente, considerou-se a materialidade associada aos aspectos geomorfológicos e relativos a vegetais, entre outros elementos.

Figura 39 - Localização da Vila de Santo Amaro em relação ao Brasil



Da esquerda para a direita, mapa 01 representa a localização do Rio Grande do Sul no contexto do Brasil. Imagem central representa o mapa do Rio Grande do Sul. E imagem à direita, representa a localização de Porto Alegre e General Câmara em relação ao estado do Rio Grande do Sul. Imagem gerada no Programa ArcGis.

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

4.1 COMPONENTES SOCIOCULTURAIS

Serão abordados, a seguir, os aspectos sociais e culturais da Vila de Santo Amaro do Sul, incluindo suas estruturas sociais, práticas econômicas, acesso à educação, modos de vida e o tratamento do patrimônio histórico em políticas públicas locais.

Segundo o Censo do IBGE de 2022, o município de General Câmara contava com um total de 7.612 habitantes. Ainda que o número de moradores rurais não tenha sido especificado nesse levantamento, o Censo de 2010 indicava 3.481 habitantes rurais em um total de 8.447. Com uma área de 510,01 km², o município apresenta uma densidade demográfica de 14,93 habitantes por quilômetro quadrado. Já o Plano Diretor de General Câmara, elaborado em 2007, registrava que a população da Vila de Santo Amaro do Sul era de apenas 520 pessoas.

Conversas realizadas com os moradores revelam que a renda da população adulta da Vila é obtida, em grande parte, por meio de atividades como a pesca, o trabalho nas plantações de pinus e a atuação na Barragem Eclusa de Amarópolis. Também se observa a presença significativa de aposentados. Dados do IBGE de 2022 (referentes ao ano-base de 2021) apontam que cerca de 33,8% da população do município vivem com até meio salário-mínimo per capita, sendo que a média salarial é de apenas 1,9 salários mínimos.

Figura 40 - Placa de venda de pescado



Fonte: Relatório FEPAM, 2019.

Figura 41 - Barragem Eclusa de Amarópolis



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

O Plano Diretor de 2007 já apontava a carência de equipamentos educacionais em todos os níveis e a escassez de oportunidades de trabalho como fatores que contribuem para o envelhecimento e o empobrecimento da população, além de estimular o êxodo dos jovens. Na Vila de Santo Amaro do Sul, existe apenas uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, o que torna limitado o acesso à educação de nível médio e superior, dificultando a permanência da população jovem na localidade.

No que diz respeito ao patrimônio histórico, o Plano Diretor de General Câmara reconhece seu valor estratégico ao relacioná-lo com a geração de emprego e renda e com a qualificação profissional. Nesse sentido, são previstas ações voltadas ao aproveitamento turístico do patrimônio, bem como à oferta de cursos ligados à área, em articulação com a Secretaria de Relações Públicas, Turismo e Cultura.

Em relação à revitalização urbana, o Plano prevê a execução de infraestrutura voltada à acessibilidade e a criação de uma casa de repouso para a terceira idade. Durante reuniões realizadas com moradores da Vila, em fevereiro de 2020, uma das sugestões apresentadas para o futuro uso da Casa das Pestanas foi justamente a instalação de uma “casa do idoso”.

Além disso, qualquer iniciativa de intervenção ou aproveitamento do patrimônio cultural tombado na Vila deve respeitar a legislação e ocorrer em consonância com o Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme estabelecem os artigos 180 e 181 do Plano Diretor:

Art. 180 - O Município de General Câmara/RS promoverá o uso sustentável do patrimônio cultural, sua conservação e recuperação, em conjunto com outras esferas de governo, empresas privadas, clubes de serviço e os proprietários dos imóveis tombados, através de projetos e programas de governo a fim de desenvolver o turismo sustentável no município.

Art. 181 - O desenvolvimento das atividades turística no Município de General Câmara/RS visa ampliar as oportunidades de emprego e geração de renda preservando o patrimônio natural e construído do município (FREITAS ET AL, 2007, p. 77-78).

4.2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

A formação do povoado de Santo Amaro do Sul teve como base fundamental a exploração dos recursos naturais disponíveis na região. A extração de madeira, o uso dos recursos hídricos, bem como a retirada de pedras e barro, foram atividades determinantes para a consolidação do assentamento. Para compreender de forma mais ampla a configuração do sítio histórico e da ocupação do território, tornou-se essencial um estudo detalhado dos seus aspectos físicos e ambientais.

Durante o século XVIII, o rio Jacuí desempenhou um papel central como principal via de acesso ao povoado, funcionando como hidrovia para transporte de pessoas e mercadorias. Com o tempo, outras formas de acesso foram incorporadas, como a ferrovia e, mais recentemente, as estradas terrestres. Hoje, o acesso principal à vila é feito por uma estrada de chão batido (figura 42) , denominada estrada General Câmara, que a conecta à rodovia estadual RS-244. A memória coletiva resgata com vivacidade o papel dos transportes fluvial (figura 43) e ferroviário. Como lembra Pereira Rodrigues, os moradores mais abastados preferiam o vapor Porto Alegre para chegar à capital de forma mais confortável e rápida do que pelo trem, que fazia um percurso demorado até Porto Alegre.

Figura 42 - Estrada General Câmara, que conecta à Vila
 Figura 43 - Transporte Fluvial



Fontes: Paola Maia Fagundes, 2022.

Referente aos meios de transporte, Pereira Rodrigues relembra:

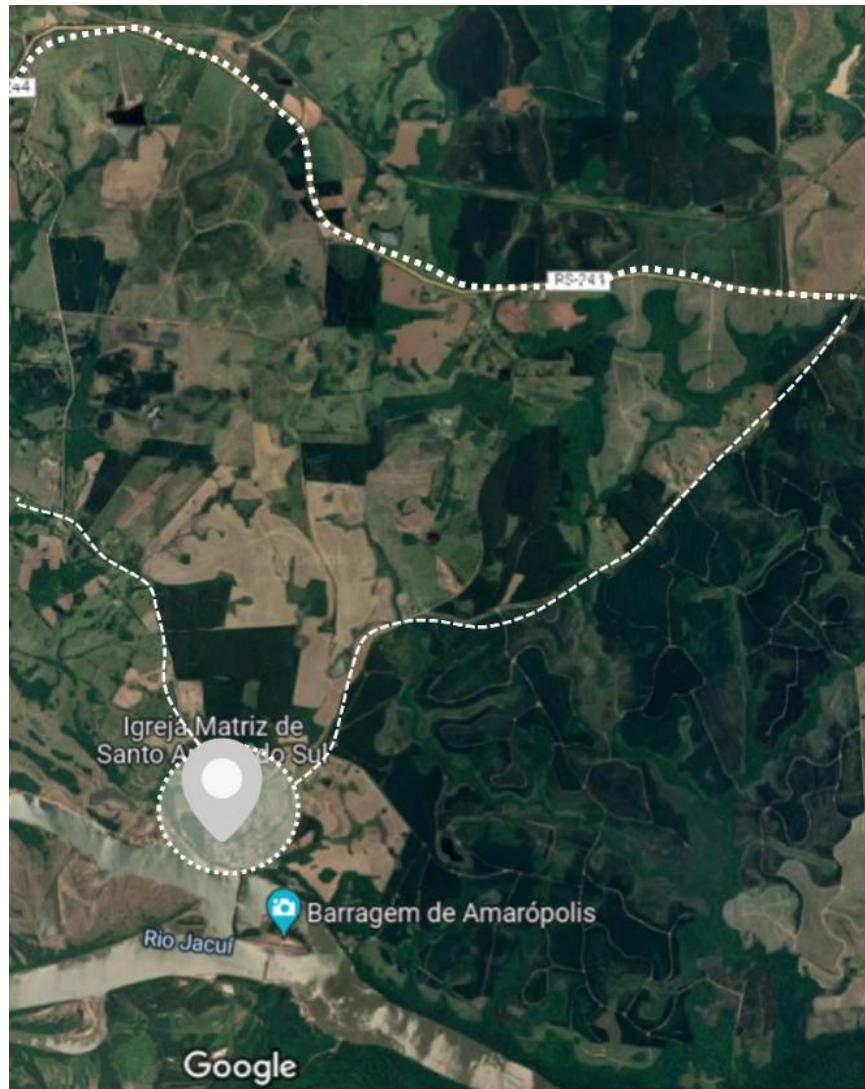
Falando agora sobre transportes, a memória que eu tenho do trem é muito interessante. [...] Primeiro o trem vinha de Santa Maria, passava em Santo Amaro e chegava ali no Barreto. Em seguida passava em duas estações pequenas, mais Montenegro e São Leopoldo para chegar em Porto Alegre. Então com todo esse percurso, o trem chegava muito tarde em Porto Alegre. Em Santo Amaro havia um vapor chamado Porto Alegre. Ele ia de Santo Amaro a capital às duas e meia, três horas da tarde e chegava lá ainda de dia. Quem tinha dinheiro descia do trem em Santo Amaro, pegava o vapor, que tinha até camarote e banho, e chegava “prontinho” em Porto Alegre, para trabalhar. Se fosse pelo trem levaria a tarde inteira e só chegaria de noite em Porto Alegre (2008, p. 57-58).

A estrada General Câmara, embora de grande importância, ainda não é totalmente pavimentada, o que compromete o acesso à vila, especialmente em períodos de chuva. A expectativa da população pela finalização da pavimentação é alta, como destaca Darci Garcia de Freitas ao mencionar o impacto positivo que essa obra pode gerar no desenvolvimento local, especialmente para o turismo e a integração da comunidade com outras regiões do estado.

Acredito que um grande projeto para a comunidade de Santo Amaro e para nossa região é a ligação asfáltica de Santo Amaro até a RS244. Esse foi um projeto fantástico e que nós até tínhamos dificuldade em acreditar que poderia ser realidade e hoje é uma realidade pois está sendo concluída a obra. Nós acreditamos que com isso Santo Amaro se ligará com o resto do estado e que sabe, com o nosso país. Acredito também que essa ligação asfáltica vai estimular a chegada de turistas, trazendo desenvolvimento para comunidade (2008, p. 34).

Além da infraestrutura rodoviária, o Plano Diretor Municipal de General Câmara propõe a criação de uma ciclovia paralela à RS-244 como uma estratégia de mobilidade sustentável. A localização da vila em relação à rodovia estadual evidencia sua posição estratégica no território, embora ainda subaproveitada devido às limitações de infraestrutura.

Figura 44 - Localização da Vila em relação a RS 244



Fonte: Imagem Google Maps. Edição: Paola Maia Fagundes

O saneamento e a relação com o meio ambiente também representam desafios importantes. O Plano Diretor aponta deficiências no abastecimento de água em algumas localidades e alerta para a falta de integração entre o crescimento urbano e a conservação ambiental. Em visita técnica realizada em 2020, foi constatado que a Vila enfrentava escassez de água devido ao mau funcionamento das comportas da Barragem Eclusa de Amarópolis. Essa situação impactou diretamente diversos setores: a navegação foi interrompida, a pesca foi prejudicada, e a produção de arroz foi comprometida.

A Barragem Eclusa de Amarópolis, em funcionamento desde 1974, integra o complexo hidroviário do estado e permite a navegação no rio Jacuí até Cachoeira do Sul, superando desniveis por meio da eclusa. Apesar de sua importância para o transporte, sua

construção também gerou impactos ambientais significativos. Relatórios da FEPAM (2019) indicam alterações nos ecossistemas aquáticos, diminuição da biodiversidade e impactos socioeconômicos para os pescadores locais. O represamento das águas interfere na migração de espécies, reduz a fertilidade das áreas de banhado e prejudica diretamente famílias que dependem da pesca como principal meio de subsistência.

Figura 45 - O rio Jacuí

Figura 46 - Os canais sinuosos do rio Jacuí



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

No relatório da FEPAM, entrevistas com pescadores revelaram os impactos provocados pela barragem. O rio é o meio de sobrevivência de muitas famílias que dependem exclusivamente da atividade pesqueira para sua subsistência. A mineração de areia pela ARO Mineração e a Barragem Eclusa do Amarópolis também geram prejuízos. A barragem mantém o nível de água constantemente baixo, o que impede a passagem das espécies aquáticas para o rio e, conforme indicado no relatório da FEPAM, afeta as áreas de banhado, as quais anteriormente eram ricas em peixes (FEPAM, 2019).

A população local também relata perdas culturais e afetivas, como o desaparecimento da antiga ilha que funcionava como balneário da comunidade. Eva Graça Lopes, em depoimento, relembra com tristeza os tempos em que a praia e a ilha atraíam visitantes para o Carnaval e para a Festa dos Navegantes, marcando momentos de lazer e confraternização que desapareceram com a elevação das águas provocada pela barragem.

Quando a eclusa foi construída, tive uma grande decepção, pois Santo Amaro possuía uma praia maravilhosa. A cidade era a praia e a ilha, e muitas eram as pessoas de Venâncio Aires que a conheciam e vinham aí para participarem do Carnaval e da Festa dos Navegantes, de jogo de futebol e até para namorarem (2008, p. 51).

A análise dos recursos naturais da região também incluiu o estudo da geologia local, fundamental para a compreensão da materialidade de edificações históricas como a Casa das

Pestanas, construída com alvenaria de pedra. Informações extraídas do estudo da FEPAM sobre o zoneamento ambiental da atividade de mineração de areia indicam a presença de sedimentos como arenito conglomerático, além de ocorrências de rochas diabásicas no leito do rio Jacuí, que podem ter sido exploradas como matéria-prima na construção civil local.

Figura 47 - Gruta de arenito conglomerático



Fonte: FEPAM, 2019.

Figura 48 - Dique diabásico



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Do ponto de vista climático, a região se enquadra no domínio do clima subtropical úmido, com duas estações bem definidas e temperaturas amenas ao longo do ano. A média

anual é de 19,2°C, com precipitações em torno de 1.323 mm. Embora não haja dados específicos para Santo Amaro do Sul, os dados municipais fornecem um panorama representativo das condições climáticas enfrentadas pelos moradores da vila.

No Rio Grande do Sul predominam dois tipos de cobertura vegetal: a Mata Atlântica e o Pampa. Quanto à vegetação, Santo Amaro do Sul está inserido no bioma Pampa.

No Brasil, o bioma Pampa ocorre apenas no estado do Rio Grande do Sul, localizado em zonas com predominância de clima subtropical, também se observa na Argentina, Paraguai e Uruguai. Referente às suas características, é marcado por uma região levemente ondulada, com presença de vegetação rasteira e em alguns casos matas ciliares (como as observadas nas margens do rio Jacuí). Importante mencionar que esse bioma ocupa apenas 2% do território brasileiro e possui uma intensa degradação devido às monoculturas e pastagens. De acordo com Mazurana (2016, p. 9), este “é o segundo bioma mais devastado do Brasil, perdendo apenas para a Mata Atlântica”.

O estudo conduzido pela FEPAM coletou informações sobre os tipos de cobertura vegetal presentes na região. Conforme os dados disponibilizados, nos trechos avaliados, foram encontradas áreas úmidas, florestas, áreas de agricultura, campos/pastagens, espaços urbanizados, corpos d’água, regiões arenosas e áreas de silvicultura. Identificou-se áreas destinadas para mineração de areia, o que também afeta os pescadores que vivem em Santo Amaro do Sul.

Figura 49 - Florestas em áreas de preservação permanente (APP)

Figura 50 - Vista em direção ao rio. A partir da rua Marechal Câmara, esquina Ernesto Alves. Na imagem observa-se diferentes planos, com florestas de mata nativa, pastagens e plantações de monocultura e no fundo da imagem as plantações de pinus.



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A análise desenvolvida pelo relatório da FEPAM identificou a presença de espécies arbóreas nativas do estado; a vegetação local inclui espécies como: ingá-de-beira-de-rio (*Inga*

vera), açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), canela (*Nectandra angustifolia*), aguaí (*Pouteria gardneriana*), laranjeira-do-mato, grápia, chá-de-bugre, pitangueira, camboim, cincho, jerivá, leiteirinho (*Sebastiania brasiliensis*), canela-lajeana (*Ocotea pulchella*), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*), cerejeira (*Eugenia involucrata*), batina-branca, guamirim, pedra-ume-caá, chal-chal, camboatá-vermelho, camboatá-branco, angico-vermelho e grápia.

A historiadora Pires (2016) menciona que a introdução da primeira lavoura de trigo na região foi resultado da colonização açoriana e cita Correia e Bublitz (2006) destacando que as atividades agrícolas implementadas na área alteraram a mata local, De acordo com elas:

com o povoamento açoriano às margens dos rios é possível deduzir um desmatamento parcial da mata ciliar em determinados locais. Além disso, houve a inserção de hortaliças e frutas de origem europeia e africana, mas para cultivar o solo foi preciso recuar as matas e, com isso, surgem as alterações na flora e na fauna destes ecossistemas (Correia; Bublitz, 2006 *apud* Pires, 2016, p. 40-41)

Esses aspectos físicos e ambientais — geografia, clima, vegetação, recursos hídricos e infraestrutura — estão profundamente entrelaçados com a história da ocupação humana e com as dinâmicas sociais e culturais da Vila de Santo Amaro do Sul. Compreendê-los é essencial para fundamentar ações de preservação, intervenção e desenvolvimento sustentável, respeitando as características naturais e a memória coletiva do lugar.

5 A PRAÇA MARECHAL CÂMARA – ANÁLISE MORFOLÓGICA

Este estudo foi desenvolvido a partir da análise dos elementos morfológicos da área de pesquisa, que inclui a praça Marechal Câmara e seu entorno imediato, conforme demonstrado na figura 51. A praça está situada em um platô na parte elevada da localidade, destacando-se pela presença da igreja central e por um conjunto de casas térreas ou assobradadas alinhadas à rua, configurando o fechamento do espaço.

Figura 51 - Área de ambiência do projeto. Marcado com um círculo, a Casa das Pestanas



Fonte: Google Earth, captura feita por Paola Maia Fagundes, 2024.

O conceito de morfologia, originário do grego *morphe* (“forma”) e *logía* (“estudo”), estabelece as bases para as análises dos componentes urbanos. Aragão (2006, p. 31-32), afirma que a morfologia envolve o estudo do tecido urbano, ou fragmento dele, analisando “todos os elementos morfológicos que o compõem (o solo, os edifícios, o lote, os quarteirões, as fachadas etc.), articulando-os entre si”. Segundo a autora, “na tipologia são analisados os tipos edificatórios, que não abrangem apenas os edifícios, mas os muros, as ruas, os pátios, os jardins”. A seleção de um elemento morfológico permite investigar “suas variações, hierarquias e sua relação com o contexto urbano, o período histórico e a sociedade que o produziu” (Aragão, 2006, p. 31-32).

Panerai, no livro Análise Urbana, esclarece:

Evidentemente, a cidade - e sua inserção no território geográfico, sua forma, o desenho de suas vias, a organização do seu tecido, as relações entre seus bairros- não é independente dos grupos sociais que a produzem, que nela vivem e que a transformam. Partindo de uma leitura morfológica, iremos frequentemente lembrar as práticas dos habitantes e a materialização dessas práticas no espaço construído, uma vez que as disposições materiais que constituem o contexto, o suporte ou o estímulo para a ação dos habitantes são também produto dessas práticas (2006, p.14).

O planejamento do urbanismo da Vila de Santo Amaro do Sul foi encomendado pelo Governador Coronel José Marcelino de Figueiredo ao engenheiro capitão Alexandre José Montanha, solicitando a demarcação das terras e planejamento do urbanismo da Vila de Santo Amaro do Sul, conforme informação destacada no trecho a seguir:

O traçado urbano foi encomendado pelo Governador Coronel José Marcelino de Figueiredo, em 19 de setembro de 1774, ao engenheiro e Capitão Alexandre José Montanha: *Delimitará a praça e ruas e assim mesmo demarcará a Igreja e o lugar dela, com o concurso daquele Reverendo Vigário. Para o que acima ordeno se dará ao dito Capitão o ajutório necessário* (AHRGS-Código F1180 – Provedoria da Real Fazenda – maço 1765. p. 229 – 230) (Durán Rocca, 2009, p. 475)

Apresentando traçado ortogonal e retilíneo (figura 53), característico do período pombalino (1750-1777), a Vila mantém os padrões que remetem ao núcleo fundacional de 1774. Este ordenamento geométrico configura as quadras. Na parte baixa do sítio é possível observar a rua 20 de Setembro margeando o rio Jacuí.

Figura 52 - Traçado linear



As ruas se configuram paralelas umas às outras, no sentido Norte-Sul, configurando os quarteirões. Fonte: Google Earth, captura feita por Paola Maia Fagundes, 2022.

Nos documentos oficiais da Provisão Régia de 1747, é possível observar a descrição do plano de ordenamento e o traçado urbano, o que permite uma clara compreensão da implantação da Vila de Santo Amaro do Sul. No trecho a seguir, nota-se a configuração da praça de forma retangular, com a igreja posicionada em local de destaque, cercada pelas ruas e casas:

Para o assento de Logradouros publicos de cada hum destinará meia legoa em quadro, e as demarcações destas porções de terras se farão por onde melhor o mostrar e permittir a commodidade do terreno, não importando que fique em quadro, com tanto que a quantidade de terra seja a que fica dito. No sítio destinado para o Lugar assignará hum quadro para a praça, de quinhentos palmos de face, e em hum dos lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos por ellas, e nos lados da Praça se porão as moradas em boa ordem, deixando entre humas e outras, e para traz lugar suficiente e repartido para Quintaes. Attendendo assim ao commodo presente, como poderão ampliar-se as casas para o futuro destes Lugares para com os seus ranxos e casas de taipa cobertas de palha, mandará logo o dito Brigadeiro pôr prompts dous ou tres para nelles se accommodarem os primeiros Casaes, que forem chegando, e para segurança destes ranxos se remettem entre as mais ferramentas duas fechaduras para as portas de casa hum (Canto, 1885, p. 378-379).

Durán Rocca (2009) destaca que a topografia foi o fator determinante do plano de ordenamento e serviu como ponto de partida para a configuração da malha urbana. É possível

observar na figura 53, que a igreja e a praça, juntamente com as edificações de maior importância social, estão localizadas no ponto mais alto e na área onde será desenvolvida a ambiência do projeto. A autora menciona que “a praça retangular é o centro da malha, seu lado maior é paralelo ao rio, acomodando-se à topografia. Seu dimensionamento foi mais alongado do que prescrito nas disposições urbanísticas da Carta Régia de 1747” (2009, p. 447).

Figura 53 - Mapa da Vila de Santo Amaro do Sul



Hachurado em verde escuro praça Marechal Câmara. Circulado e hachurado em vermelho edificações tombadas: (2) Igreja de Santo Amaro, (3) Casa Sr. José Tarso do Prado / Casa das Pestanas, (4) Casa Sr. Amaro, (5) Casa Lélia Marques da Rocha, (6) Casa dos Moreira, (7) Sobrado Amaro Pereira de Freitas, (8) Herdeiros de Dilon Becker, (9) René Damasceno Pereira, (10) Antiga sede da AASA, (11) Casa Vilma Damasceno, (12) Casa Sr. José Pereira Faleiro, (13) Casa Arlindo Vilharinho Coutinho, (14) Antiga Estação Férrea, (15) Casa do Sr. Nestor Atkinson, (16) Casa Paulo Vaz. Tracejado em laranja, área de abrangência do projeto. Diagrama desenvolvido a partir de poligonal de entorno do IPHAN. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Como evidência dessa ocupação, a Vila representa um dos raros conjuntos arquitetônicos que conservam características semelhantes às originais da colonização luso-azeriana no Rio Grande do Sul.

Kohlsdor, G. e Kohlsdor, M. E. (2017, p. 222), afirmam que “a beleza e a função simbólica de [...] frações urbanas [...] são propiciadas por combinações entre relevo do solo, vegetação, volumetrias edilícias, composições de fachadas, mobiliário urbano etc.”. As análises que se seguem baseiam-se nas recomendações registradas no livro intitulado “Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares”, de autoria de Gunter Kohlsdorf e Maria Elaine Kohlsdorf.

5.1 RELEVO DO SOLO

A partir da análise da topografia é possível observar que o setor estudado se localiza entre as altitudes 32 a 40 metros acima do nível do rio Jacuí, conforme demonstrado na figura 55. Neste ponto elevado, está localizada a praça em uma superfície com inclinação suave, situada entre as altitudes 34 e 37 metros (figura 54).

A igreja torna-se um marco na paisagem; e a partir da praça é possível apreciar um cenário composto pelo conjunto formado por casas térreas “porta e janela” e a paisagem ribeirinha (figura 55), que ilustra a significativa conexão entre a comunidade e o rio Jacuí (figura 56).

Figura 54 - Diagrama, relevo do Solo. Em laranja, setor da praça

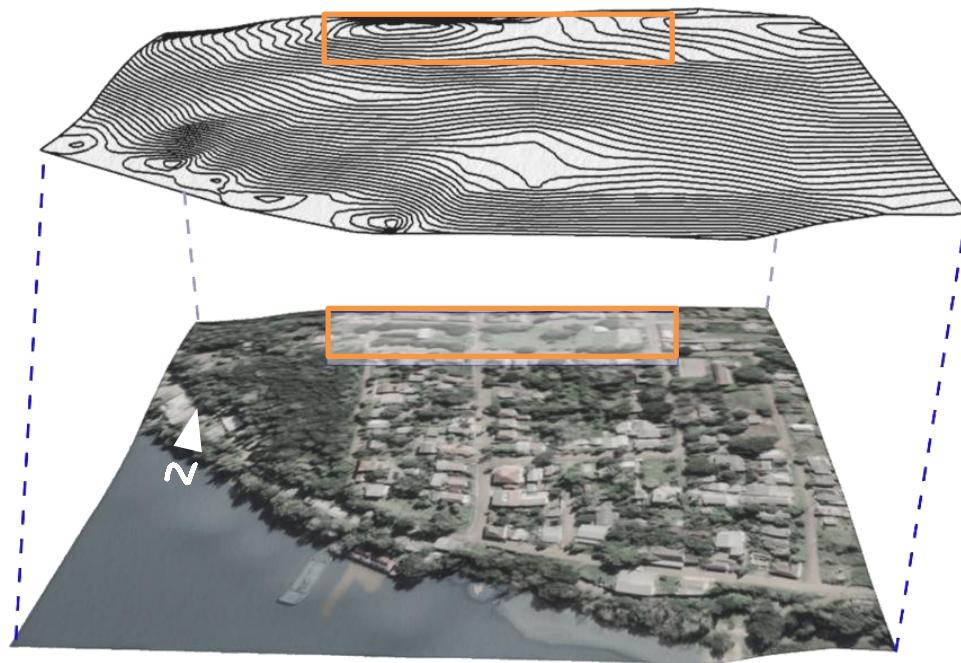


Imagen de satélite, mancha branca marcando a área de atuação. Edição da imagem do SketchUp: Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024.

Figura 55 - Praça com pouco desnível
Figura 56 - Inclinação da rua Marechal Câmara



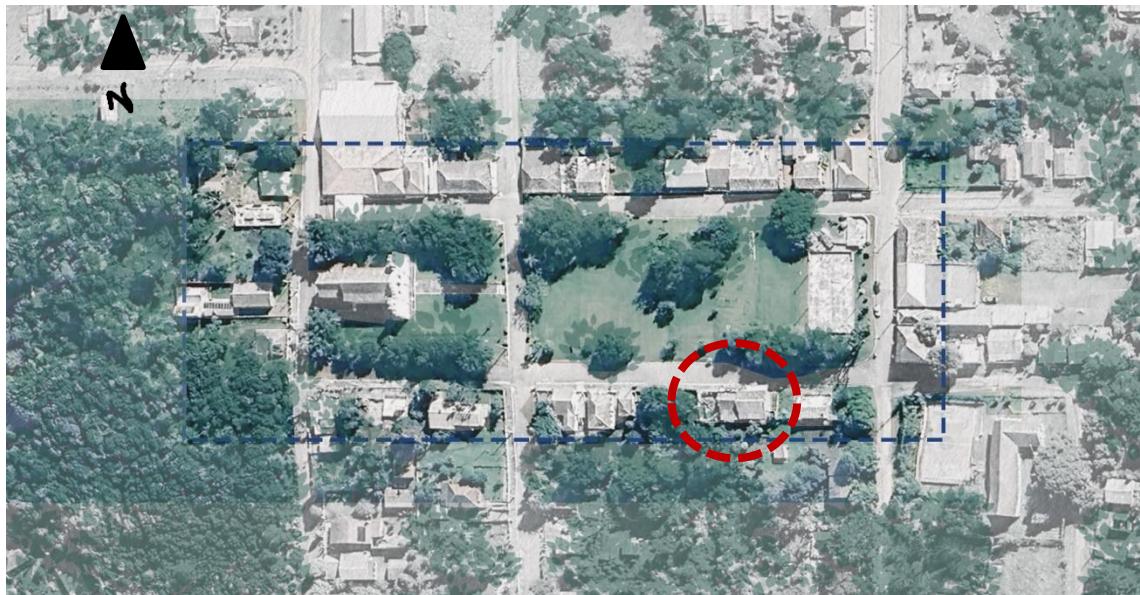
Fonte figura 56: Adriana Augusto Neves, 2022.

Fonte figura 57: Paola Maia Fagundes, 2022.

5.2 VEGETAÇÃO:

Originalmente, a praça era caracterizada por um grande gramado, com pouca vegetação. Atualmente é possível observar plantas arbóreas acima de 5 metros e plantas arbustivas. O entorno da praça e fundos de lotes são marcados por vegetação densa e alta (acima de 5 metros) com largas copas, caracterizando a percepção visual do entorno. Circulado nas figuras 57 e 58, observa-se o local com vegetação rasteira, onde encontram-se os vestígios arqueológicos do Fortim de Santo Amaro.

Figura 57 - Áreas verdes



Vegetação rasteira e vegetação densa. Fonte: Google Earth, editada por Paola Maia Fagundes, 2024.

Figura 58 - Setor ampliado da casa localizada na Rua Ernesto Alves



Local onde encontram-se os vestígios arqueológicos do Fortim de Santo Amaro. Fonte: Google Earth, editada por Paola Maia Fagundes, 2024.

5.3 MALHA

A configuração urbana apresenta um traçado ortogonal, complementada por uma linha sinuosa próxima à margem do rio. Esta configuração não se adequa à topografia do local. Conforme mencionado por Durán Rocca (2009), o plano de ordenamento tem como ponto de partida a praça como ponto central.

Figura 59 - Diagrama malha urbana



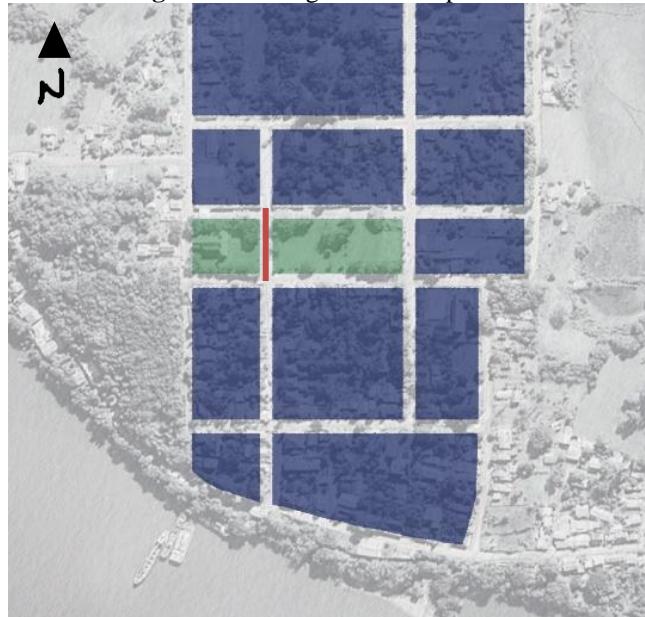
Fonte: Google Earth, editada por Paola Maia Fagundes, 2024.

5.4 MACROPARCELAS

A partir do traçado das ruas (malha urbana), o solo é dividido em quarteirões em formatos retangulares e em uma praça também retangular. Lamas (2004, p. 88) observa que a marcação do quarteirão é “resultado de regras geométricas de divisão fundiária do solo e de ordenamento do espaço urbano, e um instrumento operativo de produção da cidade tradicional”

Observa-se que a praça, em seu desenho original, não possuía uma rua em frente à igreja, o que, com a abertura da rua Marechal Câmara, gerou uma fratura que alterou a leitura do ambiente (demarcado com linha vermelha na imagem 60)

Figura 60 - Diagrama macroparcelas

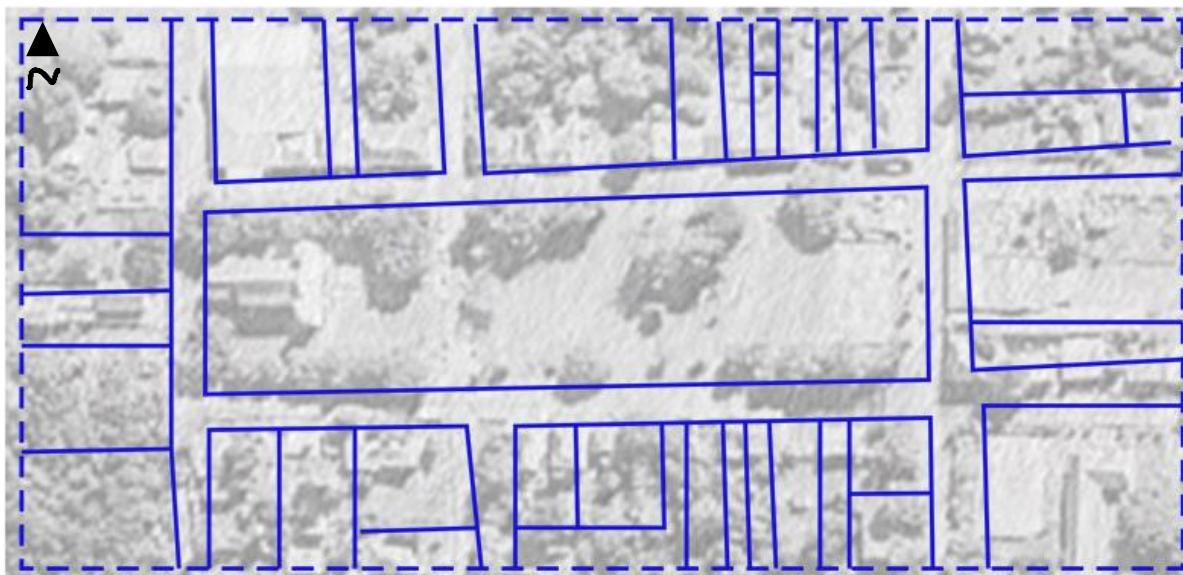


Quarteirões demarcados em azul, praça demarcada em verde, a linha vermelha demonstra a abertura da rua em frente à igreja. Fonte: Google Earth, editada por Paola Maia Fagundes, 2024.

5.5 MICROPARCELAS

Os lotes são amplos em formato retangular, com a menor face voltada para a testada da rua. A maior parte das construções antigas mantém um alinhamento uniforme, caracterizado pela ausência de recuo frontal; em alguns casos apresentam um recuo lateral para acesso ao quintal. No entanto, destaca-se que a maioria das residências possui planta retangular onde sua maior dimensão é orientada para a fachada da rua. Essa configuração resulta em uma menor ocupação do fundo do lote, gerando amplo espaço para os quintais.

Figura 61 - Diagrama microparcelas



Quarteirões demarcados em azul e praça demarcada em verde. Fonte: Google Earth, editada por Paola Maia Fagundes, 2024.

5.6 IMPLANTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Na área de estudo, as edificações antigas foram construídas alinhadas à rua, sem recuos na fachada frontal e com apenas um recuo lateral, viabilizando o acesso aos fundos dos lotes. Essa configuração cria amplos quintais. Essas características refletem o desenho urbano original, marcado por um “plano” de fachadas com portas e janelas, ainda visíveis nas ruas Tomás Pereira e da Liberdade.

Neste estudo, um exemplo específico é a Casa das Pestanas, a edificação mais antiga do sítio, que, diferente das demais, possui recuos nas duas laterais e fundos do lote, com alinhamento na fachada frontal (leste).

Por outro lado, as novas construções variam quanto às formas de implantação, com algumas mantendo o alinhamento da rua, outras apresentando recuos frontais ou ainda edificações “soltas” no lote. Essas mudanças na implantação comprometem a leitura do espaço urbano. Apesar da grande área nos fundos dos lotes e seu potencial de expansão urbana, as diretrizes do IPHAN limitam a ocupação em até 50% do lote, conforme mencionado no capítulo 3.2, visando preservar as características do conjunto histórico, que estão diretamente associadas à forma de ocupação nos lotes.

Figura 62 - Casa localizada na rua Tomás Pereira, apresenta recuos frontal e laterais

Figura 63 - Casa localizada na rua da Liberdade, alinhada à rua, não apresentando recuos laterais



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

5.7 GABARITO E VOLUMETRIA

No que se refere ao gabarito, verifica-se que todas as casas situadas no entorno da praça contam com um único pavimento, exceto pela igreja, que distingue-se por sua imponência, e uma caixa d'água que gera um conflito visual com a horizontalidade do conjunto.

Em termos de volumetria, os volumes representantes da cidade antiga articulam-se, em alguns pontos, gerando massas construídas como uma grande fachada (figura 64).

Figura 64 - Volumetria do Conjunto de edificações

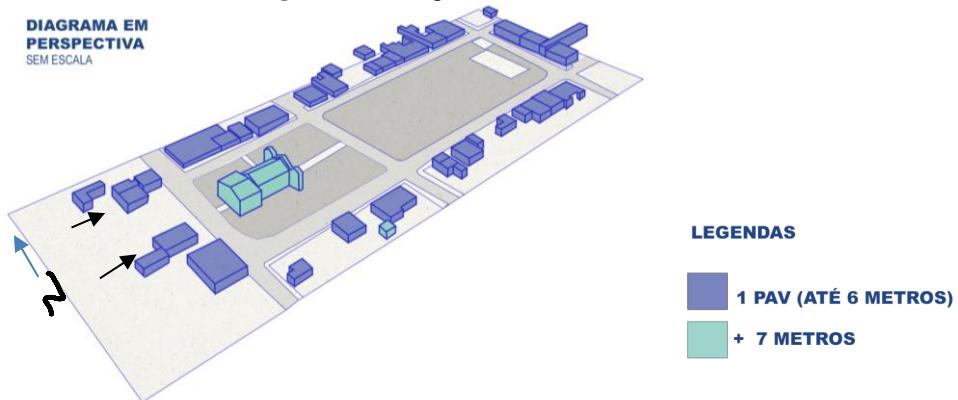


Rua Liberdade. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

As construções recentes, em relação à volumetria, estão em harmonia com o conjunto tombado, excetuando-se cinco edificações que possuem um recuo frontal, o que resulta em

quebra do alinhamento tradicional na rua, além de uma caixa d'água que abastece a Vila, com mais de 7 metros de altura, a qual, como já observado, compete com a imponência da igreja.

Figura 65 - Diagrama Gabarito de Altura



Em lilás, construções com até 6 metros de altura, em verde, com 7 ou mais metros. Observa-se que nas laterais oeste e sul da praça grande parte das casas apresentam recuo. Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2022.

Figura 66 - Caixa d'água localizada nos fundos do lote

Figura 67 - Verticalidade da Igreja



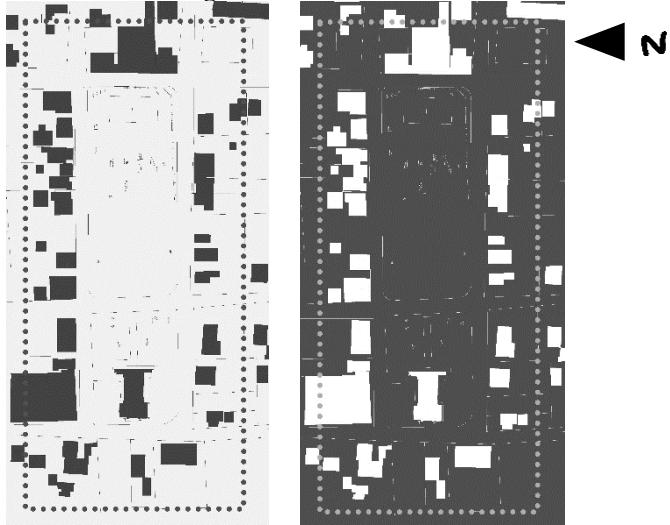
Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

5.8 CHEIOS X VAZIOS

O espaço urbano é composto pelo contraponto entre cheios e vazios. No caso da área de estudo, os vazios são marcados pelas ruas, calçadas, praça, ruínas, onde resta somente a fachada da edificação, e pelos lotes com seus grandes espaços destinados aos quintais. Esses espaços residuais são parte fundamental para a leitura e compreensão do espaço. Na figura 68,

observa-se que nos lados sul e oeste da praça há diversos vazios, indicando que o conjunto não se caracteriza por paredes contínuas de edificações ao redor da praça.

Figura 68 - Cheios X Vazios



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024.

5.9 LINHAS DE COROAMENTO

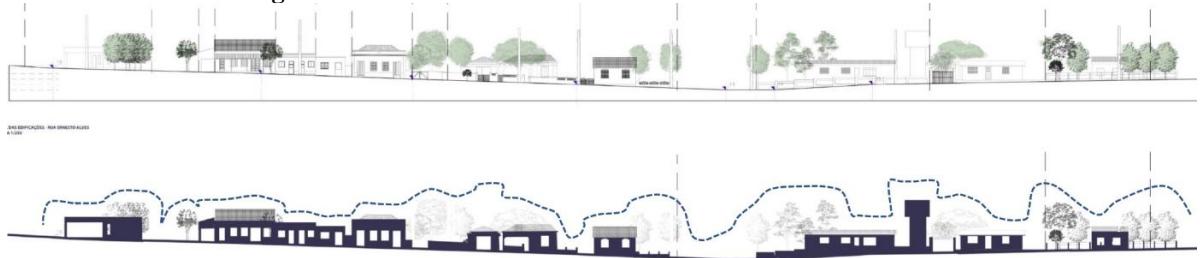
A silhueta, que facilita a interpretação do ambiente estudado, é resultante do conjunto de casas e da massa vegetada que conformam o fechamento das “paredes da praça”. Gunter Kohlsdorf e Maria Elaine Kohlsdorf (2017, p. 220) definem a linha de coroamento como “o contorno superior da silhueta”, visível nas imagens pelo segmento curvo em pontilhado azul. O coroamento caracteriza-se por linhas sinuosas e por uma horizontalidade pontuada por acentuações mais altas configuradas pelas árvores. As imagens a seguir exemplificam a importância da massa vegetada no coroamento e fechamento da praça.

Figura 69 - Linha de coroamento rua Demétrio Ribeiro. Conjunto vegetação mais a edificação
Figura 70- Linha de coroamento rua Ernesto Alves. Conjunto vegetação mais a edificação



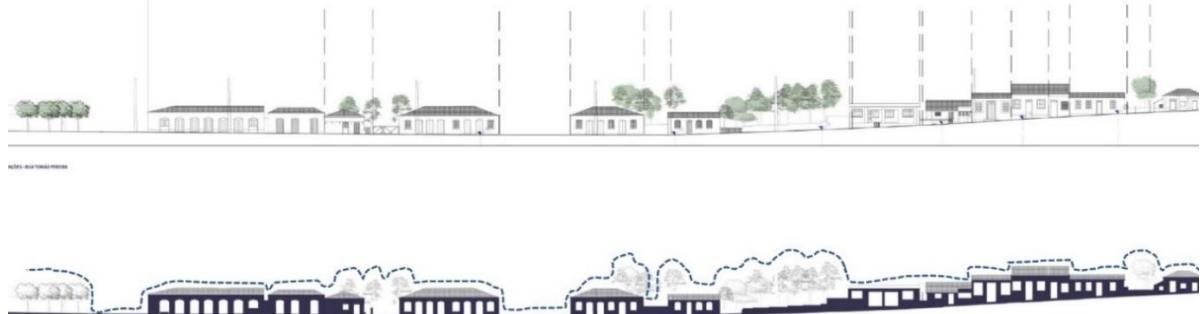
Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Figura 71 - Perfil do entorno com análise das linhas de coroamento



Rua Ernesto Alves. Composição de linhas de coroamento em pontilhado azul. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 72 - Perfil do entorno com análise das linhas de coroamento



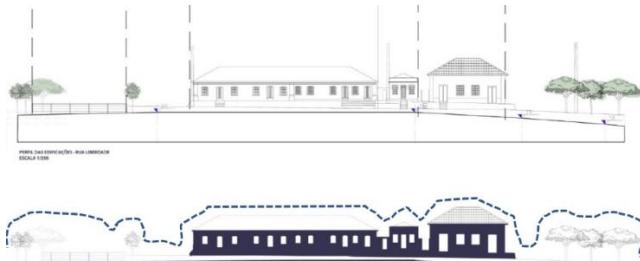
Rua Tomás Pereira. Composição de linhas de coroamento em pontilhado azul. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 73 - Perfil do entorno com análise das linhas de coroamento



Rua Marechal Câmara. Composição de linhas de coroamento em pontilhado azul. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 74 - Perfil do entorno com análise das linhas de coroamento



Rua Liberdade. Composição de linhas de cornoamento em pontilhado azul. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 75 - Perfil do entorno com análise das linhas de coroamento



Rua Demétrio Ribeiro. Composição de linhas de cornoamento em pontilhado azul. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

5.10 TIPOS DE COBERTURA

Em relação às coberturas, suas tonalidades, as materialidades, número de águas e inclinações caracterizam o conjunto urbano, gerando uma paisagem homogeneia. Em sua maioria, as edificações apresentam beiral e revestimentos cerâmicos tipo capa canal, telha francesa, ou telha romana. Quanto à quantidade de águas, possuem duas, três, quatro e até seis águas. Algumas edificações se destacam no conjunto, por apresentarem telhas de fibrocimento ou platibanda.

Todas as edificações da área de estudo foram numeradas e analisadas individualmente a partir de sua forma, acabamento e material, conforme tabela 4 e figura 76:

Figura 76 - Análise das coberturas em relação a forma, acabamento e material



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Tabela 4 - Descrição individual das coberturas da área delimitada para ambiência do projeto

Nome	Descrição da Cobertura:
T1	Telhado em 2 águas, telha romana, cumeeira paralela à rua Liberdade.
T2	Telhado em 3 águas, telha capa canal, beiral, cumeeira acompanhando a rua Liberdade.
T3	Telhado em 3 águas, telha francesa, beiral, cumeeira acompanhando a rua Liberdade.
T4	Telhado em 4 águas, telha francesa, cumeeira perpendicular à rua Liberdade, prolongamento em fibrocimento.
T5	Telhado em 4 águas, telha francesa, cumeeira paralelo à rua Liberdade, beiral de estuque.
T6	Telhado em 2 águas, telha fibrocimento ondulado, beiral. Cumeeira acompanhando a rua Ernesto Alves.
T7	Telhado em 2 águas, telha capa canal, beiral de cimalha de alvenaria, telheiro prolongado em fibrocimento.
T8	Telhado em 2 águas, platibanda, telha francesa, cumeeira paralela à rua Ernesto Alves.
T9	Edificação em ruína. Sem cobertura.
T10	Edificação em ruína. Fachada com presença de platibanda. Sem cobertura.
T11	Telhado em 4 águas, telha francesa, cumeeira perpendicular à rua Ernesto Alves, beiral de cimalha de madeira.
T12	Telhado em 6 águas, telha francesa, beiral cimalha de madeira, cumeeira perpendicular à rua Ernesto Alves.
T13	Telhado em 2 águas, telha romana, cumeeira paralela à rua Ernesto Alves, presença de beiral.
T14	Telhado em 2 águas, prolongamento cumeeira alinhada à rua Ernesto Alves, telha capa canal.
T15	Telhado em 2 águas, telha fibrocimento, cumeeira alinhada à rua Ernesto Alves.
T16	Telhado em 2 águas, telha romana, prolongamento fibrocimento.

T17	Telhado em 4 águas, telha capa canal, prolongamento em 1 águas, lateral beiral beira-seveira, cumeeira perpendicular à rua Demétrio Ribeiro.
T18	Telhado em 2 águas, telha francesa, cimalha de madeira, cumeeira paralela à rua Demétrio Ribeiro.
T19	Telhado em 2 águas, telha ondulada fibrocimento, cumeeira perpendicular à rua Demétrio Ribeiro.
T20	Telhado em 2 águas e telhado em 1 água, telha capa canal. Capela-mór telhado em 2 águas, beiral em cimalha.
T21	Telhado em 3 águas, telha romana, cumeeira alinhada à rua Tomás Pereira, beiral.
T22	Telhado em 4 águas, telha romana, cumeeira alinhada à rua Tomás Pereira, beiral.
T23	Telhado 4 águas, telha francesa, cimalha de madeira, cumeeira perpendicular à rua Tomás Pereira, prolongamento 1 água em telha de fibrocimento.
T24	Telhado 4 águas, telha francesa, cimalha de madeira, cumeeira perpendicular à rua Tomás Pereira, prolongamento 1 água em telha de fibrocimento.
T25	Telhado em 4 águas, telha capa canal, cumeeira paralela à rua Tomás Pereira, beiral beira-seveira.
T26	Residência com telhado em 2 águas, telha capa canal, prolongamento em capa canal, cumeeira paralela à rua Tomás Pereira, beira-seveira. Garagem com telhado 2 águas, telha francesa, cumeeira perpendicular à rua Tomás Pereira, beiral cimalha de madeira.
T27	Telhado em 2 águas, telha fibrocimento, cumeeira paralela à rua Tomás Pereira, beiral de madeira. Anexo telhado 2 águas, fibrocimento, cumeeira perpendicular à rua Tomás Pereira.
T28	Telhado em 2 águas, telha romana, cumeeira paralela à rua Tomás Pereira, beiral de madeira.
T29	Telhado em 2 águas, telha capa canal, beira-seveira.
T30	Telhado em 2 águas, telha capa canal, prolongamento em fibrocimento, beiral com cimalha, oitão de madeira, telha capa canal.
T31	Telhado em 2 águas, telha capa canal, beiral com cimalha e calha.
T32	Telhado em 4 águas, telha romana, cumeeira paralela à rua Tomás Pereira, prolongamento em fibrocimento, beiral com calha.

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024.

5.11 FACHADAS

As fachadas da cidade antiga que delimitam a praça apresentam-se planas, homogêneas e sem recuo frontal, em sua maioria. Algumas edificações são geminadas, possuindo afastamento apenas de um lado do lote para acesso ao quintal ou, como no caso da Casas das Pestanas, apresentando afastamento nas duas laterais. Os vãos são ritmados e possuem verga reta ou abaulada.

Em contraste, as novas edificações apresentam recuo frontal e lateral, presença de avarandado, prejudicando a leitura do ambiente.

Figura 77 - Perfil fotográfico das fachadas que geram o fechamento da praça. Rua Ernesto Alves



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 78 - Perfil fotográfico das fachadas que geram o fechamento da praça. Rua Tomás Pereira



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 79 - Perfil fotográfico das fachadas que geram o fechamento da praça. Rua Demétrio Ribeiro



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

5.12 ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO CONJUNTO

Em relação à avaliação do estado de conservação, levando em conta a integridade do bem, observa-se na figura 80 que existem 12 edificações em bom ou ótimo estado (sinalizadas em verde), que conservam suas características tipológicas, apresentam manutenção constante, necessitando apenas de reparos pontuais; 14 edificações em estado regular, que necessitam alguns reparos e acabamentos (sinalizadas em amarelo); quatro (4) edificações com danos sérios, tanto na cobertura quanto na parte interna, mas que ainda apresentam sua configuração (em rosa); e duas (2) edificações em arruinamento, onde não é mais possível ler sua tipologia (circuladas em marrom).

Figura 80 - Mapa estado de conservação das edificações



Em verde edificações em bom estado de conservação, em amarelo edificações em estado regular de conservação, em rosa edificações em péssimo estado de conservação e em marrom edificações em arruinamento.

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

5.13 DESCARACTERIZAÇÃO

A área de estudo apresenta algumas descaracterizações, sejam por intervenções que alteraram as tipologias das edificações ou por falso histórico, impactando negativamente na ambiência do conjunto. É possível observar na figura 81 que algumas edificações tombadas foram comprometidas pela adição de anexos, toldos e outros elementos que obstruem a percepção integral do bem.

Figura 81 - Descaracterização de edificação tombada



Cobertura de telha ondulada metálica em frente de edificação. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Além disso, atribui-se de forma equivocada características da arquitetura açoriana a certas construções erguidas no século XX. Tal situação resulta tanto do desconhecimento por parte dos proprietários sobre as intervenções adequadas, quanto da ausência de fiscalização por parte dos órgãos competentes. Exemplifica-se com o salão paroquial, situado na rua Tomás Pereira, em frente à Igreja Matriz, construído alinhado à via de pavimento térreo, com paredes de blocos cimentícios, cobertura de quatro águas com telhas envernizadas e beiral, esquadrias arqueadas e pintura em cores azul e branco.

Além do fato de se tratar de um falso histórico, o salão paroquial apresenta os vestígios arqueológicos do antigo “império” (tracejado na imagem). A fachada do antigo “império” (com três (3) vãos demarcados na imagem abaixo) foi integrada à fachada do salão paroquial e a partir das fundações ainda é possível fazer uma leitura da planta.

Referente aos antigos impérios, Durán Rocca menciona:

O Culto ao Espírito Santo não foi exclusivo da cultura dos Açores, porém, no Brasil e no Rio Grande do Sul, é um elemento específico da açorianidade. Segundo estudos em andamento de Santos (2008), existiram, no Rio Grande do Sul, 14 capelas do Império do Espírito Santo (2009, p. 600).

Figura 82 - Salão paroquial e vestígios arqueológicos do antigo império



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

5.14 MOBILIÁRIO URBANO

A Praça Marechal Câmara possui diversas intervenções com a instalação de equipamentos de uso público. O mobiliário urbano é variado, entre lixeiras, bancos, equipamentos de ginástica e um grande barco. Esses equipamentos não possuem uma linguagem estética uniforme, os bancos são fabricados em madeira e concreto, enquanto as lixeiras apresentam revestimento de madeira. Assim, julga-se necessária a unificação do estilo do mobiliário urbano.

Figura 83 - Lixeiras e bancos



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Em frente à rua Liberdade, observa-se um grande muro de bloco cimentício, que simula uma fortificação em homenagem ao Fortim de Santo Amaro. Neste, posicionaram uma bandeira hasteada e um canhão, os quais geram uma obstrução da visibilidade da praça e do conjunto de casas tombadas ao redor. As ruínas do Fortim de Santo Amaro ainda estão presentes nos fundos do lote de uma edificação tombada, situada na rua Ernesto Alves, mas não estão valorizadas e nem sinalizadas.

Figura 84 - Construção bloqueando a visibilidade do conjunto de casas



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A praça recebeu também alguns “brinquedos” ou “monumentos” aos açorianos, como um barco de madeira e estátuas que representam um casal açoriano (conforme ilustrado na

figura 85), embora esses elementos acabem gerando conflito visual com a arquitetura e com as características da praça açoriana do séc. XVIII. Porém, eles funcionam como equipamentos de uso frequente de crianças e os adolescentes da região. Compreende-se que esses elementos impactam na ambiência da praça e devem ser removidos e substituídos por equipamentos que respeitem a leitura do ambiente.

Figura 85 - Barco e casal de açorianos homenageando a cultura açoriana



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A praça possui monumentos em locais inadequados, tornando necessária sua realocação. Como exemplo de elemento que exerce impacto visual negativo sobre o conjunto temos a Pira da Pátria, dedicada a José Gomes de Vasconcelos Jardim, situada em frente à igreja.

Figura 86 - Pira da Pátria

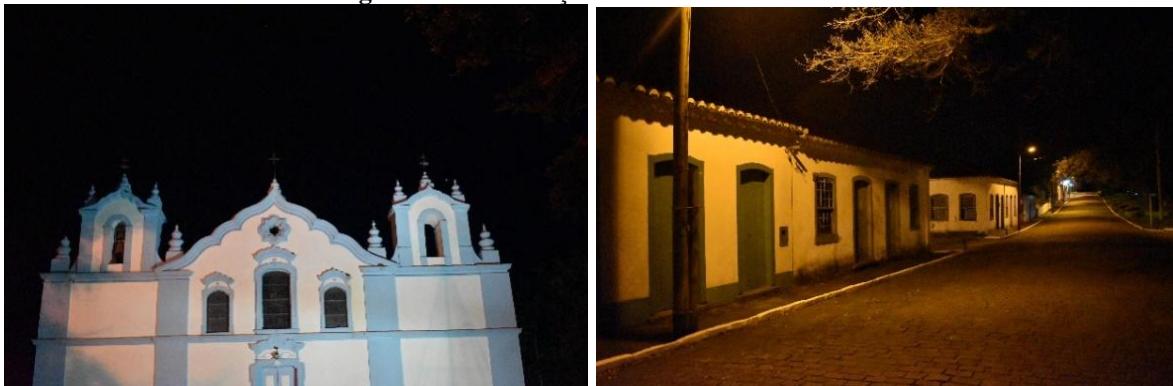


Fogo simbólico que é aceso no mês de setembro, durante a Semana Farroupilha. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A praça possui iluminação pública e projeto luminotécnico que destaca os bens tombados e cria um ambiente atraente ao anoitecer. Porém, as luminárias, posicionadas acima das copas das árvores, projetam sombras em vários pontos da praça e das ruas adjacentes, estas precisam ser mais bem posicionadas com menos altura iluminando abaixo das copas das árvores. Os postes são feitos de concreto e carecem de qualidade estética, a densa fiação da rede de iluminação compromete a apreciação estética das edificações da praça.

Figura 87 - Iluminação noturna igreja

Figura 88 - Iluminação noturna rua Tomás Pereira



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

As placas informativas sobre o patrimônio histórico e as placas de publicidade acabam gerando conflitos visuais com as edificações tombadas, prejudicando o valor estético do conjunto. A localização dessas placas, posicionadas em frente às fachadas das edificações, reflete o desconhecimento sobre o seu impacto visual no conjunto.

No caso das placas de publicidade, os proprietários de estabelecimentos comerciais e os administradores públicos são identificados como os principais responsáveis por esse prejuízo visual. Já em relação às placas informativas, a responsabilidade recai sobre os gestores públicos. Destaca-se a necessidade de desenvolver um projeto específico de sinalização visual, que consiga atender à função informativa sem prejudicar a visibilidade das edificações.

Figura 89 - Placa informativa em frente à fachada principal da edificação tombada
Figura 90 - Placa publicitária em frente à fachada principal da edificação tombada



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Julga-se necessário propor um modelo de barracas a ser empregado na festa de Santo Amaro, visando preservar e delimitar adequadamente o espaço da praça destinado ao evento. Este deve considerar a organização espacial de forma a utilizar o espaço de maneira eficiente e respeitosa com o contexto histórico e arquitetônico da área, garantindo tanto a funcionalidade das atividades festivas quanto a proteção do patrimônio.

Figura 91 e Figura 92 - Barracas com estrutura de madeira e lona



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Figura 93 - Barracas com estrutura de madeira e lona**Figura 94 - Toldo em estrutura metálica e lona**

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

5.15 ACESSIBILIDADE

A área de atuação definida para este trabalho não conta com recursos adequados para a acessibilidade universal, especialmente para indivíduos com deficiência física. As informações coletadas em conversas com moradores indicam a presença de, ao menos, uma pessoa na região que utiliza cadeira de rodas, destacando a necessidade de melhorias. As calçadas, sem uniformidade, possuem meios-fios altos e degraus para superação de desníveis, enquanto o uso de paralelepípedo nos leitos carroçáveis representa um desafio adicional. Observa-se a falta de rampas, superfícies planas adequadas para o trânsito de cadeiras de rodas, carrinhos de bebê, idosos com dificuldades de mobilidade, além da ausência de sinalização tátil para pessoas com deficiências visuais.

Figura 95 - Calçada localizada na rua Tomás Pereira. Presença de degrau, meio fio alto (tanto internamente quanto externamente) poste no meio da calçada, materialidade em pedra

Figura 96 - Calçada, meio fio e leito carroçável em paralelepípedo



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

6 A CASA DAS PESTANAS - ANÁLISE TIPOLÓGICA E CONSTRUTIVA

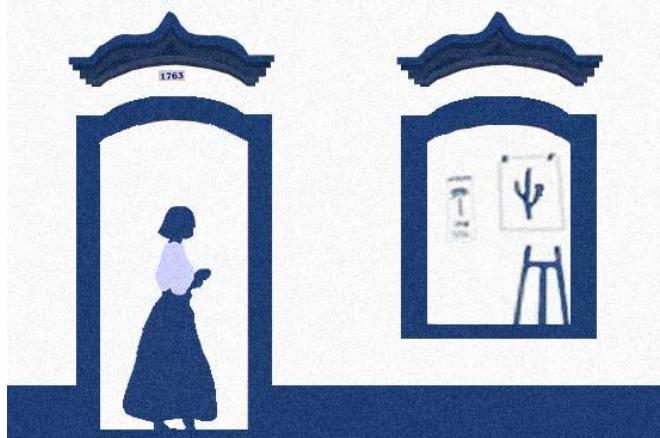


Figura 97 - Casa das Pestanas. Fonte: Paola Maia Fagundes

“As paredes eram caiadas e completamente nuas; na sala de jantar havia uma saliência semelhando um ventre roliço. (Ana Terra costumava dizer que a casa estava grávida...)”

(Érico Veríssimo, 1982)

Situada na rua Demétrio Ribeiro, com a fachada principal (leste) voltada para a fachada posterior da Igreja de Santo Amaro (oeste), a Casa das Pestanas data de 1763 e foi a primeira edificação da região. Essa casa serviu de abrigo aos engenheiros responsáveis pela construção da Igreja.

José Gomes Vasconcelos Jardim, primeiro presidente da República Rio-grandense, nasceu nessa casa no ano de 1773. O local também foi a 4ª Loja Maçônica do Rio Grande do Sul e Prefeitura de Santo Amaro.

Figura 98 - Elevação Casa das Pestanas e igreja de Santo Amaro

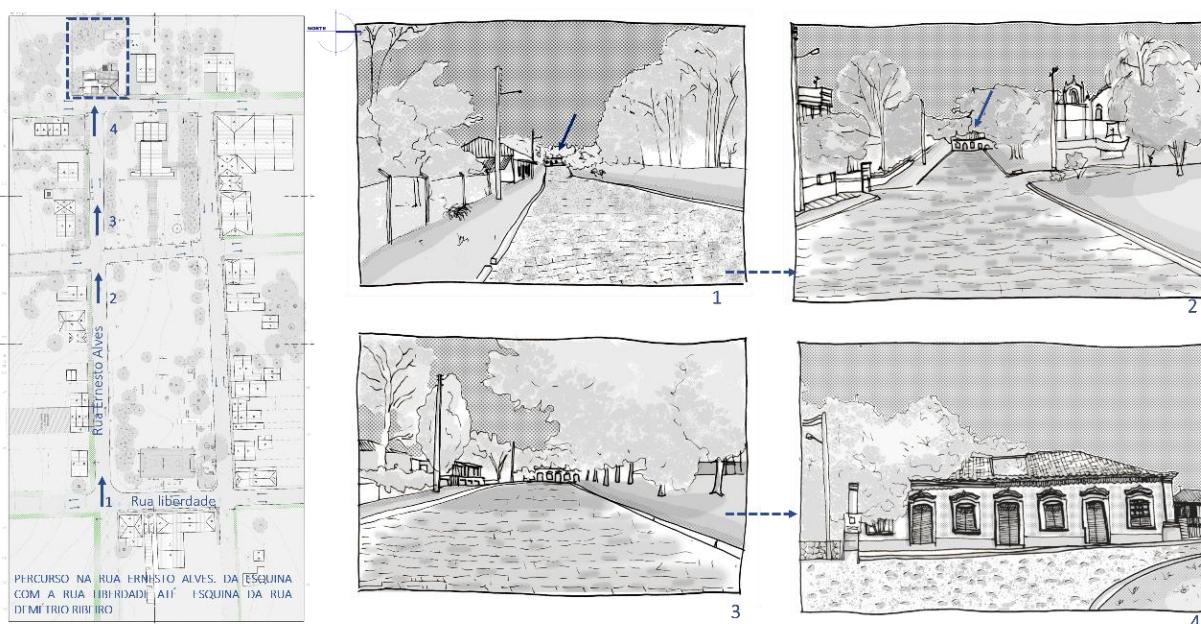


Fonte: Paola Maia Fagundes, 2020.

Antes de investigar a tipologia da residência, considerou-se necessário analisar brevemente a sua relação com o espaço urbano. Utilizando o método de Gordon Cullen, apresentado no Livro Paisagem Urbana, desenvolveu-se uma análise sequencial, que destaca os elementos que formam o espaço urbano da Rua Ernesto Alves, desde a igreja até a Casa das

Pestanas. Essa análise relaciona a edificação, objeto principal do trabalho, com o ambiente ao seu redor. Conforme Cullen (2008, p. 19), “a progressão uniforme do caminhante vai sendo pontuada por uma série de contrastes súbitos que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso”. Na implantação apresentada na figura 99, cada seta indica um ponto de observação ao longo do trajeto. É possível notar o progressivo revelar da casa ao caminhar, sua localização no eixo da rua, a relação com a massa vegetada ao redor e a igreja.

Figura 99 -Visão Serial



Rua Ernesto Alves esquina com rua Liberdade até esquina com rua Demétrio Ribeiro. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

6.1 ANÁLISE TIPOLÓGICA DA CASA DAS PESTANAS

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes ilhéus trouxeram os seus conhecimentos, bem como a “vontade de construir no estilo à moda da terra de origem” (Lemos, 1989, p. 15). Carlos Lemos menciona a casa luso-açoriana e a denominação comum de “casas açorianas”, conforme descrito no trecho a seguir:

Da Bahia para o sul, [...] Sempre casas despojadas, executadas segundo técnicas repetidas como se decorrentes de alguma usança vernácula. Casas ao sul costumam, sem razão, chamar de casas açorianas. São simplesmente casas brasileiras da marinha (1989, p. 37)

Em relação ao estudo tipológico da edificação, Carlos Lemos (1989) e Luísa Durán Rocca (2009) fornecem informações as diferenças na tipologia e adaptações das construções de

imigração açoriana em diferentes regiões do Brasil. Por exemplo, nas casas civis do Sul predominava a utilização de vidraçarias, enquanto nas casas civis do Norte, os muxarabis eram mais utilizados.

Um elemento distintivo na volumetria da casa luso-açoriana é o forno-chaminé. Este não se encontra presente nas casas do sul do Brasil, mesmo com inverno atingindo temperaturas negativas e condições climáticas parecidas com a das Ilhas de Açores.

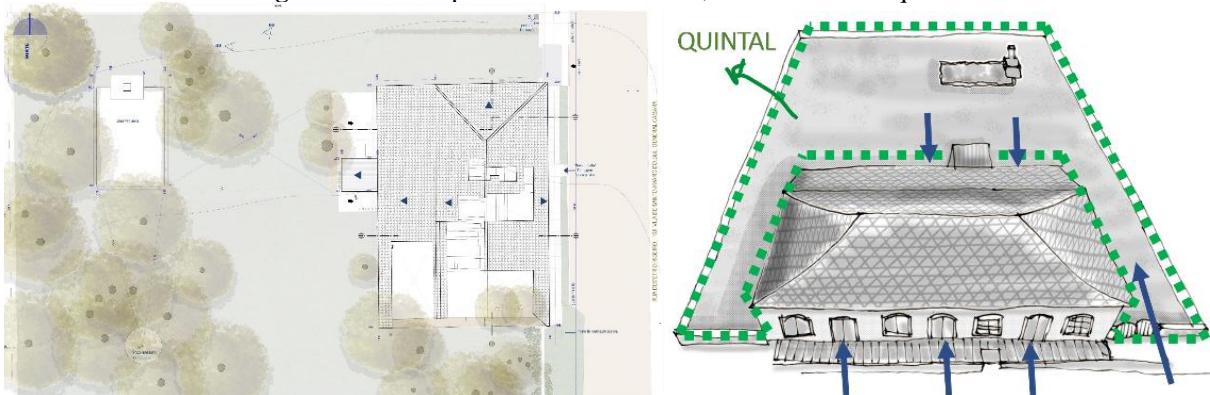
A análise tipológica apresentada é composta pela análise de um conjunto de elementos da edificação, como a relação com o lote e a massa vegetada e via. O estudo dos elementos primários e geradores da forma como a volumetria, as plantas baixas, as coberturas, as fachadas, os elementos espúrios.

6.1.1 Implantação

Como mencionado anteriormente, na Provisão Régia foram descritas as ordenações para o assentamento dos casais açorianos, com quarto de léguas destinado para moradia e atividades produtivas de cada família. A casa possui área construída de 262,15 m² e ocupa um lote com área de 1370,25 m², sem recuo frontal, mas dispõe de quintal e recuos laterais (figuras 100 e 101). De acordo com Durán Rocca (2009), o acesso independente aos fundos da casa, favorecia o uso para cultivo de horta ou criação de animais domésticos (figuras 102 e 103).

Figura 100 - Planta de Locação

Figura 101 - Croqui da casa com acessos, recuos laterais e quintal



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

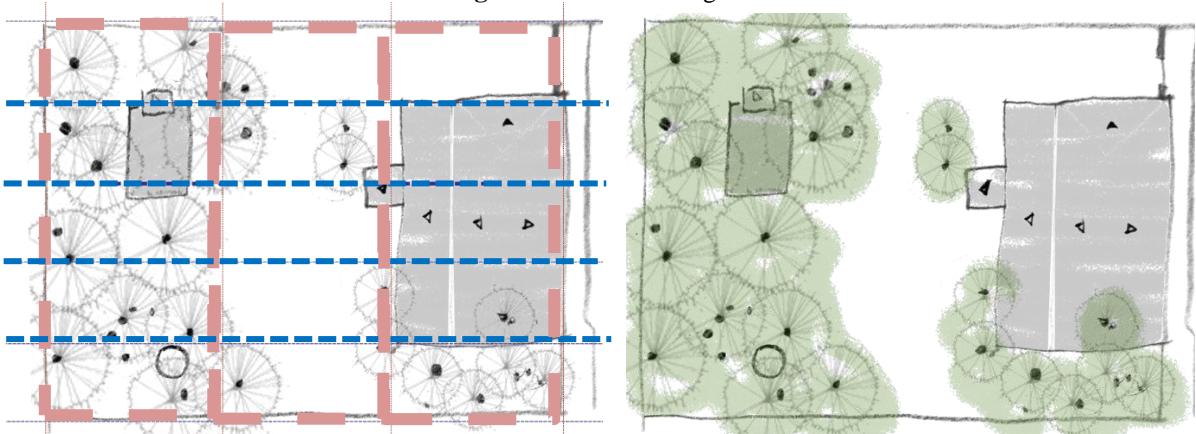
Figura 102 - Quintal para criação de animais domésticos**Figura 103 - Acesso para o quintal**

Sobre a figura 103: Quintal para criação de animais domésticos. Marcado na imagem com uma seta tracejada.

Cena do Filme "Um certo Capitão Rodrigo", direção de Anselmo Duarte (1971). Captura da autora.

Sobre a figura 104: Acesso para o quintal. Situação atual. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Ao analisar a proporção da edificação no lote, verifica-se que a casa, em sua disposição longitudinal, ocupa um terço deste, conforme ilustrado na figura 104. O terço final, voltado ao quintal, apresenta uma densa vegetação (figura 105). Essa massa vegetada altera o microclima, resultando em um ambiente excessivamente úmido, ocasionando danos nas fachadas próximas.

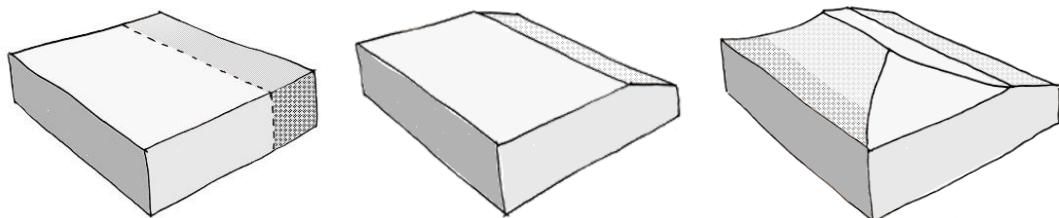
Figura 104 - Proporção da casa no lote**Figura 105 - Massa vegetada**

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

6.1.2 Volumetria

Ching (2002, p. 29) define o volume como “uma porção de espaço contido e definido pelos planos das paredes, do piso, do teto ou de cobertura, como uma quantidade de espaço ocupado pela massa de um edifício”. A Casa das Pestanas caracteriza-se por um sólido primário, simétrico com seis faces retangulares, adição de telhado de quatro águas. Existe um volume similar na fachada oeste, diferenciando-se pela subtração na parte superior para acomodar o prolongamento do telhado em uma única água. Segundo Ching (2002, p. 48), “uma forma pode ser transformada ao se subtrair uma porção de seu volume. Dependendo da extensão do processo subtrativo, a forma pode conservar a sua identidade inicial”.

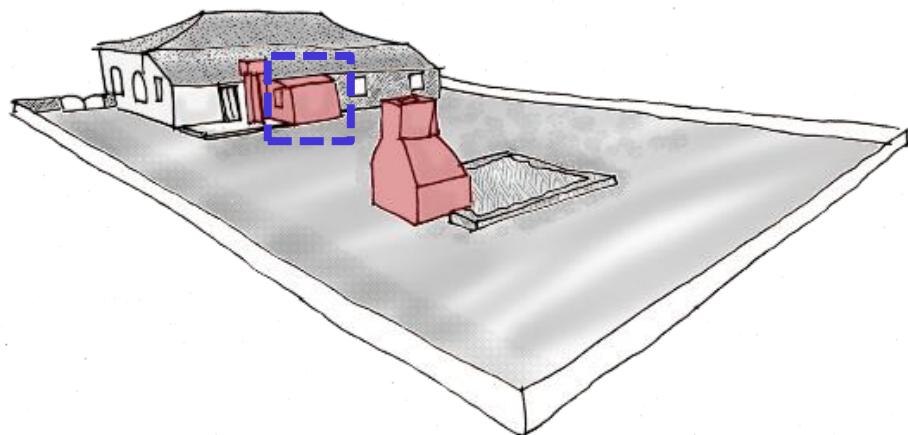
Figura 106 - Volumetria primária Casa das Pestanas. Subtrações e adições



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

A volumetria sofreu a transformação aditiva de um banheiro, um volume retangular justaposto à fachada oeste, indicado com pontilhado azul na figura 107.

Figura 107 - Adição de elementos espúrios

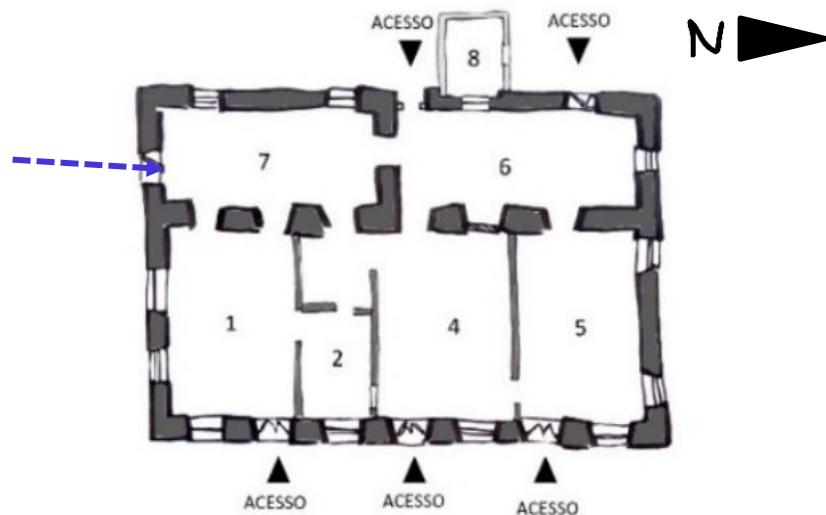


Sinalizados em vermelho a caixa d’água, o banheiro e a churrasqueira. Pontilhado em azul, o volume do banheiro justaposto. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023,

6.1.3 Planta Baixa

Em relação à planta baixa, a edificação apresenta uma geometria regular e retangular, com os ambientes agrupados conforme as exigências funcionais. A casa dispõe de sala senhorial (1), dormitórios (2 e 5), alcova (3), sala de estar (4), cozinha (6), sala de jantar (7) e banheiro (8). A figura 109 mostra uma possível adição na fachada oeste, mesmo que muito antiga (indicado pelos ambientes 6, 7) e um anexo justaposto (indicado pelo ambiente 8). Os ambientes 1, 4 e 5 têm portas voltadas para a rua Demétrio Ribeiro. Os ambientes 6 e 7 possuem portas voltadas para o quintal, embora a porta do ambiente 7 esteja a 120 cm do solo, voltado para a fachada Sul; não se encontraram marcas que evidenciem a existência de uma escada de acesso.

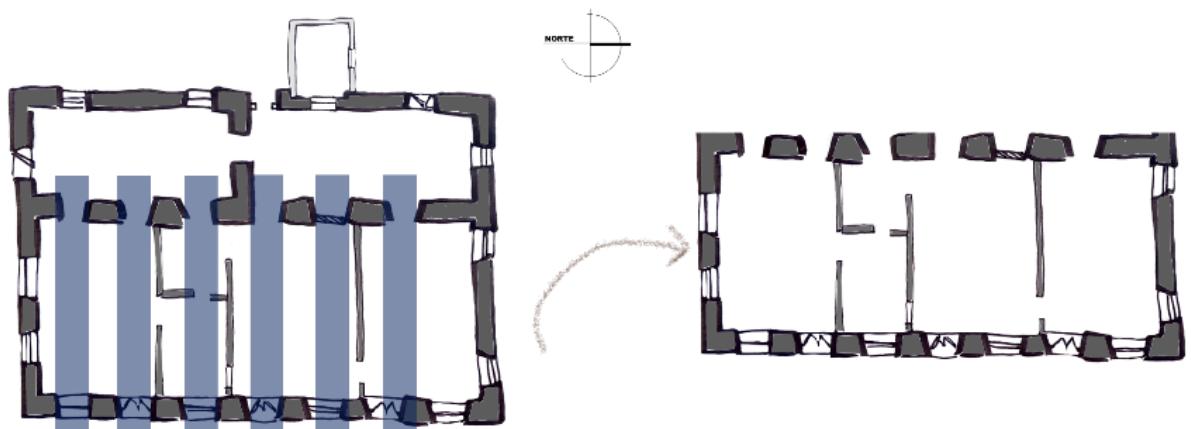
Figura 108 - Planta Baixa Casa das Pestanas



Os acessos existentes estão indicados por triângulos. A porta do ambiente 7, o acesso situa-se a 120 cm do nível do terreno (marcado com uma seta). Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Na análise da planta, compreendeu-se que as aberturas (portas e janelas) na fachada leste coincidem quase exatamente com as portas da parede de pedra no sentido longitudinal da casa (centro). Esse achado levanta o questionamento de que esta poderia ser a fachada oeste original da edificação (indicado em azul na figura 109). Não foi possível observar a junção da alvenaria de pedra entre estes dois blocos.

Figura 109 - Análise da planta baixa



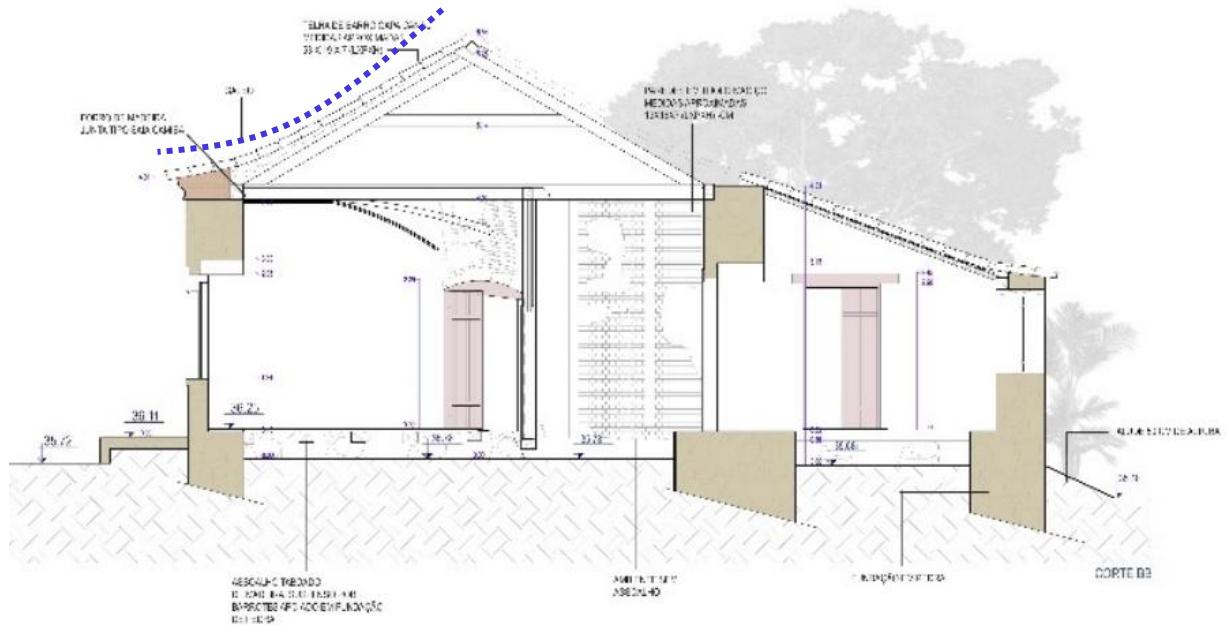
Aberturas alinhadas na fachada leste e parede de pedra central da casa (sentido longitudinal). Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

6.1.4 Cobertura

Referente ao plano de cobertura, a edificação apresenta telhado em quatro águas sustentado por tesoura de madeira apoiada sobre paredes de alvenaria de pedra, além de prolongamento em uma água com telhas de barro tipo capa canal. O telhado possui uma mudança de inclinação, devido à espessura das paredes, criando um galbo (figura 110), conforme descrito no Manual de Conservação de Telhados do IPHAN:

Este elemento formal, ditado por razões de ordem técnica, como a espessura das paredes, no caso de alvenaria de pedra ou taipa de pilão e pelo comprimento dos cachorros, em beirais sobre paredes mais finas, caracteriza-se pela mudança de inclinação do telhado nas suas extremidades. Isto consegue-se com a introdução de uma peça de madeira chamada contrafeito cuja extremidade superior apoia-se no terço inferior dos caibros e a inferior no terço externo do beiral. Além de conferir uma aparência mais elegante ao telhado, o galbo cumpre importante função, que é a de propiciar o lançamento das águas pluviais numa trajetória mais adequada, afastando-as das paredes (IPHAN, 1999, p. 23).

Figura 110 - Corte transversal



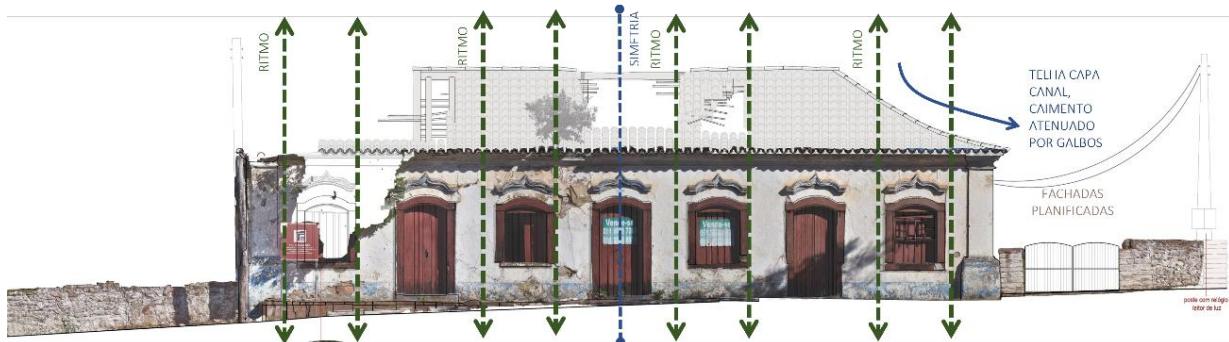
É possível observar no pontilhado marcado no Corte transversal a mudança de inclinação do telhado resultando no galbo. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022

6.1.5 Fachadas: Características Gerais

As superfícies das fachadas foram analisadas seguindo os princípios estabelecidos por Ching no que concerne às articulações das superfícies. Avaliaram-se os aspectos relacionados ao “formato, tamanho, escala proporção e peso visual de um plano” (Ching, 2002, p. 86).

A **fachada leste** apresenta um plano horizontalizado, no qual se nota um conjunto ritmado de “janela-porta-janela”, sendo 4 janelas e 3 portas. Observa-se uma clara simetria a partir do eixo da porta central (figura 111). As esquadrias são em madeira pintada com duas folhas e possuem vergas em arco abatido. Em fotografias antigas observa-se que todas as janelas apresentavam esquadrias de guilhotina, atualmente apenas uma janela apresenta este fechamento com perda dos vidros.

Figura 111 - Fachada Leste

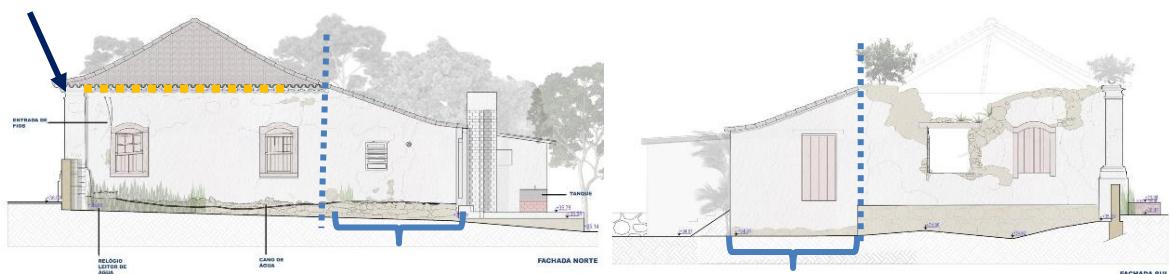


Fotogrammetria digital com projeção de levantamento cadastral. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022

As **fachadas norte e sul** estão orientadas para os recuos laterais do lote, na figura 113 é possível observar que a fachada sul apresenta os danos mais marcantes em comparação às outras fachadas. Marcada em azul nas figuras 112 e 113, a divisão entre a primeira etapa de construção identificada e adição de volume posterior.

Figura 112 - Fachada Norte. Em azul intervenção posterior

Figura 113 - Fachada Sul. Observa-se perda de alvenaria na parte superior



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Na **fachada norte**, observa-se a presença de cunhal, indicada por uma seta azul na imagem 112, e um telhado de quatro águas com beiral e beira-seveira, marcado em pontilhado amarelo na mesma figura. As esquadrias J-B04 e J-B05 (lateral esquerda e central) são em madeira pintada com duas folhas, apresentam guilhotina e alguns vidros e possuem vergas em arco abatido. Na mesma fachada, o prolongamento com telhado de uma água não apresenta beiral e tem uma pequena janela com esquadria de alumínio (J-B06).

Figura 114 - Fachada Norte



A linha amarela indica a divisão entre os blocos e mudança no sentido do telhado (setor com beiral e setor sem beiral). Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Na **fachada sul**, ilustrada nas figuras 115 e 116, identificam-se três vãos, consistindo em uma porta e duas janelas. O vão central sofreu significativa perda de sua estrutura, mas ainda é possível verificar que a verga era reta, em contraste com a janela na lateral direita que tem terminação em arco abatido, fechamento em 2 folhas de madeira. O vão na lateral esquerda da imagem corresponde a uma porta com verga reta, 2 folhas e desnível acentuado do nível do terreno (figura 117).

Figura 115 - Fotogrametria digital fachada Sul, com projeção de desenho técnico



Tracejado em amarelo a divisão entre os blocos e mudança no sentido do telhado. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Figura 116 - Fotografia da fachada Sul

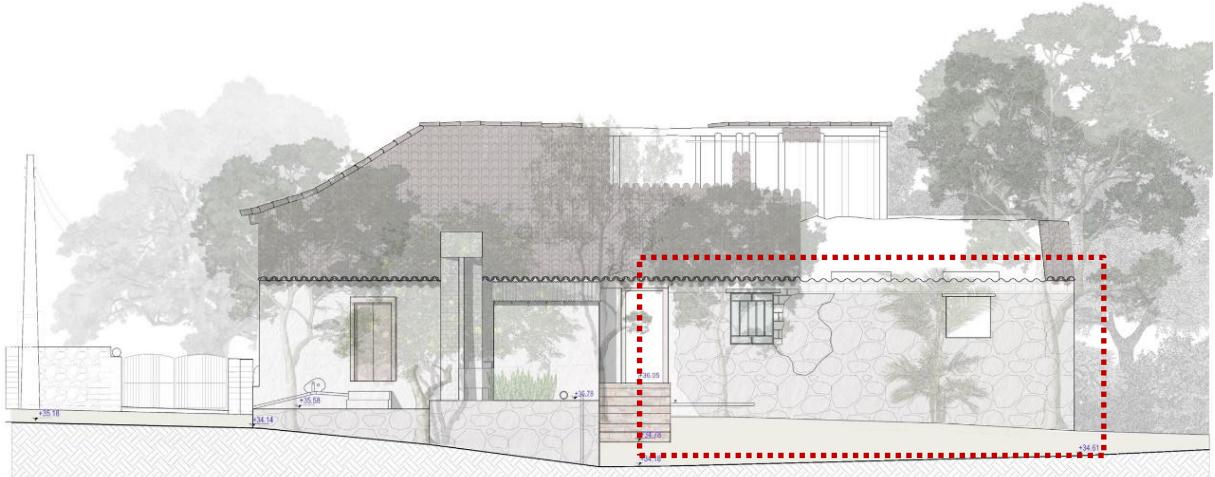
Figura 117 - Fotografia porta PB-01



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Na **fachada oeste**, nota-se que os vãos não possuem as mesmas características construtivas dos demais. Na lateral direita, os vão são quadrados, pequenos e um único apresenta esquadria em alumínio com vidro. As portas possuem vergas retas, dimensões menores que as outras portas da edificação. Além disso, essa é a única fachada que exibe um setor com pedra aparente, sem reboco de argamassa de cal (figuras 118, 119 e 120).

Figura 118 - Desenho técnico da fachada oeste



Pontilhado em vermelho o setor com pedra aparente. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 119 - Sr. Tarso em frente à fachada oeste da Casa

Figura 120 - Fachada oeste da Casa



Fonte: Acervo pessoal Margareth Prado.

6.1.6 Fachadas: Ornamentos

Referente aos ornamentos, a casa apresenta simplicidade tanto construtiva quanto formal. Contudo, na **fachada leste**, considerada a principal da edificação, o beiral termina sobre cimalha argamassada e possui cunhais nas laterais direita e esquerda. Todos os vãos apresentam ornamentos sobre as vergas em arco abatido, denominados “pestanas” (figuras 121, 122 e 123).

Figura 121 - Porta da edificação em arco abatido

Figura 122 - Janela de arco abatido



Ilustração aquarela. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 123 - Cimalhas e ornamentos acima dos vãos



Ilustração aquarela. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A **fachada norte** apresenta beira-seveira, na lateral que se encontra com a fachada leste, observa-se cunhal de alvenaria argamassada.

Figura 124 - Fachada norte, Beira-Seveira

Figura 125 - Fachada norte, janelas em arco abatido

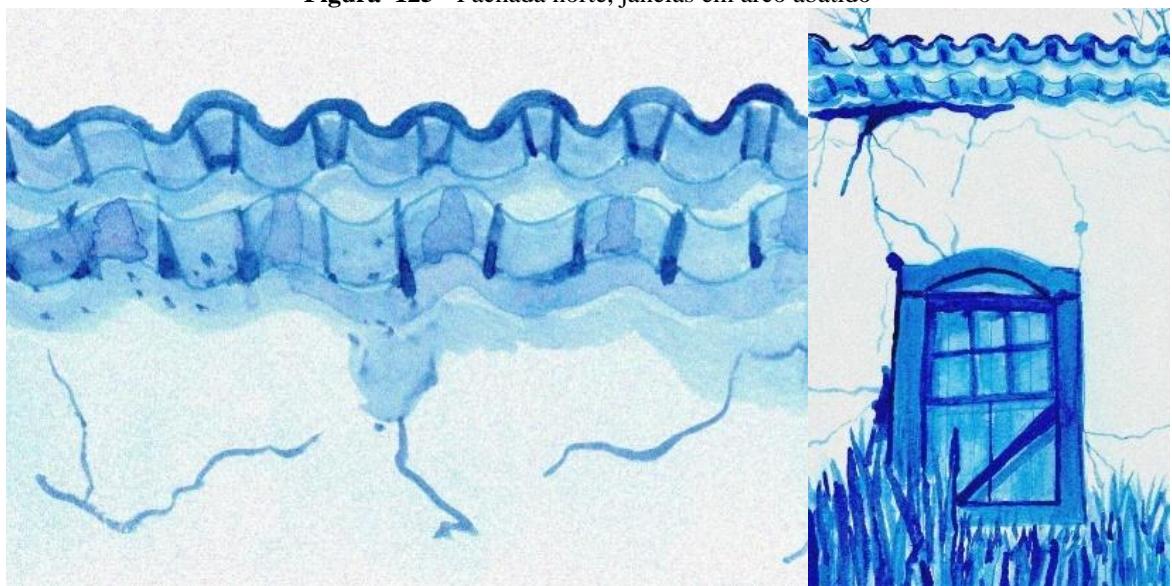
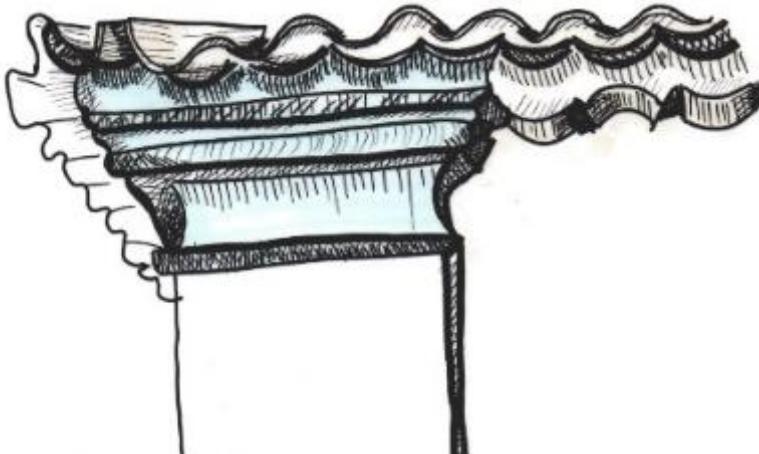


Ilustração aquarela. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 126 - Fachada Norte. Cunhal

Figura 127 - Cunhal



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A **fachada sul** não apresenta ornamentação expressiva, exceto o cunhal na lateral direita no encontro com a fachada leste. A **fachada oeste** e no prolongamento das fachadas norte e sul não apresentam ornamentos e, conforme mencionado, observa-se uma alteração de diversas características. Isso inclui a inclinação do telhado, os tamanhos dos vãos, a mudança das vergas de arco abatido para vergas retas, além da parede em pedra aparente. Embora seja uma intervenção antiga com materiais de construção semelhantes ao restante da casa, é evidente que ela não constitui parte da edificação original.

6.1.7 Interior da edificação

Os ambientes são simples, com paredes divisórias em tabique, portas com vergas em arco abaulado ou verga reta. Em relação às esquadrias, o interior da edificação possui “portas e janelas com paredes rasgadas”, assunto que receberá desenvolvimento detalhado no item 6.2 - Sistemas Construtivos. Em alguns casos, os vãos internamente apresentam “rasgos” com laterais chanfradas. Essas laterais recebem assentos de madeira, conhecidos como conversadeiras.

Figura 128 - Sala de Estar (Ambiente 03)**Figura 129 - Sala de Estar (Ambiente 03)**

Sobre a figura 129: Seta indica a presença de conversadeira. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Sobre a figura 130: Seta indica a presença de conversadeira. Cena do Filme "Um certo Capitão Rodrigo", dirigido por Anselmo Duarte (1971). Captura da autora.

Figura 130 - sala de Estar (Ambiente 03)**Figura 131 - Sala de Estar (Ambiente 03)**

Sobre a figura 131: Vista para as paredes sentido sul e oeste do ambiente. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Sobre a figura 132: Vista para as paredes sentido sul e oeste do ambiente. Cena do Filme "Um certo Capitão Rodrigo", dirigido por Anselmo Duarte (1971). Captura da autora.

Figura 132 - Dormitório (Ambiente 04)

Figura 133 - Dormitório (Ambiente 04)**Figura 134** - Dormitório (Ambiente 04)

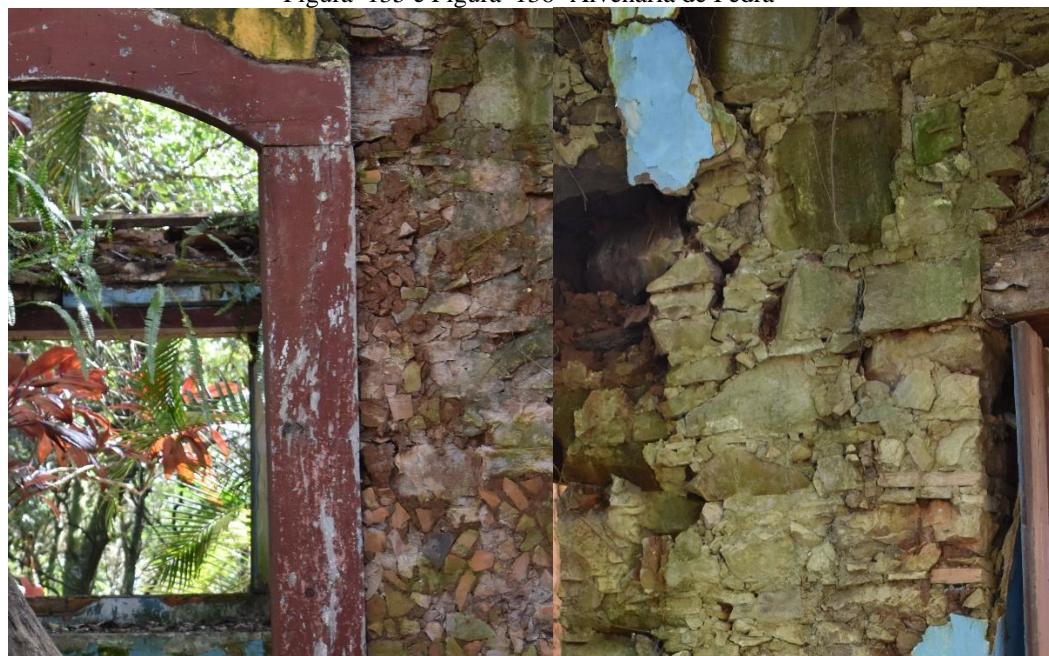
Sobre a figura 133: Observa-se a presença de janelas com conversadeiras. Imagem: Paola Maia Fagundes. 2023

Sobre as figuras 134 e 135: No filme o ambiente possuía forro saia-camisa. Cena do Filme "Um certo Capitão Rodrigo", dirigido por Anselmo Duarte (1971). Capturas da autora.

6.2 SISTEMAS CONSTRUTIVOS

Referente às técnicas construtivas e à materialidade, a casa utiliza principalmente alvenaria de pedra estrutural, estrutura do telhado em madeira e telhas de barro. Esses sistemas utilizam os materiais da região e o saber-fazer dos imigrantes. O elemento espúrio, localizado na fachada oeste e justaposto à preexistência, não foi analisado.

Figura 135 e Figura 136- Alvenaria de Pedra



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 137 - Tesoura de madeira com linha alta

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

6.2.1 Paredes

As paredes exteriores da casa são estruturais e confeccionadas em alvenaria de pedra, e nas paredes internas identifica-se a presença de tabique e de tijolo maciço. Observa-se na planta falada a diversidade de sistemas construtivos presentes na preexistência:

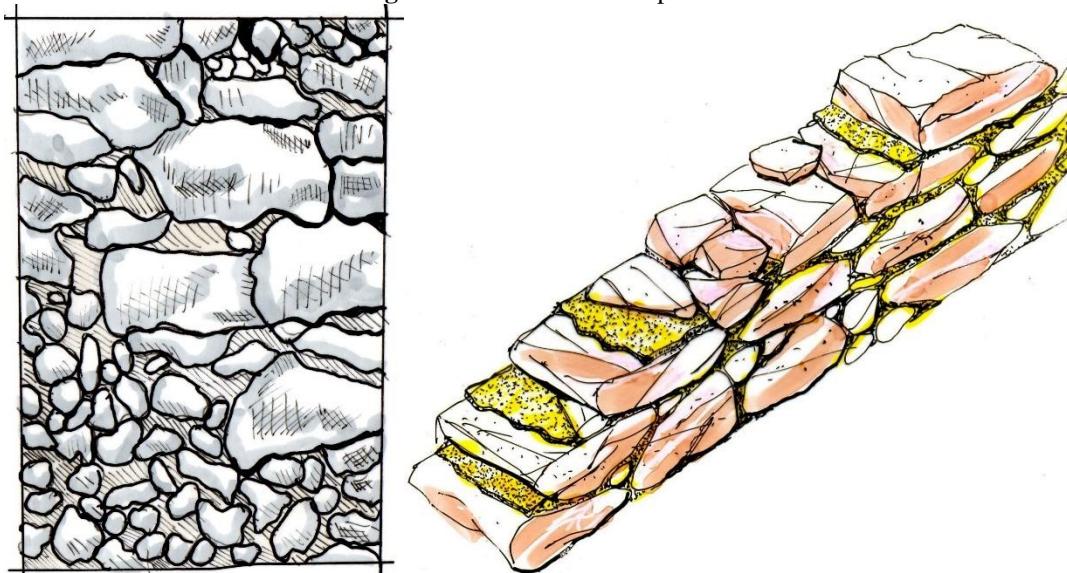
Figura 138 - Planta Falada da Casa das Pestanas

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

As paredes estruturais da edificação são formadas por alvenaria de pedra, gerando o fechamento externo da casa e recebendo a carga da cobertura. Os tamanhos das pedras são variáveis, incluindo pedras com mais de 70 cm e pedras menores que auxiliam na sustentação das maiores. A alvenaria é argamassada, assim como o revestimento externo da preexistência.

Figura 139 - Alvenaria de pedra de tamanhos diversos

Figura 140 - Alvenaria de pedra



Fonte Figura 140: Paola Maia Fagundes, 2022.

Fonte Figura 141: Site Coisas da Arquitetura/ Sylvio Colins.

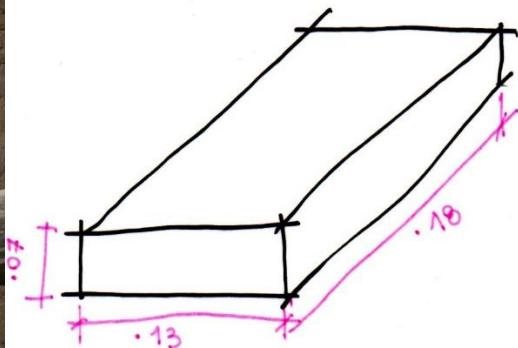
Figura 141 e Figura 143 - Paredes da fachada oeste em alvenaria e pedra



Fonte: Cenas do Filme "Um certo Capitão Rodrigo", dirigido por Anselmo Duarte (1971). Captura da autora.

Quanto às paredes não estruturais, que criam divisões internas, observamos alvenaria de tijolo maciço e paredes de tabique. A divisória entre a sala grande, dormitório e alcova, conforme ilustrado na planta falada, apresenta construção em tijolos cerâmicos maciços, com revestimento argamassado. Cabe destacar que significativa parcela dessas paredes desabou no ano de 2023.

Figura 142 - Parede em alvenaria de tijolo maciço
Figura 143 - Croqui com medidas do tijolo maciço



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A parede em tabique (fasquio) é composta de uma estrutura de madeira com peças horizontais e verticais (ripas) conectadas por pregos. Após feita essa estrutura em madeira, a divisória recebe um preenchimento de argamassa. De acordo com Ataíde, Eires, Camões e Jesus (2016, p. 2), essa argamassa de preenchimento costuma receber na mistura a cal aérea hidratada “por ser uma solução econômica, por proporcionar melhor resistência mecânica, maior deformabilidade, melhor adesão ao suporte, melhor dispersão do solo, e maior permeabilidade da parede”. No sistema em questão, a argamassa de preenchimento recebe adição de fragmentos de peças cerâmicas.

Os autores acima mencionados (2016, p. 1) definem tabique

como uma técnica tradicional construtiva que emprega como material a terra, a madeira ou a cana. Existem várias técnicas para executar o tabique, mas, no geral, é formado por uma estrutura de madeira à qual é afixado um ripado de madeira que é preenchido e revestido com argamassa à base de solo e cal.

Figura 144 - Parede de tabique



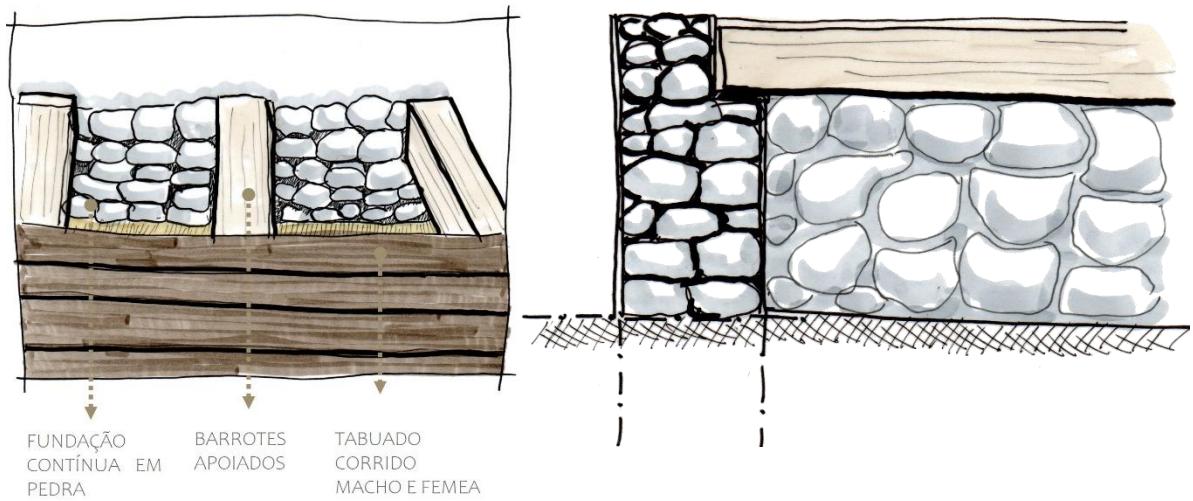
Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

6.2.2 Fundação

Na edificação, as fundações são diretas e representam um prolongamento das paredes, apresentando um leve alargamento na base. Elas suportam a carga e apoiam os barrotes de madeira.

Em relação à materialidade, são constituídas por pedra de arenito de formato irregular, empregadas sem argamassa (alvenaria de pedra seca). Acima dos mencionados barrotes, é apoiado o assoalho de madeira, que utiliza encaixe do tipo macho e fêmea.

Figura 145 e Figura 148 - Fundação corrida em pedra de junta seca. Perspectiva. Barrotes apoiados



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 146 - Fundação em alvenaria de pedra seca

Figura 147 - Fundação corrida em pedra seca e barrotes de madeira degradados



Fonte figura 149: Paola Maia Fagundes, 2022.

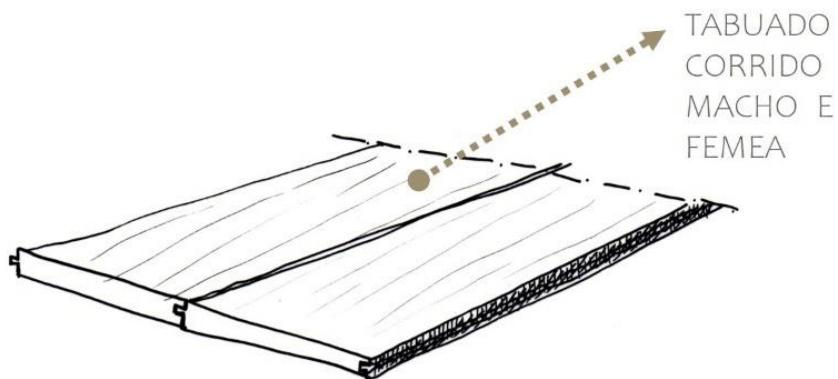
Fonte figura 150: Paola Maia Fagundes, 2021.

Figura 148 - Barrote apoiado sobre a fundação

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

6.2.3 Piso

Considerando-se o sistema construtivo que contempla fundações e barrotes que elevam o piso acima do solo, os assoalhos internos consistem, em sua maioria, em tábuas de madeira com encaixe do tipo macho e fêmea. Na planta falada (figura 138), observa-se uma intervenção do século XX, localizada na área da antiga cozinha, caracterizada pela presença de piso de lajotas e laje cimentícia. Na área externa, situada na fachada leste e no prolongamento da fachada oeste, identifica-se o pavimento em lajeado de pedra arenito, o qual apresenta espessura reduzida.

Figura 149 - Croqui piso de tábua corrida. Encaixe macho e fêmea

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022

6.2.4 Forro

O forro é em largas tábuas de madeira com junta saia camisa.

Figura 150 - Forro Saia Camisa



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

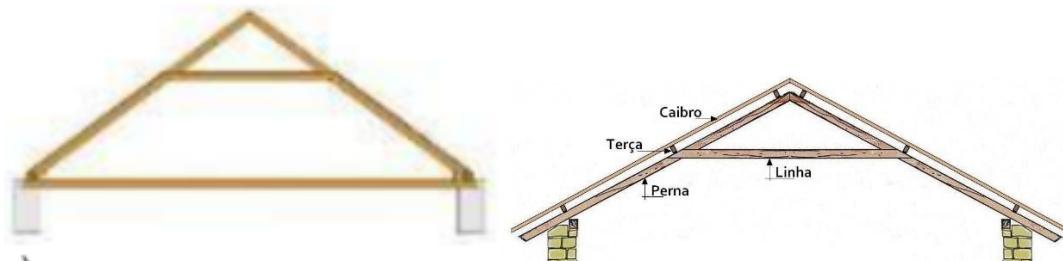
6.2.5 Cobertura

A edificação possui cobertura em quatro águas com prolongamento do telhado voltado para a fachada oeste, composto por telhas cerâmicas do tipo capa e canal, cujas medidas aproximadas são 53 x 19 cm. Toda a estrutura da cobertura é em madeira.

Em relação à estrutura principal, as asnas (tesouras) possuem as seguintes tipologias²³:

- (1) asna com linha suspensa e linha baixa na base, também conhecida como Canga de Porco; e
- (2) asna com linha suspensa.

²³ As tipologias foram nomeadas segundo Manual de Conservação de telhados (IPHAN, 1999).

Figura 151 - Asna de linha alta e linha baixa**Figura 152** - Asna linha suspensa

Fonte figura 154: Sarrazola, Sousa Vieira, Oliveira (2013).

Fonte figura 155: Colin (2010).

Conforme Sarrazola, Sousa Vieira, Oliveira (2013), as asnas com linha suspensa, com ou sem linha baixa, foram empregadas em Portugal do início do Século XV até o século XIX, sendo muito utilizadas em edifícios religiosos e civis.

A tesoura com linha suspensa e tirante (ou linha baixa) (1), possui na parte inferior suas pernas apoiadas nos frechais. O tirante na base liga as duas pernas na base e uma linha alta conecta as pernas a aproximadamente 2/3 da altura em relação à base.

Figura 153 - Asna com linha suspensa e tirante

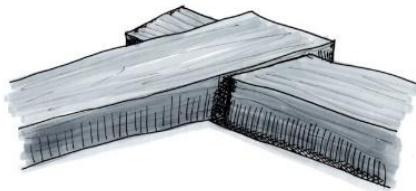
Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Referente às forças que atuam nesse tipo de estrutura, o Manual de Conservação de Telhados (IPHAN, 1999, p. 14) menciona:

Suas peças formam um quadro rígido, sem resíduos de empuxos laterais como os que ocorrem na estrutura de caibro armado. As peças inclinadas, chamadas de pernas ou empenas, funcionam à compressão, assim como a linha alta, imposta à meia altura ou a um terço da tesoura, cuja função é evitar a flexão das pernas. [...] A linha alta, está sujeita a esforços de compressão, o que justifica a ausência do malhete em rabo de andorinha (próprio para tração) substituído aqui pela sambladura à meia madeira. Como este detalhe enfraquece ambas as peças (a perna e a linha alta), em estruturas mais evoluídas e de maior vão, são inseridas peças adicionais, chamadas contra-pernas, que atenuam os esforços à que as peças principais são submetidas.

No topo, as pernas são unidas por encaixe do tipo sambladura meia madeira. De acordo com o Manual (IPHAN, 1999, p. 14) “o cruzamento das pernas dá-se à meia madeira e sobre a porção que ultrapassa a sambladura é colocada a cumeeira, com sua diagonal perpendicular ao solo”.

Figura 154 - Croqui da junção das pernas da tesoura a partir de encaixe em sambladura meia madeira



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

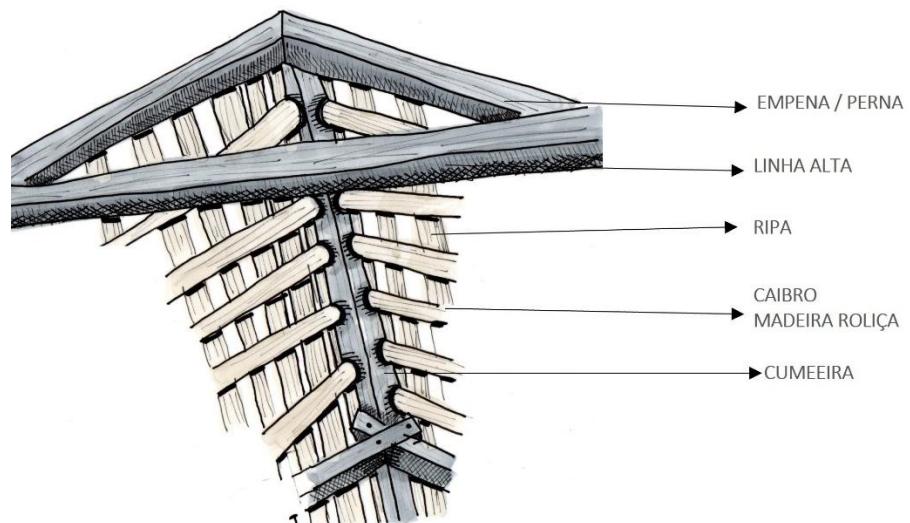
A tesoura com linha suspensa e sem tirante (2) difere da tesoura com tirante apenas pela ausência da peça que liga as pernas na base, o que a torna um pouco menos eficiente, pois é o “tirante ou tensor, que absorve os esforços de tração e equilibra o sistema” (IPHAN, 1999, p. 14).

Figura 155 - Tesoura com linha alta, sem tirante



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

Figura 156 - Tesoura com linha alta



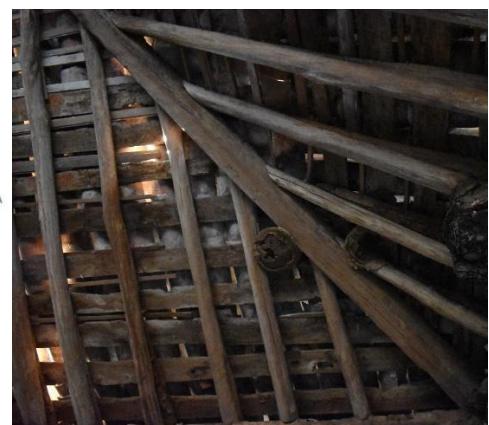
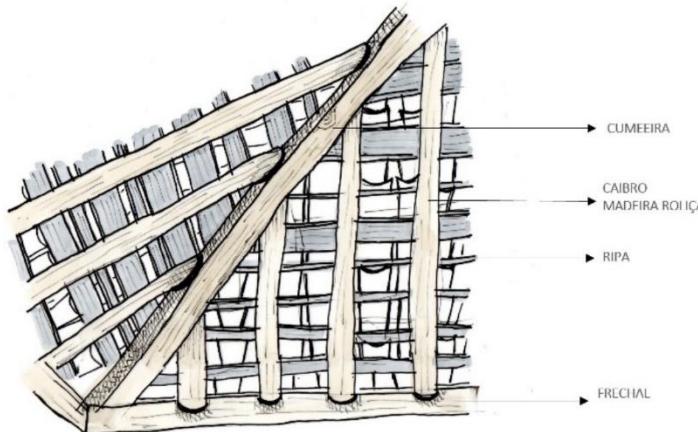
Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A estrutura da cobertura também possui uma peça vertical denominada pontalete, no centro, apoiando a cumeeira sobre uma parede divisória. Abaixo do pontalete, uma peça horizontal recebe a carga.

Figura 157 - Pontalete apoiando a cumeeira

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

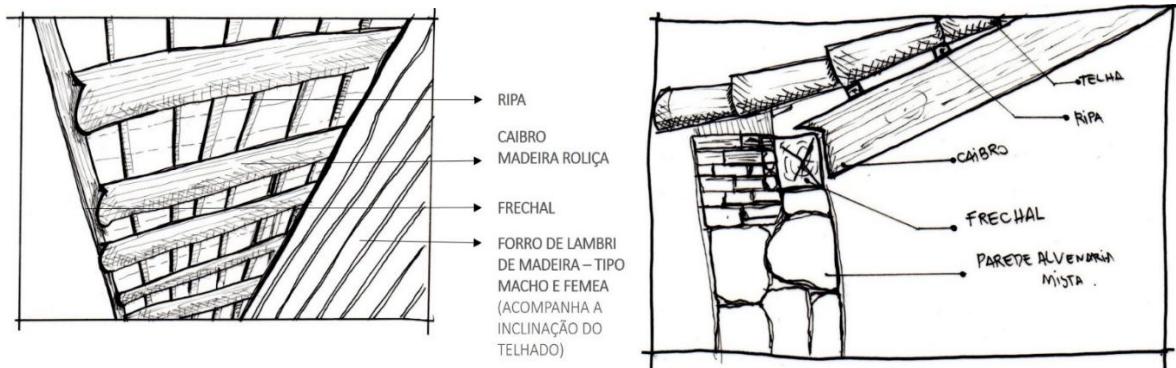
Nas paredes de tabique que recebam as pernas da tesoura, observa-se um reforço em madeira serrada (quadrada ou retangular). As paredes do telhado de quatro águas possuem frechais ao longo de todo o entorno para suportar as cargas das tesouras e dos caibros. O espigão conecta a cumeeira aos cantos.

Figura 158 - Detalhes da estrutura da cobertura**Figura 159** - Espigão

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

No prolongamento do telhado, voltado para a fachada oeste, a estrutura em caibros roliços apoiados diretamente no frechal. Em madeiras roliças, segundo Colin (2010), nessas estruturas são “comuns os paus roliços – caibros de mato virgem, redondos e bons”.

Figura 160 - Prolongamento do telhado. Caibros apoiados diretamente no frechal
Figura 161 - Croqui do detalhe do prolongamento do telhado



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

O interior apresenta simplicidade, de acordo com informações²⁴ documentadas no IPHAN, provavelmente o piso da casa era em lajota de barro. Não foi possível confirmar essa informação.

Durante o levantamento cadastral em agosto de 2022, identificou-se uma unidade de telha que apresenta marcas que lembram às deixadas por dedos (figura 162). Em geral, no século XVIII, as telhas eram moldadas por pessoas escravizadas, o que poderia explicar a irregularidade e as marcas observadas.

Figura 162 - Telhas apresentando marcas



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

²⁴ José Geraldo Vieira da Costa, setembro 1989. IPHAN, 01512.001041/2012-58.

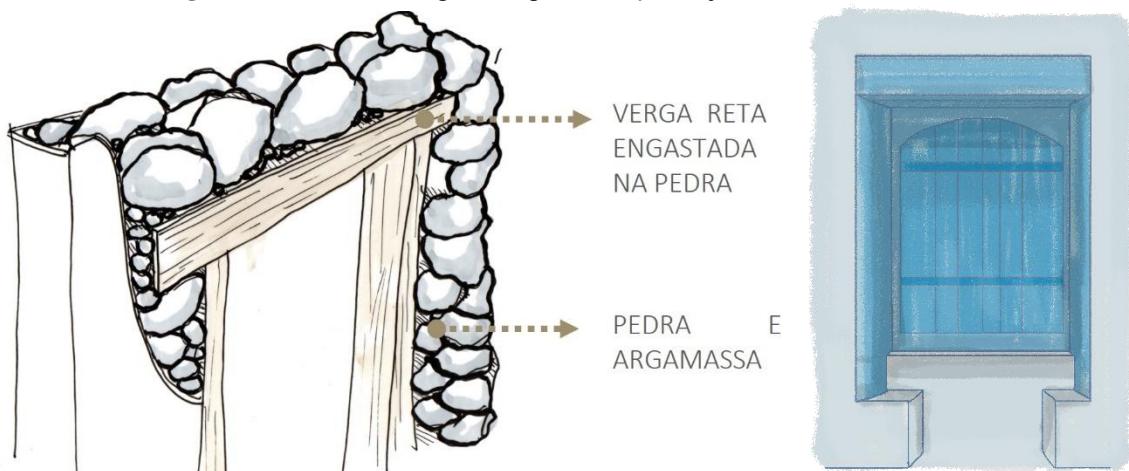
6.2.6 Esquadrias

Neste tópico serão tratadas as esquadrias sob a perspectiva do sistema construtivo. Como já mencionado, a edificação conta com “paredes rasgadas”, apresentando espessuras de até 85 cm, tendo o quadro da janela próximo à face externa. Quanto ao rasgo do vão, este possui laterais chanfradas, Vasconcellos (1983, p. 97), explica que a parede “pode também ser rasgada apenas por dentro, mantendo-se cheia por baixo do peitoril, caso em que as folhas não alcançam o piso”. Quanto ao chanfro, o autor esclarece que é justificável para que seja possível maior entrada de luz dentro do ambiente.

A Casa das Pestanas também apresenta janelas com assentos de madeira, conhecidos como conversadeiras. “As janelas rasgadas internamente podem levar ao longo do vão, em balanço de suas ilhargas ou apoiados no piso, bancos de um lado e outro, revestidos de cantaria, lajes ou tábuas, conhecidos como conversadeiras, nas chamadas janelas de assento” (Vasconcellos, 1983, p. 97).

Figura 163 - Detalhes da verga da porta

Figura 164 - “Parede rasgada” copara inserção de janela com conversadeira



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

6.3 TIPOLOGIA DA CASA AÇORIANA: UM ESTUDO COMPARATIVO

Com intenção de analisar e comparar a arquitetura resultante da colonização açoriana em Santo Amaro do Sul com a dos Açores, foi desenvolvido um estudo referente às tipologias arquitetônicas semelhantes às da Casa das Pestanas, explorando elementos como: a forma, a materialidade, esquadrias, modenaturas, entre outros.

Apesar de, no século XVIII, os açores possuírem uma diversidade de tipologias arquitetônicas, este subcapítulo centra-se especialmente em residências de até um pavimento ou assobradadas, facilitando a análise comparativa com a Casa das Pestanas no capítulo 4.4, intitulado “Uma Casa Açoriana, Com Certeza?”.

Para desenvolvimento deste subcapítulo foram utilizadas como fontes principais de referência os estudos de João Manuel Fernandes, “Cidades e Casas da Macaronésia. Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlântidas sob Influência Portuguesa – Quadro Histórico, do Séc. XV ao Séc. XVIII. V.I” (1992); Gunter Weimer, “A origem da arquitetura popular dos Açores” (2000); João Carlos da Silva Dutra, intitulado “Indicadores de Avaliação de Qualidade Térmica e Potencial de Poupança de energia dos edifícios tradicionais de Habitação, na Ilha do Pico, Açores” (2010). Cabe mencionar que diante da impossibilidade de acesso à obra “Arquitectura Popular dos Açores”, de Caldas *et al.* (2007), foram utilizadas imagens do livro encontradas em bibliografias diversas, sempre referenciadas no corpo do texto. As referências a essa obra, em específico, foram feitas de acordo com a fonte bibliográfica de acesso.

Desde o século XV, com a descoberta das ilhas e o fluxo migratório dos portugueses de diversas regiões para colonizar as terras açorianas, a arquitetura portuguesa precisou se adaptar ao novo contexto, considerando as características ambientais, geográficas e construtivas das ilhas. A seguir, são detalhados aspectos distintos da análise desenvolvida.

6.3.1 Elementos Arquitetônicos

Ao se tratar da forma, Dutra (2010) menciona que as casas das ilhas dos açores, apresentam uma simplicidade e uma variedade de arranjos e disposições, relacionadas à ilha em que estava localizada, à atividade que abrigam, ao nível econômico e à localização rural ou urbana.

Quanto aos elementos arquitetônicos e construtivos, a partir dos estudos desenvolvidos, foram observadas a presença de fornos para pães; balcões; cisterna para coleta da água da chuva; e “camarotes”, que eram estruturas de madeira que subdividiam a casa e continham as camas e armários. De acordo com Fernandes (1992, p. 250), esta era a “forma mais antiga e tradicional das habitações, hoje quase desaparecida”.

Figura 165 - "Camarotes" na casa rural açoriana



FIG.324 - Póvoa do Varzim, interior com "camaretes". In DESENHO [162] Portugal, fig.67

Fonte: Fernandes (1992).

Ter um forno em casa era uma maneira da família adquirir uma certa independência do reinado, visto que era necessário pagar pelo uso dos fornos comunitários, conforme Sandra Pinto (2020):

Além dos fornos caseiros, onde cada família cozinha o próprio pão, existiram ainda fornos de maiores dimensões, coletivos ou comunitários, com utilização pública, muitas vezes a cargo das forneiras. Estes últimos eram chamados *fornos de poia*, sendo a *poia* a forma de pagamento pela utilização do forno, normalmente liquidado através de uma das unidades cozidas em cada fornada (Pinto, 2020, p. 321)

Referente à arquitetura vernácula rural das ilhas, Fernandes (1992) aborda em sua tese de doutoramento as edificações exemplares da Macaronésia, que é a região composta pelos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. De acordo com o autor, as características que unificam essas tipologias são a simplicidade formal, a alvenaria de pedra vulcânica, a cobertura em quatro águas e o “forno-lareira alta” (Fernandes, 1992). Quanto à cozinha, o autor afirma que ela pode estar inserida, encostada ou dissociada do corpo da casa (1992).

Referente à cozinha dissociada do corpo da casa, o autor menciona:

Nos Açores, nomeadamente nas habitações das ilhas do Faial, Pico e São Jorge, bem como nas Flores e Corvo, é ainda comum a existência de cozinhas com forno chaminé, saindo fumo por entre as telhas, ou por uma abertura no forro do telhado. Assim, a cozinha “fuma” toda ela, e ao conjunto poderia chamar-se ‘cozinha-chaminé’. Com as características referidas, esta cozinha tende a implantar-se DISSOCIADA do resto da casa. A ilha onde a cozinha dissociada mais importância assume é sem dúvida a do Pico [...] ocupando posições diversas, e variando os modos de união ao resto da casa, é ela o principal elemento de ligação das tipologias rurais entre si e destas com as eruditas e urbanas (Fernandes, 1992, p. 240).

Figura 166 - Cozinha dissociada da casa na ilha da madeira

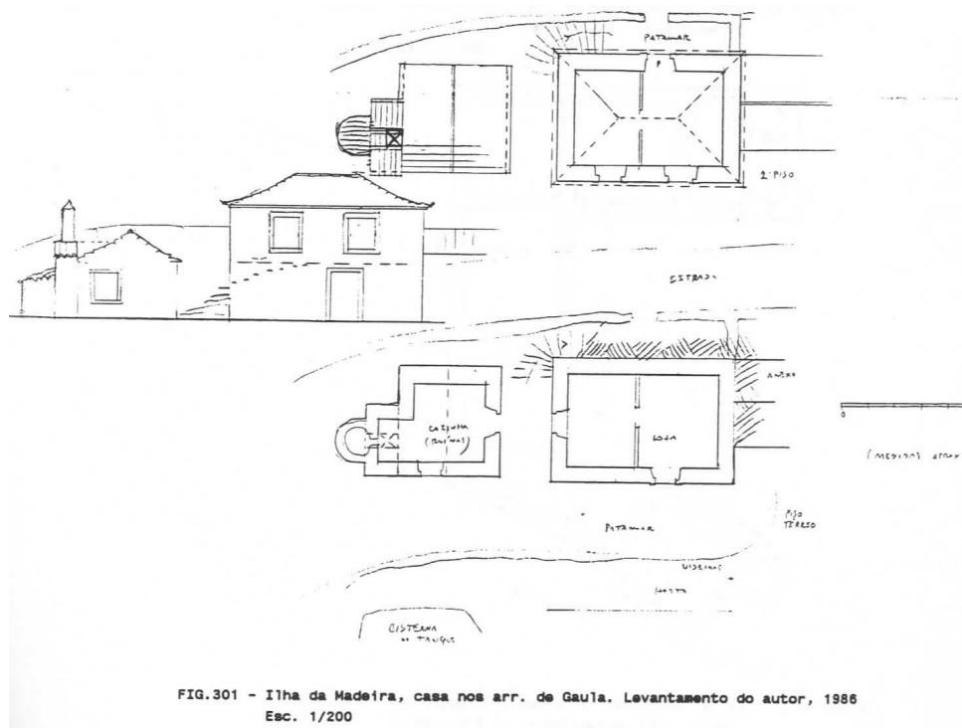


FIG.301 - Ilha da Madeira, casa nos arr. de Gaula. Levantamento do autor, 1986
Esc. 1/200

Fonte: Fernandes (1992).

Fernandes (1992) apresenta a tipologia rural da “casa de empêna alongada” com dois exemplos, um localizado nos Açores e outro no Brasil. Na edificação residencial localizada na Ilha Graciosa, a cozinha encontra-se encostada no corpo da casa. Já no estudo de caso localizado no Brasil, em Ribeirão da Ilha, Santa Catarina, o prolongamento de uma das águas cobre a cozinha. Segundo o autor:

Esse tipo de empêna, registrado também nas Flores, foi observado no sul do Brasil, em área de colonização setecentista açoreana (em Ribeirão da Ilha, na casa ao lado do “império” e na actual casa-museu, ambas com cobertura alongada sobre a “peça de serviço” - espécie de copa – e cozinha) (Fernandes, 1992, p. 249).

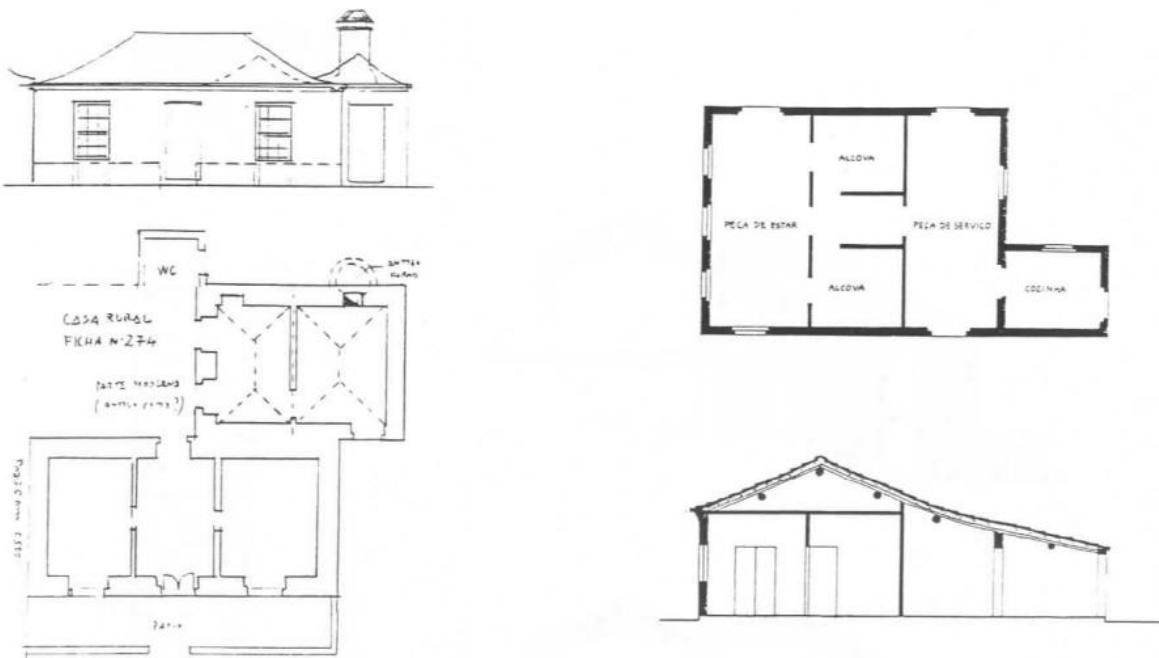
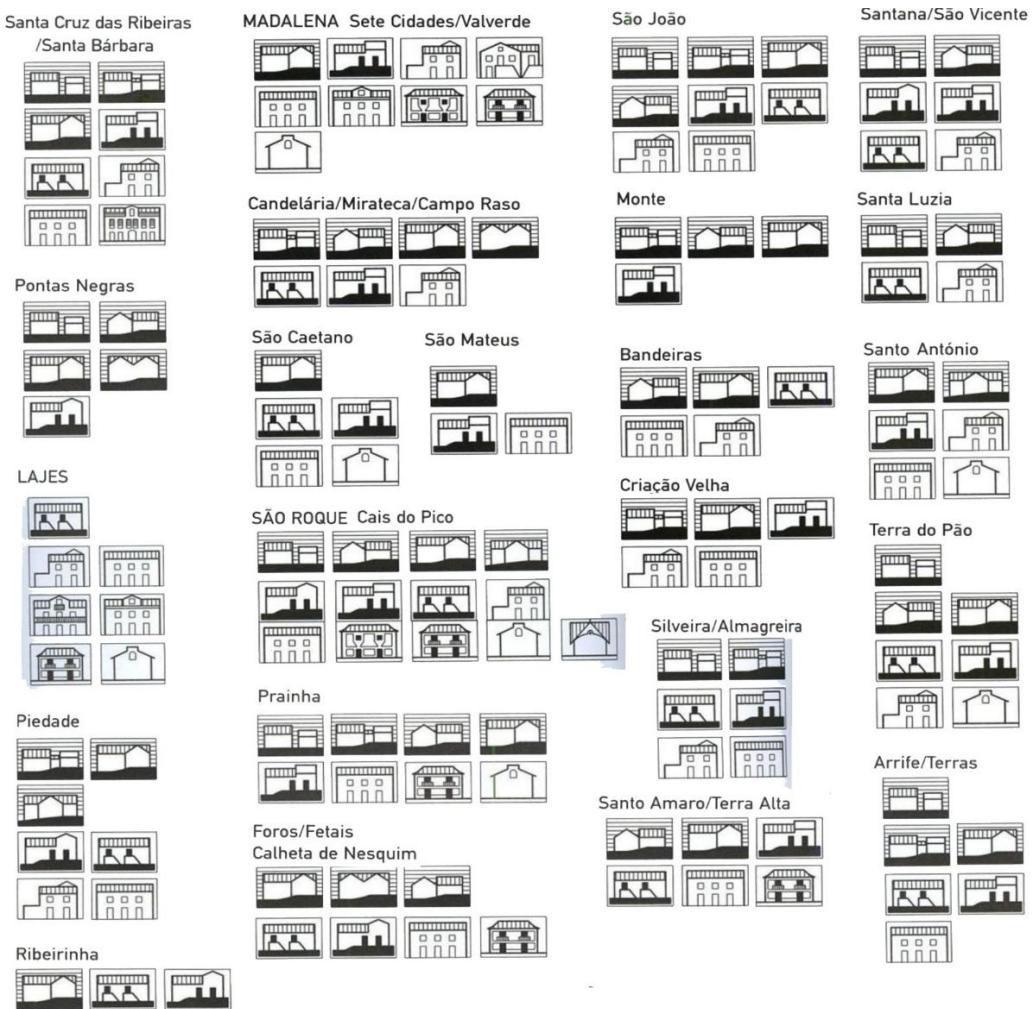
Figura 167 - "Casas de Empena alongada"

FIG.309 - La Palma, Puntallana.
In FERNANDES [213] Canárias,
ficha n.º 274. Esc. 1/200

FIG.311 - Brasil, ilha de Santa Catarina,
Ribeirão da Ilha. Levantamento do
autor, 1986. Esc. 1/200

Fonte: Fernandes (1992).

Dutra (2010) apresenta diagramas com tipologias habitacionais açorianas retirados do livro “Arquitectura Popular dos Açores” (Tostões *et al.*, 2007), auxiliando a compreensão da diversidade de tipologias habitacionais das ilhas, especificamente a Ilha do Pico.

Figura 168 - Tipologias de residências na Ilha do Pico**CASAS DE PLANTA COMPLEXA**

- Cozinha perpendicular, formando um "L". Loja térrea no corpo dos quartos, dois balcões.
- Grandes dimensões. Cozinha perpendicular em "L", loja térrea no corpo dos quartos, dois balcões.
- De expressão proto-urbana. Cozinha perpendicular e lojas no piso térreo.
- Casa ou prédio urbano, dois ou três pisos com galeria ou torre.

CASAS DE INFLUÊNCIA ERUDITA

- Casa solarenga com janelas de peito de avenais em bico.
- Casa rural ou urbana com faixas de pedra à vista e varanda de madeira.
- Grande casa de influência neoclássica.
- Casa de influência americana em que a madeira predomina.
- Casa de características tardo-eclécticas.

CASAS ELEMENTARES

- COM COZINHA DISSOCIADA**
 - Cozinha separada. Corpo dos quartos com loja por baixo.
 - Cozinha ligada por "meia-água".
 - Cozinha encostada, sem posição definida. Geralmente com ligação interna.
 - Cozinha perpendicular, formando um "L". Com ligação interna.
 - Cozinha perpendicular, formando um "T". Ligação interna.
 - Cozinha e um quarto encostados no perpendicularly, formando um "TT".
- LINEARES**
 - Cozinha no extremo da casa. Geralmente com dois pisos e dois balcões.
 - Cozinha no extremo da casa, com cobertura sobrelevada de águas paralelas.
 - Cozinha no extremo da casa, com cobertura sobrelevada de águas perpendiculares.

Apresentadas no livro Arquitectura Popular dos Açores.

Fonte: Tostões *et al.*, 2007 *apud* Dutra, 2010.

6.3.2Materialidade

Referente à materialidade, a arquitetura tradicional açoriana privilegiava o uso dos recursos naturais disponíveis. Segundo Dutra, é empregada na “construção tradicional nos Açores e, de um modo particular na Ilha do Pico, [...] a pedra para as alvenarias e a madeira para as coberturas e soalhos” (2010, p. 20). Além disso, o autor menciona que as telhas de barro são características dessa arquitetura, conhecidas nos açores como “canudo”, ou, no Brasil, como telha colonial.

As casas frequentemente exibem fachadas caiadas de branco, com paredes em alvenaria de pedra vulcânica. Weimer (2000, p. 70-71) afirma que “o restrito uso do tijolo e da taipa poderia encontrar sua explicação no fato de que a terra lodosa, própria para suas respectivas feituras, é rara, surgindo a pedra como opção mais viável”. Ele acrescenta que, para proteger as porosas alvenarias de rochas vulcânicas, as casas necessitavam de vedação com reboco e posterior aplicação de cal.

Conforme Dutra (2010), o basalto era a pedra mais utilizada devido à sua abundância, portanto, as paredes externas de alvenaria de pedra apresentam cunhais e possuem espessuras que variam de 65 a 70 cm; com a disposição das pedras conforme relatado a seguir:

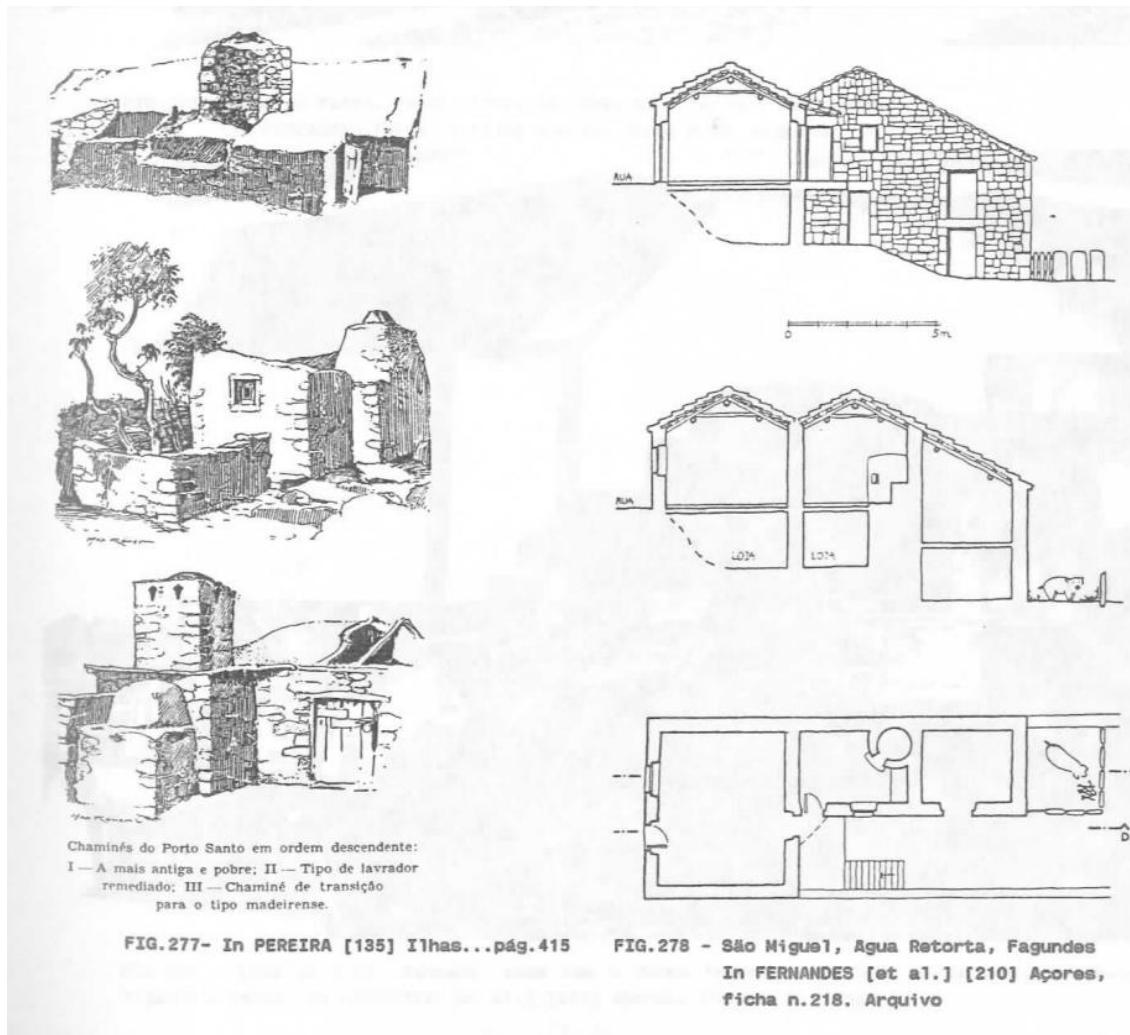
A sua constituição (disposição das pedras) é variável, muito em função da capacidade económica dos seus proprietários e da localização dos edifícios, havendo quatro tipologias características distintas, sendo o mais comum o de dois panos sem ligação entre si, com o preenchimento interior feito através de pedra miúda, podendo levar ou não, como ligante uma mistura de barro e cal (Dutra, 2010, p. 20).

Quanto às paredes dos interiores das edificações da ilha do Pico, Dutra (2010) explica que estas possuem espessura aproximada de 10 cm e estrutura de tabique, como detalhado a seguir:

por estrutura uma malha de prumos de madeira, dispostos verticalmente, e sobre os quais pregadas fasquias (ripas) de madeira de ambos os lados, colocadas de forma a ficarem com uma junta visível entre si, de modo a aumentar a aderência da camada de reboco, constituída por uma mistura de cal, areia e barro [...] De modo a aumentar a viscosidade e resistência do reboco era frequentemente adicionado “cabelo humano”, ou pelo de vaca (Dutra, 2010, p. 21)

Finalmente, quanto aos revestimentos externos, a abordagem de Dutra (2010) varia, visto que as casas podem apresentar revestimento total, parcial ou não possuir, deixando sua alvenaria a mostra. O autor especifica que a espessura do revestimento não excedia aos 2 cm, com “camada de regularização composta de barro, cal e areia, e uma camada superficial de cal e areia (Dutra, 2010, p. 21).

Figura 169 - A casa das ilhas



Fonte: Fernandes (1992).

6.3.3 Esquadrias

Ao explorar as características das aberturas nas edificações da ilha do Pico, Dutra (2010) esclarece que tanto as fachadas frontais quanto aquelas voltadas aos quintais, possuíam portas e janelas, marcadas por vãos em vergas e ombreiras.

Usualmente, as janelas apresentavam guilhotina envidraçada, com estrutura e folha interna em madeira das espécies acácia e criptoméria.

6.3.4 Programa das edificações

Quanto ao programa das edificações, Martins (1996 *apud* Weimer, 2000, p. 63) destaca:

As casas eram divididas em três compartimentos, ao centro ficava o chamado “meio-da-casa” (quarto de entrada); de um lado, o quarto da cama e, do lado oposto, a cozinha, com um recanto que se situava a lareira e o forno.

A porta de entrada era inteiriça, tinha um postigo e exteriormente meia porta baixa e, às vezes, duas de abrir ao meio. As paredes internas eram construídas em alvenaria de pedra seca de basalto e as divisórias eram de madeira da região, que ficava à vista. O pavimento era de terra batida, ao que se chamava entijolado. Apenas o quarto de cama tinha tecto e forro e o chão coberto dum sobrado de madeira, espaço entre o forro e o tecto do quarto de cama e o travejamento da cobertura chamava-se “falsa”, ou sótão, e o acesso era feito por uma escada de mão encostada à parede. [...] Na cozinha sob a chaminé ficava um lar e um forno, construído exteriormente contra a parede.

Weimer (2000) menciona as características que distinguem essa tipologia: a “falsa” (utilizada como dormitório), a divisão interna da casa em três compartimentos (cozinha-meio da casa-quarto de cama), o forno de pão com abertura direta para a cozinha e uma ampla chaminé em forma de pirâmide truncada, protegida por telhado, conforme figura 170.

Figura 170 - “Casa típica açoriana com falsa”



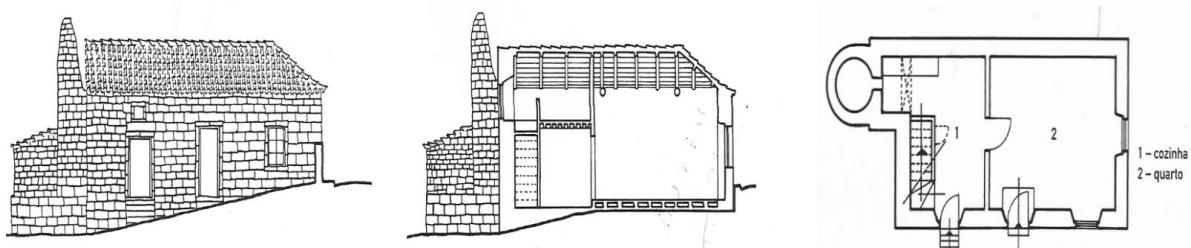
“Casa típica açoriana com falsa”. Na imagem é possível observar a divisão com 3 compartimentos e a presença de chaminé. Fonte: Weimer (2000).

Referente aos modelos de habitação das ilhas, o livro Arquitectura Popular dos Açores (Caldas *et al.*, 2007 *apud* Camacho, 2015) apresenta levantamento de uma casa

em Arrifes, freguesia portuguesa do município de Ponta Delgada. É possível observar na figura 171, a disposição da planta em sentido longitudinal, incluindo cozinha, quarto e falsa. Cada ambiente com duas portas, uma voltada para a rua e outra para comunicação interna. O corpo da chaminé, localizado próximo à cozinha, integra-se à estrutura da casa. Camacho (2015) afirma que:

Existem inúmeras construções que podem ser comparadas à Vila Conceição, pois a sua tipologia não só aparece com mais incidência na parte central da ilha como na zona ocidental. No oeste da ilha de São Miguel, em contraste com as habitações de empêna-empêna, a aglomeração das moradias rurais é principalmente constituída por habitações isoladas, apesar de estas poderem estar próximas. Este tipo de agregado rural, onde o volume das habitações e das construções, quer de apoio quer de armazenamento agrícola, não coexistem no mesmo espaço, ocupando um espaço reduzido e segmentado (2015, p. 43)

Figura 171 - Casa em Arrifes



Fachada frontal, corte (possível observar “falsa” como dormitório, planta com cozinha e quarto. Fonte: Caldas (2007 *apud* Camacho, 2015).

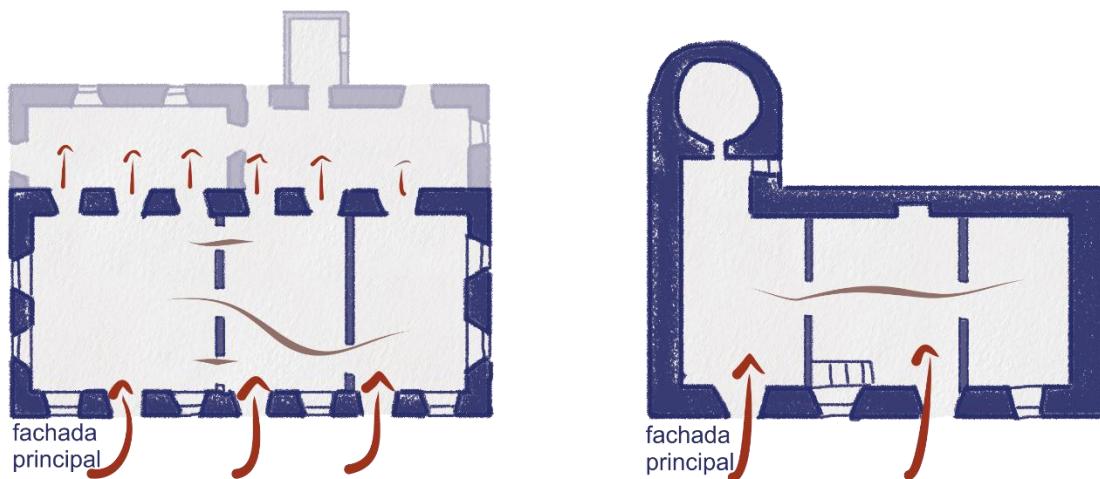
6.4 UMA CASA AÇORIANA, COM CERTEZA?

Conforme as características tipológicas estudadas, a Casa das Pestanas apresenta características semelhantes às da casa rural açoriana, incluindo os elementos formais, a materialidade, o arranjo espacial, entre outros. A construção mantém a simplicidade construtiva, embora a fachada principal receba ornamentos. Essa característica era encontrada nas Ilhas, onde a fachada voltada para a rua era “embelezada”, contrastando com as fachadas voltadas para o interior do lote, mais simplificadas e, muitas vezes, não apresentando acabamento de cal, deixando a pedra aparente.

A configuração das aberturas na fachada principal segue um padrão alternando porta-janela-porta, assemelha-se à tipologia da casa Ribatejana, conforme descrito por Moutinho (1979 *apud* Weimer, 2000). Contudo, até o momento (março 2024), não foram identificadas referências capazes de justificar a existência de possível fachada voltada

para o quintal, com um grau de importância semelhante à fachada principal (figura 172). Algo que indica a necessidade de maiores estudos.

Figura 172 - Comparação planta baixa Casa das Pestanas com a planta baixa da casa rural açoriana



Setas indicam acessos das casas, linhas curvas no interior da edificação indicam as conexões internas. Na segunda imagem da esquerda para direita, a planta da casa rural térrea açoriana foi desenhada com base em Macedo (1987 *apud* Durán Rocca, 2009). Ilustração: Paola Maia Fagundes, 2024.

Figura 173 - Diagrama da volumetria da Casa das Pestanas



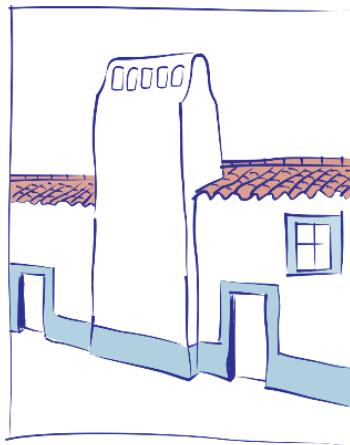
Nas duas primeiras imagens (esquerda para direita) a volumetria atual. Na última imagem, volumetria sem os elementos anexos. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023

Quanto aos elementos arquitetônicos, a Casa das Pestanas apresenta características que refletem práticas construtivas tradicionais açorianas. A edificação apresenta sistema de cisterna para coleta da água da chuva e, ainda que o reservatório possua uma tampa impossibilitando de visualizar o interior, esta é uma referência de técnicas utilizadas na casa açoriana. Porém, de acordo com a atual proprietária (filha do último morador da casa) este elemento foi uma adição posterior, no século XX.

Em relação à cozinha, no fundo do lote é possível observar a evidência de pedras conformando um retângulo, na atual localização da churrasqueira. Nos estudos anteriores,

observou-se que a casa vernácula açoriana pode ter cozinha afastada do corpo da casa. Desse modo, sugere-se a possibilidade de que a cozinha da Casa das Pestanas ficasse no fundo do lote. Quanto ao “forno-chamine”, as edificações representantes da colonização açoriana no Brasil não apresentam este elemento.

Figura 174 - Casa tradicional açoriana com chaminé



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

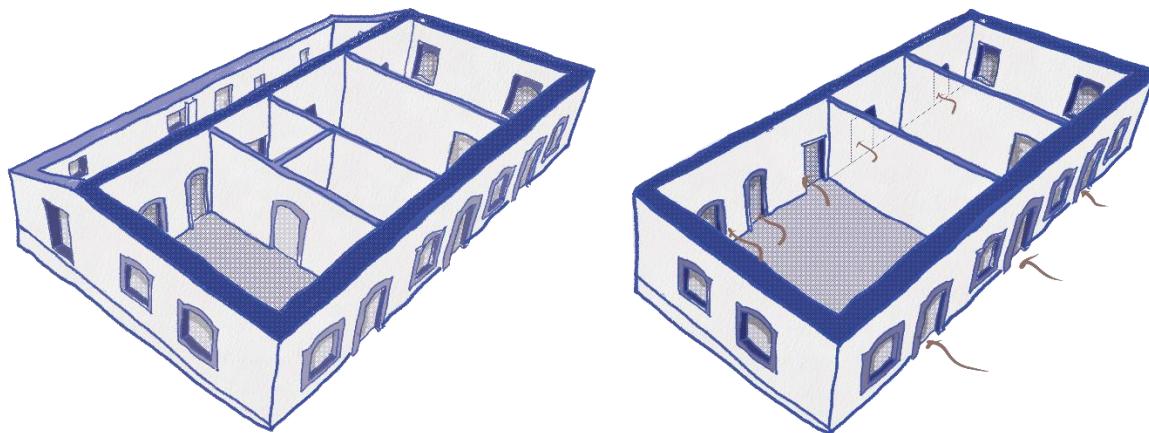
A Casa das Pestanas possui um prolongamento no telhado abrangendo uma área voltada para a fachada oeste. A continuidade em termos do material de construção empregado e na espessura das paredes, assim como no telhado, sugere uma ampliação antiga da edificação, embora seja possível observar uma diferença no ritmo e no tamanho dos vãos, no beiral e inclusive nos acabamentos entre o possível ponto de ampliação; o que fica nítido principalmente nas empenas norte e sul. Essas observações indicam que a edificação pode ter sido expandida no setor oeste (quintal), ainda que seja uma ampliação muito antiga e com técnicas construtivas semelhantes.

Embora na Casa das Pestanas as paredes de pedra das fachadas leste, norte e sul possuam revestimento argamassado e caiado, a parede da fachada oeste permanece com as pedras à vista. Essa característica era encontrada nas ilhas, onde a casa apresentava a fachada principal com rigor e composição e as fachadas voltadas ao quintal, que não ficavam à vista, em pedra aparente ou menos elaboradas.

As divisórias internas são construídas em estrutura de tabique, que são fasquios de madeira com argamassa de cal, areia e barro. Essa estrutura encontra-se alinhada com os métodos construtivos açorianos do século XVIII. A existência de uma alcova em tijolos maciços é certamente uma construção posterior, visto que não apresenta os elementos da construção original. Na figura 175, é possível comparar a partir da ilustração, a edificação

na situação atual (na esquerda da imagem) e a possível forma primária (lado direito da imagem), anterior à inclusão da alvenaria de tijolos cerâmicos e prolongamento na fachada oeste.

Figura 175 - Diagrama casa das pestanas



É possível comparar o formato atual da casa, com adição de anexos e portas e o formato primário da casa, com planta alongada, portas voltadas para a frente o quintal e comunicação interna entre os ambientes.

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2024.

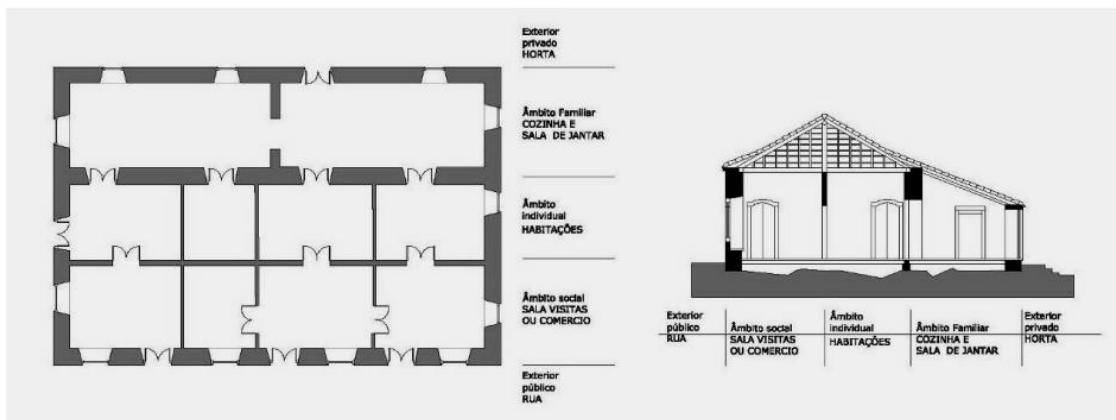
Em termos de acabamento, a construção mantém coerência com o uso de reboco e a aplicação de pintura à base de cal. A presença de cunhal, esquadrias de “guilhotina” com vidros, apresentando arco abatido.

Provavelmente as modenaturas são adições posteriores à construção original, possivelmente da mesma época da construção da igreja (1787), uma vez que ambas apresentam as “pestanas”.

A análise de Luiza Durán Rocca (2009) oferece uma perspectiva diferente sobre a tipologia inicial da Casa das Pestanas. Para a autora:

A casa térrea sul-rio-grandense derivou da casa térrea açoriana. Ambas se formavam por um corpo principal retangular, com lado maior paralelo ao alinhamento; telhado a duas ou quatro águas, em função da presença ou não de recuos; pelo lado interno, adicionava-se a meia água da cozinha e sala de jantar, ocupando toda a largura da casa ou parte dela. Em decorrência, a distribuição era a seguinte: a primeira meia água para o âmbito social, em relação à água, às vezes com mais de uma porta de acesso para separar o espaço de trabalho ou comercial da moradia; a área intermediária, geralmente sem ventilação direta e preservada do contato com a rua, destinava-se aos dormitórios; a meia água posterior, era reservada ao âmbito familiar, ou seja, à cozinha e sala de jantar, em relação com o exterior privado ocupado por quintal, horta e os equipamentos de asseio pessoal (Durán Rocca, 2009, p. 607).

Figura 176 - Análise de Luiza Durá Rocca, referente à distribuição da Casa das Pestanas



Fonte: Durán Rocca (2009).

Partindo da concepção de casa enquanto lugar repleto de memória, proteção, intimidade e reconhecimento, é compreensível a necessidade dos imigrantes açorianos de expressarem-se construindo as casas seguindo as tradições e estilos de sua região. A análise apresentada neste capítulo demonstra que a Casa das Pestanas apresenta características tipicamente açorianas, exceto não possuindo o forno-chaminé. Referente à implantação, observamos a presença de recuos nas duas laterais, algo que difere das outras casas do conjunto e aproxima à tipologia da casa rural açoriana. Os estudos desenvolvidos levam à conclusão que, originalmente, a edificação apresentava 3 ambientes, em formato alongado, com disposição para dormitórios e sala social e com fachada voltada diretamente para o quintal (ou fachada oeste), possuindo vãos semelhantes em altura e largura à fachada leste. A cobertura na tipologia primária provavelmente era em 4 águas. Referente aos ornamentos, as pesquisas demonstram que foram intervenções posteriores, visto que são semelhantes aos ornamentos encontrados na igreja.

7 A CASA DAS PESTANAS - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Considerando as análises dos mapas de danos, levantamentos ambientais e o estado atual da Casa das Pestanas, foram identificados fatores de degradação relevantes para o futuro projeto de intervenção na área em questão. Conforme destacado por Tirello e Correa (2012):

Mapas de danos são instrumentos eficazes de auxílio tanto para o planejamento das diretrizes projetuais de restauro/conservação (limpeza, consolidação ou mesmo de substituição controlada de materiais ou de partes extremamente degradadas) e das previsões orçamentárias, como podem também instruir ações de monitoramento preventivo para garantir a boa conservação dos artefatos no tempo (Tirello; Correa, 2012, p. 2).

O período designado para as visitas técnicas visando à coleta de dados para o conjunto mapas de danos corresponde ao mês de agosto de 2021. No processo metodológico, para elaboração do diagnóstico, a realização do mapa de danos ocorreu no período do mês de agosto de 2021. Durante esse período, foram realizados levantamentos, produzidas fotografias e, sobretudo, análise visual das patologias, que são entendidas como “todas as manifestações que ao longo da vida útil de determinado edifício prejudicam o seu desempenho” (Chaves, 2009 *apud* Macedo, 2016, p. 31). Essas manifestações resultam de diversos agentes de degradação ao longo da vida da edificação, Lersh (2003) identifica como alguns dos principais agentes e mecanismos de degradação: (1) Agentes ambientais ou climáticos (exposição à radiação solar, variação de temperatura, presença de água, vento); (2) agentes biológicos (microrganismos, vegetação, insetos, animais); (3) fenômenos incidentais da natureza (ventos fortes, inundações) e, por fim, (4) uso e ação do homem (desgaste pelo uso, falta de conservação preventiva, intervenções indevidas, vandalismo).

Sobre o processo de reconhecimento dos danos até o mapeamento dos mesmos, a produção foi desenvolvida a partir de:

I. Reconhecimento dos danos *in locco* (inspeção visual e tátil): foi realizado por meio de desenhos (croquis) desenvolvidos no local, que abrangeram não apenas o sistema construtivo, mas também os danos a eles infligidos. Esse processo inclui um levantamento fotográfico, gerando material para as etapas subsequentes.

II. Produção de fichas fotográficas catalogando danos identificados: como suporte para o desenvolvimento da análise relacionada aos danos, as fichas fotográficas constituíram um banco de dados que registrou as patologias apresentadas na edificação.

III. Mapa dos danos: a elaboração de documento com base no levantamento métrico direto possibilitou a codificação gráfica dos danos, agentes e causas identificados. Representado em plantas, cortes e elevações, o material gráfico foi ilustrado em lápis de cor e hachurado no software Photoshop. Posteriormente, as lesões e os danos reconhecidos durante a etapa de identificação foram esboçados. Utilizando a Fotogrametria Terrestre no software PhotoModeler e Agisoft Metashape, foi possível, a partir da elevação, localizar com maior precisão os danos.

Para as análises laboratoriais, o período de coleta de materiais corresponde ao mês de junho de 2023, com análises desenvolvidas no Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração – NTPR, no mês de Julho de 2023.

A seguir, estão apresentados a síntese do diagnóstico da Casa das Pestanas e os resultados dos testes laboratoriais.

7.1 CONSIDERAÇÕES: RESULTADO DE EXAMES EM LABORATÓRIO

Para compreender o comportamento dos materiais encontrados na Casa das Pestanas foram realizados ensaios laboratoriais executados no Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR / UFBA), sob supervisão técnica do químico Allard Monteiro do Amaral. Os ensaios permitiram a caracterização das argamassas a partir da granulometria e do traço das argamassas, dos sais presentes e da capacidade de absorção de água dos materiais analisados.

A partir daí, foram coletadas duas amostras: a “Amostra 01”, proveniente da argamassa de revestimento da fachada leste, e a “Amostra 02”, coletada da argamassa de assentamento na parede de tabique no ambiente 03 (sala de estar).

Para que fosse possível complementar as soluções técnicas para o restauro da Casa das Pestanas, recomendou-se o desenvolvimento, além dos já realizados, os seguintes ensaios:

Ensaio 1- Identificação de madeiras utilizadas nas estruturas do telhado (tesouras, ripas e caibros), determinando a densidade da madeira, essencial para o cálculo do peso específico da estrutura. Realizado no Laboratório de Anatomia Vegetal e Identificação de Madeiras (LAVIM / UFBA).

Ensaio 2- Identificação de madeiras utilizadas nas esquadrias, determinando o tipo e a resistência, para que possam ser aplicados nos enxertos das peças com características similares. Realizado no Laboratório de Anatomia Vegetal e Identificação de Madeiras (LAVIM / UFBA).

Ensaio 3 - Identificação petrográfica, determinando resistência à compressão destes materiais e capacidade de absorção da água, buscando compreender os tipos de rochas que compõem as estruturas das paredes e das fundações. Auxiliando na compatibilidade dos materiais necessários para reconstituição das lacunas. Realizado no Laboratório do Petrografia, Instituto de Geociências da UFBA (IGEO UFBA).

Ensaio 4- As coberturas são compostas por telhas de barro, capa canal. Sugere-se testes laboratoriais a fim de compreender parâmetros como *porosidade das telhas de barro*, identificando o nível de porosidade e a capacidade de absorção de água das telhas de barro, auxiliando no cálculo do peso específico para futuros cálculos estruturais. Realizado no NTPR UFBA

Ensaio 4- Determinação do traço (reboco, argamassa de assentamento), análise granulométrica de outros setores da edificação, marcados na planta abaixo. Possibilitando acesso a informações suficientes para determinação de traço compatível com a edificação para futura restauração da edificação.

Para a **amostra 01**, foi coletada a argamassa de revestimento da fachada leste, próximo à janela J-A02. A alvenaria analisada é composta por estrutura de pedra e revestida por argamassa, com traço confirmado pelos testes laboratoriais. Conforme demonstrado na planta e fotografia abaixo.

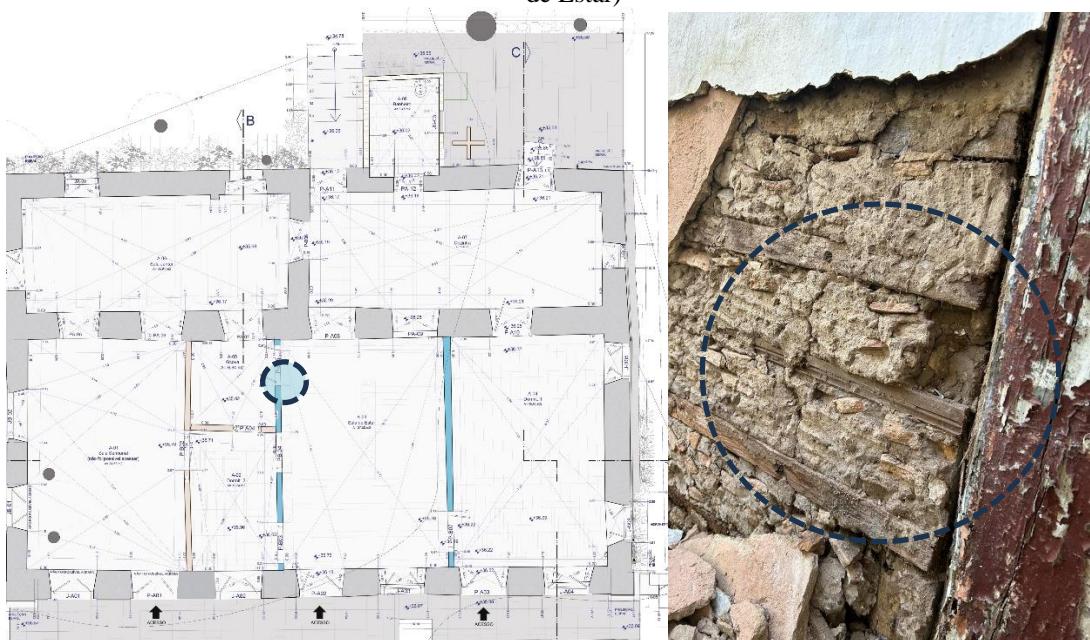
Figura 177 - Planta Baixa e Fotografia da fachada leste



Sinalizado local de coleta da amostra 01. Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023.

Para a **amostra 02**, foi coletada a argamassa de preenchimento da parede de tabique, próximo à porta P-B05, no ambiente 03, referente à sala de estar. A parede é composta por estrutura de fasquios de madeira horizontais e verticais fixados através de pregos, argamassa de preenchimento da estrutura e argamassa de revestimento. A localização está demarcada na planta e fotografia abaixo.

Figura 178 - Planta Baixa e Fotografia do local de retirada da amostra (Porta PB05, Ambiente 03, Sala de Estar)



Sinalizado local de coleta da amostra 02. Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

As análises referentes às amostras 01 e 02 estão apresentadas e analisadas nos itens a seguir:

7.1.1 Ensaio 01 - Análise Granulométrica

Os ensaios das granulometrias foram desenvolvidos para compreender e determinar o percentual de partículas de diferentes diâmetros dos agregados que compõem as argamassas. Essas análises obtidas a partir do peneiramento das argamassas possibilitam determinar as proporções relativas ao peso da amostra em partículas finas ou graúdas permitindo a caracterização das mesmas. Assim, é possível recompor as argamassas da edificação preexistente com características aproximadas.

Tabela 5 - Amostra 01 - Granulometria do agregado após ataque ácido e remoção dos finos

AMOSTRAGEM:	Casa das Pestanas - Fachada Leste
AMOSTRA:	01 - Argamassa de Revestimento
PESO DO BEQUER + AMOSTRA (g) =	67,81
PESO DO BEQUER (g) =	58,95
PESO DA AMOSTRA (g) =	8,86

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

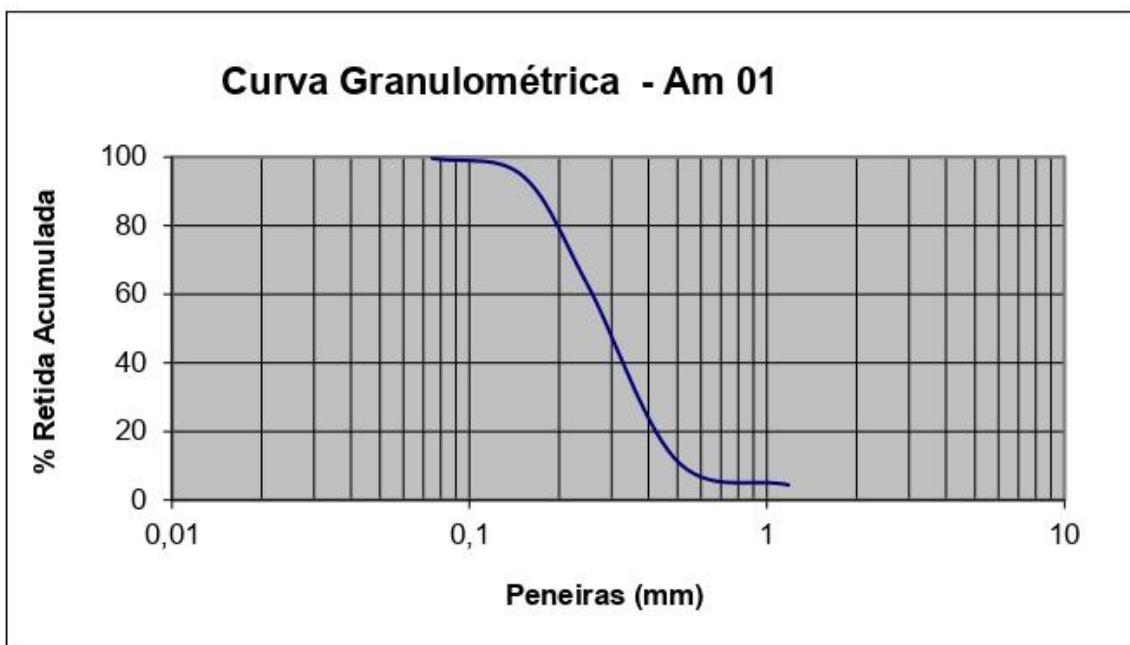
Tabela 6 Amostra 01- Granulometria do agregado após ataque ácido e remoção dos finos.

PENEIRA Nº	DIM. (mm)	PESO (g)	PENEIRA + AMOSTRA (g)	AMOSTRA (g)	% RETIDA	% RETIDA ACUMULADA
16	1,18	98,30	98,69	0,39	4,40	4
35	0,5	88,01	88,62	0,61	6,88	11
60	0,25	85,88	90,42	4,54	51,24	63
100	0,15	83,70	86,55	2,85	32,17	95
200	0,075	83,60	84,04	0,44	4,97	100
>200		65,91	65,94	0,03	0,34	100

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Observa-se na amostra 01 que 88,72% das partículas ficaram retidas nas peneiras de dimensões até 0,25 mm, destacando a predominância de partículas finas na composição da argamassa. A partir desse resultado comprehende-se que a predominância de partículas finas na argamassa influencia na resistência do material, permeabilidade e durabilidade.

Gráfico 1 Curva Granulométrica amostra 01.



Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Tabela 7 Amostra 02 - Granulometria do agregado após ataque ácido e remoção dos finos.

AMOSTRAGEM:	Casa das Pestanas – Ambiente 03
AMOSTRA:	02 - Argamassa de Preenchimento – parede de tabique

PESO DO BEQUER + AMOSTRA (g) =	91,56
PESO DO BEQUER (g) =	74,84
PESO DA AMOSTRA (g) =	16,72

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

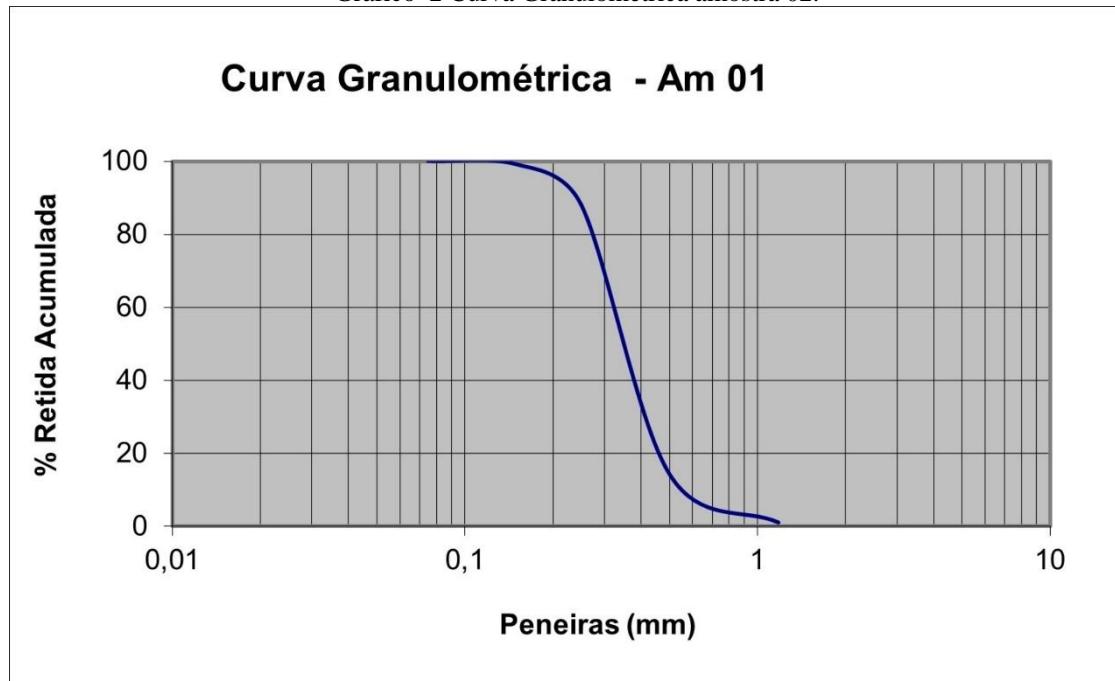
Tabela 8 Amostra 02 - Granulometria do agregado após ataque ácido e remoção dos finos.

PENEIRA Nº	DIM. (mm)	PESO (g)	PENEIRA + AMOSTRA (g)	AMOSTRA (g)	% RETIDA	% RETIDA ACUMULADA
16	1,18	98,30	98,50	0,20	1,20	1
35	0,5	88,01	90,23	2,22	13,28	14
60	0,25	85,87	98,18	12,31	73,62	88
100	0,15	83,70	85,55	1,85	11,06	99
200	0,075	83,61	83,76	0,15	0,90	100
>200		65,91	65,93	0,02	0,12	100

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Observa-se na amostra 02 que 85,7% das partículas ficaram retidas nas peneiras de dimensões até 0,25 mm, destacando a igual predominância de partículas finas na composição da argamassa. A partir desse resultado comprehende-se que a predominância de partículas finas na argamassa influencia na resistência do material, permeabilidade e durabilidade.

Gráfico 2 Curva Granulométrica amostra 02.



Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

7.1.2 Ensaio 02 - Traço das argamassas

O objetivo desse ensaio foi determinar a proporção dos componentes das argamassas de cal analisadas reconhecendo os ligantes, os agregados finos e os agregados grossos. Determinando-se o traço que compõe as duas amostras coletadas (amostra 01 e amostra 02). Além do traço, também foram identificados aspectos como a coloração das amostras quando comparadas à Tabela de Cores Munsell.

Observa-se nas tabelas abaixo que na Amostra 01 a composição da argamassa é de cal, argila e areia, com respectivo traço de 1,00:0,18:1,24. Apresentando o traço forte de cal e areia (1,00 : 1,24) e a argila (0,18) é proveniente da areia suja.

Na amostra 02, a composição da argamassa é de cal, argila e areia, com traço de 1,00 : 1,90 : 12,62. Apresentando traço fraco com argamassa mista.

Tabela 9 Amostra 01- Traço.

FINOS (Argila e /ou Silte)	1	2	X
Peso do papel de filtro	1,0972	1,1033	
Peso do papel + resíduo	1,7797	1,7549	
Peso dos finos encontrados	0,6825	0,6516	
% Sobre a massa total	6,7850	6,4882	6,64
GROSSOS (Areia)	1	2	X
Peso do bequer	59,0155	70,5783	
Peso do bequer + amostra	69,0745	80,6212	
Peso da amostra	10,0590	10,0429	
Peso do bequer + resíduo	63,4287	75,1357	
Peso da areia encontrada	4,4132	4,5574	
% Sobre a massa total	43,8731	45,3793	44,63
LIGANTE (Resíduo solúvel)	1	2	X
%L=100-(%F+%G)	49,3419	48,1325	48,74
Peso do carbonato	4,9633	4,8339	

Peso do hidróxido	3,6728	3,5771	
TRAÇO MAIS PROVÁVEL	1	2	X
Cal : Argila : Areia	1,00 : 0,19 : 1,20	1,00 : 0,18 : 1,27	1,00 : 0,18 : 1,24

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Tabela 10 Amostra 01.

AMOSTRA	ARGAMASSA
% FINOS (Argila e Silte)	6,64
% GROSSOS (Areia)	44,63
% LIGANTE (Resíduo Solúvel)	48,74
TRAÇO PROVÁVEL (em massa) (Ligante: Argila e Silte: Areia)	1,00 : 0,18 : 1,24

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Tabela 11 Amostra 01.

Efervescência	+++
Cor da Solução	Marrom escuro
Teste de sulfato	Negativo
Cor dos finos na tabela de Munsell:	HUE 10yR 6/4 :Light Yellow wish Brown

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Tabela 12 Amostra 02. Traço.

FINOS (Argila e /ou Silte)	1	2	X
Peso do papel de filtro	1,1210	1,1216	
Peso do papel + resíduo	2,3760	2,2045	
Peso dos finos encontrados	1,2550	1,0829	
% Sobre a massa total	12,4250	10,7890	11,61
GROSSOS (Areia)	1	2	X
Peso do bequer	74,8939	68,3608	
Peso do bequer + amostra	84,9945	78,3979	
Peso da amostra	10,1006	10,0371	
Peso do bequer + resíduo	82,2847	76,7583	

Peso da areia encontrada	7,3908	8,3975	
% Sobre a massa total	73,1719	83,6646	78,42
LIGANTE (Resíduo solúvel)	1	2	X
%L=100-(%F+%G)	14,4031	5,5464	9,97
Peso do carbonato	1,4548	5,5567	
Peso do hidróxido	1,0766	0,4120	
TRAÇO MAIS PROVÁVEL	1	2	X
Cal : Argila : Areia	1,00 : 1,17 : 6,87	1,00 : 2,63 : 20,38	1,00 : 1,90 : 13,62

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Tabela 13 Amostra 02. Traço.

AMOSTRA	ARGAMASSA
% FINOS (Argila e Silte)	11,61
% GROSSOS (Areia)	78,42
% LIGANTE (Resíduo Solúvel)	9,97
TRAÇO PROVÁVEL (em massa) (Ligante: Argila e Silte: Areia)	1,00 : 1,90 : 13,62

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Tabela 14 Amostra 02.

Efervescência	+
Cor da Solução	Marrom
Teste de sulfato	Negativo
Cor dos finos na tabela de Munsell:	HUE 7,5yR 6/4 :Light Brown

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

7.1.3 Ensaio 03 - Sais Solúveis

O ataque salino em materiais de construção pode levar à deterioração das argamassas. A cristalização dos sais dentro dos poros das argamassas pode provocar ataques químicos que danificam o material e causam eflorescências na superfície.

Nas amostras 01 e 02, foi encontrada uma pequena presença de cloreto, enquanto nitrato e sulfato não foram encontrados. O cloreto de sódio é altamente agressivo e comumente encontrado em ambientes marítimos, em locais com estruturas de ferro ele

provoca corrosão. Nas argamassas, pode gerar bolor e fungos a partir da carbonatação, acelerando a degradação do material. O cloreto de sódio pode ser absorvido na superfície das argamassas, cristalizando nos poros e gerando pressões internas que causam “tensões de cristalização, eflorescências, higroscopicidade-degradação” (Oliveira; Mario, 2011, p. 56).

Porém, a presença de cloreto de sódio na edificação foi inesperada e pode ser atribuída à presença de agrotóxicos em lavouras próximas à região. Curiosamente, o nitrato e o sulfato não foram encontrados nas amostras. O nitrato está presente em locais próximos ao depósito de substâncias orgânicas. É relevante mencionar que o antigo cemitério estava localizado próximo à igreja e na última obra de restauração dela foram encontradas ossadas humanas próximas à casa das Pestanas. O sulfato está normalmente relacionado à presença de cimento, que também não foi encontrado nos materiais de construção da edificação, justificando sua ausência.

Tabela 15 Amostra 1 – Os sinais indicam: (-) ausência ; (+) pequena quantidade; (++) média quantidade; (+++) grande quantidade.

AMOSTRAS	1
TESTE	
NITRATO	-
CLORETO	+
SULFATO	-

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

Tabela 16 Amostra 2 – Os sinais indicam: (-) ausência ; (+) pequena quantidade; (++) média quantidade; (+++) grande quantidade.

AMOSTRAS	2
TESTE	
NITRATO	-
CLORETO	+
SULFATO	-

Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023

7.1.4 Ensaio 04 - Ensaio de Absorção Total em água

Para o ensaio foram separados 2 fragmentos da amostra 1 (amostra 1.1 e 1.2), que foram secos em estufa a 75°C e posteriormente pesados. Após o procedimento, a amostra ficou na água por mais 24 horas e novamente foi pesada.

A partir do ensaio de absorção total em água foi possível determinar que as amostras em média absorvem cerca de 15 % de água (porosidade acessível). Segundo Oliveira (2011), de acordo com a categoria de porosidade dos corpos, um material que apresenta percentual de absorção de 10% a 20% é considerado muito poroso. Acima de 20% é considerado extremamente poroso. Este estudo foi calculado aplicando a seguinte fórmula:

$$\text{Percentual de absorção} = \frac{(\text{Amostra úmida} - \text{Amostra seca}) \times 100}{\text{Amostra seca}}$$

$$\text{Percentual de absorção Amostra 1.1} = \frac{(938,1) - 61,669}{61,669} = 15,2118 \%$$

$$\text{Percentual de absorção Amostra 1.2} = \frac{(354) - 22,3}{22,3} = 15,4708 \%$$

Tabela 17 Ensaio de absorção total em água. Amostra 1.1 Paola Maia Fagundes

PESO DA AMOSTRA SECA:	61.669
PESO DA AMOSTRA ÚMIDA:	71.05
PERCENTAGEM DE ABSORÇÃO:	15,21 %

Tabela 18 Ensaio de absorção total em água. Amostra 1.2. Paola Maia Fagundes

PESO DA AMOSTRA SECA:	22.30
PESO DA AMOSTRA ÚMIDA:	25.75
PERCENTAGEM DE ABSORÇÃO:	15,47%

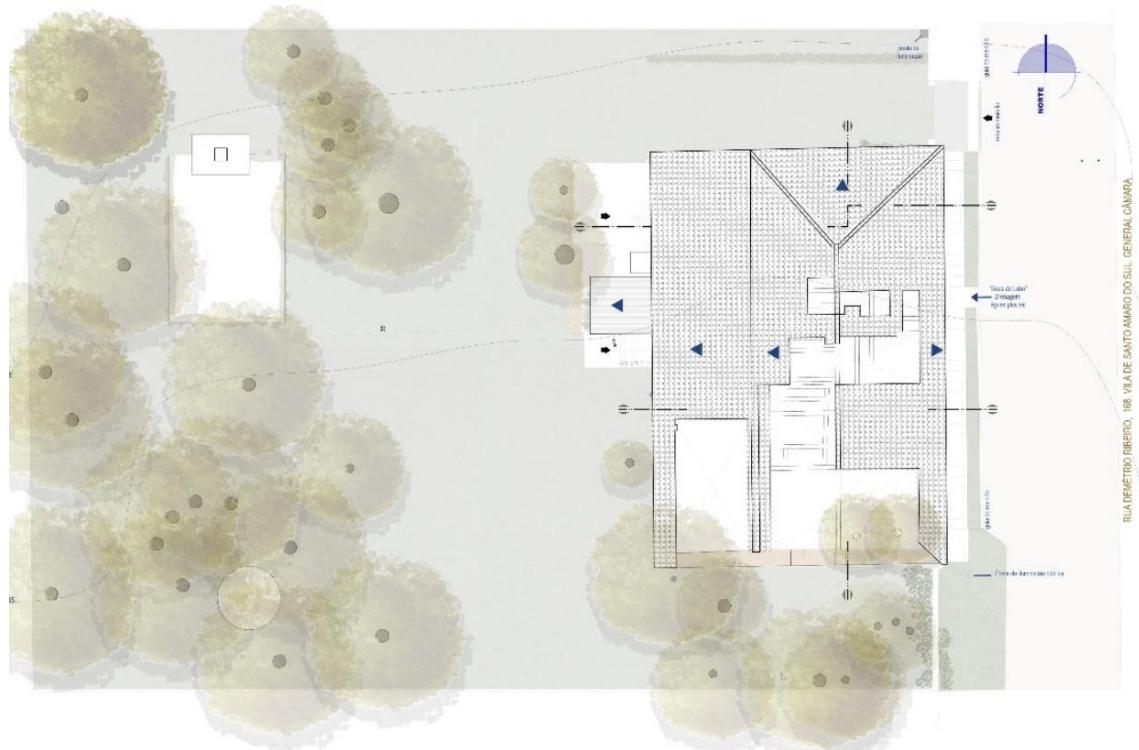
7.2 CONSIDERAÇÕES: SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CASA DAS PESTANAS

Com base nas análises das principais patologias identificadas na edificação, conforme apresentado nas peças gráficas do Mapa de Danos, verificou-se que os principais agentes para o desenvolvimento destas são:

1. Agentes ambientais, como água pluvial devido à falta de estanqueidade na cobertura e esquadrias, assim como o acúmulo de água no solo. Além da ação do vento;
2. Agentes biológicos, como animais, plantas e microrganismos;
3. Agentes antrópicos, como falta de manutenção e subsequente abandono da edificação.

A Casa das Pestanas, localizada na rua Demétrio Ribeiro, está implantada no lote no alinhamento da rua, apresentando recuos laterais e voltada para o quintal. O terreno possui declividade no sentido norte e sul (variando aproximadamente entre 34,5 e 36,5 metros). Conforme levantamento topográfico fornecido pelo IPHAN/RS, definiu-se quanto referência de nível (RN) a altitude de 36 metros de altura em relação ao nível do rio Jacuí.

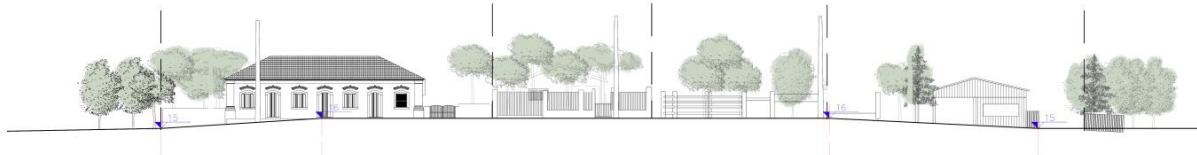
Figura 179 - Implantação da Casa das Pestanas no Lote



Possível observar a densa massa de vegetação no entorno do lote. Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023.

Relativo à localização da edificação e à natureza do terreno, o microclima úmido, causado pela densa vegetação nas proximidades das fachadas sul e oeste, propicia a proliferação de microrganismos, acúmulo de microflora e crescimento de vegetação tanto no lote quanto na alvenaria de pedra e interior da casa, por meio da deposição de sementes.

Figura 180 - Elevação da Rua Demétrio Ribeiro



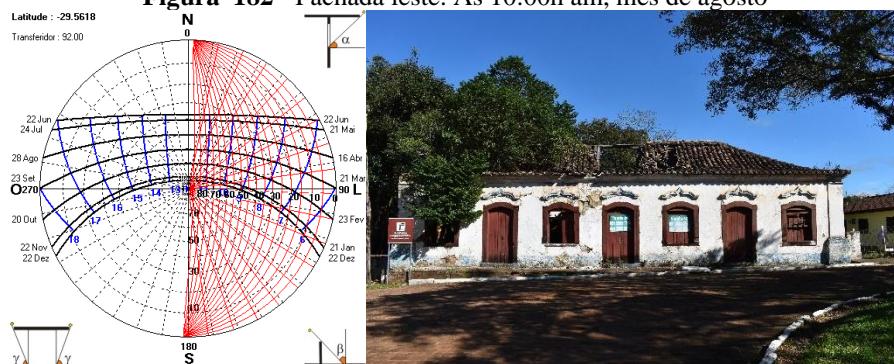
Na elevação da rua Demétrio Ribeiro, à lateral direita do desenho técnico, destaca-se a presença da Casa das Pestanas. O desenho técnico evidencia um declive acentuado, especialmente em direção ao Rio Jacuí.

A edificação está posicionada na RN 36 metros. Fonte: Paola Maia Fagundes, ano 2023.

A Casa das Pestanas localiza-se nas coordenadas $29^{\circ} 56'18.1''$ latitude sul e $51^{\circ}53'59.8''$ de latitude oeste. Utilizando o programa “Analysis SOL_AR” foi possível gerar a carta solar para a latitude correspondente ao objeto de estudo. A análise foi fundamental para compreender o impacto da falta ou do excesso de radiação solar na edificação.

Na fachada leste, que se orienta a 92° em relação ao norte, a maior incidência solar ocorre entre 6:00h e 12:00h. Durante o verão, a fachada recebe luz do sol nascente até um pouco após o meio-dia, enquanto no inverno a luz solar incide até um pouco antes do meio-dia.

Figura 181 - Carta Solar Fachada leste / Programa SOL-AR
Figura 182 - Fachada leste. Às 10:00h am, mês de agosto

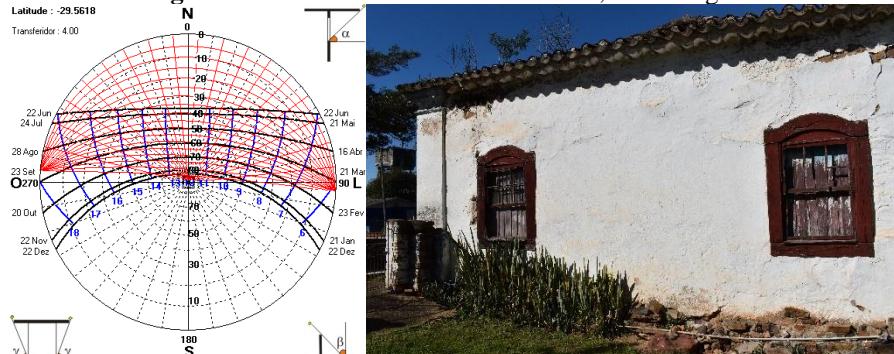


Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A fachada norte está orientada a 2° em relação ao norte verdadeiro, recebendo maior incidência solar das 9:00h às 15:00h.

Figura 183 - Carta Solar fachada norte / Programa SOL-AR

Figura 184 - Fachada norte. Às 10h30 am, mês de agosto

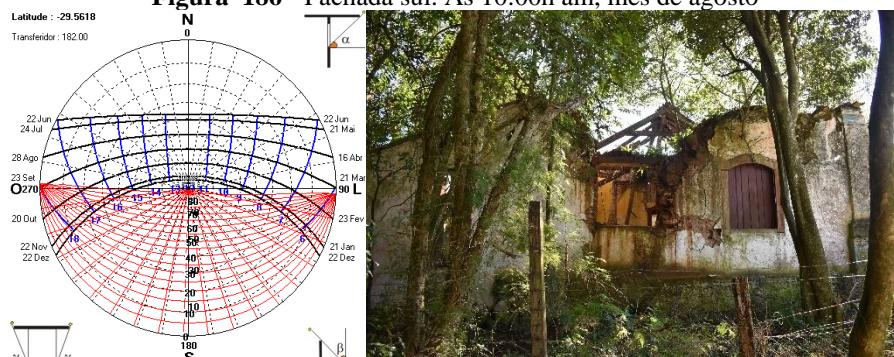


Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A fachada sul está orientada a 182° em relação ao norte verdadeiro e recebe pouca incidência solar. Durante o verão, o sol deveria incidir no início da manhã, mas a presença de vegetação gera sombreamento, impedindo a radiação direta.

Figura 185 - Carta Solar fachada sul / Programa SOL-AR

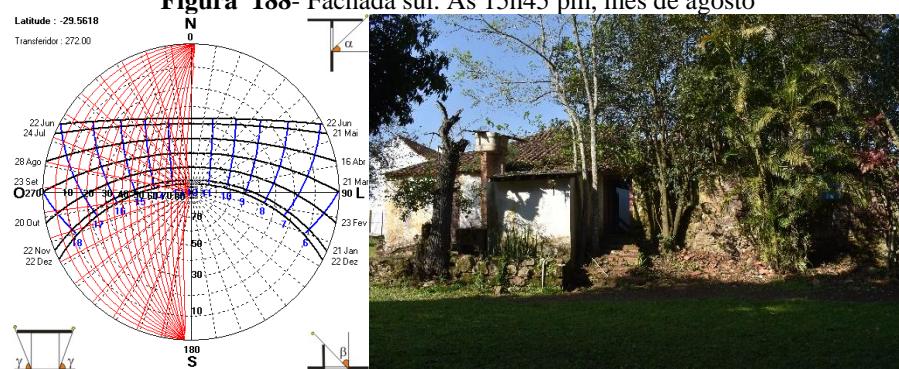
Figura 186 - Fachada sul. Às 10:00h am, mês de agosto



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022.

A fachada oeste orientada a 272° recebe maior incidência solar após as 13:00h. Mas apresenta o mesmo problema relacionado à fachada sul, onde a presença de vegetação gera sombreamento, impedindo a luz direta do sol.

Figura 187 - Carta Solar fachada oeste / Programa SOL-AR

Figura 188- Fachada sul. Às 15h45 pm, mês de agosto

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2022

As fachadas leste e norte apresentam danos menos evidentes em comparação com as fachadas oeste e sul. Na fachada leste (figura 189), a incidência solar ocorre durante o período da manhã até aproximadamente o meio-dia. Especificamente no setor da janela JA-02 (figura 190), há desprendimento de reboco e instabilidade estrutural causado pelo crescimento de raízes de uma árvore que brotou na cobertura. Essa fachada, voltada para a rua Demétrio Ribeiro exibe elementos decorativos mais destacados, como modenatura de vãos.

Figura 189 - Incidência solar na fachada leste. A fotografia foi feita no mês de agosto, às 10:00h.
Circulado na figura, a janela JA2, que apresenta instabilidade estrutural

Figura 190 - Janela JA2. Possível observar o desprendimento do reboco e as raízes da árvore que brotaram no topo da parede



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

A fachada norte (figura 191) recebe maior incidência solar, com exposição direta de sol durante todas as estações do ano e sofre menor impacto ao vento sudeste. De acordo com Lersh:

Os efeitos dos ventos são verificados em combinação com a chuva. A água das chuvas sobre os planos verticais pode ser absorvida pelos materiais, encontrar uma forma de penetração por juntas, ser conduzida pelas forças de capilaridade ou ainda ser forçada pela pressão do vento (2003, p. 50).

Figura 191 - Incidência solar na fachada norte



Esta fachada é a em melhor estado de conservação, estando protegida do vento sudeste, com insolação e pouca vegetação no entorno. A fotografia foi feita no mês de fevereiro, às 11:00h. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Em contrapartida, a fachada sul (Figura 192) encontra-se em uma situação mais desfavorável. Está cercada por vegetação densa, o que impossibilita qualquer exposição direta ao sol em qualquer momento do ano. Sofre ainda o impacto do vento sudeste, o que propicia um ambiente frio e úmido.

Figura 192 - Incidência solar na fachada sul

Devido ao impacto do vento sudeste, densa massa vegetada, e posição solar desfavorável, esta é a fachada que apresenta mais danos. Possível observar perda de parte da fachada. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Quanto à fachada oeste (figura 193), a maior parte de seus danos é causada pela proximidade da vegetação e pela presença de árvores de grande porte que bloqueiam significativamente parte da incidência solar, resultando em uma exposição reduzida ao sol por volta das 13:00h.

Figura 193 - Fachada Oeste

É possível observar as vegetações de médio e grande porte próximas à alvenaria de pedra e de tijolo, o que propicia um microclima úmido e gera danos. A fotografia foi realizada no mês de agosto às 11:00h.

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

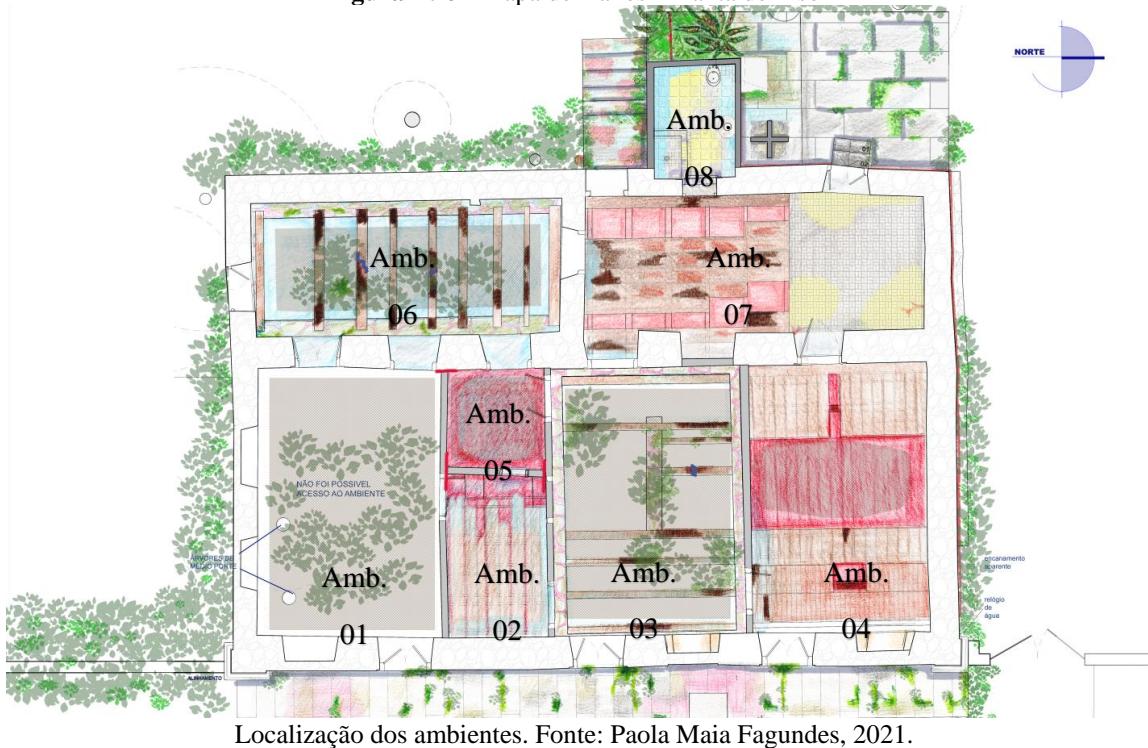
Em todas as fachadas (norte, sul, leste e oeste) são evidenciados diversos danos, como manchas de água na parte superior e na base da edificação, resultantes da presença de água nas estruturas após as chuvas, com evaporação lenta (Figura 194). Exceção é observada na fachada norte, onde é possível observar mancha de água na base ocasionada por vazamento na tubulação em PVC que conecta o hidrômetro ao imóvel (figura 195). Além disso, são identificadas manchas enegrecidas, indicativas da proliferação de microrganismos, manchas verdes provenientes do acúmulo de microflora, ressecamento e degradação da madeira, fissuras e trincas, perda da camada de tinta, bem como perda de reboco, expondo a alvenaria ou apresentando reboco solto.

Figura 194 - Acesso escada fachada Oeste, porta PA11

Figura 195 - Hidrômetro e tubulação de PVC na fachada norte

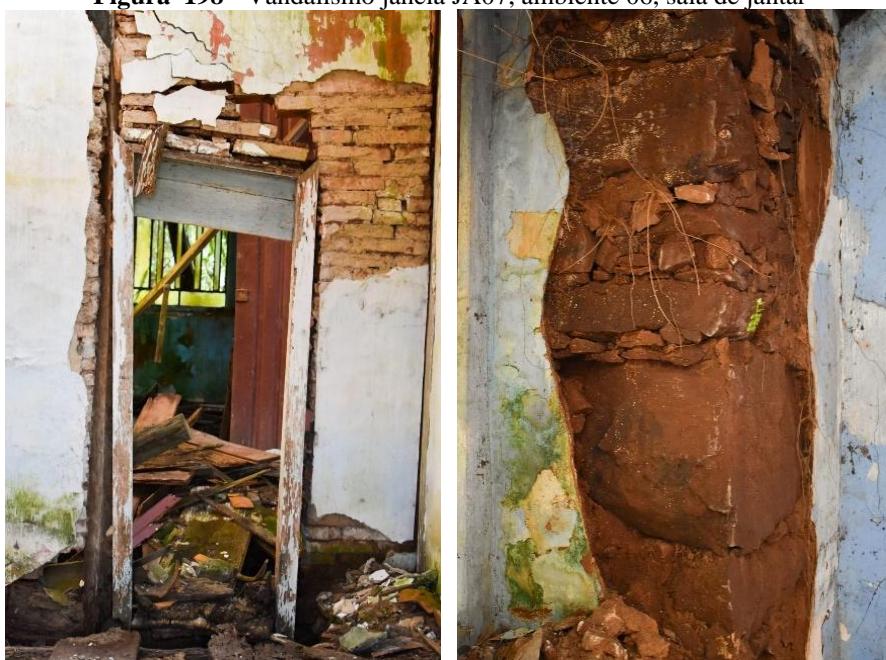


Na figura 197: Possível observar manchas de água ascendente, três árvores de médio porte que se desenvolveram em meio aos degraus de tijolo maciço e pedra. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.
Na figura 198: O vazamento de água propicia o nascimento de vegetações, como a Espada-de-São-Jorge (*Dracaena trifasciata*). Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Figura 196 - Mapa de Danos - Planta de Piso

Localização dos ambientes. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Na parte interna da edificação, os danos observados são predominantemente causados pelas perdas no telhado e pela falta de estanqueidade nas esquadrias. Destaca-se uma intervenção específica, localizada entre os ambientes 02 e 05, onde ficavam o dormitório e alcova. O esteio de madeira que estruturava a parede de tijolo maciço degradou-se em contato com a água da chuva, resultando na perda de estabilidade e conexão entre os elementos (imagem 197). Além desse fator, é relevante mencionar o agente antrópico do vandalismo na Casa das Pestanas, pois pessoas em busca de objetos de valor realizaram escavações no reboco e na alvenaria de pedra, removeram assoalhos e forros, causando danos significativos à edificação (imagem 198).

Figura 197 - Imagem parede do dormitório sentido alcova, porta PA04**Figura 198** - Vandalismo janela JA07, ambiente 06, sala de jantar

Sobre figura 200: Devido à degradação do esteio de madeira, a alvenaria de tijolo maciço ficou instável.

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Sobre figura 201: Possível observar na alvenaria de pedra, degradação ocasionada por vandalismo.

Pessoas em busca de objetos preciosos removeram o reboco e escavaram a parede. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

No ambiente 04, dormitório, cujas fachadas estão orientadas para norte / leste, foi encontrado um ninho de urubus, os quais representam uma ameaça à integridade da superfície dos materiais, sendo identificados dejetos desses animais nas paredes e no assoalho de madeira (imagem 199). De acordo com Lersh (2003, p. 83), as fezes das aves “quando em contato com a água, provocam reações químicas nos materiais de construção”. Nas estruturas do telhado e nas esquadrias é possível observar biodegradação devido ao ataque biológico de insetos xilófagos (imagem 200), que se alimentam dos elementos em madeira da edificação, e de marimbondos, que constroem seus casulos na estrutura de madeira (imagem 201).

Figura 199 - Filhote de urubu no ambiente 04 (dormitório)



Na imagem identificamos dejetos da ave na parede. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Figura 200 - Ninho de insetos xilófagos. Circulados na imagem. Ambiente 01

Figura 201 - Casulos na estrutura do telhado. Ambiente 04



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

A argamassa de assentamento é composta por matérias-primas naturais, como cal e barro. A exposição direta às águas pluviais resultou na erosão ou “lavagem da argamassa” de assentamento, provocando o deslocamento das pedras (figuras 202 e 203).

Figura 202 - Perda de argamassa de assentamento**Figura 203 - Deslocamento de grandes pedras**

Sobre a figura 205: Gerando o deslocamento de pedras. Ambiente 06 (Sala de Jantar). Ocasionada pela ação da água devido à falta de cobertura. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Sobre a figura 206: No setor evidencia-se a ausência de reboco em áreas específicas, encontram-se dispostas no solo pedras desprendidas da parte superior do vão da janela JB02. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

As estruturas em madeira, como assoalhos e esquadrias, encontram-se em avançado processo de degradação, decorrente da exposição a águas pluviais, presença de fezes de animais, atos de vandalismo e ausência de manutenção. As esquadrias, exibem perda parcial de material, ressecamento da madeira e sinais de ataque de insetos xilófagos, comprometendo sua estanqueidade. Adicionalmente, os peitoris das janelas possuem caimento inadequado, permitindo a entrada de água no interior da edificação (imagem 204).

Os assoalhos em madeira dos ambientes são sustentados barrotes. As peças de madeira utilizadas nos barrotes do piso encontram-se deterioradas, apresentando, em alguns casos, perdas de seção do material. No caso específico do ambiente 01, Sala Senhorial (imagem 205), o acesso encontra-se impossibilitado devido ao elevado grau de deterioração dos barrotes e assoalhos.

Figura 204 - Manchas de água no peitoril da janela JA-04**Figura 205** - Entulhos na sala senhorial

Sobre figura 207: Ambiente 04. Possível observar perda de reboco abaixo do peitoril (circulado), provavelmente gerado pela ação da água devido à falta de estanqueidade da esquadria e cimento inadequado do peitoril. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Sobre figura 208: Ambiente 04 com acesso impossibilitado devido à queda de estrutura do telhado, aliado aos atos de vandalismo e falta de limpeza e conservação. Fonte: Adriana Augusto Neves, 2021.

Devido ao estado de degradação da edificação, foi possível inspecionar a fundação e os barrotes de quase todos os ambientes (exceto na sala senhorial). A fundação corrida em pedra seca, apresenta instabilidade em alguns locais (Figura 206). Os barrotes encontram-se extremamente degradados, propiciando o aparecimento de insetos xilófagos que contribuem para a deterioração da madeira.

Figura 206 - Fundação corrida em pedra seca e barrotes de madeira degradados

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Cabe mencionar que, segundo Margareth do Prado, filha do antigo proprietário do imóvel, o ambiente 06 (figura 207) foi o local onde ocorreu pela primeira vez a falta de estaqueamento do telhado. Em períodos de chuvas intensas, era possível verificar o escorrimento de água ao longo da parede orientada para o sul.

Figura 207 - Identificação Inicial da falta de Estanqueidade no Telhado



De acordo com relato da proprietária, na parede sul do ambiente 06, lateral direita foi possível observar o primeiro sinal de falta de entrada de água pelo telhado (marcado na imagem). Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Ao analisar a estrutura da cobertura, confirmou-se a recorrência dos problemas decorrentes da água pluvial. A estrutura de sustentação, composta por madeira e recobrimento com telhas de barro capa canal, apresenta caimento em 4 águas e prolongamento no sentido oeste em 1 água, sendo composta de tesouras de linha alta, terças, caibros e ripas. A falta de estanqueidade na cobertura e a perda de seção das peças do telhado intensificam a degradação do edifício, tanto nos ambientes internos quanto externos, uma vez que suas paredes ficam desprotegidas das intempéries (imagem 208). Provavelmente a falta de estanqueidade foi causada pela ação do vento, ausência de cravejamento ou grampeamento adequado e/ou ação antrópica (falta de conservação preventiva). Não há calhas instaladas na cobertura e é possível observar alteração da coloração das telhas devido à ação da água, aos dejetos de animais e à proliferação de microrganismos.

Figura 208 - Perda de seção do telhado



Possível observar tesoura. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Ao realizar o mapeamento dos danos, optou-se por criar um primeiro mapa abrangente, destacando-se, em um segundo mapa, apenas as fissuras, trincas e rachaduras. Devido à divergência na nomenclatura proposta por diversos autores e à ausência de valores precisos para cada ocorrência, adotou-se a classificação proposta por Thomaz (2020, p. 9), que estabelece que "fissuras são aquelas com aberturas desde capilares até da ordem de 0,5 mm, trincas com aberturas da ordem de 2 mm ou 3 mm, e rachaduras daí para cima". Segundo Macedo (2006, p. 34), esses comportamentos facilitam a penetração de agentes externos agressivos na superfície, resultando em novas manifestações patológicas. Ainda segundo o autor, diversos fatores podem ocasionar esses comportamentos nas estruturas, por exemplo: variação térmica, sobrecarga, deformação das estruturas, retração reduzindo o volume dos materiais, alterações químicas dos materiais (Macedo, 2006).

Em determinadas situações, é possível compreender a origem dessas patologias na Casa das Pestanas, seja pela presença de raízes de vegetações (imagem 209), como na janela JB-04 (imagens 210 e 211), seja pela ocorrência de fissuras relacionadas a recalques na fundação.

Durante o processo de restauração, será necessário realizar prospecções na edificação para confirmar a origem desses problemas, que podem estar relacionados ainda a danos no telhado ou na fundação em áreas onde não foi possível o acesso.

Figura 209 - Presença de raízes na alvenaria de pedra



Ambiente 06, Sala de Jantar, porta PA05. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

Figura 210 - Rachadura originada por recalque na fundação. Janela JB04 é possível observar rachadura no ângulo de 45 graus em direção à cobertura

Figura 211 - Setor janela JB04 ampliado



Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

O diagnóstico do estado de conservação da edificação foi um instrumento necessário para identificar os agentes e as causas que levaram o imóvel ao atual estado de degradação. Durante o período de trabalho alguns danos foram acompanhados, como se observa nas imagens abaixo:

Figura 212 - Monitoramento do dano, fachada leste



Sequência de imagens do desenvolvimento de raiz no setor JA02. As fotografias numeradas da esquerda para a direita correspondem aos anos: (1) fevereiro de 2020, (2) agosto 2021, (3) fevereiro 2022 e (4) abril 2023. Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 213 - Monitoramento do dano entre alcova e dormitório



Sequência de imagens da parede construída em alvenaria de tijolo maciço. As fotografias numeradas da esquerda para a direita, correspondem aos anos: (1) fevereiro de 2020, (2) agosto 2021 e (3) abril 2023.

Imagens: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 214 - Monitoramento do dano entre alcova e sala senhorial

1

2



Possível observar na fotografia à direita, a queda de parede em alvenaria de tijolo maciço. Fotografias da esquerda para a direita correspondem aos anos (1) fevereiro de 2020 e (2) abril 2023. Imagens: Adriana Augusto Neves (foto à esquerda) e Paola Maia Fagundes (foto à direita). 2024

As sequências de fotografias acima (imagens 212, 213 e 214) ilustram e destacam a importância e urgência da recuperação do referido patrimônio, visando preservar a autenticidade do monumento e suas características tipológicas distintivas. Constatou-se que a edificação está em um processo acelerado de arruinamento, com desabamentos que se intensificam durante as estações chuvosas. São necessárias medidas imediatas para recuperar o referido patrimônio e conter a rápida degradação do imóvel, pois este encontra-se no limite para ruir.

8 A TRAVESSIA COMO METÁFORA: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Um projeto narrado pela travessia do tempo, conectando as memórias daqueles que ergueram o vilarejo, trazendo seus saberes e expressões culturais pelas águas instáveis do Oceano Atlântico e pelas margens sinuosas do rio Jacuí. Assim, as matérias construtivas, culturais, históricas e simbólicas se fazem presentes na Vila. Portanto, o projeto de intervenção e restauração resulta da intensa investigação dessas atribuições de valor que contemplam a Vila de Santo Amaro do Sul.

8.1 ATRIBUTOS DE VALOR

O Conjunto histórico da Vila de Santo Amaro do Sul, situado no alto de uma colina e margeado pelo rio Jacuí, uma importante uma significativa vertente fluvial no processo de formação do vilarejo, apresenta uma densa vegetação nativa que compõe a paisagem. Esse conjunto, tombado como patrimônio nacional, é fruto do processo de colonização luso-açoriana no estado do Rio Grande do Sul.

Com o objetivo de compreender e refletir sobre os valores atribuídos ao Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro do Sul e à Casa das Pestanas por ocasião da patrimonialização, e compreender os valores atribuídos pelos habitantes locais, foram identificados valores históricos, documentais, de memória, estéticos e paisagísticos, destacando-se também o valor simbólico derivado de suas particularidades culturais e sociais.

No processo de tombamento, o Memorando DEPROT/IPHAN nº 264/98, inclui o parecer da arquiteta Helena Mendes dos Santos, que considera:

O conjunto é representativo da segunda fase de colonização de Portugal no Rio Grande do Sul, vertente correspondente à do povoamento metódico, com a distribuição de datas aos povoadores ao longo da via pluvial, à implantação de caráter militar e urbano, com os engenheiros militares desenhando seus traçados (...)

A permanência, quase intacta, do traçado urbano original, representativo da época de implantação do núcleo, isto é, traçado ortogonal, com uma grande praça onde se localiza a igreja situando-se, lateralmente a esta, o casario; Permanecia da arquitetura tradicional: casas térreas e geminadas, estabelecidas pela colônia, popularizada e adotada pelos açorianos.

E ainda,

no acervo tombado pelo IPHAN no Estado, poucos são os exemplares de arquitetura não oficial, religiosa ou militar; à exceção destes, os exemplares de arquitetura civil pertencem, predominantemente, às residências natais (IPHAN, 1998)

Nesta citação, observa-se o reconhecimento de valores históricos e documentais, elementos essenciais que determinam este conjunto como testemunho da ocupação açoriana no Rio Grande do Sul. A semelhança das técnicas construtivas das edificações, como no caso da Casa das Pestanas – em alvenaria de pedra e paredes internas em tabique-relaciona-se às técnicas construtivas das casas das Ilhas dos Açores, que apresentam em sua materialidade a rocha vulcânica.

No processo de patrimonialização foram atribuídos os valores estéticos e paisagísticos. A partir dos elementos de composição do sítio, traçado urbano ortogonal, com praça e igreja no alto da colina, e conjunto de casas térreas ou assobradadas e presença de quintal. A relação com o Rio Jacuí e paisagem natural, é descrita por Saint-Hilaire ao navegar pelo rio que “corre majestosamente entre duas orlas de bosques” (SANTI-HILAIRE, 2002, p. 419). A natureza envoltória conforma esse fechamento; a massa vegetada densa e o rio com seus sinuosos afluentes são, ainda hoje, características físicos-ambientais marcantes que geram sustento à comunidade local, integrando valor social, cultural e ambiental ao território.

A Casa das Pestanas possui valor histórico, sendo a edificação mais antiga da vila e o local de nascimento do líder farroupilha e primeiro presidente da República Rio-Grandense, José Gomes Vasconcelos Jardim. E valor estético, apresentando singeleza dos elementos construtivos reflete características da arquitetura de origem açoriana e similaridade com a casa rural dos Açores, conforme abordado na análise tipológica. Destaca-se por sua singularidade em comparação às outras edificações do conjunto, apresentando recuos nas duas laterais norte e sul, recuo posterior que possibilita a existência de um quintal, e proporção do lote similar a estabelecida pela Provisão Régia de 1747²⁵, e vegetação densa no fundo do lote. Quanto à composição plástica e volumétrica, sobressaem o ritmo de janela-porta-janela, a simetria na fachada leste e as modenaturas similares às encontradas na igreja.

É fundamental mencionar o valor simbólico, cultural e de memória atribuídos ao conjunto, refletido nas expressões do patrimônio imaterial local. Na praça ocorrem as

²⁵ Conforme mencionado no capítulo 2: Travessia Histórica, a Provisão Régia de 1747 foi emitida pelo rei Dom João V e estabelecia através de um edital, as diretrizes para o assentamento dos ilhéus que chegariam para colonizar o Brasil.

principais festividades e manifestações culturais, onde os moradores afirmam sua identidade e demonstram a significativa representatividade da igreja católica.

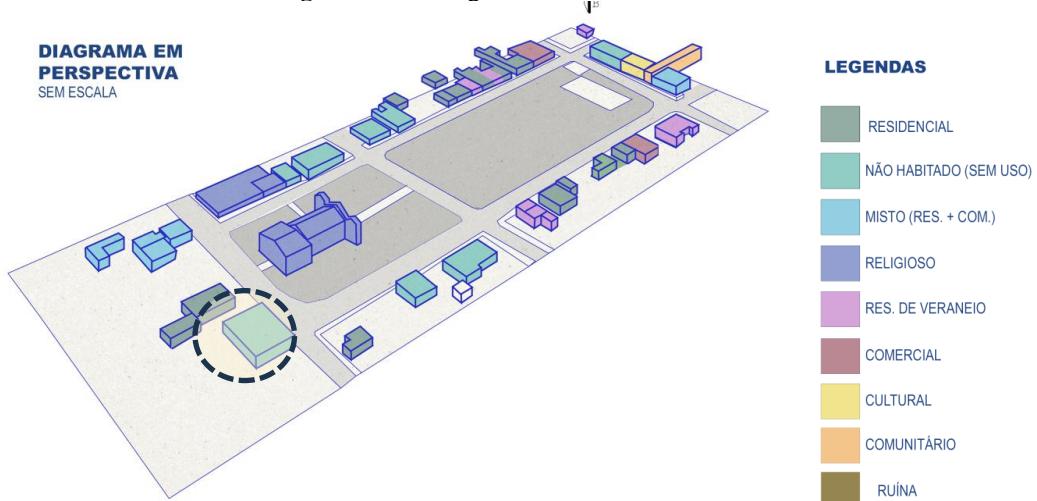
Compreendendo valores atribuídos ao referido patrimônio, buscou-se respostas para que a proposta projetual fosse coerente e diretamente relacionada às questões culturais, econômicas, sociais e ambientais reconhecidas.

8.1.1 Escolha e justificativa do uso

Uma das principais problemáticas a enfrentar neste projeto é a questão do uso proposto para Casa das Pestanas. Para a efetiva proteção e salvaguarda do bem, foi necessária a definição de um uso com o qual a comunidade pudesse se identificar e se sentir partícipe, consequentemente, conservando a edificação, difundindo a suas memórias, histórias que abrangem o patrimônio material e imaterial local.

Levando em consideração a análise do levantamento de entorno, na área de atuação delimitada para esse trabalho, foi verificado que o entorno da Praça Marechal Câmara possui características predominantemente residenciais; pouco uso comercial (bar e mercearia), cultural (museu) e institucional (escola de ensino fundamental). Das 30 edificações levantadas, 40% têm pouca ou nenhuma atividade (sendo 9 não habitadas e 5 residências de veraneio). Diversas dessas edificações ociosas estão arruinadas ou em processo de arruinamento. Importante observar que 10 dos 15 bens protegidos pelo IPHAN localizam-se nesta delimitação.

Figura 215 - Diagrama do uso do solo



Circulada localização da casa das Pestanas. Fonte: Paola Maia Fagundes, 2021.

A população residente na vila é em grande parte composta por aposentados, crianças e pescadores. As questões sociais, como o desemprego, a dificuldade de acesso à educação e fragilidades socioeconômicas, resultam no êxodo da população local, gerando o abandono ou uso ocasional dos imóveis. Aliados a estas problemáticas estão a perda dos saberes e modos de fazer da população idosa.

Para elaborar a Proposta de Uso, foram desenvolvidos levantamentos que catalogaram as necessidades, os valores, as problemáticas e os saberes locais. Identificou-se como valores a preservar: a singularidade do patrimônio construído representando pelo conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN e pela relação da Casas das Pestanas com esse conjunto. A paisagem natural possui um grande potencial, caracterizada pela massa vegetada, as áreas de preservação permanentes e pelo rio Jacuí, que contribui tanto na ambiência quanto para a subsistência da comunidade de pescadores. Além do rico patrimônio imaterial, que inclui a religiosidade, o folclore, os saberes e fazeres, a literatura, os causos, as danças e a gastronomia. Para facilitar a compreensão destes valores, a tabela a seguir apresenta uma síntese dos valores a preservar na região:

Tabela 19 Valores a preservar. Tabela: Paola Maia Fagundes. 2023

Patrimônio material:	
Conjunto Arquitetônico (singularidade conjunto açoriano)	Tombado pelo IPHAN
Localização privilegiada da Casa das Pestanas no conjunto	
Paisagem natural	Vegetação e rio Jacuí
Patrimônio imaterial:	
Religiosidade	Festas religiosas, crenças, romarias.
Folclore	Danças e músicas (diversas danças e músicas tradicionais do RS são de origem açoriana)
Produção de artesanatos	Artesanatos com escamas de peixe, madeira, palha, tecelagem, costura, bordados.
Gastronomia	Aperfeiçoamento de receitas de origem açoriana com produtos agrícolas e do rio Jacuí.

Literatura, poesia, causos	Além das lendas urbanas, Santo Amaro é a terra natal do falecido escritor Francisco Pereira Rodrigues, autor de aproximadamente 50 livros, muitos dedicados a cidade (poesias, contos, romances)
----------------------------	--

Com o intuito de que a proposta de uso fosse relevante para a sociedade local, o projeto objetiva a formação profissional como forma de capacitar a comunidade por meio da educação e do empreendedorismo, consequentemente incentivando a permanência desses moradores no sítio.

Sabe-se que o fomento ao turismo pode trazer benefícios econômicos e sociais. De acordo com o IBGE, o turismo no ano de 2022 foi responsável por 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Porém, o turismo pode gerar impactos positivos e negativos em uma comunidade. Pensando no impacto do turismo, a proposta de uso desenvolvida para o projeto é voltada ao turismo de base comunitária (TBC), apresentando a cultura, gastronomia e artesanato para os visitantes. De acordo com o guia “Um Caminho para a Sustentabilidade: Entendendo os princípios do Turismo de Base Comunitária” (Melo; Barros, 2021), os princípios para o TBC se baseiam na compreensão e salvaguarda do patrimônio cultural local, na valorização cultural da comunidade, no estímulo dos moradores locais à divulgação de seus saberes e à geração de uma atuação onde o protagonismo comunitário fortaleça as raízes do grupo com suas origens. Conforme observa-se na tabela a seguir:

Tabela 20 - Princípios do TBC

Conservação da Socio biodiversidade	salvaguarda do patrimônio cultural local e conservação da natureza.
Valorização da História e da Cultura	reconhecimento, divulgação e valorização da cultura da comunidade local, estimulando os atores a aprofundarem o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
Protagonismo Comunitário	a comunidade toma as decisões em todo o processo.

Equidade Social	partilha dos benefícios deverá ser feita de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
Bem Comum	solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
Transparência	informações relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos com a atividade
Partilha Cultural	trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida.
Atividade Complementar	complementar às demais atividades desenvolvidas pelas comunidades, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
Educação	processo educativo para todos os envolvidos
Dinamismo Cultural	valorizar as culturas em sua dinâmica própria.
Continuidade	processo contínuo que se adapte à transformação da realidade das comunidades.

Fonte: Melo e Barros (2021).

Auxiliando o desenvolvimento de projeto de TBC, foram identificados os saberes que podem ser compartilhados com a própria população local e com os visitantes (por meio de oficinas, cursos e vendas de produtos) compondo o produto turístico a ser contemplado pelo projeto. Esse produto podem ser oficinas voltadas para aprendizado das técnicas de pescas, produção de artesanatos e gastronomia regional. Conforme exemplificado na tabela a seguir:

Tabela 21 - Catalogação dos saberes

Categoria	Atividade	Grupos que detêm o conhecimento	Atualmente o local de produção é adequado?	O que precisa para um programa de necessidades?
Pesca	Técnicas de pesca, produção de redes, produção de tarrafas de pesca, manutenção de barcos e redes.	Associação dos pescadores e pescadores de Santo Amaro do Sul e General Câmara.	não	Sala para oficina saberes dos pescadores
Artesanato	Animais e carroças de madeira.		(não sei)	Sala para oficina de artesanato
	Entalho (casas e igreja entalhadas).		sim	Sala para oficina de artesanato
	Artesanato em escama de peixe (bijuterias, acessórios para casa).		não	Sala para oficina de artesanato
	Pintura de telas (casas do conjunto).		sim	
	Tecelagem, produção de cochonilhos/pelego.		sim	
	Produção de cuias de chimarrão.		sim	
Gastronomia	Peixe na telha, bolinho de bacalhau, culinárias com peixes em geral.			Cozinha/ armazenamento
	Compotas (doce em calda), ambrosia.			Cozinha/ armazenamento
	Pães (sovados e batidos), Pão por deus, Rosca de polvilho.			Cozinha/ armazenamento
	Pastel de Santa Clara, quindim.			Cozinha/ armazenamento
	Canjica, Arroz doce, Ovos moles, Bolinho de chuva, Pão de ló,			Cozinha/ armazenamento

	sonhos, Cueca virada com açúcar.			
--	----------------------------------	--	--	--

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

O turismo de base comunitária tem como objetivo o desenvolvimento financeiro dos diferentes grupos dentro da comunidade, incluindo os pescadores, os moradores do local, que se envolvem ativamente para compartilhar os conhecimentos açorianos, os idosos que transmitem seus saberes e os jovens que buscam oportunidades profissionais fora da Vila. Ele auxilia na solução de questões como o vazio demográfico, a autoestima e valorização profissional, impactando diretamente no desenvolvimento social da comunidade local e gerando impactos na conservação do patrimônio histórico local.

A sugestão da proposta do projeto para o Centro de Formação contempla oficinas com opções para diferentes públicos-alvo e duração. Podem ocorrer oficinas de curto prazo voltadas para o turismo; oficinas de longo prazo para formação de profissional em áreas como artesanato e gastronomia, ou difusão de saberes locais, como guias turísticos, auxílio na capacitação e melhoramento profissional de outros moradores do entorno que já possuem seus comércios ou profissões. Ações que vão movimentar a economia local em uma escala abrangente.

Reconhecendo que a colonização açoriana no Rio Grande do Sul possui importância significativa para o estado, o governo estadual tem fortalecido suas relações com o governo de Portugal e dos Açores, a partir do reconhecimento dos roteiros turísticos do “Caminho Açoriano”, da “Rota do Império Lusitano no Sul das Américas”, das festas “Santo Amaro em Portugal”. A tabela a seguir destaca a importância de fortalecer esses vínculos no equipamento proposto como uso:

Tabela 22 - Relações entre o governo do Rio Grande do Sul com Portugal e Açores

Caminho Açoriano - roteiro turístico do Rio Grande do Sul	Inaugurado em julho de 2021: com a presença do embaixador de Portugal no Brasil, Luís Faro Ramos foi inaugurado e reconhecido como roteiro turístico do Rio Grande do Sul o Caminho Açoriano . A vila de Santo Amaro faz parte de uma rota que contempla atrações gastronômicas e culturais divulgando a cultura açoriana.
Rota do Império Lusitano no Sul das Américas	Março de 2022 a Vila de Santo Amaro do Sul recebeu a comitiva da Presidência do governo dos Açores em Portugal . Neste mês foi lançada a Rota do Império Lusitano no Sul das Américas, 6ª

	Feira de Negócios Turísticos UGART, e tem a Colônia do Sacramento como o único destino internacional. 13 municípios brasileiros de colonização açoriana fazem parte desta rota.
“Santo Amaro em Portugal”	Em abril de 2023 ocorreu a “Terceira edição de Santo Amaro em Portugal” com presença da secretaria de cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Beatriz Araújo. Com apresentações artísticas, desfile temático, exposição temática das escolas municipais, empreendedores locais ofertando gastronomia típica e artesanatos.

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Após as análises realizadas, foi definido o uso ideal para a edificação, como “Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro”, com objetivo de fomentar o aprendizado e o reconhecimento da memória e cultura local, não somente açoriana, mas também de outros grupos que compõem a Vila.

O centro incluirá um espaço produtivo de gastronomia, produção de artesanatos e geração de renda, com desenvolvimento de produtos baseados nos conhecimentos da comunidade de pescadores e moradores locais. O projeto propõe a capacitação para futuros artesãos na produção de itens de qualidade.

O público-alvo inclui jovens que participarão das oficinas no contraturno escolar, a população adulta, através de capacitação profissional, e turistas e visitantes, que poderão participar das oficinas e desfrutar do café colonial. A gestão do centro será realizada por uma cooperativa de moradores e pescadores em parceria com a prefeitura municipal. Conforme sintetizado na tabela a seguir:

Tabela 23 - Proposta de Uso

Proposta de Uso	Justificativa
Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro	Objetivando o aprendizado, reconhecimento da memória e cultura açoriana.
	Centro produtivo de gastronomia e geração de renda no restaurante/ café colonial.
	Desenvolvimento de produtos a partir dos conhecimentos dos pescadores e artesões.

	Produções e capacitação para futuros artesões, produzindo produtos de qualidade.
Oficineiros	Pescadores e moradores (compartilhamento dos saberes).
Público-alvo	Jovens e crianças (oficinas onde sejam transmitidos os saberes / contraturno escolar).
	População adulta (capacitação profissional).
	Turistas e visitantes.
	Turistas (café colonial e oficinas com vivências nas atividades citadas).
Gerência	Cooperativa.

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

O projeto em questão propõe a busca por financiamento para sua execução, identificando potenciais fontes de recursos em diferentes esferas governamentais e setores da economia. Isso inclui entidades ligadas às esferas federal, estadual e municipal, parceiros privados e organizações com políticas internacionais voltadas ao apoio de projetos sociais e culturais. Conforme exemplificado na tabela a seguir:

Tabela 24 - Possíveis financiadores do projeto

Prefeitura Municipal de General Câmara (Gestor)	Adquirindo a casa e a possibilidade de compensação de gastos realizados pelo Poder Público com a manutenção do bem.
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Por meio de Lei de Incentivo à Cultura, Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura.
Governo de Portugal ou dos Açores	Recursos internacionais para projetos sociais e culturais.
Empresas de mineração: 1. SMARJA-Sociedade dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí; 2. SOMAR – sociedade Mineradora; 3. ARO.	Compensação financeira pela exploração de recursos minerais destas empresas convertida para a execução das obras.
Parcerias com as universidades da região	Atividades voltadas para melhoria dos produtos que serão produzidos. Design de produto, moda, culinária.

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Sugere-se que a formulação do projeto do TBC seja desenvolvida com o aconselhamento técnico de profissionais da área ou universidades.

Compreende-se que somente um equipamento público como o “Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro” não gera toda a transformação social necessária para a região. Porém, a proposta de uso possibilita que a comunidade da Vila de Santo Amaro do Sul possa ser protagonista do turismo local possibilitando a geração de renda e a diminuição do êxodo. Isso trará novas oportunidades, transformação social e agregará valor ao conhecimento cultural e histórico dos diversos grupos que a compõem, fortificando a sensação de pertencimento coletivo.

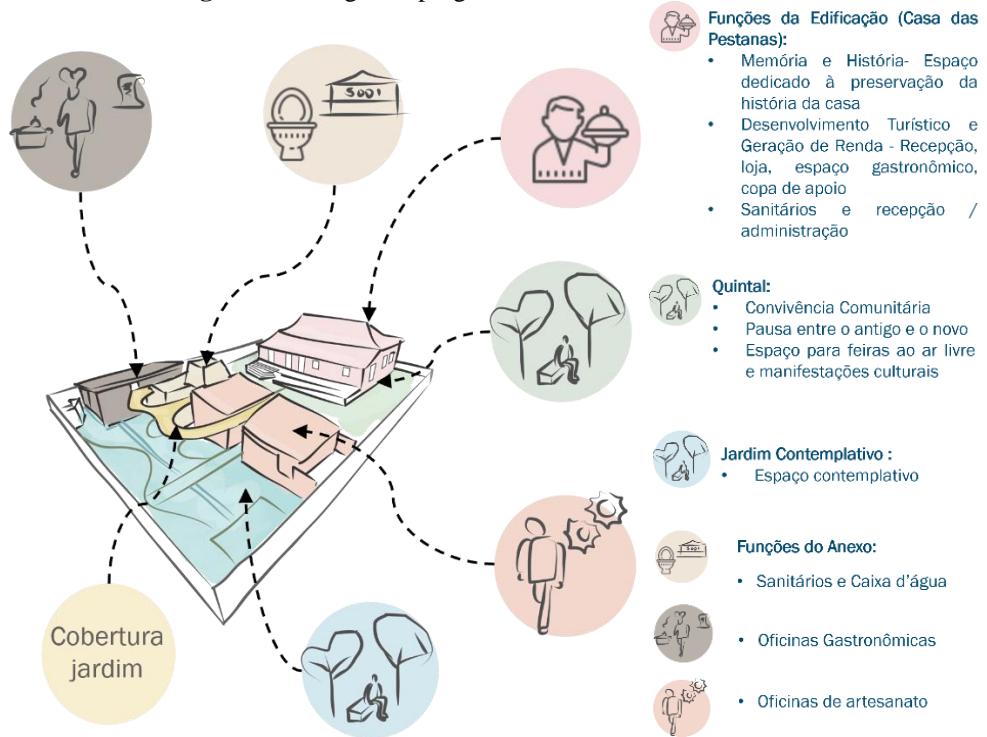
8.1.2 Programa de necessidades

Buscando compreender as funções apropriadas para o “Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro”, estruturou-se um programa de necessidades abrangendo a diversidade do programa.

O projeto propõe que espaços gerados na edificação da Casa das Pestanas sejam destinados à memória e história da casa, desenvolvimento turístico e geração de renda, compreendendo recepção, loja, espaço gastronômico e copa de apoio, sanitários e administração.

O quintal propicia uma pausa entre o antigo ao novo. É dedicado à convivência comunitária. Nesse local podem ocorrer feiras ao ar livre e manifestações culturais.

As oficinas gastronômicas e de artesanato recebem espaços próprios no novo anexo ao fundo do lote e são destinadas às ações educativas, como a prática e o ensino da gastronomia, de artesanatos e às atividades complementares.

Figura 216 Diagrama programa de necessidades

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

A intervenção não deve acarretar prejuízos para a leitura da volumetria da Casa das Pestanas, contemplando soluções de acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) e soluções de sustentabilidade ambiental e financeira.

Tabela 25 - Programa de Necessidades

Edificação antiga	
Recepção / Administração	
Espaço para vendas (artesanatos e alimentos tradicionais):	para a venda de produtos produzidos nas oficinas.
Memorial (todos os ambientes da casa comportam o memorial)	Conta a história da casa, do primeiro presidente da república Rio-grandense, José Gomes Vasconcelos Jardim (nasceu na casa), entre outras.
Espaço Gastronômico	Onde são apreciadas as gastronomias desenvolvidas na oficina-escola.
Sanitários (ao menos 1 sanitário PCD)	
Copa de apoio	

Quintal	
Espaço de convivência	Com bancos, onde podem ocorrer eventos ao ar livre, feiras para vendas de produtos, manifestações culturais.
Jardim fundo do lote	Cisterna
Anexo	
Banheiros PNE, Masc e Fem	
Vestiários e Banheiros	Apoio à cozinha
Cozinha / Oficina Gastronômica	Cozinha escola, voltada para o café colonial ou vivências para o turismo de base comunitária (oficinas de culinárias tradicionais açorianas).
Ateliê / oficina	Formativas, educativas ou recreativas, que atendam aos mais diversos públicos, moradores, escolas, visitantes, eventos que acontecem sob demanda.
Armazenamento	
Depósito	
Lixo e gás	

Fonte: Paola Maia Fagundes, 2023.

Um programa de necessidades diversificado, voltado às referências culturais de uma comunidade plural, com suas diferenças e manifestações culturais singulares. Fortificar o vínculo com a tradição açoriana, que também se manifesta na arquitetura, pode levar ao êxito deste Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro.

8.2 O PROJETO

Conciliando memória, história e paisagem natural, o projeto de restauração e intervenção denominado “Travessias – Centro de Formações e Referências Culturais de Santo Amaro” busca atender às necessidades construtivas da casa histórica e ao programa desenvolvido, sem competir com a edificação resultante do processo de ocupação portuguesa no sul do Brasil.

A Casa das Pestanas encontra-se alinhada ao passeio e apresenta recuos nas laterais norte e sul permitindo a visualização da parte posterior do terreno a partir da

fachada leste. Integrada à densa vegetação existente, a nova edificação foi implantada, de forma a garantir que a intervenção anexa não se sobressaia em relação à casa. O projeto intensifica-se não como uma cópia do passado, mas como uma visão para o futuro. Baseado na tipologia arquitetônica do século XVIII, a proposta evoca a matéria e a tipologia da edificação histórica, além das linhas da casa açoriana.

A construção histórica sofreu alterações e perdas ao longo dos anos de abandono. Portanto, a proposta buscou valorizá-la enquanto integrante de um conjunto arquitetônico, apresentando uma resposta técnica que solucionasse suas lacunas construtivas, arquitetônicas e programáticas. Dessa forma, gerou-se uma solução projetual que manteve sua importância social e sua integração ao conjunto ainda que toda a intervenção na casa assumisse em uma forma claramente contemporânea.

A proposta prevê transformar a antiga casa em um espaço expositivo e em um café para venda de produtos açorianos. O anexo será destinado à formação, capacitação e geração de renda para a comunidade. As áreas abertas se tornarão espaços de acolhimento, com um quintal amplo para diversos usos, como eventos e feiras, e um jardim destinado à contemplação. A nova edificação não compete com a arquitetura histórica; revelando-se e gerando surpresa ao acessar a casa.

O projeto enaltece a história do local, a paisagem natural e a paisagem construída. Buscando identificação com o Rio Grande do Sul e com o conceito de “Estética do Frio”. O livro *A Estética do Frio*, surge da conferência apresentada em Genebra nos anos de 2003 pelo músico e escritor Vitor Ramil (2004), e descreve a procura do cantor por sua identidade e expressão artística, simbolizada pelo frio do sul do Brasil que determina a cultura, o modo de construir e de se expressar, os hábitos e a economia. Conforme o músico:

Precisamos de uma estética do frio, pensei. Havia uma estética que parecia mesmo unificar os brasileiros, uma estética para a qual nós, do extremo sul, contribuímos minimamente (...) Mas como éramos? De que forma nos expressávamos mais completa e verdadeiramente? O escritor argentino Jorge Luis Borges, que está enterrado aqui em Genebra, escreveu: *a arte deve ser como um espelho que nos revela a nossa própria face*. Apesar de nossas contrapartidas frias, ainda não fomos capazes de engendrar uma estética do frio que revelasse a nossa própria face (Ramil, 2004, p. 14)

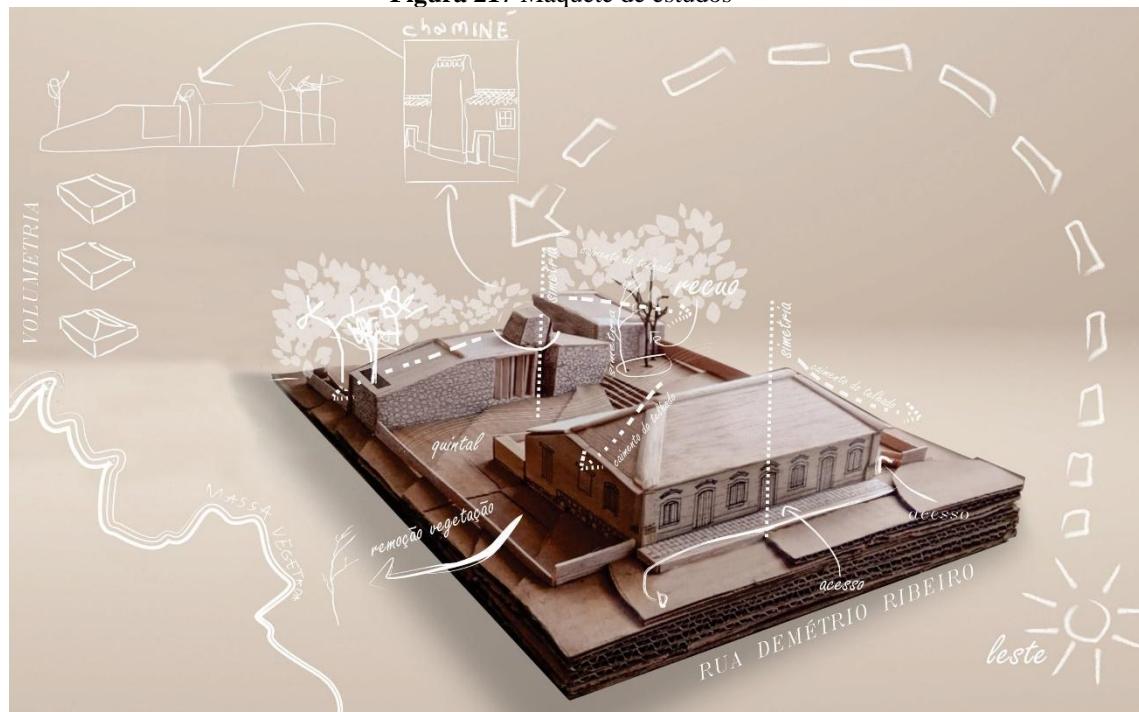
Desta forma, o projeto busca explorar os traços e características da arquitetura açoriana, e da “linha fria do Rio Grande do Sul”²⁶ que é marcada pela arquitetura densa,

²⁶ Traçando paralelo com o documentário “A Linha Fria do Horizonte”, que aborda a relação entre a expressão e obra de cantores do Brasil, Argentina e Uruguai, permeada pelo frio e pela paisagem.

com linhas puras, por pequenos vãos que protegem do frio e a materialidade bruta das pedras, que definem “os contornos de maneira a ressaltar suas propriedades: rigor, profundidade, clareza, concisão, pureza, leveza e melancolia” (RAMIL, 2004, p. 23).

O projeto busca potencializar a arquitetura dos sentidos. Conforme o escritor Juhany Pallasmaa em Olhos da Pele (2011, p. 57), “a experiência da arquitetura traz o mundo para um contato extremamente íntimo com o corpo”, intensificando a experiência sensorial através do uso de materiais naturais com diferentes texturas e sensações de frio ou calor; dos odores da natureza; dos sons do ranger da madeira, do vento nas folhagens e da água ao correr pelas canaletas; da luz que passa pela copa das árvores ou pelos vãos das aberturas; ou, inclusive, ativando o paladar. Pallasmaa (2011, p. 56) explica que “há uma transferência sutil entre as experiências do tato e do paladar. (...) Nossa experiência sensorial do mundo se origina na sensação interna da boca, e o mundo tende a retornar às suas origens orais.”

Figura 217 Maquete de estudos



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

Importante mencionar que o Município de General Câmara integra a lista da Defesa Civil do RS²⁷ com as cidades afetadas na enchente que assolou o Rio Grande do

Direção e produção de Luciano Coelho. Linha Fria Filmes. 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/109805848>

²⁷ No balanço das enchentes divulgado pela Defesa Civil do RS, em maio de 2024, 478 cidades foram afetadas pela enchente no estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

Sul no mês de maio de 2024. Compreendendo o impacto das alterações climáticas, o projeto baseia-se nos requerimentos relacionados de sustentabilidade ambiental, preocupando-se em reduzir o impacto dos materiais construtivos, atentando para a qualidade do ar e emissão de gases, preocupando-se com a gestão de resíduos e com o consumo consciente dos recursos naturais, além da preservação da vegetação. Incorpora aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelos países membros das Nações Unidas em 2015.

8.2.1 Arquitetura contemporânea nos açores: referências para o projeto Travessias

Com o intuito de enriquecer o repertório técnico e conceitual do presente trabalho, realizou-se um estudo de referências em arquitetura contemporânea nas ilhas dos Açores, território marcado por uma paisagem vulcânica singular e uma forte identidade cultural. A análise concentrou-se em obras selecionadas a partir do *Roteiro de Arquitetura dos Açores*, iniciativa da Delegação dos Açores da Ordem dos Arquitetos, que reúne exemplos relevantes da produção arquitetônica contemporânea na região.

Mais do que uma leitura exaustiva ou crítica dessas edificações, buscou-se identificar estratégias projetuais que demonstrassem sensibilidade em relação ao território, ao contexto geológico e à paisagem natural. Entre os projetos observados, destacam-se o Centro de Monitorização e Investigação das Furnas, na ilha de São Miguel, projetado pelo escritório Aires Mateus, e o Centro de Visitantes da Gruta das Torres, na ilha do Pico, de autoria do SAMI Arquitectos.

O Centro de Monitorização e Investigação das Furnas (figura 216 e 217), concebido em 2010, localiza-se nas margens da Lagoa das Furnas e integra um programa que alia educação ambiental e pesquisa científica voltada à preservação dos ecossistemas locais. Com 1.130 m² de área construída em um terreno de 80.000 m², o edifício destaca-se por seu caráter escultórico, que dialoga com a força da paisagem. A volumetria monolítica em basalto, as linhas anguladas e os vãos profundos filtram a luz natural, criando atmosferas internas que reforçam a conexão com o entorno. A materialidade escolhida — pedra basáltica da região — não apenas enraíza o edifício no solo vulcânico, como também reforça a continuidade entre natureza e arquitetura.

Figura 218 © FG + SG - Fernando Guerra, Sérgio Guerra - Centro de Monitorização.
Figura 119 © FG + SG - Fernando Guerra, Sérgio Guerra - Centro de Monitorização.

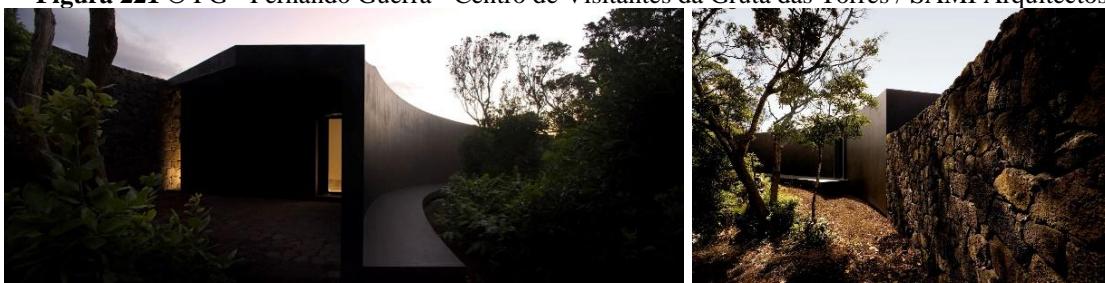


Fonte 216: Site ArchDaily Brasil, 2011

Fonte 217: Site ArchDaily Brasil, 2011

Por sua vez, o Centro de Visitantes da Gruta das Torres (figuras 218 e 219) , projetado em 2005, foi concebido como um espaço de acolhimento e orientação para visitantes que acessam a maior cavidade vulcânica de Portugal. Inserido de forma cuidadosa no terreno, o projeto adota uma linguagem discreta, horizontal e adaptativa. A curvatura do edifício, construída com estrutura metálica e concreto, acompanha suavemente o relevo. Os fechamentos em pedra tonalidade escurecida e os vazios estrategicamente posicionados permitem ventilação e iluminação naturais, ao mesmo tempo que contribuem para sua camuflagem visual na paisagem. Essa abordagem evidencia o esforço por minimizar impactos visuais e físicos, respeitando a natureza do lugar.

Figura 220 © FG - Fernando Guerra - Centro de Visitantes da Gruta das Torres / SAMI Arquitectos
Figura 221 © FG - Fernando Guerra - Centro de Visitantes da Gruta das Torres / SAMI Arquitectos



Fonte 218: Site ArchDaily Brasil, 2012

Fonte 219: Site ArchDaily Brasil, 2012

Ambas as obras revelam abordagens distintas, porém complementares, sobre a relação entre arquitetura e paisagem: enquanto o edifício das Furnas opta por uma presença marcante e escultórica, afirmando-se como elemento geológico construído, o centro da Gruta das Torres apostava na leveza e na mimetização com o entorno. Apesar das diferenças formais, há em comum o cuidado com o assentamento no território, o uso consciente de materiais locais e a valorização dos atributos naturais como parte indissociável da arquitetura.

A análise dessas obras contribuiu significativamente para o desenvolvimento conceitual do projeto Travessias, sobretudo na forma de pensar a integração entre edificação e paisagem cultural. O uso da materialidade local, a adaptação ao relevo, a linguagem arquitetônica silenciosa ou expressiva — sempre em diálogo com a natureza — constituem princípios fundamentais que influenciaram diretamente as decisões projetuais deste trabalho. Dessa forma, os exemplos açorianos não apenas enriquecem o repertório formal e técnico, mas reforçam uma postura ética diante do lugar: intervir com respeito, integrando a arquitetura ao tempo geológico e à memória viva dos territórios.

8.2.2 Diretrizes e Partido Arquitetônico

A proposta de intervenção parte da análise da Casa das Pestanas, considerando sua relação com o lote, materialidade e elementos construtivos. Para fundamentar as decisões projetuais, foi elaborado um quadro comparativo entre as diretrizes de uso e ocupação do solo estabelecidas pelo IPHAN, a situação atual do imóvel e a proposta de intervenção, conforme apresentado nas tabelas anexas.

Tabela 26 – Critérios de intervenção – situação atual e proposta de projeto

	DIRETRIZES IPHAN	SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTA DE PROJETO
Altura máxima	1 (um) pavimento, ou seis metros, contando a partir do nível da testada do terreno.	1 pavimento, 6,17 m da testada do terreno.	1 pavimento, com ponto mais alto relativo a caixa d'água com 6,17 m da testada do terreno e edificação anexa

			4,59 m da testada do terreno. (cota 36m)
Índice de Aproveitamento (edif. Não tombadas)	Máximo 0,5 vezes a área do terreno	0,19	0,32
Taxa de Ocupação (edif. tombadas)	A área da edificação deve ser somada à existente, para atender às exigências acima definidas para Altura e Índice de Aproveitamento. Nesses casos a taxa de ocupação poderá ser de até 50% (cinquenta por cento)	19,01%	32 %
Recuos	Frontal de 4 m; laterais facultativos, mas quando servirem para localizar aberturas, deverão ter, no mínimo, 1,5 metros .	(não se aplica)	1,6 metros
Uso	Este setor está destinado a moradias, comércios e serviços em geral.	Sem uso	Institucional/comercial
Cobertura	As novas edificações deverão ter cobertura de telhas cerâmicas, tipos francesa ou capa e canal.	Capa-canal	Capa-canal (setor com laje para acesso a caixa d'água)

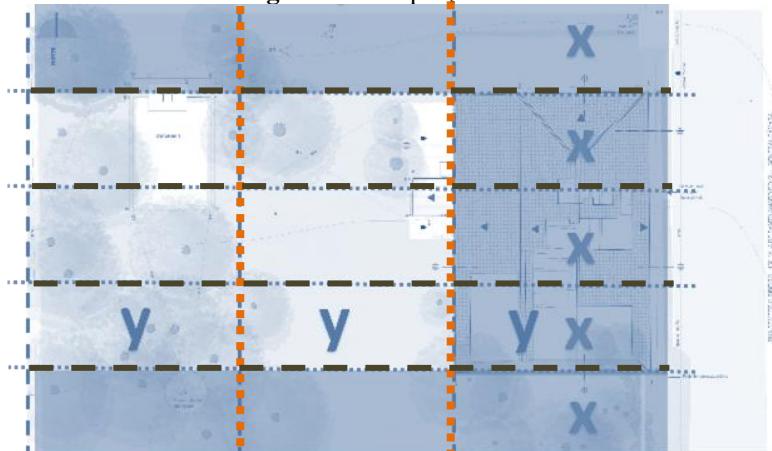
Fonte: Processo n. 1376-T-1996. IPHAN. Tabela desenvolvida por Paola Maia Fagundes, 2024.

Dentre os critérios analisados, destaca-se a observância à altura máxima permitida, que segundo o IPHAN é de um pavimento ou seis metros a partir da testada do terreno. A edificação existente possui 6,17 m no ponto mais alto, considerando a caixa d'água. A proposta mantém essa cota para o novo volume principal, respeitando os limites estabelecidos, e insere uma edificação anexa com altura inferior (4,59 m). Outros parâmetros urbanísticos também foram atendidos. O índice de aproveitamento, atualmente em 0,19, será ampliado para 0,32, dentro do limite máximo de 0,5 previsto para edificações não tombadas. Da mesma forma, a taxa de ocupação da área construída, que é de 19,01%, passará a 32%, mantendo-se inferior ao limite de 50% estipulado para bens protegidos com acréscimos. O recuo lateral de 1,6 m atende à exigência mínima de 1,5 m nos casos em que existam aberturas. Quanto ao uso, a edificação passará a

desempenhar funções institucionais e comerciais, compatíveis com os objetivos de revitalização e valorização do bem cultural. Por fim, a cobertura adotada segue a orientação da diretriz do IPHAN, utilizando o sistema capa-canal, garantindo a continuidade da linguagem arquitetônica local.

Ao examinar a implantação da Casa das Pestanas no lote, observou-se que a área construída se concentra no terço frontal, enquanto a porção posterior abriga vegetação densa, com espécies arbóreas e arbustivas de grande porte. O quintal, situado na faixa central do lote, apresenta vegetação rasteira. A disposição dos recuos laterais — especialmente no sentido norte-sul — representa aproximadamente um quinto da largura do terreno, permitindo a leitura do fundo do lote a partir da fachada principal voltada para a Praça Marechal Câmara.

Figura 222 Proporção do lote

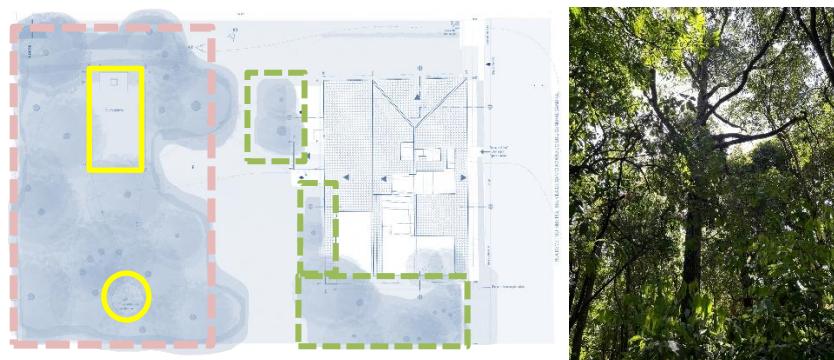


Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

A densa vegetação altera o microclima, causando excesso de umidade, pouca insolação e gerando danos às fachadas próximas, contribuindo para a retenção de umidade, restrição de insolação direta e, consequentemente, degradação das fachadas adjacentes. Com base nessas observações, propôs-se a remoção seletiva da vegetação em contato direto com as fachadas, buscando sempre que possível preservar as espécies de grande porte e reequilibrar as condições ambientais do entorno imediato da edificação.

Figura 223 Massa vegetada, marcado na imagem em verde, vegetações a remover. Marcado em rosa, vegetações a serem mantidas. Em amarelo resquícios de antiga fundação em pedra e poço artesiano.

Figura 224 Vegetações de grande porte no fundo do lote



Fonte 221: Paola Maia Fagundes. 2023

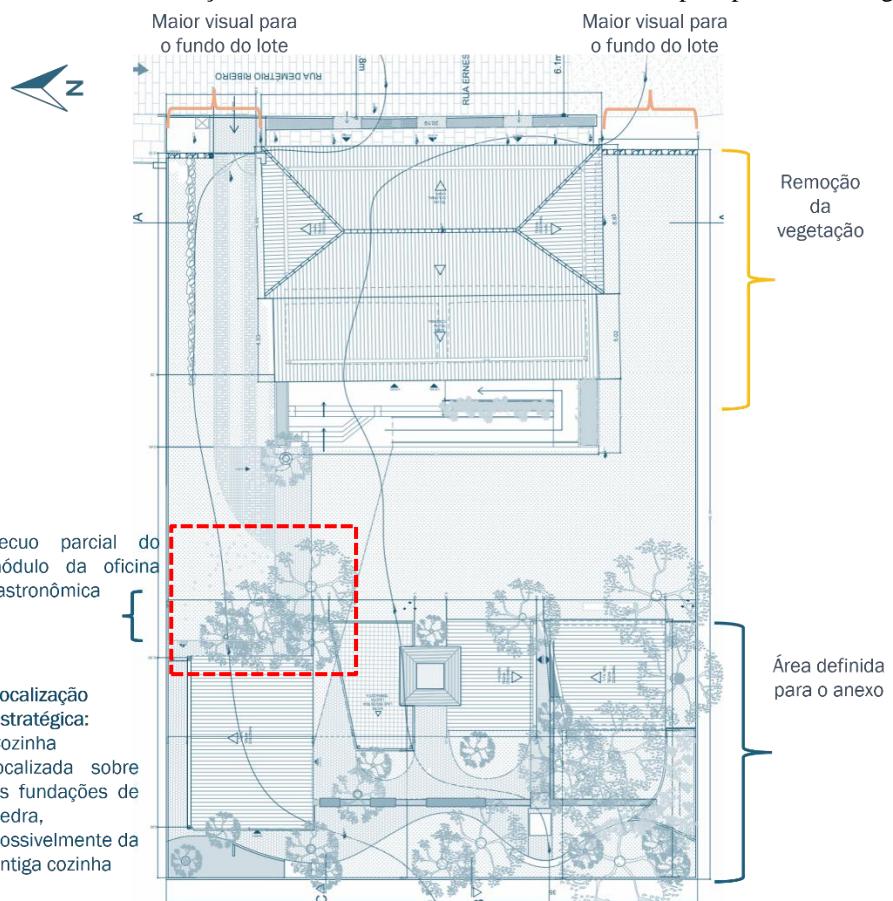
Fonte 222: Paola Maia Fagundes. 2023

Para atender ao novo programa de necessidades foi necessário propor o aumento de área construída. Considerando que a edificação existente se integra diretamente à praça Marechal Câmara e ao conjunto arquitetônico, e que sua volumetria e recuos refletem o modo de construção da época, definiu-se que a área de intervenção do anexo se localizará no fundo do lote. Dessa forma, respeita-se a ordenação descrita na Provisão Régia, que destinava a casa à moradia e o quintal, com acesso o independente, às atividades produtivas das famílias açorianas.

No local onde se propõe a implantação do novo volume, foi identificada uma clareira entre a vegetação, em uma área que concentra vestígios de fundações em pedra seca. Essas evidências indicam a presença de estruturas auxiliares originais, possivelmente vinculadas a atividades domésticas, como cozinhas externas ou abrigos para pequenos animais, o que reforça a adequação do local como área de expansão da edificação. Também se encontra um antigo poço artesiano desativado, em material cimentício.

A edificação anexa foi pensada de modo a preservar parte da vegetação existente e adaptar-se ao declive natural do terreno, o que permite reduzir seu impacto visual e evitar qualquer tipo de competição com a volumetria original da Casa das Pestanas. O volume que abrigará a oficina gastronômica, por exemplo, terá recuo parcial em relação ao alinhamento lateral e respeitará as cotas topográficas, assegurando uma implantação discreta e integrada ao sítio.

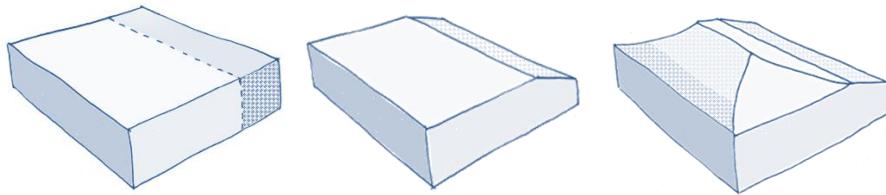
Figura 225 Planta de Locação. Marcado em vermelho setor com recuo para preservar a vegetação



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

A edificação principal, posicionada junto à testada do lote, revela características formais da arquitetura açoriana do século XVIII. Trata-se de um volume simples e retangular, com fachada principal simétrica, marcada por ritmo compositivo de quatro janelas e três portas com vergas abauladas. A cobertura em quatro águas é suavizada por galbos voltados às laterais, conferindo leveza ao volume. Já a fachada oeste sofreu alterações ao longo do tempo, incluindo um acréscimo volumétrico com telhado em uma água, além da inserção de vãos menores com esquadrias metálicas e verga reta, que destoam do conjunto original (figuras 226 e 227). A fachada oeste é a única com setor de pedra aparente, sem reboco de cal.

Figura 226 Volumetria primária Casa das Pestanas, com subtrações e adições.



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

Figura 227 Fachada oeste da casa das Pestanas, em pedra



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

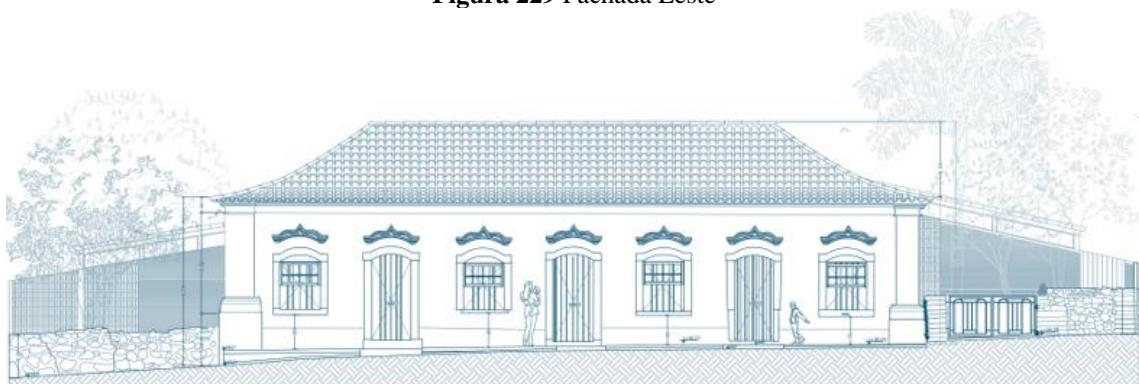
A intervenção proposta busca restaurar integralmente a Casa das Pestanas (figuras 228 e 229), eliminando elementos dissonantes — como a caixa d'água, o tanque, a churrasqueira e o poço (figura 230) — e reintegrando o imóvel à paisagem histórica. A acessibilidade universal, conforme a NBR 9050, será garantida por meio de escadaria e rampa junto à edificação na fachada oeste (figura 231), superando o desnível entre o interior e o quintal. O acesso principal, pela fachada leste, contará com uma rampa removível, no entanto, essa rampa não atende à inclinação máxima de 8,33%, sendo necessário auxílio para cadeirantes.

Figura 228 Fachada Leste da Casa das Pestanas



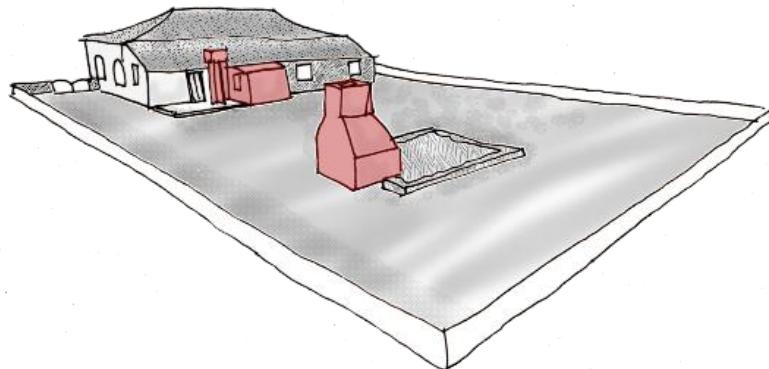
Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 229 Fachada Leste



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 230 Eliminação de elementos espúrios em vermelho



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

Figura 231 Proposta para fachada oeste com inserção de escadaria de acordo com a NBR9050



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

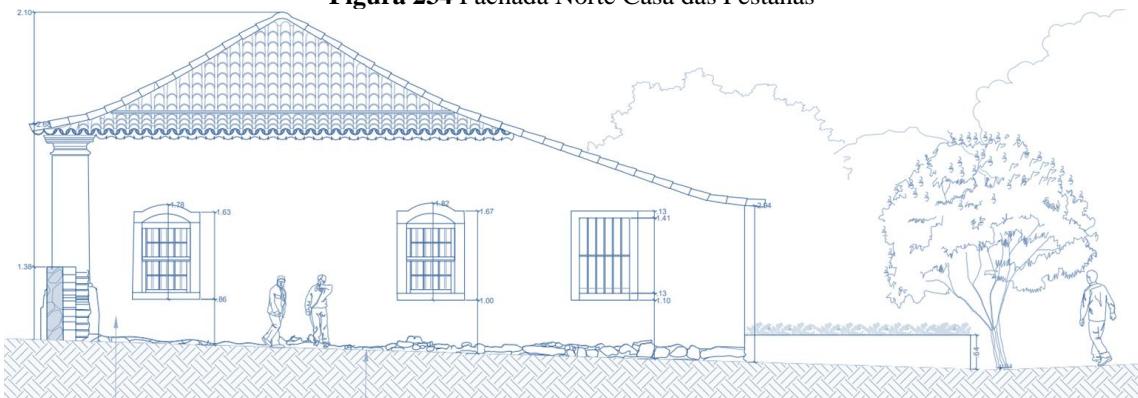
As intervenções nas fachadas visam recuperar a harmonia do conjunto. Os vãos da fachada norte e sul serão ajustados, e os da fachada oeste serão realinhados. As novas esquadrias terão desenho contemporâneo, mantendo a distinção entre o original e o novo, mas com acabamento em madeira na cor bordeaux, estabelecendo diálogo com os elementos pré-existentes.

Figura 232 Fachada Sul Casa das Pestanas

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 233 Fachada Sul da Casa das Pestanas

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 234 Fachada Norte Casa das Pestanas

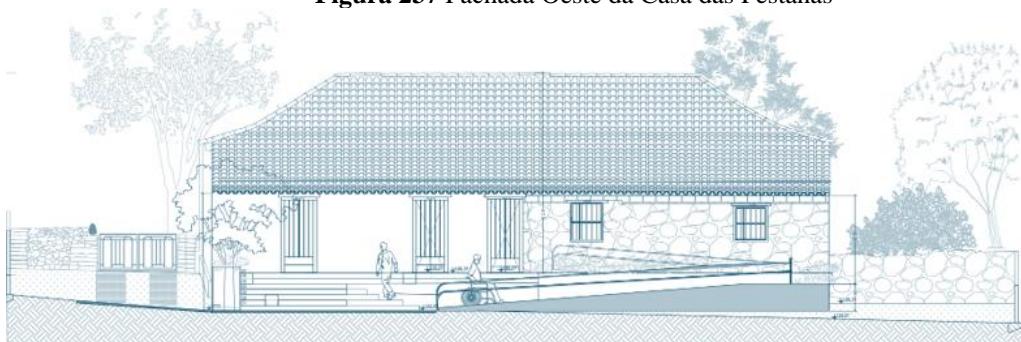
Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 235 Fachada Norte da Casa das Pestanas

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 236 Fachada Oeste, com alinhamento dos vãos

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

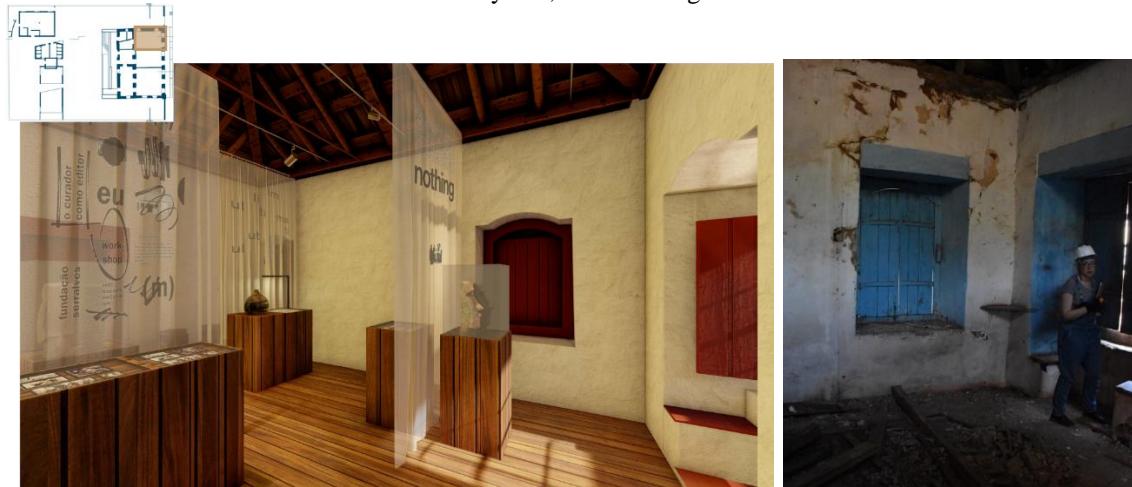
Figura 237 Fachada Oeste da Casa das Pestanas

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Internamente, parte significativa da edificação não possui assoalho e forro, e houve a perda das divisórias internas. Essas paredes, diferentes do sistema construtivo

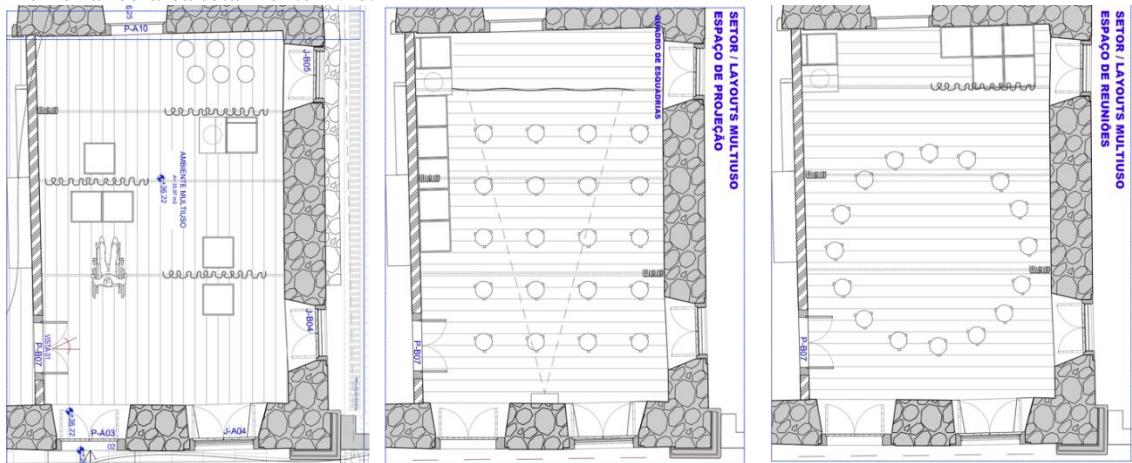
tradicional (caixa murada de pedra e paredes divisórias de tijolo maciço), eram de tijolo maciço, indicando uma intervenção posterior. Respeitando-se a disposição dos ambientes internos, serão necessárias obras de adaptação para incluir banheiros e uma copa.

Figura 238 Situação Atual e projeto_ Ambiente multiuso na Casa das Pestanas. Com possibilidade de alterar os layouts, conforme figura 239



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 239 Possibilidade de alterar os layouts para o ambiente multiuso. As cortinas facilitam que o ambiente seja alterado conforme a necessidade. Com área de projeção, divisórias para mostruários do memorial ou área totalmente livre.



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 240 Situação Atual e projeto_ Recepção na Casa das Pestanas. Reaproveitamento de madeiras da obra para mostruários. Redes de pesca penduradas no teto delimitam o setor onde localiza-se o balcão da recepção.



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 241 Situação Atual e projeto_ Recepção Casa das Pestanas



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 242 Situação Atual e projeto_ Restaurante/café



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 243 Situação Atual e projeto_ Copa de apoio

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Foi desenvolvido um novo volume setorizando a área dos banheiros (figuras 244 e 245), tendo como referência os “camarotes”, ou seja, estruturas de madeira que subdividiam a casa açoriana (ver figura 165, pág. 137). Respeitando o alinhamento entre as portas da edificação, foram projetados um banheiro PCD e um banheiro convencional. A angulação dessas novas paredes em planta baixa permitiu que os banheiros tivessem medidas confortáveis e dentro das normas de acessibilidade. O elemento divisório será uma “caixa dentro da edificação”, com materialidade em pranchas de madeira, aproveitando, se possível, os assoalhos de demolição, diminuindo o impacto da intervenção na leitura dos ambientes. Serão necessárias instalações hidráulicas e elétricas completas e externas às paredes em alvenaria de pedra e tabique, visto que atualmente não existem.

Figura 244 Volume interno para os sanitários referenciando ao camarote

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

Figura 245 Sanitários

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

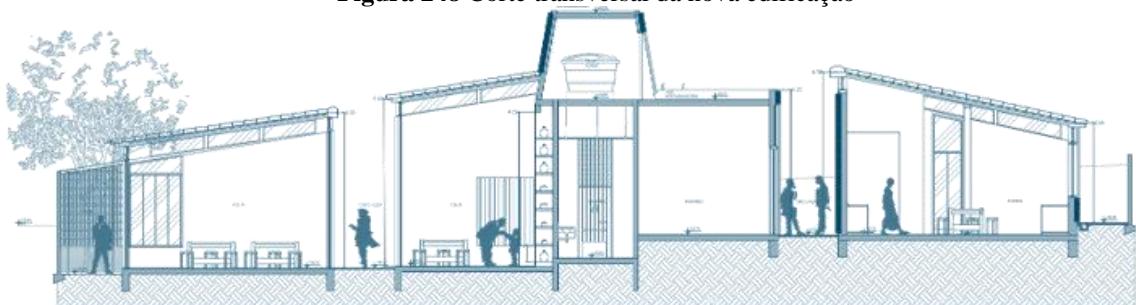
Respeitando e complementar à edificação histórica, a nova construção foi concebida como uma leitura contemporânea da linguagem açoriana, integrando-se à paisagem e ao conjunto edificado. Com volumetria rigorosa e formas geométricas puras, a nova edificação remete ao ritmo do telhado tradicional com inclinações nas extremidades.

Figura 246 Fachada Leste da nova edificação

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 247 Fachada oeste da nova edificação

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

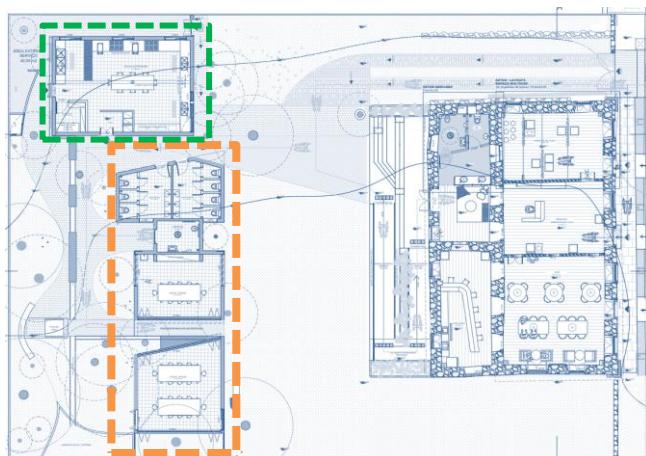
Figura 248 Corte transversal da nova edificação

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

O conjunto se organiza em dois blocos: o primeiro abriga sanitários e ateliês; o segundo, a cozinha para oficinas gastronômicas — implantada justamente no local onde hoje existem vestígios de fundações de pedra, provavelmente da antiga cozinha (figuras 249, 250 e 251).

No eixo da fachada leste, voltado ao quintal, destaca-se um volume vertical inspirado nas antigas chaminés açorianas, em forma de pirâmide truncada, que abriga a caixa d'água. Esta referência simbólica reforça a continuidade entre passado e presente, estabelecendo vínculo entre a arquitetura histórica e sua releitura contemporânea.

Figura 249 Bloco A em laranja e Bloco B em verde



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

Figura 250 Fachada leste da edificação anexa



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 251 Volumetria da caixa d'água remetendo a chaminé açoriana



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

A edificação preexistente continua como protagonista visual na paisagem, pois a nova edificação não a ultrapassa em altura, e, a partir da fachada principal (leste), a sua materialidade, vegetação e densidade se mimetizam com ela.

Figura 252 Fachada leste (principal) e ao fundo setor da intervenção voltado aos ateliês.

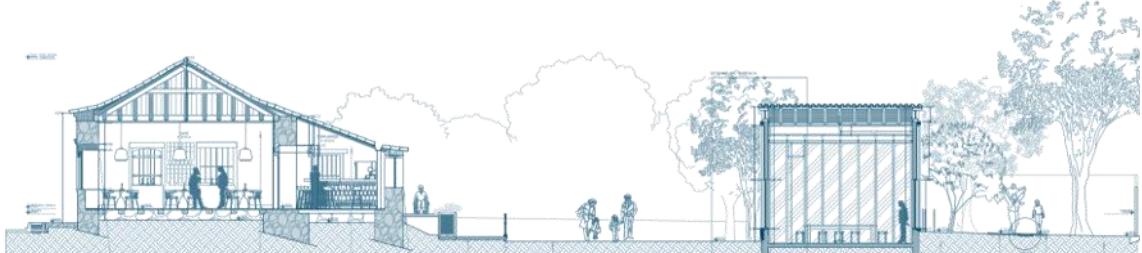


Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 253 Fachada Leste e ao fundo setor da intervenção voltado à cozinha industrial



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 254 Corte longitudinal

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Parte da fachada oeste da Casa das Pestanas, onde houve uma antiga ampliação, apresenta rocha aparente argamassada e pequenos vãos com esquadrias, recebendo o prolongamento do telhado. Com base nessa aparência, o anexo proposto utiliza materiais naturais em sua face exterior para conectar visualmente com a fachada preexistente com a nova edificação.

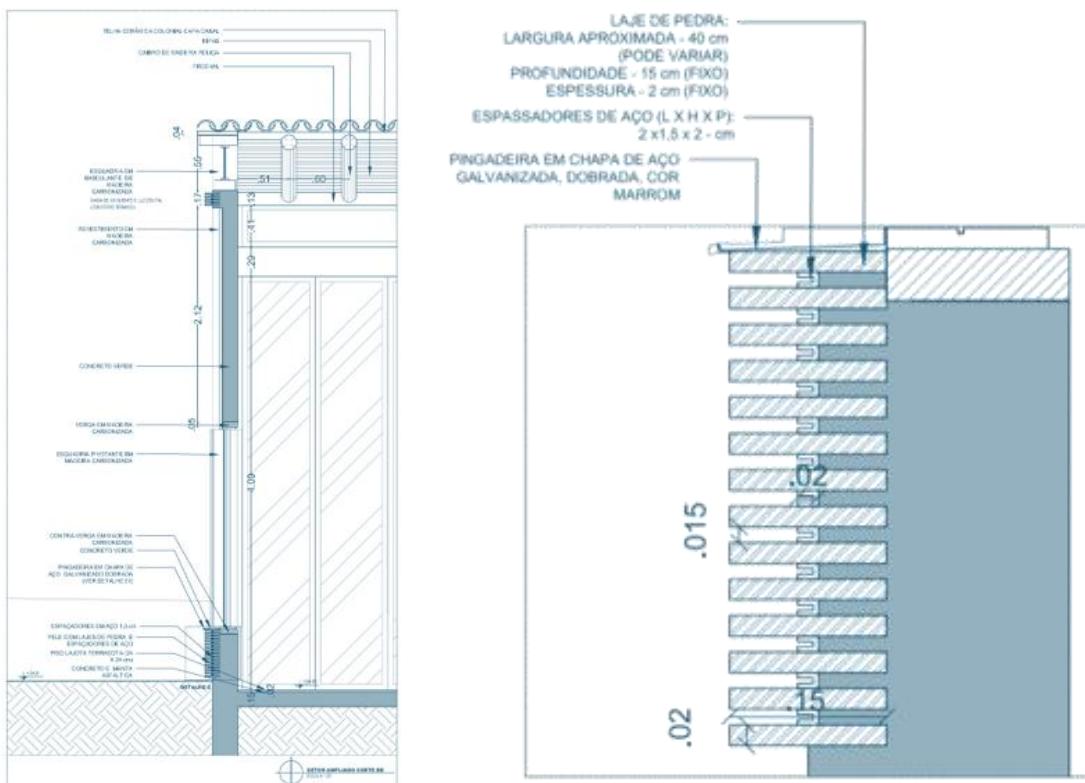
Figura 255 Casa das Pestanas e nova edificação

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Facilitando a busca por tonalidade similar às rochas da casa, foi proposto o uso de paredes de concreto sustentável armado, revestidos com uma “pele” composta por lajes de pedra. As lajes detalhadas no projeto, têm aproximadamente 2 cm de espessura, 40 cm

de comprimento e 15 cm de profundidade. Entre elas, espaçadores de aço com 1,5 cm são usados para criar o distanciamento desejado. Para que a tonalidade das lajes se assemelhe à das pedras da fachada oeste, podem ser utilizadas lajes de pedra castelo, basalto ou grés, que apresentam resistência e resultam em baixo custo energético.

Figura 256 Revestimento com “pele” de lajes de pedra

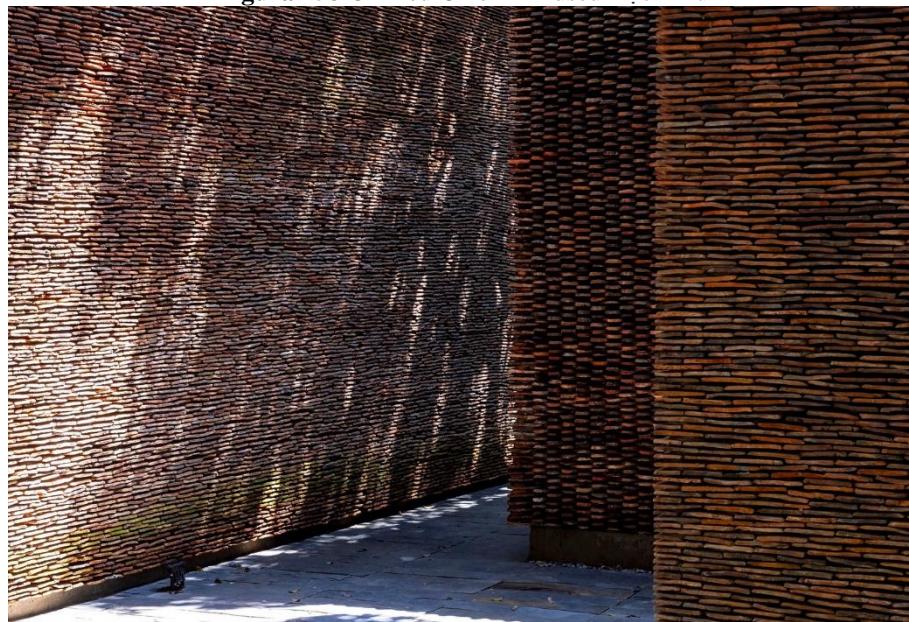


Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

O sistema construtivo possuindo a pele de lajes de pedra foi inspirado no Museu de Đạo Mẫu, projetado pelo escritório ARB Architects e localizado no Vietnã. Um projeto que utiliza como revestimento ladrilhos cerâmicos antigos.

Figura 257 © Trieu Chien – Museu Đạo Mẫu

Fonte: ArchDaily. 2023

Figura 258 © Trieu Chien – Museu Đạo Mẫu

Fonte: ArchDaily. 2023

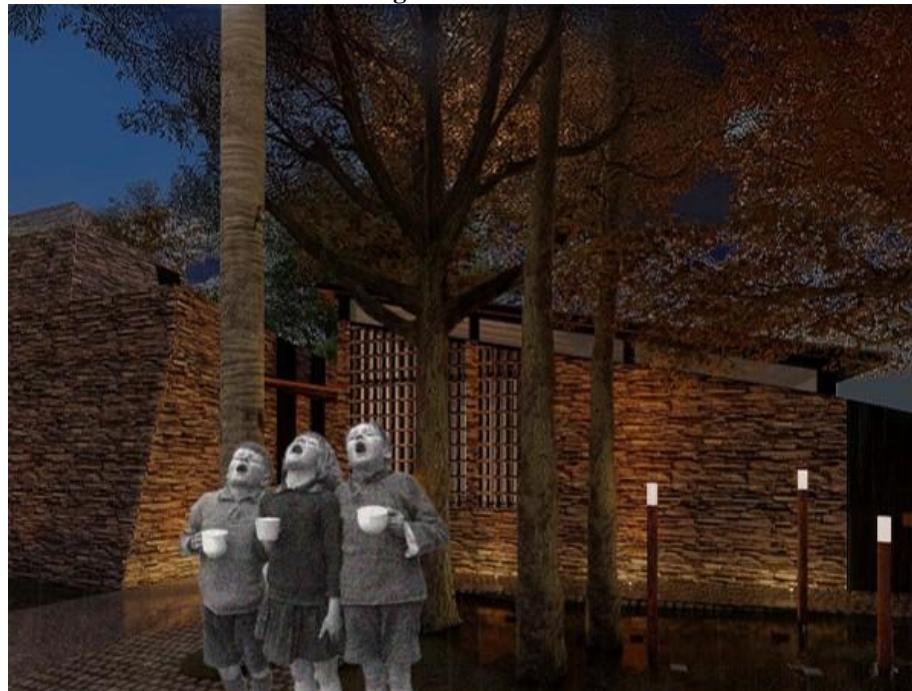
As aberturas na fachada leste favorecem o contato visual com a Casa das Pestanas, mas respeitam a densidade proposta. No ateliê 02 e na cozinha, há grandes vãos com esquadrias em madeira e lajes de pedra no sentido vertical, controlando a entrada de luz. O ateliê 01 possui fechamento em esquadria de madeira carbonizada escura, com painéis verticais pivotantes, mantendo a densidade volumétrica.

Figura 259 Vão da cozinha com lajes de pedra no sentido vertical



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 260 Vão do Ateliê



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 261 Vão do ateliê com lajes de pedra no sentido vertical



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 262 Fechamento do ateliê com esquadrias em madeira carbonizada



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

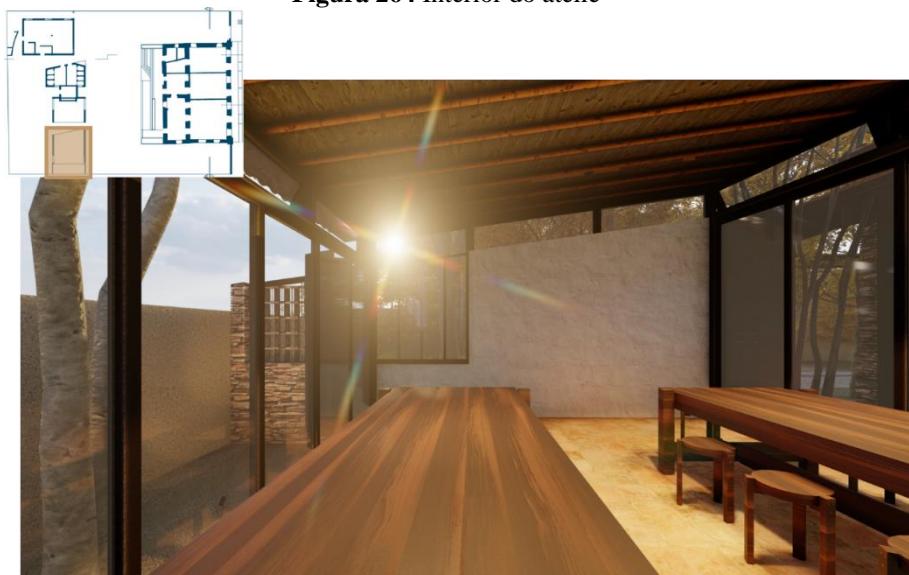
Os ambientes internos da nova edificação seguem a simplicidade dos elementos puros da Casa das Pestanas, sendo argamassados e pintados de branco para refletir a luz natural nas paredes. A cobertura do anexo é composta por uma estrutura simples de madeira formada por caibros de madeira roliças, ripas e frechal de sessão retangular, com telhas cerâmicas tipo capa-canal, e a fundação é em pedra grês.

Figura 263 Interior do ateliê

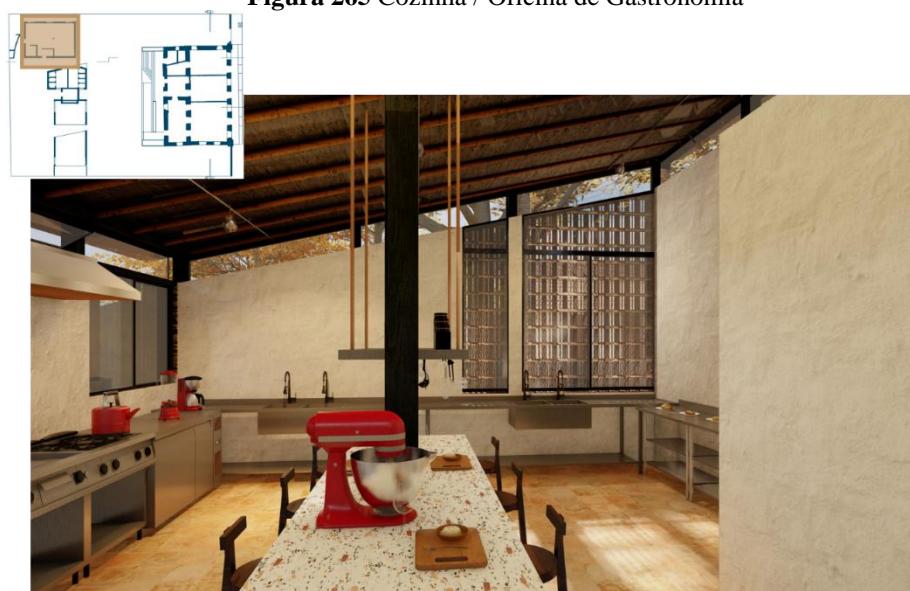


Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 264 Interior do ateliê



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 265 Cozinha / Oficina de Gastronomia

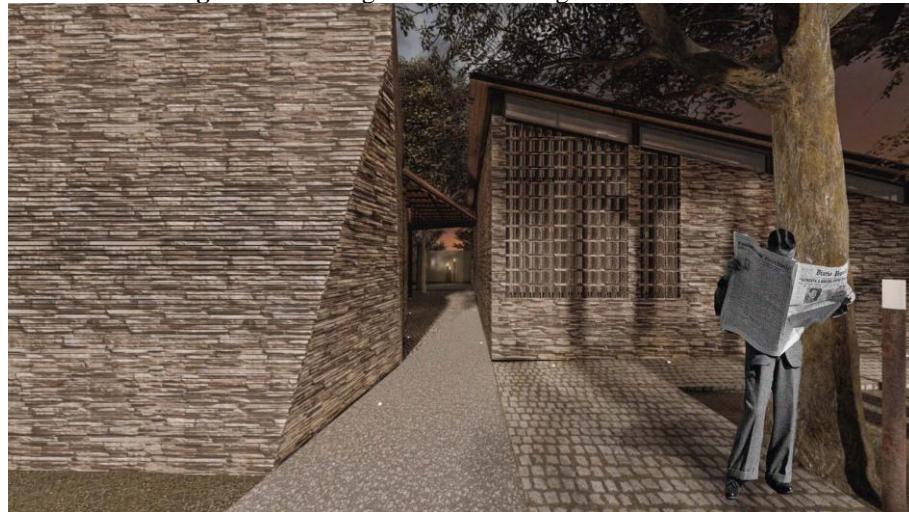
Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 266 Cozinha / Oficina de Gastronomia

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Passagens atravessam o denso bloco de pedra, revelando um jardim contemplativo que surge como contraponto à solidez da nova construção. No eixo leste-oeste, essa passagem convida à exploração dos espaços entre os ateliês e conduz ao fogo de chão, criando percursos que reforçam a convivência e a experiência sensorial do lugar. A transição principal, entre a oficina gastronômica e o bloco de sanitários, é marcada por um corte angular que evoca as formações rochosas do rio Jacuí e os relevos vulcânicos dos Açores, estabelecendo uma conexão simbólica entre território e arquitetura.

Figura 267 Passagem entre oficina gastronômica e sanitários



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 268 Geologia nas margens do rio Jacuí



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 269 Passagem entre ateliês



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 270 Passagem entre ateliês

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Esse gesto se prolonga no projeto de paisagismo, concebido para costurar a antiga edificação ao novo anexo, respeitando a morfologia original do lote e a presença marcante da vegetação. O quintal, elemento essencial da arquitetura luso-açoriana do século XVIII, é preservado em sua essência, mantendo áreas de vegetação rasteira e densos agrupamentos arbóreos, especialmente no trecho posterior do terreno.

Figura 271 Massa vegetada do quintal

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2022

Dois acessos principais articulam a entrada ao lote: o primeiro pela fachada oeste da Casa das Pestanas, por meio de uma rampa e escadaria justapostas; o segundo pelo portão lateral, que permite a entrada de veículos e visitantes. Para integrar os fluxos, foi

desenhada uma pavimentação drenante que conecta a entrada lateral ao fundo do terreno, promovendo acessibilidade universal e facilitando a logística de carga e descarga para eventos e atividades.

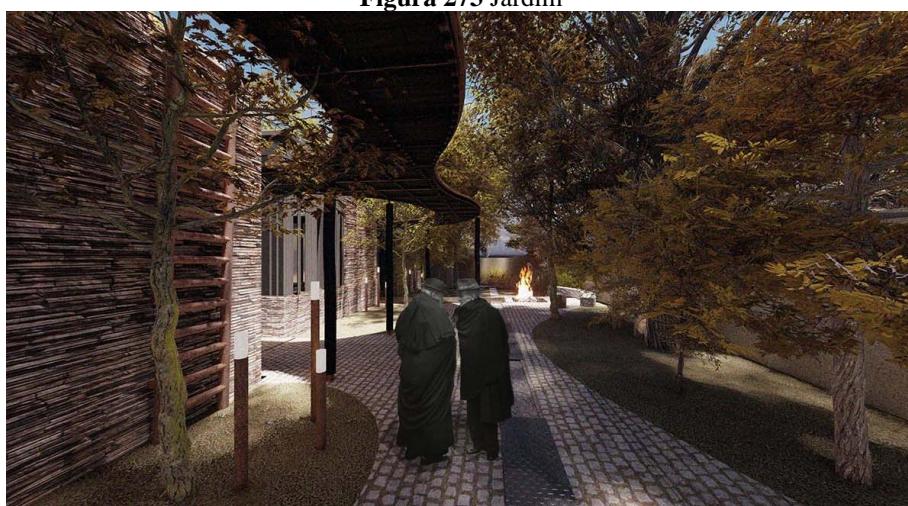
Figura 272 Acesso portão lateral



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

A transição do quintal para o jardim é destacada pelo encontro com a densa vegetação, que testemunhou o passar do tempo. A descoberta do espaço de contemplação, evoca a travessia pelas matas, promovendo uma harmonia entre a arquitetura e a natureza. Este jardim é caracterizado por cobertura e pavimentações sinuosas, traçando paralelo com as curvas do rio Jacuí, inspirando-se no ato de caminhar ao longo da margem do rio.

Figura 273 Jardim



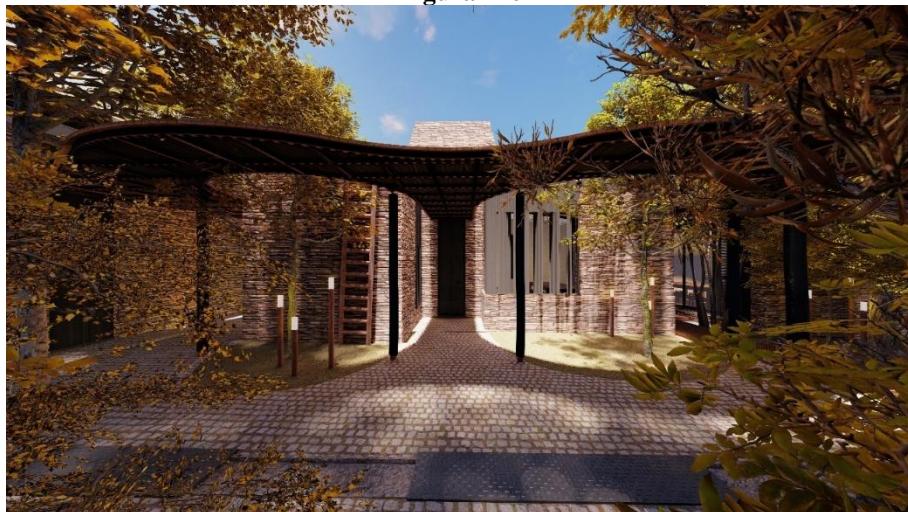
Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 274 Jardim

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 275 Jardim

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 276

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

A experiência sensorial é intensificada pelo cheiro da natureza, o som das folhagens, e a luz que atravessa a copa das árvores, mudando a percepção ao longo dos dias e estações do ano. A arquitetura dos sentidos também é marcada pelo calor do fogo de chão, elemento característico da cultura e rotina campeira onde o gaúcho aprecia o chimarrão. Como escreveu o músico Vitor Ramil: “Me acotovelo no joelho / me sento sobre o garrão/ ao pé do fogo de chão / vou repassando a memória / e não encontro na histórica / quem te inventou chimarrão” (RAMIL, 2013, p. 86)

Figura 276 Vista fogo de chão



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 277 Vista fogo de chão

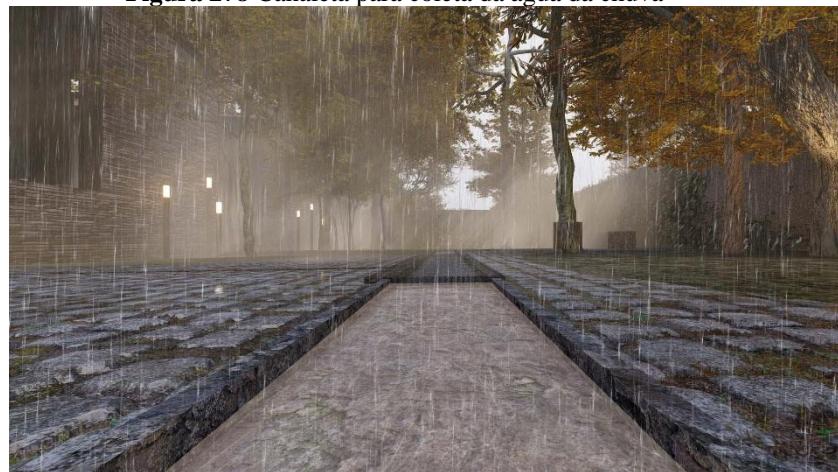


Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

No jardim, a drenagem da água pluvial enriquece a experiência sensorial. Aproveitando-se o desnível natural do terreno, água pluvial é direcionada para as canaletas, que deságuam na cisterna localizada na cota mais baixa do lote. Também foram

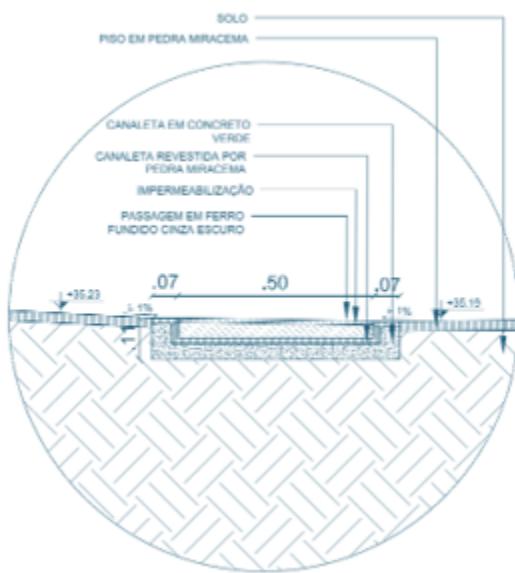
propostos jardins de chuva (ou canteiro fluvial), manejando as águas pluviais, elas são captadas, armazenadas e infiltradas no solo.

Figura 278 Canaleta para coleta da água da chuva



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 279 Detalhe canaleta



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Os muros que delimitam os limites do lote foram projetados considerando aspectos de vizinhança, paisagem e integração ambiental. No setor norte, a divisa com a edificação residencial vizinha receberá um muro de 2 metros de altura, assegurando a privacidade do morador. Na divisa oeste, foi proposta uma solução mais leve, com muro de 1,5 metros e cerca viva composta por vegetação trepadeira sem flores, suavizando a barreira física e promovendo continuidade visual com o entorno. Já no setor sul, o muro terá cerca de 1,3 metros de altura, alinhando-se ao muro de pedra da fachada leste, com a

possibilidade futura de receber vegetação, de modo a manter o contato visual com a mata existente em direção ao rio Jacuí.

Essa sensibilidade às transições e limites físicos do lote está diretamente relacionada à estratégia geral de sustentabilidade adotada no projeto. A arquitetura, compreendida como atividade que transforma o meio em que se insere, deve assumir o compromisso de mitigar seus impactos. Nesse sentido, a proposta busca integrar ações de sustentabilidade ambiental e financeira desde a concepção até a execução, priorizando soluções de baixo impacto e o uso responsável de recursos naturais.

A escolha por materiais e técnicas vernaculares reinterpretadas em linguagem contemporânea visa valorizar os saberes locais e reduzir o consumo de materiais industrializados. Na intervenção na Casa das Pestanas, foram previstas ações concretas de reutilização de elementos construtivos: os tijolos maciços removidos das paredes internas serão reaproveitados como agregado para os pisos dos sanitários e como acabamento no balcão da copa; telhas quebradas da cobertura original serão incorporadas ao espaço gastronômico; e os antigos assoalhos em madeira serão transformados em divisórias internas, expositores e balcão da recepção.

Essas estratégias demonstram um compromisso com a responsabilidade ambiental, a valorização do patrimônio construído e o uso racional dos recursos disponíveis. Ao considerar a pré-existência como elemento gerador de material e significado, o projeto estabelece vínculos com a história do lugar, propondo uma intervenção sensível, que concilia permanência e renovação.

Figura 280 Mostruários reaproveitando antigos assoalhos

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 281 Mostruários reaproveitando antigos assoalhos

Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

As novas esquadrias da Casa das Pestanas serão confeccionadas em madeira certificada e de reflorestamento, com resistência e textura similares às existentes. Para as esquadrias da edificação anexa, propõe-se o uso da madeira carbonizada e certificada, como o ipê ou cumaru. Esta técnica milenar japonesa, conhecida como Shou sugi ban, consiste em preservar a madeira por meio da queima, submetendo a sua superfície à carbonização com chamas controladas por meio de maçarico e impermeabilização com óleo de cedro, aumentando sua durabilidade e resistência às intempéries, ao

desbotamento, à ação da água, aos insetos e fungos e ao fogo. É uma técnica com baixo custo e ecologicamente correta, pois não utiliza materiais poluentes. A tonalidade buscada será próxima do preto, com texturas e imperfeições do craquelê aparentes.

Figura 282 Esquadrias em Madeira carbonizada



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 283 Exemplo Shou sugi ban - Madeira Carbonizada

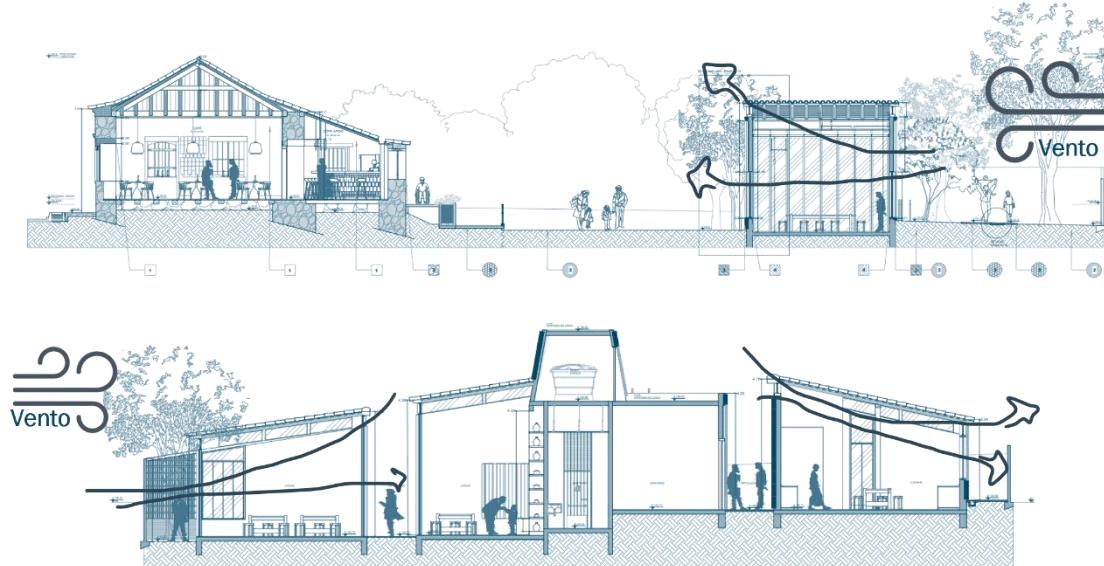


Fonte: Contribuidores do Wikimedia Commons. 2020

Quando necessário o uso de cimento e concreto, sugere-se o material com baixa emissão de carbono, produzido a partir de adições minerais geradas pelo tratamento de resíduos, e concreto verde, resultante do uso de cimento de baixa emissão de carbono combinado com agregados provenientes de resíduos da indústria e da construção civil (como restos de tijolos) e água pluvial tratada.

O projeto contempla estratégias do uso de recursos renováveis como a captação da água pluvial por meio de canaletas e cisterna, para usos não potáveis em sanitários e torneiras de jardim. E estratégias de eficiência energética como ventilação natural cruzada e uso de proteção solar em aberturas das fachadas (fechamentos em madeira ou lajes de pedra).

Figura 284 Ventilação cruzada



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

8.3 AMBIÊNCIA DA PRAÇA MARECHAL CÂMARA

Este trecho apresenta as diretrizes projetuais propostas para a ambientes da Praça Marechal Câmara, com base nas análises realizadas ao longo do trabalho, que permitiram uma leitura aprofundada do sítio e de seu entorno imediato. A área em estudo corresponde ao núcleo mais antigo da Vila de Santo Amaro do Sul, implantado sobre um platô e organizado em torno da praça, elemento estruturador do tecido urbano local.

No centro do conjunto, destaca-se a igreja, ladeada por um conjunto de casas térreas que conformam os limites da praça como se fossem suas paredes, definindo espacialmente o vazio central. Nove dessas edificações, remanescentes do século XVIII, são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e testemunham a permanência da malha urbana original. O traçado ortogonal e retilíneo do núcleo, estabelecido conforme a Provisão Régia de 1747, ainda é legível na organização das ruas, lotes e recuos, reforçando a coerência formal e histórica do conjunto.

Figura 285 - Área de ambiência do projeto. Marcado com um círculo, a Casa das Pestanas



Fonte: Google Earth, captura feita por Paola Maia Fagundes, 2024.

Mais do que espaço de passagem, a praça desempenha um papel simbólico e afetivo fundamental para a comunidade local, abrigando festividades, rituais religiosos e manifestações culturais. Sua preservação e qualificação, portanto, não se restringem à dimensão física, mas envolvem o fortalecimento dos vínculos sociais, da identidade coletiva e da relação entre patrimônio e vida cotidiana.

Foram desenvolvidos dois quadros, o primeiro sintetiza a análise desenvolvida com foco nos elementos da configuração espacial, contemplando massa vegetada, visuais do rio, lacunas, vestígios arqueológicos entre outros. O segundo quadro sintetiza as ações ou intervenções sobre a configuração espacial, compreendendo a abertura de rua, inadequação dos passeios e ocupações dos lotes, descaracterização de edificações.

Os quadros sintetizam as análises desenvolvidas e apresentadas no volume III, Síntese do Levantamento Físico Praça Marechal Câmara, incluindo algumas ações necessárias para a solução dos problemas descritos.

Tabela 27 Síntese da Análise da Praça Marechal Câmara: Elementos da Configuração Espacial

Descrição	Análise da importância do elemento	Ações necessárias
Massa vegetada	A massa vegetada densa caracteriza o conjunto, criando um coroamento (silhueta) importante para a percepção da praça. Esta vegetação	(1) Qualificar os valores paisagísticos, preservando a massa vegetada para conservar a silhueta da

	<p>embeleza e define o espaço. Desempenha um importante papel na melhoria da qualidade ambiental. Proporciona uma sensação de continuidade entre o meio urbano e o natural, sendo este elemento fundamental na compreensão do espaço.</p>	<p>praça. (2) Planejar intervenções paisagísticas que respeitem e valorizem a vegetação existente, favorecendo a biodiversidade, fauna e flora (3) Evitar construções que comprometam a integridade da massa vegetada</p>
Visuais para o Rio	<p>A alta cota de localização da praça, as casas de um pavimento, garantem vistas desobstruídas para o rio Jacuí. Estes visuais melhoraram a experiência dos moradores e contribuem para a identidade e caráter do espaço urbano.</p>	<p>(1) Manter e proteger os visuais para o rio Jacuí, evitando construções ou intervenções que possam obstruí-las. (2) Planejar o desenvolvimento urbano de maneira a preservar e destacar as vistas para o rio. (3) Reforçar as regulamentações que limitem a altura das edificações nas proximidades para garantir que as vistas sejam mantidas. (4) Incorporar elementos de paisagismo que complementem e valorizem a vista para o rio.</p>
Lacunas	<p>Presença de lotes vazios ou edificações que destoam prejudicando a leitura do conjunto, criando descontinuidade, comprometendo percepção do espaço urbano. Tornam o ambiente menos atraente e funcional.</p>	<p>(1) Desenvolver diretrizes projetuais que integrem os lotes vazios ao tecido urbano, qualificando a ambência (2) Propor intervenções que melhorem a qualidade dos lotes vazio (3) incentivar projetos arquitetônicos com qualidade complementando a identidade estética e</p>

		funcional do espaço (4) reforçar as regulamentações para as novas construções, propiciando a coesão no conjunto (5) Projetar elementos paisagísticos que auxiliem nas transições e integrem esses vazios ao espaço urbano
Vestígios Arqueológicos	Os vestígios arqueológicos de grande valor cultural, do Antigo Império e do Fortim de Santo Amaro não possuem acesso adequado para o visitante, carecem de sinalização apropriada e estão em processo de degradação.	(1) Desenvolver proposta de intervenção que destaque e identifique os vestígios arqueológicos. (2) Desenvolver sinalização informativa adequada (3) Realizar ações de conservação para proteger e preservar os vestígios (4) Criar rotas turísticas e abrir para visitação

Fonte: Tabela desenvolvida por Paola Maia Fagundes, 2024.

Tabela 28 Síntese da Análise da Praça Marechal Câmara: Ações/ Intervenções sobre a configuração espacial

Descrição	Impacto dessas ações na configuração espacial	Ações necessárias
Abertura da rua Marechal Câmara em frente à igreja	Resultando na descaracterização do traçado original, alterando a percepção da praça. Comprometendo a integridade histórica e visual do espaço	(1) Desenvolver proposta de intervenção que preserve a percepção da configuração urbana original, elevando e alinhando a via com o meio fio. (2) Destinar a rua para um trânsito secundário, minimizando o impacto no traçado original da praça (3) Projetos para desenho urbano que proporcionem a

		continuidade visual entre a igreja, rua e praça.
Inadequação na ocupação dos lotes	Construções com recuos e alturas destoantes do conjunto comprometendo a leitura do espaço urbano. Afetando a leitura da configuração original, gerando descontinuidades e prejudicando a integridade do conjunto	(1) Desenvolver proposta de diretrizes projetuais que adequem esses lotes às características do conjunto, qualificando a percepção da configuração urbana (2) Reforçar as regras para recuo e alturas das edificações (3) Implementar regulamentações que promovam a qualidade estética e funcional das construções (4) requalificar os lotes que possuem edificações destoantes e ocupações inadequadas com projetos desenvolvidos para gerar a continuidade dos lotes e a integridade do conjunto urbano
Descaracterização das edificações tombadas	Operações formais e estéticas discordantes com as edificações tombadas. Prejudicando a legibilidade e autenticidade do conjunto histórico. As alterações nos telhados, na inclinação da cobertura, nas esquadrias e as construção de anexos comprometem a integridade	(1) Reforçar as diretrizes propostas pelo IPHAN para intervenções em edificações tombadas, assegurando que sejam compatíveis com o bem. (2) Intensificar as fiscalizações garantindo o cumprimento das diretrizes (3) Promover ações de restauração e conservação preventiva nas edificações
Falsos Históricos	Construção de edificações que recriam a arquitetura “estilo açoriano”, resultando em imagens historicizadas que descaracterizam	(1) Promover a valorização da arquitetura original (2) Regulamentar que as novas arquiteturas sejam

	o conjunto e confundem na percepção da autenticidade	compatíveis com o contexto arquitetônico e histórico atual.
Elemento vertical conflitante	A presença de caixa d'água com altura de destaque gerando conflito com a igreja. Interferindo na percepção do conjunto	(1) Realocar para um local que não impacte visualmente
Inadequação dos passeios	Passeios com calçamentos diversos, comprometendo a uniformidade, gerando descontinuidade visual, prejudicando a estética e acessibilidade do espaço urbano.	(1) Desenvolver um projeto que adeque os revestimentos dos calçamentos (2) Utilizar materiais compatíveis com a identidade do espaço (3) Padronizar os calçamentos
Falta de Acessibilidade Universal	Materialidade inadequada e presença de desniveis nas calçadas prejudicam o acesso universal e limitam a mobilidade.	(1)Desenvolver projeto que adeque os passeios para a promoção da acessibilidade (2) implementar soluções que gerem continuidade dos calçamentos, como as rampas e os nivelamentos.
Monumentos e elementos edificados na praça	A presença de monumentos que descaracterizam e competem visualmente interferem na percepção do espaço e gerando conflitos visuais entre os diversos elementos, comprometendo a integridade da Vila de Santo Amaro	(1) Analisar individualmente os monumentos e realocar aqueles que interferem na percepção visual do conjunto
Monumento ao Fortim de Santo Amaro, Casais de açorianos e barco	Monumentos que descaracterizam o conjunto e competem visualmente com o ambiente histórico	(1) Realocar os monumentos definindo nova localização que respeite a integridade do contexto histórico
Equipamento de esportes na praça	Quadra de esportes localizada na praça descaracteriza o conjunto, afetando a integridade histórica do espaço. Embora apresente importância social para a	(1)desenvolver um projeto que repense o desenho da quadra harmonizando com a praça

	comunidade, sua presença compromete a leitura da praça	
Equipamentos infantis na praça	Os brinquedos coloridos localizados na praça descaracterizam o conjunto. Embora apresente importância social para a comunidade, sua presença compromete a leitura da praça	(1) desenvolver um projeto que repense o desenho dos brinquedos integrando-os na praça (2) selecionar cores que respeitem as características estéticas e históricas da praça
Mobiliário urbano inadequado	Os mobiliários urbanos não apresentam unidade na linguagem prejudicando a percepção do conjunto, gerando descontinuidade estética	(1) desenvolver um projeto que repense o desenho dos mobiliários urbanos integrando-os na praça (2) selecionar materiais que respeitem as características estéticas e históricas da praça
Barracas para festas populares	As barracas não apresentam unidade na linguagem estética, fixadas em locais inadequados e prejudicam a leitura e percepção do espaço	(1) Propor uma linguagem coerente e unidade nas barracas (2) estabelecer diretrizes para a disposição das barracas respeitando o espaço urbano (3) As barracas dever ser de fácil instalação e manutenção além de baixo custo
Fios de Alta tensão e Postes	Os fios de alta tensão prejudicam a leitura e percepção do conjunto	(1)Propor a instalação de fiação subterrânea
Publicidades e placas informativas conflitante	As publicidades e placas informativas prejudicam a visibilidade do patrimônio	(1) Desenvolver diretrizes que gerem unidade de linguagem. Com medidas, linguagem e posicionamento para as publicidades

Fonte: Tabela desenvolvida por Paola Maia Fagundes, 2024.

A partir do quadro e das ações descritas, foi desenvolvida uma proposta preliminar para a ambiência da praça histórica, auxiliando na qualificação e recuperação urbana e atentando para os seus valores paisagísticos.

Figura 286 Praça e elementos destoantes



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 287 Ambiência da praça



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

A proposta de tratamento da ambiência qualifica o projeto para a Casa das Pestanas, melhorando sua percepção no conjunto urbanístico. A edificação, integrada a este contexto, contribui para a preservação e valorização da identidade histórica e cultural do local. Esta proposta está detalhada no Volume III - Proposta de Ambiência para a Praça Marechal Câmara.

9 MEMORIAL DESCritivo das soluções tÉCNICAS

O presente capítulo tem como objetivo complementar as informações sobre o Projeto de Restauração e Intervenção para o Centro de Formação e Referências Culturais de Santo Amaro, com área edificada de 437,15 m².

Com base na proposta apresentada no Volume III, no conjunto de pranchas intitulado Proposta de Intervenção, serão detalhadas as especificações técnicas necessárias para a implementação do projeto.

9.1 TOPOGRAFIA, VEGETAÇÕES EXTERNAS E DRENAGEM

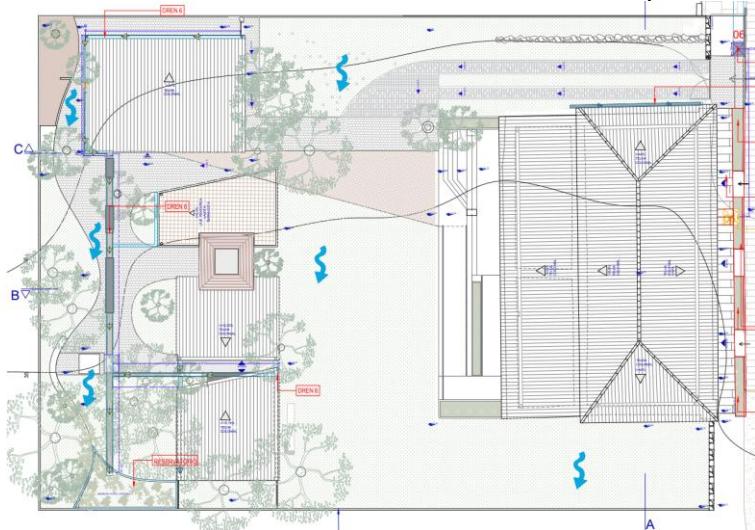
Para o projeto de intervenção do anexo e drenagem, foi realizado um estudo detalhado da topografia, abrangendo o solo, os caminhos da água e a vegetação. O projeto para o anexo e de paisagismo tira partido dos condicionantes naturais, embora algumas cotas de declividade e irregularidades na topografia precisem ser ajustadas para garantir a acessibilidade universal e melhorar o escoamento da água pluvial, evitando que se aproxime das edificações.

9.1.1 Topografia

Para a implantação da nova edificação, será essencial realizar movimentação de terras, corrigindo os níveis de declividade. O levantamento topográfico fornecido pelo IPHAN RS, realizado em julho de 2008 pela Terrasys Engenharia e Sistemas LTDA, abrangeu a área da praça Marechal Câmara. Os dados, como alturas dos níveis e localização das vegetações, foram atualizados por medição direta com diagonais, nível de mangueira e régua de madeira para marcar as diferenças de nível no lote. É necessário desenvolver um levantamento topográfico atualizado e preciso do lote da Casa das Pestanas, com empresa especializada, para uma correta localização das vegetações.

O lote apresenta um desnível de 2,6 metros no sentido norte/sul, com cota de 36,10 m na parte alta e 34,50 m na parte baixa, além de irregularidades na topografia. Para a construção da nova edificação, será necessário ajustar as cotas de declividade do terreno, melhorando a acessibilidade universal e o escoamento da água pluvial, evitando a proximidade das edificações, conforme figura 288.

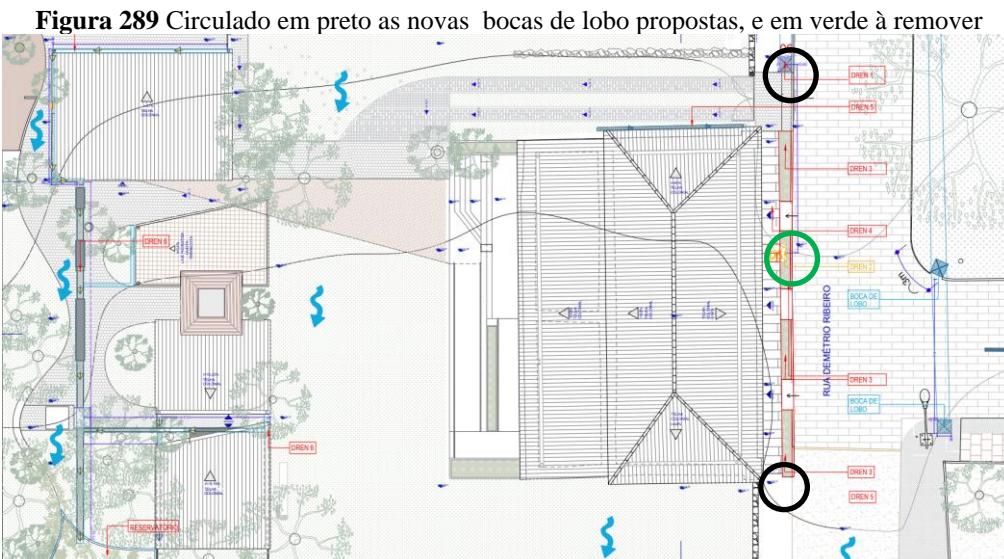
Figura 288 Condicionantes naturais. Setas em azul” demonstram o fluxo preferencial das águas



Fonte: Elaborado por Paola Maia Fagundes. 2024

9.1.2 Drenagem das águas pluviais

Após a correção da declividade, serão implementados sistemas de drenagem para controlar e gerenciar as águas pluviais. O entorno da praça Marechal Câmara conta com sistema de drenagem urbana, em frente à Casa das Pestanas, localizado no passeio e gerando uma fratura no arenito, há uma boca de lobo para coleta das águas pluviais. O projeto prevê a alteração da localização deste dispositivo de drenagem urbana, situando-o na parte mais alta do lote, próximo à extremidade norte, para captar a água da chuva que desce no sentido norte/sul e reduzir o impacto da água no passeio da Casa das Pestanas. Na parte mais baixa do lote, na extremidade sul, será instalada outra boca de lobo para captar o excedente.



Fonte: Elaborado por Paola Maia Fagundes. 2024

Conforme apresentado no conjunto mapa de danos (volume III), todas as fachadas possuem danos ocasionados pela ação da água pluvial na base da edificação. As águas do telhado com cimento voltado para leste, norte e sul não possuirão calhas instaladas, para evitar o acúmulo de água próximo às fundações e bases das paredes externas da Casa das Pestanas, serão instalados sistemas de drenagem superficial.

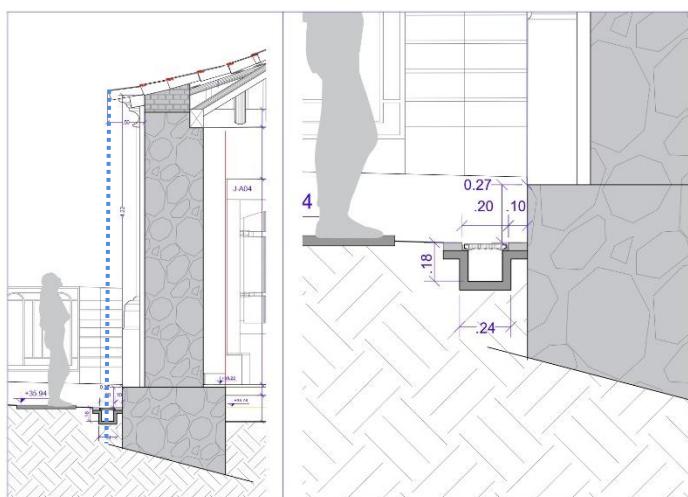
No passeio da fachada leste e próximo às fachadas norte e sul, alinhadas com o beiral, serão implementadas grelhas superficiais para coleta da água pluvial, evitando o acúmulo na base da edificação ou a infiltração nas fundações. Devem ser instaladas afastadas 10 cm das fachadas para evitar contato com suas superfícies. A fachada oeste possui sistema de calha intermediária embutida na cobertura, portanto, não será necessária a instalação deste dispositivo.

Sugere-se o uso de grelha de piso com superfície antiderrapante da marca Calha Forte²⁸ (aço inoxidável), com 20 cm de largura, e tela anti-inseto em malha de alumínio. Na fachada oeste, a grelha deve receber pintura eletrostática em cor próxima a pedra de arenito, enquanto nas fachadas leste e sul devem ser pintadas na cor cinza escuro. A calha será instalada com uma declividade mínima de 2%, direcionando a água para armazenamento na cisterna. Conforme as normas de instalação do fabricante, deve-se construir uma caixa de alvenaria nas medidas especificadas no projeto, assegurando o correto encaixe da grelha, nivelada com o piso (Volume III, Proposta de Intervenção,

²⁸ <https://calhaforte.com.br/grelhaforte/> Acesso em: 3 de julho 2024

pranchas 2 e 15). Aplicar impermeabilizante e massa cimentícia nas laterais para fixar o porta-grelha. Após, realizar o acabamento do piso conforme especificado no projeto.

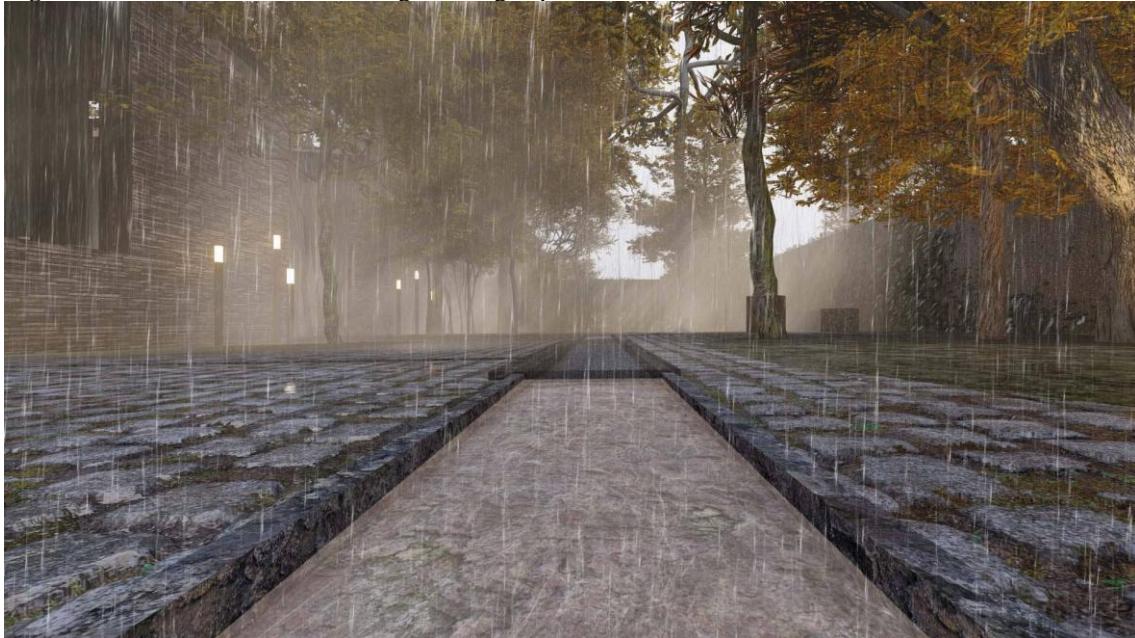
Figura 290 Detalhamento da grelha de piso. No primeiro desenho tracejado azul claro demonstrando o caminho das águas da cobertura



Fonte: Elaborado por Paola Maia Fagundes. 2024

Para proteger a nova edificação e desviar as águas pluviais que naturalmente seguiriam para o nível mais baixo do lote, onde está localizado o projeto do anexo, foi desenvolvido um projeto de manejo de águas. Este projeto inclui uma canaleta aberta de drenagem em concreto verde, revestida com pedra Miracema em tons de cinza claro e cinza médio, e com uma passagem acessível em ferro fundido cinza escuro. A canaleta possui uma profundidade de 3 cm, com inclinação variável, conforme descrito no Volume III, Proposta de Intervenção, Prancha 02: Projeto de Drenagem. A água da canela é encaminhada para a cisterna, conforme mencionado no subcapítulo 8.2.2.5 Sustentabilidade Ambiental.

Figura 291 Canaleta aberta de drenagem da água pluvial



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

9.1.3 Vegetação

A vegetação, embora fundamental para a percepção visual do conjunto, forma uma barreira que impede a insolação e cria um microclima desfavorável. Este ambiente úmido, especialmente na fachada sul, cercada por vegetação densa e afetada pelo vento sudeste, favorece a proliferação de microfloras e microrganismos, prejudicando a alvenaria de pedra. Portanto, serão removidas 8 árvores próximas à fachada sul e 3 árvores próximas à fachada oeste. Todas as espécies removidas não são protegidas e possuem pequeno ou médio porte.

O projeto de intervenção do anexo adapta-se à natureza existente, criando espaços e vazios para preservar a vegetação. Serão removidas 3 árvores de médio porte para a construção do anexo, 17 árvores serão mantidas e 12 serão plantadas.

Embora a vegetação densa seja essencial para a compreensão da arquitetura luso-açoriana do século XVIII e defina a percepção visual da Casa das Pestanas, é necessário manejá-la adequadamente para evitar os problemas identificados, preservando as características morfológicas do quintal. Portanto, é necessário um laudo técnico de cobertura vegetal, desenvolvido por um profissional habilitado (engenheiro agrônomo, biólogo ou engenheiro florestal), avaliando individualmente as árvores existentes e indicando a necessidade de poda ou supressão.

9.2 AÇÕES DE CARÁTER EMERGENCIAL

Serão descritas as intervenções necessárias para garantir a estabilidade da estrutura da Casa das Pestanas, com a implementação de medidas temporárias destinadas a assegurar a integridade da construção, atentando para as áreas que apresentam risco de colapso.

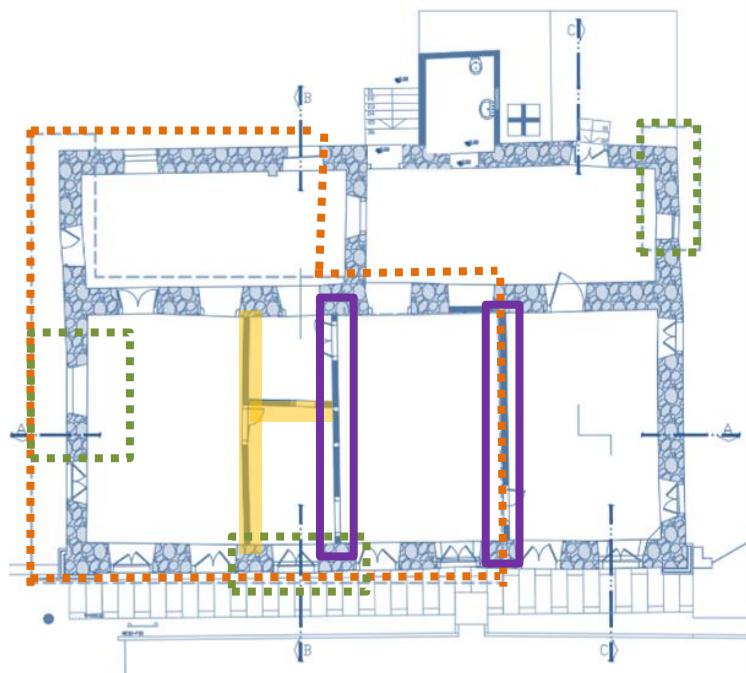
9.2.1 Escoramento

A fim de evitar a movimentação e colapso das estruturas identificadas no volume III deste trabalho, é essencial executar escoramento de toda a edificação, de acordo com normas estabelecidas pela ABNT 15696 2009. Esse serviço deve garantir a proteção tanto da estrutura quanto dos trabalhadores que atuarão no canteiro de obras. É fundamental contratar projetista estrutural qualificado para desenvolver um projeto detalhado de escoras, seguindo as diretrizes propostas neste memorial descritivo.

Devem ser consideradas os aspectos apresentados nesse projeto, como os apontamentos do levantamento gráfico da edificação, a apresentação dos métodos construtivos empregados e as condições da estrutura conforme analisado nos mapas de danos e na etapa do diagnóstico.

A figura abaixo destaca as áreas que apresentam instabilidade estrutural das paredes ou perda da cobertura:

Figura 292 Levantamento cadastral realizado em 2021. Tracejado em laranja áreas com perda da estrutura da cobertura. Em verde paredes que apresentam instabilidade estrutural. Em roxo, paredes de tabique. Em amarelo, perda do setor no ano de 2023.



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2023

De acordo com a NBR 15696²⁹ (2009) , item 4.1.2.1 o projeto de escoramento deve:

- a- Especificar as cargas admissíveis dos equipamentos utilizados;
- b- definir clara e exatamente o posicionamento de todos os elementos;
- c- definir as cargas nas bases de apoio;
- d- Ser detalhado com plantas, cortes, vistas e demais detalhes, de tal forma que não fiquem dúvidas para a correta execução da montagem.

Os modelos de escoramento variam conforme o caso, atendendo aos esforços horizontais e verticais e permitindo as ações de intervenção como remoção da vegetação no topo das paredes e cobertura, consolidação das alvenarias, substituição de peças de madeira da cobertura, entre outros.

Os elementos verticais, como as paredes de alvenaria de pedra e divisórias em tabique, apresentam sinais de instabilidade, deslocamentos de pedras, fissuras e

²⁹ NBR 15696, item 4.1.2.1, trata sobre os requisitos mínimos para a elaboração de projetos de escoramento.

abaixamentos. Para impedir a movimentação da estrutura das paredes a solução proposta é utilizar um sistema de escoramento metálico tipo gaiola com proteção do tabique.

Para preservar a edificação, as áreas de contato das escoras com a estrutura existente devem ser protegidas com uma placa de compensado plana, distribuindo os esforços na alvearia. As extremidades das escoras (cabeça de apoio e pé de apoio) devem ser apoiadas em zonas sólidas, e o contato entre o sistema construtivo e o escoramento deve ser protegido com espuma de nylon e placa de madeira laminada.

Dadas as condições dos vãos, recomenda-se vedar com alvenaria de tijolos onde a passagem não for necessária. Nos pontos de trânsito, deve-se utilizar um sistema de escora com passagem aberta, atentando para a proteção da área de contato das vergas com as escoras apoiadas nos vãos. Para evitar danos à estrutura é recomendada a proteção do vão com espuma de nylon.

9.2.2 Retirada das Vegetações e limpeza do terreno

Após o escoramento da edificação, será necessário remover as vegetações localizadas nas áreas danificadas das paredes e nas fundações. Para eliminar a macroflora presente nos espaçamentos da alvenaria de pedra e na cobertura, primeiro, poda-se a parte superior das plantas para reduzir sua carga. Em seguida, aplica-se herbicida gradualmente para enfraquecer o caule e as raízes perdendo sessão. Esse processo deve ser supervisionado por um profissional responsável garantindo que a estrutura não seja danificada. Após o tratamento, os locais devem ser limpos suavemente com detergente neutro e água

Caso ocorram lacunas na estrutura das alvenarias durante o processo de secagem das raízes, será necessário realizar o embrechamento. Este procedimento deve ser feito à medida que a vegetação é podada.

Para o embrechamento, devem ser utilizadas pedras de tamanhos variados ajudando a consolidar a parede. Conforme o Manual de Conservação Preventiva para Edificações do IPHAN (1999), sobre o processo de embrechamento na técnica do selamento de fissuras, deve-se:

Limpar com cuidado a área onde se encontra a fissura, fazendo escariamento (...) e em seguida embrechar ou preencher o vazio com argamassa forte de cal e areia, pouco espessa, e as vezes, em vazios maiores, fazer o embrechamento com pedaços de pedra ou tijolo. A aplicação desta argamassa deve ser feita

depois de convenientemente molhada a alvenaria, no caso de alvenarias de tijolo, ou após o apicoamento lave das pedras no caso de alvenarias de pedra (IPHAN, 1999, p. 80)

Os ambientes contêm muitos entulhos e vegetações rasteiras que devem ser removidos do interior da edificação de forma manual, preparando o local para as próximas etapas.

9.2.3 Cobertura Provisória

Após instalar o sistema de escoramento independente da estrutura da casa, será necessário remover as telhas, avaliar a estrutura da cobertura e restaurar as peças de madeira. A proteção da edificação contra as intempéries será garantida por um sistema provisório de cobertura com telhas leves e metálicas fixadas na estrutura do escoramento. Após a instalação da cobertura provisória, as telhas poderão ser removidas, começando pela primeira fiada do beiral, e armazenadas em local protegido.

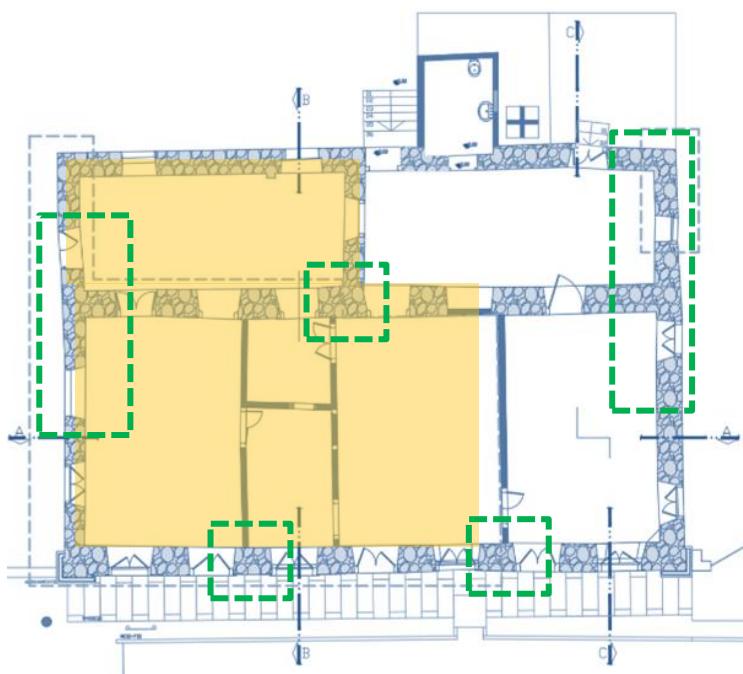
É essencial que esse serviço e projeto sejam desenvolvidos por um profissional qualificado.

9.3 AÇÕES DE RESTAURAÇÃO

9.3.1 Fundações

Remover todos os assoalhos e armazenar em ambiente protegido. É necessário realizar a prospecção da fundação nos pontos marcados na figura 293 para verificar a profundidade e o estado da alvenaria.

Figura 293 Marcado em verde áreas a escavar para análise da fundação. Em amarelo, os ambientes que possuem espécies vegetais em seu interior



Fonte: Paola Maia Fagundes. 2024

Se as fundações possuírem microfloras, liquens ou microorganismos, será necessário aplicar biocidas conforme descrito por Oliveira (2011, p. 32), utilizando uma solução de Preventol a 2% ou sal de amônio quaternário (Desogen). Certificar-se de que os produtos não sejam corrosivos evitando danos às estruturas. Em seguida, limpar com água com baixa pressão utilizando uma solução de detergente neutro (Detertec PH7) e água.

A fundação não possui argamassa de assentamento, o sistema construtivo corresponde a fundação de pedra seca. Após análise, em pontos que apresentarem perda do material, embrechar a área vazia com pedras em tamanho variado, de modo que exista uma completa coesão entre as pedras e a estabilidade da fundação.

9.3.2 Cobertura

Este item aborda as ações para a restauração da cobertura. Abrangendo a estrutura em madeira; o recobrimento em telhas cerâmicas tipo capa canal; a cimalha em alvenaria de tijolo maciço e argamassada; as calhas e os condutores.

O diagnóstico apresentado no subcapítulo 7.2, indica que um dos principais danos na Casa das Pestanas está na cobertura, quase metade da edificação possui lacunas

no recobrimento que aceleram a degradação das peças de madeira do telhado. A proposta apresentada visa recuperar a cobertura, restaurando as peças sempre que possível, entretanto, grande parte da estrutura não é passível de recuperação.

Importante observar que o projeto estrutural e a execução da estrutura da cobertura devem ser acompanhados por profissional habilitado.

Após o escoramento e a instalação da cobertura provisória, serão efetuadas as obras no telhado. Todas as telhas cerâmicas existentes serão removidas, verificando individualmente as peças e descartando quando apresentarem trincas, quebras, baixa resistência ou alta absorção de água. As peças em mau estado de conservação serão reutilizadas para produção de mobiliários ou como agregados do concreto verde (descrito no item 8.2.2.5). Todas as telhas, tanto as que serão reutilizadas no telhado quanto para outros usos, serão limpas com água, sabão neutro e escova de cerdas macias, e tratadas com biocida utilizando uma solução de Preventol a 2%, conforme mencionado por Oliveira (2011, p. 32). Após limpeza e tratamento as telhas devem ser armazenadas em local protegido, organizadas em fileira e apoiadas de modo que não sofram danos, até o momento da instalação.

Caso se observe perda de material no topo das alvenarias, deve-se recompor os trechos faltantes realizando embrechando com pedras de tamanhos variados, utilizando argamassa de assentamento com o traço 1,00:0,18:1,24 (cal, argila e areia).

A cimalha executada em tijolos argamassados apresenta fissuras e setores com perda da argamassa, deverá ser recomposta para que não haja infiltração das águas pluviais afetando os frechais, portanto, deve-se remover os elementos soltos, e consolidar a estrutura com argamassa. É imprescindível a análise laboratorial para determinar o traço do emboço e do reboco, garantindo que todas as argamassas tenham traço semelhante às originais.

No caso da perda da cimalha localizada no setor leste/sul, sem imagens ou desenhos que mostrem seu formato original, a recomposição será feita conforme a cimalha do setor leste/norte. Para reprodução dos frisos será produzido um molde (“carro”). De acordo com o Manual de Conservação de Telhados (1999):

Levantar o perfil da moldura através de rigorosa medição ou da elaboração de molde em arame de aço. Desenhar em papelão duro, recortar e testar sobre restos da moldura original limpos das sucessivas repinturas.

Recortar o perfil (em negativo) em chapa metálica e pregar em tábua com o mesmo perfil recortado em bisel, mas com a chapa levemente saliente em todo o perímetro para permitir o escoamento do excesso de argamassa. Este

dispositivo deve ser dotado de guias superiores e inferiores que correrão em guias fixadas na parede.

Sobre o esqueleto da moldura, isto é, o perfil aproximado em alvenaria bruta é lançado a argamassa e faz-se correr o molde apoiado nas guias.

Esta operação é repetida várias vezes, porque nem sempre se consegue numa única passada, pois depende-se da espessura da argamassa. Depois de seco o reboco passa-se a camada de acabamento (calfino) e, por fim, a pintura.

Cumpre ressaltar que os ângulos salientes e reentrantes devem ser terminados a mão por operários treinados.

(IPHAN, 1999, p. 43)

O frechal será refeito em estrutura de concreto magro, possibilitando uma melhor distribuição da carga da cobertura e estabilizando as alvenarias. Esta estrutura fará um “cintamento” contornando toda as alvenarias de pedra da edificação. Esta cinta deve ser fixada recuada da face externa da parede para que não fique visível da rua. Primeiro, para que não haja contato entre o concreto e a parede em alvenaria de pedra, colocar uma impermeabilização com manta de neopreme, após a cinta de concreto que deverá ser fixado na alvenaria de pedra com pinos de aço inoxidável aderindo à alvenaria.

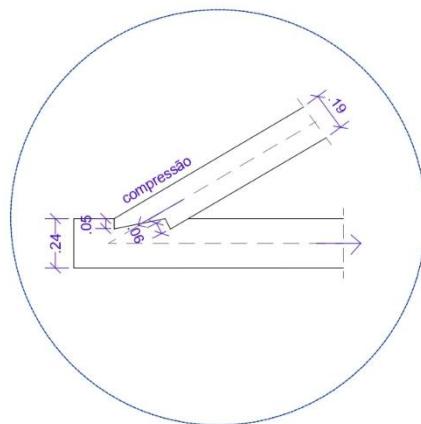
Em seguida, proceder com as intervenções nas estruturas de madeira da cobertura. Verificar a integridade das peças pelo processo de percussão, com batidas suaves com martelo de borracha; quando o som da batida for oco, a peça deve ser avaliada.

As novas peças devem ter dimensões e características mecânicas e físicas semelhante às originais. Portanto, é fundamental a análise laboratorial para identificação das espécies vegetais, conforme mencionado no subcapítulo 7.1. Peças como as ripas e os caibros devem ser removidas com cuidado, identificadas, numeradas e analisadas individualmente.

Dada a perda de parte da cumeeira na estrutura da cobertura, necessário cadastrar e numerar as peças estruturais da cobertura para possibilitar sua recolocação nas posições originais. Remover a cumeeira, as tesouras, o pontalete e os espiões somente se necessário.

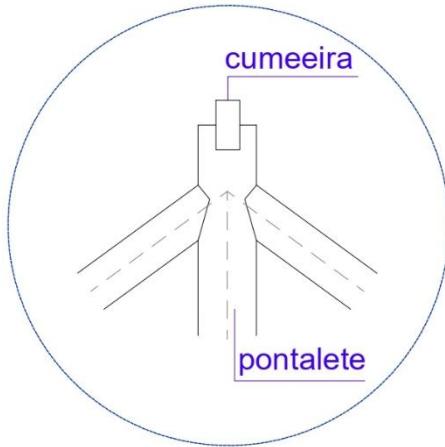
Substituir as seções comprometidas das peças estruturais e instalar próteses de madeira. As tesouras são resistentes à tração e compressão, mas vulneráveis ao cisalhamento horizontal (ver Apêndice A- Carregamento da Tesoura), as sambladuras devem ser realizadas de acordo com a força atuante na peça e detalhados no volume III, planta de cobertura.

Figura 294 Sambladura com dente duplo. Ponto de encontro entre a perna e a linha na tesoura.



Fonte: Elaborado por Paola Maia Fagundes. 2024

Figura 295 Sambladura com dente simples. Ponto de encontro do pontalete e banzo superior



Fonte: Elaborado por Paola Maia Fagundes. 2024

Todo o madeiramento deverá passar por tratamento contra o ataque de insetos xilófagos e fungos, a partir de pincelamento ou imersão em fungicida à base de Piretróide Sintético e Carbamato, ideal para madeiras secas sem contato com o solo. Sobre o tratamento contra os xilófagos, Oliveira (2011) menciona:

No caso das peças que não puderem ser removidas sugere-se embebiamento a pincel (não somente pincelando) combinado com infiltrações feitas em pequenos furos praticados com broca fina;
(Oliveira, 2011, p. 231)

As novas peças de madeira deverão ser tratadas por imersão com Arseniato de cobre amonical (ACA). Conforme Gonzaga (2006, p. 55) “os elementos ativos, arsênio e cobre, se fixam à estrutura molecular da madeira após a evaporação da amônia,

oferecendo proteção boa e duradoura. Também serão marcadas com ferro quente, a partir de referência do trabalho de mestrado de Carvalho (2018, p. 189), garantindo a distinguibilidade das peças.

As peças não receberão pintura, aplicar cera de carnaúba em todas a estrutura de madeira. Conforme Oliveira (2011, p. 149), é uma cera vegetal natural translúcida e opaca apresentando proteção resistente.

O sistema estrutural da cobertura será remontado conforme o desenho técnico apresentado nas plantas anexas no conjunto “Etapa Proposta de Intervenção – Prancha 09”.

As telhas antigas em bom estado de conservação serão reutilizadas como “capa”, enquanto as telhas utilizadas como “canal” serão substituídas por outras de resistência, tonalidades e medidas semelhantes. Na recolocação, as telhas originais usadas como “capa” serão priorizadas nos seguintes setores, na ordem indicada: (1) fachada leste, (2) fachada norte, (3) fachada sul, (4) beirais das fachadas leste, norte e sul receberão telhas antigas capa e canal. Deve-se atentar para a tonalidade das telhas e suas características, garantindo que não haja contraste marcante entre as telhas antigas e o novas.

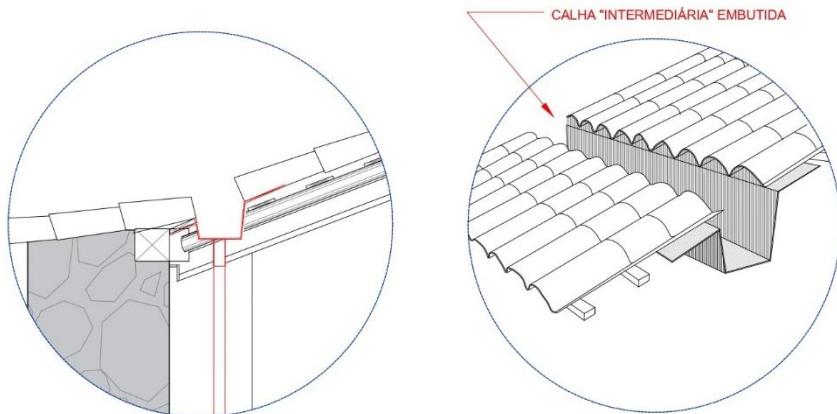
Quanto a inclinação, a telha colonial é usualmente instalada com inclinação em torno de 30%, a cobertura da “Casa das Pestanas” possui inclinações de até 55%. Todas as telhas serão fixadas nas ripas com grampos de cobre. Desta forma será executado o grampeamento. Na ausência de grampos, pode ser executado com fio de cobre para unir as telhas superior e inferior com o madeiramento. Em relação à cumeeira, deve-se realizar o cravejamento da telha na cumeeira, de acordo com o Manual Prático de Conservação de Telhados (1999, p. 14 e 15): “deve recobrir a telha em pelo menos 50 mm, e ser assentada em argamassa com traço de 1:2:9 ou 1:3:12 (cimento: cal: areia)”.

Para a drenagem das águas pluviais do telhado, serão utilizados dois sistemas diferentes conforme o grau de importância da cobertura em relação a ambiente urbana. O beiral, característico da arquitetura luso-açoriana do século XVIII, será preservado nas fachadas leste, norte e sul. Estas fachadas não receberão calhas, mantendo a integridade visual da casa. Para recolher a água da chuva e proteger a edificação, serão instaladas grelhas superficiais, conforme descrito no item 9.1.2 - Drenagem das Águas Pluviais.

Na fachada oeste, setor com prolongamento do telhado, as calhas intermediárias serão instaladas após a terceira fileira de telhas, deixando o beiral visível. A calha terá duas inclinações com condutores verticais localizados no interior da edificação,

externamente às paredes, passando por shafts de gesso acartonado no banheiro e na copa, e estes condutores serão conectados à rede pública de drenagem.

Figura 296 Detalhe ampliado da calha na fachada oeste



Fonte: Elaborado por Paola Maia Fagundes. 2024

9.3.3 Alvenaria de Pedra

Exceto as paredes de tijolo, a alvenaria da Casa das Pestanas é composta por estrutura portante de pedra em diversas dimensões e argamassadas entre si. Em geral, apresentam revestimento rebocado, exceto na fachada oeste, que não tem revestimento. No mapa de danos, foram identificados diversos problemas sendo os mais graves a lacuna na fachada sul e os deslocamentos de pedras na fachada leste. Para compatibilidade dos materiais e técnicas, será necessário análises laboratoriais com a Identificação petrográfica sugerida no subcapítulo 7.1. Conforme já mencionado, a argamassa de assentamento possui traço de 1,00:0,18:1,24 (cal, argila e areia).

Para consolidar os trechos que apresentam perda na argamassa de assentamento, deve-se limpar o local com escova de cerdas médias, umedecer a pedra borrifando água de cal fluida e preencher os vazios com a argamassa de assentamento no traço descrito. As soluções para a superfície estão detalhadas no item 9.2.5 – Revestimentos.

Em todas as fachadas foram identificados microfloras, liquens e fungos. Nesses casos, aplicar biocida (Preventol a 2%). Após a secagem das microfloras, remover os agentes (raízes). A limpeza será realizada com lavagem com água de baixa pressão, escova de cerdas macias.

Na fachada sul, que se encontra em processo de arruinamento com perda significativa da alvenaria, fazer um embrechamento, utilizando pedras em tamanhos variados, atentando para os locais onde ocorreram maiores perdidas. Portanto, será necessário escariar nas bordas onde ocorreram perdas da alvenaria, removendo a argamassa restante, e limpando o local com escova de cerdas médias. Em seguida deve-se proceder a “costura” da alvenaria por meio de pedras cortadas em tamanhos retangulares, possibilitando a união entre a parte antiga e a nova alvenaria. Para completar a alvenaria pode-se optar pela colocação de pedras de tamanhos variados fixadas com argamassa de assentamento preenchida por gravidade, conforme traço descrito. Para acabamento, finalizar com o emboço e reboco. Caso não seja possível análise laboratorial para os traços de emboço e reboco originais, seguir traços sugeridos pelas autoras Klüppel e Santana (1999, p. 121), utilizando emboço com traço 1:2 ou 1:2,5 (cal e areia), texturizando com desempenadeira, e reboco com traço 1.3 (cal e areia fina).

O local onde houve a perda fachada sul possuía um vão de janela. Para a construção do novo vão, deve-se embutir uma nova verga de madeira com características similares às vergas preexistentes. Em seguida, instalar as ombreiras e continuar com o fechamento da parede. O peitoril será de madeira com pingadeira metálica, conforme detalhado no projeto.

Recomenda-se o uso de madeira carbonizada devido à sua resistência e durabilidade, descrito no subcapítulo 8.2.2.5 – Sustentabilidade Ambiental.

Na alvenaria de pedra aparente localizada na fachada oeste, um trecho teve intervenção com argamassa de assentamento cimentícia. Remover manualmente essa argamassa, extraíndo as pedras com cuidado. Após remoção do cimento, recolocar as pedras, conforme já mencionado estabelecendo o novo embrechamento, se necessário, numerar as pedras para recolocar na posição original.

Para a limpeza das pedras utilizar pasta dissolvente com Ph entre 7 e 9, conforme descrito por Klüppel e Santana (1999, p. 89), aplicando “em camada espessa e o tempo de atuação deve ser experimentado em cada caso. (...) retira-se a pasta, lava-se a superfície com água destilada e deionizada”.

A receita mais conhecida é a da pasta AB57:	
Bicarbonato de amônia	30 g
Bicarbonato de sódio	50 g
Sal EDTA	25 g
Desogen a 10%	10 cm ³
Carboximetilcelulose	60 g

Água 1000 cm³
 (KLÜPPEL E SANTANA, 1999, p. 89)

9.3.4 Tabique

A edificação possui duas paredes divisórias em tabique, apresentando fissuras, perda de adesão entre o reboco e a estrutura, liquens e microrganismos, além do fechamento de um dos vãos da porta com tijolos maciços. Nos setores onde o revestimento sofreu perdas, observa-se que os fasquios de madeira estão com as fibras ressecadas, reduzindo sua resistência. A argamassa de assentamento dessas paredes possui traço de 1,00: 1,90: 12,62 (cal, argila e areia), conforme testes laboratoriais apresentados no subcapítulo 7.1.2.

No vão fechado, os tijolos e argamassas cimentícias devem ser removidos com cuidado para não afetar a estrutura, permitindo a recuperação e instalação do requadro da nova esquadria. A parede deve ser limpa, removendo a poeira e as microfloras com uma solução de Preventol a 2%.

Em locais com a estrutura de madeira aparente (fasquios) ou grande perda do material de revestimento, remover a argamassa degradada e reconstituir com o traço original. Nos pontos que necessitam de reforço nos fasquios, Neves (2021) menciona:

O reforço se dará com tiras de madeira que devem ser amarradas aos fasquios com cordas de nylon. O preenchimento se dará com argamassa de barro e cal bem fraca que deve ser especificada em obra. Verificar se o barro existente no terreno é compatível com o que foi aplicado nas paredes. (...) Após a argamassa de barro e cal, fazer a impregnação com aguada de cal uma vez por dia, durante 3 dias e depois completar com argamassa conforme traço original. Esse processo é realizado sem a necessidade de troca de peças ou descascamento e desmontagem das paredes
 (NEVES, 2021, p. 229)

Nos setores que apresentam fendas ou descolamentos do reboco, serão aplicadas injetações por gravidade com argamassa fina de cal, preservando o aspecto da parede. Conforme Teixeira (2010, p. 80) “geralmente utiliza-se uma calda de ligante com água sem areia, se os vazios existentes forem de grandes dimensões, poder-se-á utilizar uma argamassa (...) de consistência fluida”.

9.3.5 Revestimentos

A edificação apresenta revestimentos de argamassa a base de cal, com fissuras, perda de adesão entre o reboco e a estrutura, além da presença de liquens e microrganismos.

Após o selamento, o reboco deverá ser reintegrado removendo o material com pouca aderência e as eflorescências com escova de cerdas macias, e aplicar fungicida. A superfície deve ser cortada a uma profundidade de 1,6 cm. Em seguida, a alvenaria deve ser umedecida e a argamassa de revestimento aplicada com traço compatível, finalizando com emboço e reboco.

Para a pintura a base de cal na cor branca, as superfícies devem ser limpas com lavagem de baixa pressão usando escova de cerdas macias ou microjateamento com uma solução de detergente neutro (Dertetec PH7) e água. Após a secagem, a tinta será preparada conforme especificação do Manual de Conservação Preventiva para Edificações, seguindo os seguintes passos:

A tinta à base de cal deverá ser fabricada com pasta de cal. Esta pasta deverá ser diluída com água até se tornar um leite bem grosso.

Aplicar a primeira demão de forma mais fluída, 1 porção de leite para 3 porções de água. Esta demão deve ser aplicada horizontalmente.

A segunda demão deverá ser feita com cerca de 1 porção de leite para 2 porções de água. Deve ser aplicada verticalmente.

As camadas seguintes devem ser aplicadas alternadamente: horizontal e vertical. Geralmente com 3 demões tem-se a pintura definitiva. A terceira demão deverá ser na proporção 1:2.

A tinta deverá ser toda coada, em peneira fina antes da sua aplicação. Para as paredes externas pode-se aditivar na última demão um fixador tipo caseína ou resina acrílica tipo Primal ou similar. (KLÜPPEL; SANTANA, 1999, p. 184)

Para os setores em cor azul na fachada leste (ver volume III, prancha 22), a tinta a cal deve ser pigmentada preferencialmente com corante natural, “diluído em água quente e deixar repousar por 48 horas e seu volume não deverá exceder a 15% do volume de toda a tinta” (KLÜPPEL; SANTANA, 1999, p. 184).

9.3.6 Entrepiso

A edificação não possui quantidade significativa de assoalhos e forros, nem unidade entre as peças para serem utilizadas em um ambiente. Portanto, os assoalhos e forros de madeira removidos serão analisados individualmente e, quando possível, reaproveitados para execução de mobiliários e divisória. O projeto contempla a instalação de novo assoalho de madeira.

As soleiras voltadas a fachada leste são de tijoleiras. Estas peças devem ser analisadas individualmente e restauradas “através da aplicação de argamassa de estucamento com mistura de Primal AC-33 e pó de tijolo” (CARVALHO, 2018, p. 198).

A estrutura dos entrepisos apresenta barroteamento de madeira apoiado na fundação. Cada peça deve ser analisada, individualmente, pois não foi possível acesso a todos os barrotes. Testar as peças com batidas suaves com martelo de borracha; quando o som da batida for oco, a peça deve ser avaliada. Somente em última instância os barrotes serão substituídos. Caso necessário, utilizar novos barrotes com medidas, formato e resistências aproximadas às originais. Todas as novas peças serão marcadas³⁰ para distinguir das antigas.

Após limpeza e tratamento contra insetos xilófagos e fungos, restaurar a cabeça dos barrotes quando apresentar apodrecimento. A parte degradada deve ser substituída por outra peça de madeira, que será fixada com chapas metálicas nas laterais com uso de parafusos de aço inoxidável e resina epóxi. Para o desenvolvimento destas soluções será necessário projeto estrutural não contemplado neste trabalho.

No ponto de contato do barrote com a alvenaria, aplicar tinta betuminosa com demão reforçada no topo e, entre a madeira e a alvenaria, utilizar calços de borracha dura.³¹

Quando for necessário preencher grandes falhas nas peças, realizar uma emenda removendo a parte danificada e inserido um pedaço de madeira com características similares, fixado com cola branca ou epóxi, conforme detalhado no Manual de Conservação Preventiva para Edificações (KLÜPPEL; SANTANA, 1999, p. 112).

9.3.7 Esquadrias

Todas as esquadrias de madeira deverão ser verificadas, caso necessário substituição de alguma peça, utilizar medidas, formato e resistências aproximadas às

³⁰ Solução inspirada na proposta adotada por Naiara Maira Amorim Carvalho. Onde sugere uso da “mesma madeira preexistente e dimensões iguais às originais, marcadas a ferro quente com o pequeno símbolo da intervenção em uma das extremidades, para fins de distinguibilidade.”. Entre Fazenda Fortaleza De Sant’anna E Assentamento Dênis Gonçalves - Projeto de Intervenção no Conjunto Edificado da Sede. Dissertação de mestrado MP-CECRE. P. 189.

³¹ GONZAGA, Armando Luiz. Madeira: Uso e Conservação. Cadernos Técnicos 6, Brasília/DF: Programa Monumenta, 2006. P. 177

originais. Quando parte do madeiramento estiver comprometido, utilizar próteses de madeira substituindo a parte danificada.

Após as substituições das peças danificadas e reaprumos, as peças de madeira devem ser tratadas contra o ataque de insetos xilófagos e fungos. Nos orifícios utilizar uma massa com cola e pó de serra fino (preferencialmente pó de serra gerado pela lixação da peça). Após a secagem da massa, lixe as peças primeiro com lixa grossa e depois com lixa fina. A peça deve ser limpa com pano umedecido com água, e se necessário sabão neutro. Tratar as peças de madeira com óleo de linhaça³², misturando em partes iguais óleo de linhaça aquecido e fungicida, penetrando nas fibras e protegendo contra fungos e umidade. Para o acabamento em madeira natural, aplicar cera de carnaúba em toda a estrutura de madeira. Após a limpeza e imunização, as esquadrias podem ser pintadas com tinta esmalte na cor bordeaux.

³² GONZAGA, Armando Luiz. Madeira: Uso e Conservação. Cadernos Técnicos 6 , Brasília/DF: Programa Monumenta, 2006. P. 55

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 15696. Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto - Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2009. Disponível em: [efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portatilandaimes.com.br/wp-content/uploads/2017/08/nbr-15696_2009.pdf](https://portatilandaimes.com.br/wp-content/uploads/2017/08/nbr-15696_2009.pdf). Acesso: jun 2003

ADAMS, Betina; ARAUJO, Suzane Albers. Aspectos comparativos da arquitetura dos Açores e Ilha de Santa Catarina: Ilha de Santa Catarina – Notas para o estudo da contribuição portuguesa no território. In: FARIA, Vilson Francisco de. De Portugal ao Sul do Brasil: 500 anos- História Cultura e Turismo. Florianópolis: Ed. do autor, 2001.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. São Paulo: Editora ProEditores, 1998.

ALVIN, Alexandra Lis. Das Ilhas ao Continente: Estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, Através dos Registros Batismais (1757-1774). (dissertação de mestrado). UFRGS, Porto Alegre, 2012

ARAGÃO, Solange. O estudo dos tipos-interfaces entre tipologia e morfologia urbana e contribuições para o entendimento da paisagem. GEOSul, Florianópolis, v. 21, n. 42, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br> . Acesso em: 14 mar. 2024.

ARCHDAILY, Brasil. Centro de Visitantes da Gruta das Torres / SAMI-arquitectos. 02 Fev 2012. ArchDaily Brasil. Acesso em: 10 Jun 2023. <<https://www.archdaily.com.br/01-26908/centro-de-visitantes-da-gruta-das-torres-sami-arquitectos>> ISSN 0719-8906

_____. "Đao Mǎu Museum / ARB Architects" 12 out 2023. ArchDaily . Acessado em 16 jul 2024. <<https://www.archdaily.com/1008125/dao-mau-museum-arb-architects>>

ATAÍDE, Filipa; EIRES, Rute; CAMÕES, Aires; JESUS, Carlos. Argamassas de revestimento para paredes de tabique. Portugal: Universidade do Minho, 2016.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002. 1152 p.

_____. BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes.** Venâncio Aires: Traço, 2008. 408 p.

_____. **O Povoamento do território do Rio Grande do Sul/ Brasil: o Oeste como direção.** Estudios Históricos-CDHPR, Bogotá, n. 2, ago. 2009.

_____. **O Rio Grande do Sul dos açorianos: Deslocamentos, desafios, conquistas e patrimônios.** Universidad de Varsovia, Centro de Estudios Americanos. Revista del CESLA. International Latin American Studies Review, (31), 2023: 49-68

BRAGA, Sylvia Maria Nelo; GOMIDE, José Hailon; SILVA, Patrícia Reis da. **Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural - Cadernos Técnicos I.** Brasília: Programa Monumenta, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Câmara Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. IPHAN. **Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas.** Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf Acesso: 15 fev. 2024.

_____. SPHAN. **Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: IPHAN, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso em: 30 mar. 2024.

BUBLITZ, Juliana. Patrimônio a perigo. **Jornal Zero Hora**, Rio Grande do Sul, 19 out. 2006.

BUARQUE, Chico. Tanto Mar, 1975.

CALDAS, João Vieira; TOSTÓES, Ana; SILVA, Filipe Jorge; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NUNO, Barcelos; MESTRE, Victor. **Arquitectura Popular dos Açores.** Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.

CALVINO, Italo. **A Cidade Invisível.** 1923-1985.1 ed. [Le Città invisibili, 1972]. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CAMACHO, Beatriz Cidade Medeiros. **Vila Conceição, proposta de reabilitação para turismo em espaço rural.** 2015. Dissertação (Mestrado em Design de Interiores) - Escola Superior de Artes Decorativas, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Lisboa/Portugal, 2015.

CANTO, Ernesto do. **Archivo dos Açores (1878-1892).** Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1878. Disponível em: <https://biblioteca.uac.pt/pt-pt/recursos-arquivos-acores>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CARVALHO, Naiara Maira Amorim. **Entre Fazenda Fortaleza de Sant ‘Anna e Assentamento Dênis Gonçalves: Projeto de conservação, restauração e reabilitação do conjunto edificado da sede.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 3 v. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Politicas_Estaduais\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Politicas_Estaduais(1).pdf) Acesso: 25/02/2024

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA; Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHING, Francis D.K. **Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COLIN, Silvio. Coberturas e Forros. **Blog Coisa de Arquitetura**. Rio de Janeiro, set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-doperiodo-colonial-i/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

_____. Técnicas construtivas do período colonial. **Blog Coisa de Arquitetura**. Rio de Janeiro, set. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-doperiodo-colonial-i/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

COMMONS, Colaboradores do Wikimedia. "File:Exemple shou-sugi-ban.jpg," Commons, Wikimedia https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Exemple_shou-sugi-ban.jpg&oldid=493500056. Acessado em 17 de julho de 2024.

COMISSOLI, Adriano. **Do arquipélago ao continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII)**. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. 2009. p. 74-96.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Livraria Editora, 1972.

COSTA, Luís Gustavo Gonçalves. **Cronidas: elaboração da base de dados para auxílio em representação de mapa de danos** / Luís Gustavo Gonçalves Costa, 2010

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Portugal: Edições 70, 2008.

CUNHA, José Antônio Vieira Da. Um certo Capitão. **Coletiva.net**, Porto Alegre, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://coletiva.net/colunas/um-certo-capitao,401988.jhtml> . Acesso em: 20 mar. 2024.

DE SOUZA FILHA, Noemia Morais. As memórias da antiga Aldeia em Santo Amaro. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

DEFORNY, Vicent. A Unesco e o Brasil: alinhamento histórico nas proposições para o patrimônio imaterial. In: CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA; Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

DUARTE, Anselmo (Dir.). **Um certo Capitão Rodrigo**. São Paulo: Companhia Cinematográfica Vera Cruz S.A, 1971. 1 vídeo. Disponível em: <http://www.bcc.gov.br/> . Acesso em: 20 maio 2022.

DURÁN ROCCA, Luiza. **Açorianos no Rio Grande do Sul**: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. 2009. Tese (Programa de Pós-Graduação em

Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. OLIVEIRA, Leonardo Valerão. Turismo e Patrimônio em pequenos centros históricos: quatro casos sul-brasileiros. **RITUR**, Penedo, v. 10, n. 2, p. 36-60, nov. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217165>

DUTRA, João Carlos da Silva. **Indicadores de Avaliação de Qualidade Térmica e Potencial de Poupança de energia dos edifícios tradicionais de Habitação, na Ilha do Pico, Açores**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia, Universidade da Beira Interior, Portugal, 2010. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3594> Acesso em: 20 mar. 2024.

FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao Sul do Brasil - 500 anos – História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: Ed. Do autor, 2001.

FEPM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental. **Zoneamento Ambiental para atividade de Mineração de areia nos cursos médio e baixo do Rio Jacuí**: Relatório de Levantamento de Dados Primários. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <https://fepam.rs.gov.br/zoneamento-ambiental-jacui> Acesso: 2022.

FERNANDES, João Manuel da Cruz. **Cidades e Casas da Macaronésia**: Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlântidas sob Influência Portuguesa – Quadro Histórico, do Séc. XV ao Séc. XVIII. V.I. 1992. Tese. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1720> Acesso em: 30 mar. 2023.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). **Encyclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. 1: Geral. Livro 27295_33. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FILHO, Nestor Goulard Reis; FINGER, Anna Elisa. (org.). **Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

FREITAS, Ana Lúcia Soares; GUEDES, Janice Costa; REICHEL, Thiago Pereira. **Repensando o Município**: Plano Diretor Município de General Câmara. Local: General Câmara, 2007. Disponível em: <https://generalcamara.rs.gov.br/legislacao/id/8/?plano-diretor---pddi.html> . Acesso em: 25 jul. 2021.

FREITAS, Darci Garcia de. O futuro de Santo Amaro sob o olhar da Prefeitura Municipal de General Câmara. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

GICA Fernandes. **"Centro de Monitorização e Investigação das Furnas / Aires Mateus"** 05 Dez 2011. ArchDaily Brasil. Acessado 14 Jul 2024. <https://www.archdaily.com.br/01-12457/centro-de-monitorizacao-e-investigacao-das-furnas-aires-mateus>

GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação.** Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006

HEINEN, Joana Potira. Dei-lhes as bênçãos segundo o rito da igreja: Casamentos em Santo Amaro do Sul- 1775-1800. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes.** Venâncio Aires: Traço, 2008.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Decreto n.º 3.551.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: Governo Federal, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. **Carta de Burra.** Austrália, 180. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acesso em: 12 Jul. 2024.

_____. **Carta de Veneza.** Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acesso em: 12 Jul. 2024.

_____. **Conferência de Nara.** Japão, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acesso em: 12 Jul. 2024.

_____. **Decreto n.º 3.551.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: Governo Federal, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. **Manual de conservação de telhados.** Brasília: IPHAN /Programa Monumenta, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoDeTelhados_1edicao_m.pdf . Acesso em: fev. 2022.

_____. **Normatização de cidades históricas:** orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf Acesso em: 15 fev. 2024.

_____. **Ofício n.º 1581/2019.** Determina execução de Projeto de Restauração da edificação conhecida por Casa Natal de José Gomes de Vasconcelos Jardim e da praça central onde se localiza a Igreja Matriz da Vila de Santo Amaro, que se encontram em acelerado processo de deterioração. Rio Grande do Sul: Governo Estadual do Rio Grande do Sul, 2019.

_____. **Ofício n.º 57/5.** Refere-se a processo de tombamento do Conjunto Histórico Vila de Santo Amaro. Local: Porto Alegre. Disponível em: Acervo IPHAN. Acesso em: 13 jan.2020

_____. **Vila de Santo Amaro do Sul** - General Câmara (RS). Brasília: Portal IPHAN, [2014?]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/392>. Acesso em: 29 fev. 2024.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; **SANTANA**, Mariely Cabral de. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Rio de Janeiro: IPHAN /Programa Monumenta, 1999. Disponível em: <https://www.asec.eng.br/2017/10/03/manual-de-conservacao-preventiva-de-edificacoes-antigas/> Acesso em: jun. 2024.

KOHLSDORF, Gunter; **KOHLSDORF**, Maria Elaine. **Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares**. Brasília: FRBH, 2017.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEMOS, Carlos A.C. **A casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LERSCH, Inês Martina. **Contribuição para a Identificação dos principais fatores e Mecanismos de degradação em Edificações do Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3674> Acesso: 13 mar. 2024

LIMA, Fernando Henrique de Almeida. Relatos de Viagem como fonte historiográfica: principais abordagens, limitações e possibilidades. *In:* Encontro Internacional História & Parcerias, 2., 2019, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2019. Disponível em:

https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/15795288_25_ARQUIVO_6325cce5e73484f7200d1b4c3c30846d.pdf . Acesso em: 13 mar. 2024.

LOPES, Eva da Graças. Memórias de uma criança: Vivências Felizes *In:* BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

MACEDO, Aureliano Amaro Ribeiro Souza De. **Mapa de Danos das Fachadas do Teatro Santo Isabel, Recife – Pernambuco**. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

MALLMANN, Marcelo A. **Fé e integração social: a participação dos negros livres nos festejos religiosos de Santo Amaro do Sul**. *In:* ROSA, Angelita; MALLMANN, Marcelo A. (Orgs.). O patrimônio da fé: Santo Amaro do Sul. Venâncio Aires: Traço, 2011.

_____. **Santo Amaro do Sul: da importância estratégica do período colonial ao abandono econômico e político da atualidade**. *In:* ROSA, Angelita; MALLMANN, Marcelo A. (Orgs.). O patrimônio da fé: Santo Amaro do Sul. Venâncio Aires: Traço, 2011.

MARTINS, Ananias Alves. Imigrantes Esquecidos na Fronteira Norte: Açorianos na colonização e na cultura, Maranhão século XVII. *In:* BARROSO, Véra Lucia Maciel.

(org.). **Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia.** Porto Alegre: EST, 2002.

MAZURANA, Juliana; DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa.** Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/iphant/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciclo-de-dialogos-patrimonio-cultural-e-acoes-climaticas/Livropovosecomunidadestradicionaisdopampa.pdf>. Acesso: 16 fev. 2024.

MELO, Ana Paula Rios de, BARROS, Marina de Araújo. **Um Caminho para a Sustentabilidade:** Entendendo os princípios do Turismo de Base Comunitária. São Luís: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2021.

NEVES, Adriana Augusto. **Restauração e conservação da Casa Godoy: Porto Alegre/RS/** Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos. Salvador, 2021.

OLIVEIRA, Mario Mendonça. **Tecnologia da conservação e da restauração - materiais e estruturas: um roteiro de estudos [online].** 4th. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2011. 243 p.

OLIVEIRA, Vitor. **Diferentes abordagens em morfologia urbana: Contributos luso-brasileiros.** Porto: Formas Urbanas, 2018. Disponível em: vitoroliveira.fe.up.pt Acesso: mar. 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. **O Brasil e a agenda de 2030:** rumos aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Nova York, 2015. 44p. Disponível em: <https://tagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2015/08/odstraduzidos.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2022.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Brasília: UnB, 2006.

PALLASMAA, Juhani. **A Imagem Corporificada: Imagem e Imaginação na Arquitetura.** São Paulo: Editora Gustavo Gili

_____. **Mãos Inteligentes: Arquitetura e a Cultura da Habilidade.** São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.

_____. **Olhos da Pele: A Arquitetura e os Sentidos.** São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2011

PEIXOTO, José Luís. **Autobiografia.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PEREIRA RODRIGUES, Francisco. **Cronologia da História de Santo Amaro - Margem – General Câmara (1752 – 1939).** Porto Alegre: Academia Rio-grandense de Letras, 1999.

_____. **Histórias de Santo Amaro, em prosa e verso.** In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes.** Venâncio Aires: Traço, 2008.

_____. **Santo Amaro, QG de Chico Pedro. Fragmentos da História Rio-grandense.** Martins Livreiro, Porto Alegre, 2003.

_____. **Uma Página da história rio-grandense (Santo Amaro – General Câmara).** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007.

PESSOA, Fernando. **Quadras ao gosto popular.** Porto Alegre: L&PM, 2011. 101 p.

PIAZZA, Walter F. Açorianos e Madeirenses no Sul do Brasil. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jul./dez. 1997.

PINTO, Jurandyr Pires. (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2023.

PINTO, Paulo Estivalet Flores. A saga açoriana na conquista das missões. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (org.). **Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia.** Porto Alegre: EST, 2002.

PINTO, Sandra M.G., **Revista de Estudios Histórico-Jurídicos**, Sección historia del derecho europeo, XLII Valparaíso, Chile, 2020, pp. 319-346.

PIRES, Karen Daniela. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX.** 2016. Dissertação - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UVAT_787f77a0fc71cdb248846bbf269094f8?lng=en

PONTO DE CULTURA CORAÇÃO DE TAMBOR E ROTA AFRO-AÇORIANA. Território Quicumbi: a importância dos negros no litoral do RS. Tavares: Pandorga Produtora Cultural e Vdesign, 2020. 1 vídeo. Disponível em: <https://youtu.be/2IxIzabDH1g?si=0rv-uFlXZ81L-1AH> Acesso em: 07 fev. 2024.

RAMIL, Vitor. **A Estética do Frio: Conferência de Genebra.** Porto Alegre : Satolep, 2004.

RAMIL, Vitor. **Songbook Vitor Ramil.** Caxias do Sul, RS: Belas Letras. 2013.

RHODEN, Luiz Fernando. A vila açoriana de Santo Amaro, patrimônio histórico brasileiro. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, (31), 2023: 97-108 Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/download/804/617/4003> Acesso em: 30/03/2024

_____. **O Traçado Português no Brasil Urbano Meridional: Origem e Evolução-1737 a 1777,** Mestrado em História, PUCRS, Porto Alegre, 1996.

_____. Por que Santo Amaro é Patrimônio Nacional? In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

ROSA, Angelita Da. Festa de Santo Amaro: Patrimônio e fé. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

ROSA, Cibele Carolina da. **Açorianos e suas estratégias de inserção socioeconômica no povoamento do sul da América portuguesa** (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII) / Cibele Caroline da Rosa. – 2020.

ROSA, Cibele Carolina Da. **Dos Açores ao Vale do Taquari**: aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração. 2017. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1900>

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SARRAZOLA, João Martins; SOUSA, António Gago; VIEIRA, João Caldas; OLIVEIRA, Lina. Telhados de Asnaria: uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 1., 2013. Local. **Anais [...]**. Cidade: Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.civil.ist.utl.pt/~gago/Publicacoes/57.pdf> Acesso em: 29 mai 2024

SCHWINGEL, Majô. A Igreja em Santo Amaro: Entre a vida cotidiana e a religião. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

SILVA, André Vanderlei da. **Taquari RS e os Açorianos**: A migração dos ilhéus no século XVIII e sua contribuição para o patrimônio cultural local. 2022. 150 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SILVA, Cleidirose Da. **Cultura açoriana em Taquari e Paverama**: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo. 2014. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/455> .

_____. LARQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Tradições culturais açorianas e de seus descendentes na região vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Destaques Acadêmicos**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/1401> . Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, Juremir Machado. **História Regional da infâmia** - O destino dos negros e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). Ed. L&PM. 2021.

SILVA, Maria de Fátima Teixeira Da. Os sonhos para o futuro e as lembranças de Santo Amaro. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes**. Venâncio Aires: Traço, 2008.

SILVA, Susana Serpa. **Em busca de Novos Horizontes**. Acores, emigração e aculturação nos finais do séc. XIX, início do séc. XX. "ARQUIPÉLAGO. História". Memórias da Emigração. Acores-New Bedford 1890-1930. Ponta Delgada. Arquipélago, História, 2ª série, VI 2001: 347-360. Ponta Delgada, Acores. Editora Universidade dos Acores. 2002. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/374/1/Susana_Serpa_Silva_p347-360.pdf

SOARES, André Luis Ramos. Vestir um santo para despir outro? Práticas religiosas em Santo Amaro do Sul. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 3, n. 8, jan./jun. 2013.\

SOUZA, Eva Joelma Pires de; FIOREZE, Zélia Guareschi; SILVA, Ana Maria Radaelli da. A construção do território do Rio Grande do Sul: uma visão da revista do IHGRGS. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, Porto Alegre. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TEIXEIRA, Maria João da Fonseca. **Reabilitação de Edifícios Pombalinos- Análise experimental de paredes de frontal**. Tese de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2010.

THOMAS, Carmen. **Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – RS. ISSN 2446-7251. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3323> . 27/09/2023. Acesso: 18:30

THOMAZ, Ercio. **Trincas em edifícios: causas, prevenção e recuperação**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Mapa de danos – recomendações básicas**. In: Textos para discussão – série 2: Gestão de Restauro. Olinda: CECI, 2009.

TIRELLO, Regina Andrade; CORREA, Rodolpho Henrique. Sistema Normativo para mapas de danos de edifícios históricos aplicados à Lidgerwood Manufacturing Company de Campinas. In: Colóquio sistema normativo mapa, 6., ANO, São Paulo. **Anais [...]**. Cidade da publicação: GCOR/Unicamp, ANO. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_colloquio_t1_sistema_normativo_mapa.pdf Acesso em: 29 mai 2024

TREVISAN, Amélia Franzolin. Casa Branca – São Paulo - A Povoação dos ilhéus / I Parte - O Brasil acolhe os açorianos. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (org.). **Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia**. Porto Alegre: EST, 2002.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. 17p. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf> .
Acesso em: 7 fev. 2024.

VASCONCELOS, António Maria Correa de Sá de - **Seriação da casa saloia na região de Lisboa:** o caso do Bairro dos Ilhéus na Picanceira, Mafra. - Lisboa: FA, 2015. Tese de Mestrado. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/8930>. Acesso e: 29 mai 2024

VASCONCELLOS, Sylvio De. **Arquitetura no Brasil:** Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: EDUFMG/IPHAN, 1983.

VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento Parte 1.** São Paulo: Companhia das Letras, 1949.

VIANNA, Elenita Teresinha de Souza. Uma Vida de Zelo e Vivências pela Comunidade de Santo Amaro. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; BRITO, Gabriella Martins de; ROSA, Angelita Da. (org.). **Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes.** Venâncio Aires: Traço, 2008.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (org.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2016.

WEIMER, G. (2000). A origem da arquitetura popular dos Açores. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 57–90, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2000.2.24773>

_____. **Arquitetura.** 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Origem e evolução das cidades Rio-grandenses**, Editora Livraria do Arquiteto, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço** / Gaston Bachelard; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções de Joaquim José Moura Ramos . . . (et al.). — São Paulo: Abril Cultural, 1978. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7969159/mod_resource/content/3/1962%20bachelard%20co%CC%81pia%202.pdf Acesso: 12/2/2022

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990** / Marcia Sant'Anna. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

_____. QUEIROZ, Hermano **Em defesa do Patrimônio Cultural: percursos e desafios/** Marcia Sant'Anna, Hermano Queiroz (Organizadores). Vitória: Editora Milfontes, 2021.

APENDICE A_ ENTREVISTA

Roteiro da entrevista realizada com Margareth Tarso_ Proprietária da Casa

Local da Entrevista:

Casa das Pestanas

Data e Horário:

19/08/2021 11:30h

(entrando na casa)

P. Olha essa sala, como ela é bonita. Ela devia ser linda.

M. Era linda.

A. Aquela sala de lá era o quê? (aponta)

Era uma sala principal?

P. A amarela, bem da frente.

M. Aquela era uma sala de visitas. Ali naquela parte (aponta) era onde meu pai dormia. E esse forro aqui (aponta para o teto) ele colocou por conta própria. Porque tava começando a cair, né? Ia chover goteiras.

(andando pela casa)

P. Hoje teve uma moça, que mora aqui atrás, que disse que cuidou dele, que trabalhou aqui pra ele quando ele já era bem sozinho. Cláudia o nome dela.

M. Acho que eu sei.

P. Ela disse que tinha doze ou treze anos, e que trabalhava aqui. Disse que ele era bem querido.

M. Ali (aponta) o pai tinha um quartinho que ele guardava tudo. Ali tinha muita coisa. Tinha ferro, tinha coisas antigas ali, sabe? Muita coisa antiga. Daí quando eu levei ele pra morar comigo, um dia eu cheguei aqui e não tinha (inaudível)... E tem a placa que ele mandou fazer do filme “Um Certo Capitão Rodrigo”, de bronze. Tudo direitinho. Dizem que meu primo conseguiu pegar. Ele mora por aqui. E eu já mandei recado que eu quero de volta.

P. Ah, tá certo. Tem que ter um memorial né? Da casa.

M. Tem que ter. Aqui ó (aponta), de certo a Maçonaria entrava na casa. Devia ser por aqui. Por baixo.

A. Sim, nesse porão. Só que provavelmente era mais fundo né? Eles devem ter aterrado.

M. Devem ter aterrado. 150 anos atrás.

P. Imagina.

A. Eu tava até comentando com a Paola que eu imaginava que esse quarto aqui era uma alcova. Porque ele não tem janelas.

M. Sim, era uma dispensa. E ali (aponta) tinha uma escadinha que a gente descia e o pai guardava as garrafas.

P. Ahh, tinha mais um porãozinho!

M. E aqui ele tinha um escritoriozinho, que sumiram com a tal da mesa. Aqui, bem aqui a mesa. Ali tinha um telefone ó. E aqui ele tinha a escrivaninha dele. Com a máquina dele. Ele escrevia pro jornal. E aqui (virando para o outro lado) era tudo sofás, né? Tinha sofá, tinha uma sala de jantar aqui, ó. Uma daquelas antigas lindas. Tinham doze cadeiras. E ali era uma salona cheia de sofás também.

A. Nossa é tão linda aquela sala, fico só imaginando.

M. Cheia de sofás.

A. Olha aquela sala enorme. Tava medindo ela agora e tava observando.

M. Ali era muito lindo, bah! O pessoal chegava e se encantava. Eu disse pra muita gente assim que visitou aqui há muitos anos atrás, sabe? Que eu andei botando as fotos no jornal.

A. Tinha que conseguir essas fotos de quando ela tava mobiliada ainda.

P. Pois é.

M. Eu acho que só tem uma. Eu não sei se eu não te mandei, Paola. Aquela que ele tá sentado no sofá.

P. Não. Interna não. Eu tenho do exterior só.

M. Então eu não te mandei. Ele tá sentado no sofá, ali (aponta).

P. E tem o livro que ela tem, né Margareth? Tem um livro com as assinaturas.

M. Eu ia te trazer o livro. Até o Érico Veríssimo teve aqui! Eu ia te trazer o livro mas o meu dentista, que é maçom, queria ver, porque o meu bisavô tinha o livro, ele tinha a assinatura, e tinha várias coisas maçons. Aí o meu dentista se interessou e eu deixei lá. Aí ontem, com aquela chuvarada, eu me esqueci. Quando me lembrei de buscar ele já tinha fechado.

P. Se tu não se importar, eu tenho que ir lá na tua casa de novo! Te visitar e tirar foto.

M. Capaz! Vai lá, vamos fazer um churrasco!

(andam mais pela casa)

M. Aqui era o quarto de quando a minha mãe era viva. Aqui era o quarto da minha mãe. E ali era outro quarto. Eu dormia ali.

P. Ah, tu dormia naquele ali da frente! Da direita.

M. Daí aqui era a dispensa, né? Minha mãe dormia ali. E aqui que diziam (aponta pra parede) que na sétima camada tem coisa da maçonaria. Na sétima camada de tinta.

M. Ali, naquela pedra ali, eu lembro que um senhor, que já morreu, contou que vieram arrumar o assoalho aqui, uma época. E ele contou que achou um anel aqui. Um anel de ouro. Com uma pedra. E ele que disse que eles desceram, tinha uma escadinha, e eles desceram e tinham umas cortinas, com uns negócios da maçonaria, com o símbolo da maçonaria. O pai era um. Tinha uns onze ou doze anos. O pai sempre contava. Eles levantaram aquela cortina, de veludo. E tava cheio de coisinhas, pra dentro. Tinha castiçal de ouro, taças.

P. E foi o proprietário antigo, anterior ao seu Tarso, que fechou o porão?

M. Não, eu acho que foi eles. A maçonaria.

P. A maçonaria que fechou?

M. Isso. Fechou. Porque quando o pai comprou, era do Seu Sabino... Seu João. E ele sempre dizia que ia vender pro Tarso! (risadas) E aí quando ele ficou bem mal mesmo ele disse pra chamar o pai, e disse: “Se tu quiser comprar eu vou te vender”. Isso faz uns 60 anos.

A. Imagina que legal comprar uma casa com tanta história né?

M. Pois é.

Neta. Quantos anos tu tinha, vó? Uns seis ou sete anos?

M. Por aí. E tu vê, né? A gurizada se reunia de noite. Eu tinha uma tia que tinha doze filhos. E a gente se reunia pra fazer serenata!

A. Que legal!

M. E esse João Sabino morava aqui. E eu lembro que o quarto dele, eu acho que era aqui (abre porta). Eu lembro dele encima de uma cama. Porque ele já não caminhava. E nós cantava pra ele, e ele cantava junto. E nós chegava a se finar de rir. Porque ele cantava com aquela vozinha, não conseguia mais nem falar.

Neta. Ali era uma porta? (aponta)

M. Ali era uma porta. Acho que quando o pai comprou já era... ele que fechou, o Seu João Sabino.

P. Eu imagino tu nas festas de Santo Amaro aqui, cheio de gente. A casa atrás da igreja.

M. Sim. Tinha uma hora que o pai tinha que tirar a gente do baile. (risadas) Eu, né? Porque filha de militar, tu já viu. Daí a gente sentava ali na rua, nós pegava um cobertor, porque sempre tinha esse vento frio de noite. E ficava cuidando o pessoal passar. Tinham uns primos meus que passavam bêbados ali, gritavam. (risadas)

M. E lá (aponta), dá pra ir?

P. Dá, dá.

M. Aqui também, o pai aqui. Aí aqui assim ó (aponta) ele tinha uma mesa onde a gente jogava canastra. Ele adorava jogar canastra. E o meu tio, quando dormia, ele dormia aqui. Ele vinha pra cá, tinha uma cama aqui, aí ele dormia. E ele contava que as vezes ele acordava com uma bola de fogo correndo aqui assim, ó. Por aqui ó (bate com a mão). Tá oco.

A. Verdade.

P. Tá oco pra uma parede de pedra, né.

M. Então nós dizia que era aqui que era o... aqui que ele dizia que via a bola de fogo.

P. Eles tiraram esse piso aqui, que tava bem bom. A sala inteira bem boa. Ano passado tava bom. Esse ano, quando eu cheguei em fevereiro, já tinham tirado o piso. Arrancaram o piso inteiro. Isso aqui tudo foi feito agora.

M. Mas tu vê!

P. Pra tentar achar ouro embaixo.

A. Olha aqui. Aqui é pedra (bate). E aqui tá oco. A partir daqui.

M. O meu tio disse que aqui ficava a bola de fogo. Ele dizia: "Nunca mais que eu durmo naquele quarto". (risadas) Era o irmão do meu pai, mais velho. E o pai uma época disse pra ele: "Vai morar lá na casa". Porque ele queria muito se aposentar. E ele dizia: "Mas bem capaz, Tarso!". Alugou uma casa lá na beira do rio porque ele tinha medo de morar aqui por causa da tal da bola de fogo.

A. Todo mundo tem uma história pra contar.

M. E ali, dá pra entrar? (aponta)

P. Dá pra entrar. Aqui pelo lado dá pra passar bem tranquilo.

A. Olha aqui, ó. Aqui tem uma rachadura. Aqui termina as pedras, viu?

P. Verdade.

M. Ali eu me lembro que meu tio dizia: “Aqui tem uma bola de fogo”. Daí a gente batia e via quer era oco. Mas o pai, na época que ele tava vivo, ele não deixava a gente demolir. “Depois vocês vão vir pra cá, só pra demolir as minhas paredes”, ele dizia. Não deixava. Porque se ele tivesse deixado na época, nós já tinha achado... o que tinha que achar.

A. Ah, mas se é moeda dizem que não tem mais valor.

M. Sim.

P. Moedas, o pessoal disse que achou. O pessoal da cidade que passou por aqui disse que conseguiu achar moedinhas no canto. Coisas que já não tem mais valor

M. Pois é.

M. Ali, naqueles banquinhos ali, quem sentava ali eram as mulheres.

A. São as conversadeiras.

M. Sim, pra olhar pra rua.

P. E quando gravaram “O Tempo E O Vento” aqui?

M. A Bibiana sentava ali.

P. Sentava? Eu achei que fosse sentada ali quando ela aparecia.

M. O pai emprestou a casa e não ganhou nada com a casa. Ele emprestou, daí tinha vários (inaudível). Era a casa da Bibiana, daí eles pintavam não sei o quê e já faziam a casa da outra. Sabe? Fizeram o casamento da Bibiana aí nos fundos, a coisa mais linda.

A. Isso na primeira versão, né?

M. Isso. Era quando... não era o Tarcísio Meira. Era o Francisco de Franco. Até eu tenho a assinatura deles no livro do pai. E aí, nós ria muito, porque eles fizeram uma filmagem lavando os pés do Terra, né? Do Pedro Terra. Que era o pai da Bibiana. Então eles fizeram, tem uma passagem do filme, da Bibiana lavando os pés naquela gamela. E depois... a gurizada é braba, hein? (risadas) No casamento tinha aipim dentro da gamela. Daí a gente se batia, eu e as minhas primas, dizendo: “Nós não vamos comer aquele aipim daquela gamela!” (risadas)

(andam pela casa)

P. Pra entrar por aqui, só caminhando pela fundação. Toda essa lateral dá pra caminhar. Ela é sólida. Esse pedaço aqui é pedra, se quiserem também. Que daí dá pra enxergar esses ambientes daqui.

M. Olha aqui, o tamanho da pedra. Eles botavam pedrinhas, ó. Tu sabe que uma época, ali naquela sala ali, eu ia abrir. Ia tirar o reboco. E ia mandar fazer quadros de vidro, sabe? Pra mostrar. Tinha pedacinho de cipó, pedacinho disso, daquilo.

P. Sim, pra mostrar.

P. Essa sala aqui a gente não conseguiu acessar. E aqui era uma porta. Não tinha escada pra descer essa porta?

M. Tinha porque o pai botou.

P. Ah, ele botou.

M. Ele fez uma escada. E era por aqui mesmo que entrava a maçonaria.

P. Ali a gente consegue ver as pedras diferentes, ó (aponta). Tu vê que tem uma pedra grande, mais uma pedra grande, e um monte de pedrinhas pequenas tapando o buraco.

M. Eu acho que quando eles mudaram daqui eles resolveram fechar.

M. Era aqui que teu vô (fala para a neta) vinha fotografar. Tinha tipo um túmulo, ele era redondo assim, cortado. E daí tinham umas letras.

A. A vizinha ontem tava contando que eu não lembro quem entrou aqui e pisou numa caveira, daí saiu correndo. (risadas)

P. Porque aqui na frente, quando fizeram a reforma da igreja, os ossos tavam todos ali na frente da casa.

M. Eu vi, um dia nós chegamos aqui, tava a mulher com a escovinha, sabe? Dois túmulos. Daí ela disse: “Esse aqui é o homem e essa aqui é a mulher”. Daí eu perguntei pra ela: “Como que tu sabe?”, e ela disse: “Esse ossos aqui, mais escuros...” Agora não me lembro se ela disse que os mais escuros eram do homem ou da mulher.

P. Isso, eles pegaram os ossos, botaram num saco, e eles tão enterrados aqui nas laterais da frente da casa.

A. Devem ter muitas coisas aí embaixo da terra.

M. Quando tirarem esse entulhos tudo daí... (inaudível)

P. Bah, daí dá pra fazer. Escavações arqueológicas.

A. Tem que vir mais gente, pessoas de confiança, pra fazer escavação, montar um sítio aqui e ficar vários dias.

P. Ter um memorial na casa, tudo.

M. Se acha muita coisa. E tudo começou aqui, ó (aponta). Quando a gente foi pedir pra mudar aqui, a telha. Tirar daqui pra lá. Começou aqui, ó. Começou a chuvarada aqui. Era só aqui que tinha, e não tinha caído nada ainda. Só escorria, sabe? Chovia e escorria. Era aí.

P. Que tristeza, né? Um ponto só, o que gera de dano pro resto todo.

M. Sim, daí eles não deixaram fazer mais nada.

(pausa)

P. E essa sala amarela é tão bonita, né?

M. Ela era linda! A gente abria ali, sabe? Tu enxergava o rio. Quando minha mãe era viva, a uns trinta e poucos anos atrás, a gente vinha... uns trinta e cinco anos atrás, eu acho. E aqui tinha um lustre. Caiu tudo e quebrou tudo.

A. Imagina o forro, o forro devia ser lindo.

M. E devem ter roubado o lustre, antes de (inaudível).

A. Ah, com certeza.

(andam pela casa)

M. Aqui que era o quartinho. Da vó. E ali que nós entrava, ó. O pai guardava garrafa, tudo, aqui embaixo.

M. E aqui eles fecharam. Era aberto. Porque é tijolo, né? Eu acho que isso aqui tudo era aberto.

P. E a gente tava vendo que tem uma fundação no meio da outra sala. Talvez tivesse paredes. Olha o tamanho dos pregos, lá em cima (aponta). Gigantes os pregos que eram utilizados.

P. E o pessoal, quando construíram a igreja... o construtor da igreja se hospedou nessa casa.

M. Sim. E a igreja levou anos pra ser...

P. Ela é de dez anos depois dessa casa, né?

M. Sim.

P. E aquelas pestanas, aqueles detalhes na frente da casa, tem na igreja também. E as pessoas escravizadas pelo proprietário da casa na época construíram a igreja. Foram eles que construíram.

M. Levaram anos, dez ou doze anos pra construir. Imagina pra carregar aquelas... é que nem as pirâmides do Egito. Dizem que pra fazer aquilo tinham que ser homens de mais de dois metros e meio de altura. (risadas)

P. Sim, olha o tamanho das pedras aqui, também. Como é que subiam essas pedras?

(andam pelo terreno)

P. Eu ia te perguntar uma coisa. Tu chegou a conhecer? Antes da festa de Santo Amaro tinha a Procissão dos Negros, que vinham da aldeia, vinham com todas as roupas características.

M. Sim. Tinham dois salões. Tinha o salão dos brancos e o dos pretos. E meu pai, na época que ele foi escolhido pra ser o festeiro, ele abriu (inaudível). E eu me lembro que uma vez eu tava dançando no salão dos pretos. Tava lá, só eu dançando. Eu, uma prima minha e dois primos, eu acho. Tava lá dançando, feliz da vida. Daí falaram pra ele: “Tua filha tá lá, dançando no salão dos negros”. E o salão dos negros era pequeno, o dos brancos era enorme. E meu pai disse: “Tá, e qual é o problema?” (inaudível) E ele dizia: “No dia em que eu for festeiro eu vou acabar com isso, vou abrir tudo”. E aí ele e a minha mãe foram festeiros aquele ano, e ele abriu. E a gente dançava todo mundo.

P. E a comunidade... é muito engracado essa coisa do festeiro, né? Como é marcante pra eles, ser o festeiro do evento.

M. Meu pai tinha loucuras. Por anos ele tentou ser festeiro e não conseguiu. Daí aquele ano ele conseguiu ser festeiro, né?

A. Ah, que legal. Teu pai tinha uma mente bem aberta, né?

M. Meu pai que trouxe o (inaudível). E o Marquesan. Nelson Marquesan. Que era candidato na época a deputado, eu acho. Ele que ajudou também o meu pai a trazer a luz pra cá.

P. E a escola dizem que foi o Seu Francisco que trouxe. Tu vê, como os dois eram um marco importante na cidade.

M. Os dois eram. E aqui ó, antes não era calçada isso aqui. Era tudo calçado ali ó (aponta), e aqui não era. Porque o pai não era do mesmo partido. Ele morreu e não viu calçada.

P. No filme “O Tempo E O Vento” nem essa calçadinha aqui da frente tinha, pelo jeito.

M. Pois é. E ele ficou muito triste naquela época, porque ele disse: “Tá, tão calçando lá, né? E vão calçar lá na frente”. Eu não sei qual foi o ano que calçaram isso aqui. Mas enquanto ele tava aí, não.

(fim da gravação)

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTA

Eu, Margareth de Tarso do Prado, portador(a) do RG nº 030073785-5e CPF nº 589413040-91 , residente e domiciliado(a) no endereço Av. João Corrêa 911 ap 701, Bairro Centro, Cep. 93010-193, São Leopoldo-RS na qualidade de entrevistado(a), **AUTORIZO** a utilização da entrevista concedida à discente **Paola Maia Fagundes**, no âmbito de sua pesquisa desenvolvida junto ao **Programa de Pós-Graduação em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE)** da Faculdade de Arquitetura da **Universidade Federal da Bahia (UFBA)**.

Declaro estar ciente de que as informações fornecidas poderão ser utilizadas no trabalho de conclusão de curso da pesquisadora supracitada, bem como em eventuais publicações acadêmicas ou científicas derivadas da referida pesquisa, respeitando os princípios éticos e o devido crédito à fonte.

Autorizo, ainda, que trechos da entrevista, incluindo citações diretas e/ou referências a conteúdos abordados, sejam transcritos e analisados, desde que utilizados exclusivamente com fins acadêmicos e científicos.

Por estar de acordo, firmo a presente autorização.

General Câmara, 19 de Agosto de 2021.



Assinatura

ANEXO A_ CARTA DE RECOMENDAÇÃO DE TRABALHO ACADÊMICO

IPHAN

04/02/2020

SEI/IPHAN - 1685265 - Ofício



MINISTÉRIO DO TURISMO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
 Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul

Ofício Nº 1604/2019/IPHAN-RS-IPHAN

À arquiteta
Paola Maia Fagundes
 Mestranda Restauração UFBA

Assunto: Projeto de pesquisa Curso de MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS - SALVADOR

Senhora Arquiteta,

Vimos por meio deste, informar que, de acordo com sua solicitação, esta Superintendência IPHAN -RS, coloca-se a disposição no que lhe é cabível, para apoiar seu projeto de pesquisa durante o Curso de MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS - SALVADOR, promovido pela Universidade Federal da Bahia, considerando o tema escolhido ser o patrimônio cultural tombado pelo IPHAN na Vila de Santo Amaro do Sul, Município de General Câmara.

Ainda, conforme tratativas estabelecidas com o corpo técnico IPHAN, o trabalho deverá ter como foco para Projeto de Restauração a edificação conhecida como Casa Natal de José Gomes de Vasconcelos Jardim (Primeiro presidente da República Rio-Grandense), também denominada "Casarão das pestanas", que encontra-se em acelerado processo de deterioração, além de seu entorno, especificamente a Praça central onde se localiza a Igreja Matriz da Vila de Santo Amaro.

Atenciosamente,

RENATA GALBINSKI HOROWITZ
 Superintendente IPHAN/RS



Documento assinado eletronicamente por **Renata Galbinski Horowitz, Superintendente do IPHAN-RS**, em 17/12/2019, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1685265** e o código CRC **5199FABD**.

Av. Independência, nº 867 , Porto Alegre. CEP 90035-076
 Telefone: (51) 3311-1188 | Website: www.iphan.gov.br